

912(816.11)
G719c

**cidade do mapa: a produção do espaço de são paulo
através das suas representações cartográficas**

osé paulo neves gouvêa orientador angela maria rocha

universidade de são paulo, faculdade de arquitetura e urbanismo

cidade do mapa: a produção do espaço de são paulo através das suas representações cartográficas

osé paulo neves gouvêa orientador angela maria rocha são paulo 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CIDADE DO MAPA

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE SÃO PAULO ATRAVÉS DE SUAS
REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS

JOSÉ PAULO NEVES GOUVÊA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA A FACULDADE DE
ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PARA A
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM ARQUITETURA EM URBANISMO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
TECNOLOGIA DA ARQUITETURA

ORIENTADOR
PROFA. DRA. ANGELA MARIA ROCHA

SÃO PAULO

2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

e-mail: paulogou@uol.com.br

Gouvêa, José Paulo Neves

G719c Cidade do mapa. A produção do espaço de São Paulo através de suas representações cartográficas / José Paulo Neves Gouvêa. --São Paulo, 2010.
335 p.: il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Tecnologia da Arquitetura) – FAUUSP.

Orientadora: Angela Maria Rocha

1.Cartografia - São Paulo (SP) 2.Cartografia (Representações)
3.Mapas 5.Espaço urbano (Produção) 4.Urbanização (Aspectos político-socioeconômico) I.Título

CDU 912(816.11)

RESUMO

A cartografia está diretamente vinculada à produção do espaço ao representá-lo e ao instrumentar sua produção. Essa ciência também está relacionada ao modo de produção, seja como produto social, seja como resposta à demandas sociais, políticas e econômicas específicas. O estudo dos mapas como mediações entre o espaço e a atividade social no espaço, leva a entender esses mapas como representações. O mapa, como representação cartográfica, se posiciona, dialeticamente, entre representado e representante, interpretando a realidade e interferindo na prática social, elaborando-se como ideologia e cientificidade. Ao entender essas representações como mediações necessárias ao mesmo tempo que retóricas, aprofunda-se a análise da cartografia da cidade de São Paulo e a sua relação com a produção do espaço urbano. As transformações ocorridas na cidade de São Paulo durante a segunda metade do século XIX estão relacionadas com a constituição da moderna propriedade da terra e com a instituição do trabalho livre assalariado. A produção cartográfica desse período está implicada com essas transformações, constituindo-se como um instrumento eficaz no auxílio à constituição do mercado imobiliário e na sujeição do trabalho ao capital.

PALAVRAS-CHAVE

Cartografia; Mapas; Representações Cartográficas; Produção do Espaço; Cidade de São Paulo; Urbanização (aspectos políticos-sócio-econômicos).

RESUMEN

La cartografía está directamente enlazada a la producción del espacio al representar-lo y instrumentalizar su producción. Esa ciencia también está relacionada al modo de producción, sea como producto social, sea como respuesta a las demandas sociales, políticas y económicas específicas. El estudio de los mapas como mediaciones entre lo espacio y la actividad social en el espacio, lleva a entender esos mapas como representaciones. El mapa, como representación cartográfica, se pone, dialécticamente, entre lo representado y lo representante, interpretando la realidad e interfiriendo en la práctica social, elaborándose como ideología y cientificidad. Al entender esas representaciones como mediaciones necesarias al mismo tiempo que retóricas, profundizase la análisis de la cartografía de la ciudad de São Paulo y su relación con la producción del espacio urbano. Las transformaciones ocurridas en la ciudad de São Paulo durante la segunda mitad del siglo XIX están relacionadas con la constitución de la moderna propiedad de la tierra y con la institución de lo trabajo libre asalariado. La producción cartográfica de ese período está implicada con esas transformaciones, constituyéndose como un instrumento eficaz en el auxilio a la constitución del mercado inmobiliario y en la sujeción del trabajo al capital.

PALABRAS CLAVE

Cartografía; Mapas; Representaciones Cartográficas; Producción del Espacio; Ciudad de São Paulo; Urbanización.

para os meus pais,
Vera e Sebá,
por toda história e toda geografia

"Eu, no livro O Anticrítico, que publiquei logo a seguir, respondi ao João Cabral dedicando a obra a ele e com este poema, Agrestes." Augusto de Campos

(Agrestes)

uma	fala	tão	faça
fratura	tão	ex	posta
tão	ácida	tão	ação
osso	tão	osso	só
que eu	procuro	e não	acho
o ad	verso	do que	faço
o	concreto	é o	outro
e	não	encontro	nem
palavras	para	o	abraço
senão	as	do	aprendiz
o	menos	ante o	sem
que	só aqui	contra	diz
nunca	houve	um	leitor
contra	mais	a	favor

dedicado a Jorge Hajime Oseki

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ pelo apoio à pesquisa;

à Angela Maria Rocha, pela orientação e dedicação;

à Amélia Damiani, Beatriz Bueno pela contribuição nos exames e pelos conselhos precisos;

à meus mestres Antônio Carlos Barossi e Alvaro Puntoni ;

à Marisa Ohashi, amada companheira, pelo apoio incondicional;

à Bel, Paula e João;

à Guilherme Petrella, pela presença e pela força;

aos amados amigos Catherine Otondo, João Sodré, Juliana Braga, Luciana Ferrara, Beatriz Tone, José Baravelli, Vinícius Spira, Francisco Barros, Renata Moreira, Edison Kiyoshi, Taís Tsukumo, Daniela Motisuke, Sérgio Franco, Mariana Zanetti, Heloisa Diniz Resende, Angela Pilotto, Aida Pompeo Nogueira, Pablo Iglesias, Ciro Ghellere, Eduardo Ewbank, Isadora Tsukumo, Diego Inglez de Sousa, Rodrigo Guedes Azevedo, Gustavo Wiering, Gabriel Manzi, Rafael Urano, Giovanna Meireles;

aos queridos amigos Daniel Trench, Celso Longo e Fernando de Mello Vargas;

aos parceiros do grupo de leitura Marx/Lefebvre;

à Fernando de Mello Franco e Paulo Mendes da Rocha pelas ricas conversas sobre a cidade;

à Cesar Shundi, Pablo Hereñú e Eduardo Ferroni pelos incentivos;

à Yvonne Mautner e Khaled Goubar;

à Artur Rosestraten e Monica Solveira Brito;

à Ana Fani Carlos e Maria Cristina da Silva Leme;

aos funcionários da Biblioteca da FAUUSP e da Biblioteca da FAU Maranhão;

aos funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes, Biblioteca Mário de Andrade, Biblioteca e Mapoteca do Museu do Ipiranga, Fundo Aguirra, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo, Mapoteca do Itamaraty Rio de Janeiro e Bibiloteca Nacional Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO	17
PRIMEIRO FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE DA CARTOGRAFIA	27
CONCEITO DE MODO DE PRODUÇÃO	30
CONCEITO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO	34
HISTÓRIA DO ESPAÇO	35
TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES	43
ESPAÇO ABSTRATO	49
SEGUNDO LEITURA DA CARTOGRAFIA DA CIDADE DE SÃO PAULO	57
DESCONSTRUÇÃO DO MAPA	60
AUTORIDADE CIENTÍFICA	63
MAPAS DE SÃO PAULO	66
DEZENHO POR ÍDEA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1765/1775 - FARIA, JOSÉ CUSTÓDIO DE SÁ	71
PLANTA DA IMPERIAL CIDADE DE SÃO PAULO - 1841 - BRESSER, KARL ABRAHAN	75
PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1841 - BRESSER, KARL ABRAHAN	79
MAPPA DA CIDADE DE SÃO PAULO E SEUS SUBURBIO - 1844/1847 - BRESSER, KARL ABRAHAN	83
MAPPA DA CIDADE DE SÃO PAULO OFFERECIDO A SUA Magestade - 1944/1947 - BRESSER, KARL ABRAHAN	87
MAPPA TOPOGRÁFICO DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1877 - ALBUQUERQUE, FERNANDO DE E RATH, CARLOS	91
MAPPA DA CAPITAL DA PCIA. DE S. PAULO - 1877 - ALBUQUERQUE, FERNANDO DE E MARTIN, JULES	95
PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1881 - COMPANHIA CANTAREIRA E ESGOTOS	99
NOVA PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO E SUBURBIOS - 1881 - MARTIN, JULES	105
NOVA PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1891 - BONVICINI, UGO E DUBUGRAS, VICTOR	109
PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1893 - BONVICINI, UGO	113
PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1895 - BONVICINI, HUGO	117
PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1896 - SÃO PAULO - ESTADO - COMISSÃO DE SANEAMENTO	121
PLANTA GERAL DA CAPITAL DE SÃO PAULO - 1897 - CARDIM, GOMES	125
PLANTA GERAL DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1905 - COCOCI, ALEXANDRE MARIANO E COSTA, LUIZ FRUCTUOSO	131
PLANTA GERAL DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1913 - COCOCI, ALEXANDRE MARIANO E COSTA, LUIZ FRUCTUOSO	135
PLANTA GERAL DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1914 - SÃO PAULO - MUNICÍPIO - COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA SEM TÍTULO - 1915 - AUTOR DESCONHECIDO	139
PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1916 - SÃO PAULO - MUNICÍPIO - 2A. SECÇÃO DA DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO	145
SÃO PAULO MONUMENTAL - 1920 - CASTIGLIONE, G.	149
PLANTA DA CIDADE DE S. PAULO - 1924 - SPIX, JOHANN BAPTIST VON	155
PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO E MUNICÍPIOS CIRCUMVIZINHOS - 1927 - CIA. LIGHT, REPARTIÇÃO DE ELETRICIDADE	157
PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1928 - SÃO PAULO - ESTADO - REPARTIÇÃO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE SÃO PAULO	161
PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1929/30 - SÃO PAULO - MUNICÍPIO - 7A. SESSÃO DA DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO	167
MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1930 - SÃO PAULO - MUNICÍPIO -SARA BRASIL S/A - FOLHA II	171
MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1930 - SÃO PAULO - MUNICÍPIO -SARA BRASIL S/A - FOLHA 51	181
MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1930 - SÃO PAULO - MUNICÍPIO -SARA BRASIL S/A - FOLHA 73-74	185
MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1930 - SÃO PAULO - MUNICÍPIO - SARA BRASIL S/A - FOLHA 51/7	189
PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO E MUNICÍPIOS CIRCUMVIZINHOS - 1943 - CIA. LIGHT, REPARTIÇÃO DE ELETRICIDADE	193
SÃO PAULO - 1951 - COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	197
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1954 - SÃO PAULO - MUNICÍPIO - VASP S.A. E CRUZEIRO DO SUL S.A. - FOLHA 10	201
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1954 - SÃO PAULO - MUNICÍPIO - VASP S.A. E CRUZEIRO DO SUL S.A. - FOLHA 16	205
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1954 - SÃO PAULO - MUNICÍPIO - VASP S.A. E CRUZEIRO DO SUL S.A. - FOLHA 13-15	209
PESQUISA DA ESTRUTURA URBANA DA AGLOMERAÇÃO PAULISTA - 1957 - SAGMACS - FOLHA B-14.4	213
GEGRAN - 1972 - GEGRAN - FOLHA 139/23	217
TERCEIRO DO MAPA DA CIDADE À CIDADE DO MAPA	221
LEI DE TERRAS E O ROCIO DE SÃO PAULO	221
ORIGENS DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	245
AUSÊNCIA DO MAPA	254
AUSÊNCIA NO MAPA	258
SUJEIÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL	264
SEGREGAÇÃO E DISSIMULAÇÃO DOS ESPAÇOS DE POBREZA	281
CARTOGRAFIA E LEI	285
COR DO MAPA	296
INDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	303
CONCLUSÃO	307
	310
	323

introdução

Mapas são comumente entendidos como um registro fiel e confiável de uma dada realidade física e material do *espaço* em um dado *tempo*.

A aparente transparência dos mapas, histórica e socialmente construída, é intencionalmente utilizada para convencer seus observadores de uma realidade que *está contida no mapa* e não fora dele. Sua eficácia como instrumento de persuasão está justamente nessa suposta transparência.

Ao contrário do que se entende, mapas não são uma representação da realidade, mas sim, *portam uma realidade*, têm uma realidade própria e não são, portanto, uma remissão a uma outra realidade externa.

Mapas constroem a realidade e não simplesmente a representam, são, portanto, instrumentos de produção da realidade.

Mapas são extremamente redutores. Um mapa é apenas *uma* folha das *infinitas* folhas necessárias para representar uma dada realidade. São incapazes de, isoladamente, representar com clareza a complexidade de uma dada realidade.

Mapas são arbitrários e autorias. Operam para servir interesses específicos e são usados para formalizar e legitimar acontecimentos neles representados. Antecipam a realidade e não somente registram um momento passado da realidade.

Ignora-se o poder da imagem e subestima-se o poder dos mapas.

Mapas são duplamente sedutores ao serem objetos científicos ao mesmo tempo que artísticos. Possuem uma linguagem universal e seu conteúdo é de apreensão imediata e automática. Essa linguagem, em si uma *abstração, imediatiza* a comunicação e apreensão dos conteúdos que, invariavelmente, parecem, para o observador, serem mais confiáveis e verdadeiros do que realmente são. Essa linguagem, como abstração, teve que ser *concebida*, ensinada e aprendida, pois, assim como a esfericidade da terra¹, a perspectiva que se vê nos mapas é raramente *percebida* pela experiência do corpo no espaço, pelo *vivido*.

Mapas, assim como os conhecemos hoje, tiveram origem no século XV, com o desenvolvimento das regras fundamentais da perspectiva. Esses mapas renascentistas substituíram as representações medievais do espaço, que eram mais próximas de um registro das sensações que se tinha ao caminhar. Eram representações quase táteis com diversos pontos de vista. Mapas renascentistas, com um ponto de vista fixo, permitiam que o globo fosse percebido como uma totalidade, e a humanidade, pela primeira vez, pôde ser localizada em uma estrutura espacial única. Esse é o momento em que essa objetividade passava a ser muito valorizada, pois a precisão na navegação e a determinação da propriedade da terra, assim como de fronteiras políticas, passaram a ser um imperativo econômico e político.²

Observa-se, portanto, que essa substituição se deu, em grande parte, pela introdução de uma nova demanda social e não pela ineficiência dos mapas medievais. A partir desta observação, pode-se sugerir que mapas estão relacionados a transformações sociais, não somente como resultado delas, mas também como produtores dessas transformações. Mapas estão profundamente implicados com a História que eles ajudam a construir.

Dentre os trabalhos que caminham nesse sentido em que o presente estudo teve a oportunidade de se aprofundar, destacam-se os estudos de Brian Harley, Christian Jacob e Denis Wood.

Brian Harley (1932-1991), dedicou grande parte de sua obra à ampliação dos conceitos que fundamentavam a cartografia. Influenciado pela leitura de autores como Erwin Panofsky e Michel Foucault, Harley passou a se empenhar na criação de uma epistemologia para o estudo da cartografia que evidenciava o papel dos mapas como *estruturadores do espaço social*, sem negar a importância da sua *dimensão técnica*.³

1 WOOD, Denis. *The Power of Maps*. New York: The Guilford Press, 1992.

2 HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

3 GOMES, Maria do Carmo Andrade. *Velhos mapas, novas leituras: revisitando a*

Nas últimas duas décadas destacaram-se os estudos de Christian Jacob e Denis Wood com a publicação de “L’empire des Cartes” e “The Power of Maps”, respectivamente.

Christian Jacob, assim como Harley, buscou a criação de uma epistemologia própria para o estudo das cartas, tratando os mapas como resultado de um conjunto de *escolhas gráficas*, aprofundando-se no estudo da *dimensão técnica* da cartografia, enfatizando o caráter *retórico* dessas representações e criando categorias para a análise da *linguagem cartográfica*. (GOMES, 2004)

Denis Wood, assim como os outros autores citados, buscou estruturar as bases epistemológicas da cartografia evidenciando a relação entre os mapas e o poder. Sua crítica incide diretamente sobre a pretensa neutralidade dos autores e a naturalização da linguagem cartográfica. (GOMES, 2004)

Nesse sentido, no Brasil, destacam-se os estudos realizados por Nestor Goulart Reis Filho, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e Eudes Campos, com diversos ensaios e publicações direcionados à introdução de uma epistemologia própria para o estudo da produção cartográfica no país. Os trabalhos de Nestor Goulart Reis Filho concentram-se no estudo da morfologia urbana das cidades e vilas do Brasil no período colonial, imperial e início da república no século XX, onde se destacam extensos e pormenorizados estudos sobre a cidade de São Paulo. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno aprofundou estudos sobre a cidade de São Paulo no século XIX, além dos estudos sobre a *desenho* nos séculos XVI ao XVIII com a atuação dos engenheiros militares no Brasil e em Portugal.

Dentro desse contexto, o presente trabalho procurou responder às questões colocadas organizando-se em três capítulos.

O primeiro capítulo expõe os fundamentos e conceitos que instrumentam a análise da cartografia de São Paulo. Trata-se, portanto, da exposição dos termos de abordagem dos mapas, dos conceitos que auxiliam a compreensão de como estas representações atuam socialmente e são manipuladas por atores sociais.

O capítulo se inicia com a análise do conceito de *modo de produção*, contido na obra “Formações Econômicas pré-Capitalistas”, de Karl Marx, e segue para o aprofundamento do conceito de *produção do espaço* elaborado na obra “A Produção do Espaço” de Henri Lefebvre. O espaço como *produto-produtor* e sua implicação com o modo de produção leva à periodização do que seria uma *história do espaço* exposta por Jorge

História da Cartografia. in GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, No. 16, p. 67-79, 2004.

Oseki em “O Único e o Homogêneo na Produção do Espaço”, em que se baseou na obra de Lefebvre.

A teoria das representações, apresentado por Henri Lefebvre em “La Presencia y la Ausencia”, leva à compreensão de que mapas são *representações* do espaço, sendo, portanto, mediações necessárias e respostas a necessidades concretas, ao mesmo tempo que dissimulam objetivos reais. Essa teoria leva à compreensão de que *representações cartográficas*, engendradas pelo modo de produção, no capitalismo, agem ideologicamente, ainda que sejam respostas à demandas sociais legítimas.

A fundamentação dos instrumentos para a análise da cartografia de São Paulo é concluída com o estudo do processo que levou à formação e consolidação do espaço instrumental e produtivo ora observado na cidade. A análise desse *espaço abstrato* é essencial para compreender em que termos a produção do espaço e reprodução social se realiza, hoje, na cidade de São Paulo. O conceito de espaço abstrato, presente na obra de Lefebvre, ilumina a regressão histórica e esclarece a realidade da produção do espaço atual.

O segundo capítulo é uma aproximação drástica da cartografia de São Paulo a partir da análise dos mapas da cidade. Trata-se de uma análise presencial dos documentos primários com a intenção de apreender as impressões “originais” causadas no observador. Essas análises primárias originaram uma série de fichas catalográficas que, no seu conjunto, representam o corpo da produção cartográfica da cidade de São Paulo.

As considerações de Brian Harley e Pierre Bourdieu representaram uma aproximação da análise cartográfica propriamente dita. Em “La Nueva Naturaleza de los Mapas: Ensayos sobre la historia de la cartografía”, Harley expõe como um mapa pode ser lido como um *texto*, a partir de suas inúmeras simbologias e significados. A análise de Harley leva ao questionamento da *autoridade científica* contida nos mapas. Esse tema foi aprofundado por Pierre Bourdieu, em “O Poder Simbólico”, onde expõe as lutas arbitrárias por poder autoral internas ao campo científico.

Informado com os fundamentos aprofundados no primeiro capítulo dessa dissertação, aos textos que resultaram dessa análise primária foram adicionadas notas oportunas sobre os fatos observados nessas cartas. Nessas notas, consta as observações realizadas por Nestor Goulart Reis Filho em “São Paulo: Vila Cidade Metrôpole”; Eudes Campos em “São Paulo Antigo: Plantas da Cidade” e de Maria Lúcia Perrone Passos e Teresa Emídio em “Desenhando São Paulo: Mapas e Literatura: 1877-1954”. Essas obras contém informações resumidas sobre o

contexto histórico e social dos mapas e seus autores.

Essa documentação, presente no segundo capítulo dessa dissertação originou grande parte das observações e questionamentos que foram desdobrados e fundamentados no terceiro capítulo.

A grande quantidade de documentos cartográficos da cidade exigiu um recorte direcionado baseado em três fatores. Os mapas deveriam explicitar a intenção de representar toda a cidade, mesmo que não o fizesse. A escala desses mapas deveria ser maior ou igual a 1:50.000, tendo como base o tamanho atual da cidade de São Paulo. Os documentos deveriam ser originais, de forma a preservar as intenções e motivações do autor. Para essa pesquisa foi utilizado o acervo de diversas instituições em São Paulo e no Rio de Janeiro sendo que a maior parte desses documentos encontram-se no Arquivo Público do Estado de São Paulo e na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

O terceiro capítulo é uma análise transversal à leitura dos mapas. Partindo da comparação e sobreposição de alguns mapas de São Paulo, relaciona-se a cartografia produzida na segunda metade do século XIX com os acontecimentos sociais, econômicos e políticos desse período.

O desenvolvimento desse capítulo baseou-se na análise contida em “Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo na segunda metade do século XIX” de Mônica Silveira Brito, onde esta autora explora as disputas políticas e os desdobramentos econômicos da promulgação da Lei de Terras em 1850. Esse trabalho foi especialmente útil pela atenta discussão da legislação incidia sobre a cidade e seus arredores.

Outra obra importante para esta parte do trabalho foi “A Cidade e a Lei”, de Raquel Rolnik, em que são discutidas as intenções e as consequências da elaboração da legislação urbanística da cidade de São Paulo.

Em “O cativo da Terra”, de José de Souza Martins, encontra-se a análise das consequências do processo de introdução da propriedade privada no Brasil e sua implicação com a cultura do café no interior de São Paulo e consequente introdução do trabalho livre em substituição ao escravo. A análise de Martins é especialmente importante por elucidar como o capital permaneceu se valorizando, através da *renda capitalizada*, nesse período de transformações sociais profundas.

A análise da atividade da construção contida em “São Paulo: a construção da cidade 1872-1914”, de Paulo Cesar Xavier Pereira, explicitou as implicações urbanas da introdução da moderna propriedade da terra no Brasil e do cultivo do café no interior de São Paulo. O autor explora as consequências da acumulação de capital e trabalho em São Paulo

e opera o “desmonte” do processo de industrialização da construção civil na cidade.

Nessa parte do trabalho são analisados mapas *cadastrais, turísticos e institucionais* e sua participação no processo desencadeado pela promulgação da Lei de Terras e a proibição do tráfico de escravos no ano de 1850.

Esses mapas estão implicados com apropriação privada das terras comunais dos arrabaldes da capital em uma disputa que envolveu a Câmara Municipal e o governo Provincial sobre as terras do *rocio* de São Paulo, bem como com o processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre assalariado, processo esse que significou a subordinação do trabalho ao capital e o início da industrialização e da proletarianização, assim como a produção da periferia da cidade de São Paulo.

Esse processo, que foi desencadeado pela instituição do princípio da propriedade privada, contido na Lei de Terras, resultou na introdução de novas relações sociais de produção e representou a formação e o início da consolidação do *espaço abstrato*. Esse espaço instrumental e produtivo que hoje se observa na cidade de São Paulo.

Essa regressão histórica, iluminada pelo conceito de espaço abstrato, revelado na obra de Lefebvre, esclarece os termos da produção do espaço, hoje, não como uma determinada situação mas como um determinado processo.

capítulo

primeiro

fundamentos para a análise
da cartografia

Nessa parte do trabalho pretende-se aprofundar fundamentos sociais e econômicos como forma de fundamentar a análise da cartografia. A relação desses fundamentos com a cartografia propriamente dita, será realizada nos capítulos 2 e 3 onde uma leitura transversal implicará esses fundamentos com plantas de São Paulo e com os aspectos econômicos, sociais e políticos do seu desenvolvimento urbano.

Trata-se, portanto, da exposição dos termos com que se chega aos mapas, momento da constituição dos instrumentos necessários a análise da cartografia de São Paulo.

Seguindo a análise presente na obra de Karl Marx e Henri Lefebvre, aprofundam-se os conceitos de *modo de produção*, *produção do espaço*, *representação*, como um percurso para a compreensão dos fundamentos para a análise da cartografia contemporânea e a sua relação com a morfologia do espaço. Através desse percurso colocado, expõe-se o processo de formação e consolidação do *espaço abstrato*, onde a cartografia não somente representa, mas também, produz o espaço.

O caminho aqui proposto se inicia pela exposição do conceito de *modo de produção*, presente em “Formações Econômicas Pré-Capitalistas” de Karl Marx e pela conceituação do espaço social como produto-produzidor e sua relação com o modo de produção. A análise segue a hipótese de uma *história do espaço* proposta por Jorge Oseki, a partir da obra “A Produção do Espaço”, de Henri Lefebvre. O aprofundamento da *teoria das representações* e a sua relação com a ideologia e a cartografia presentes em “La Presencia y La Ausencia”, também de Henri Lefebvre leva a entender os mapas como *representações* do espaço. Finalmente, chega-se à análise do processo de constituição e consolidação do *espaço abstrato*, como sequência da análise de “A Produção do Espaço”, de Henri Lefebvre.

CONCEITO DE MODO DE PRODUÇÃO

O estudo da evolução social e econômica de Marx baseia-se no conceito de *propriedade* e na relação entre trabalho e propriedade.

O homem na atividade social de buscar meios para sua subsistência realiza trabalho, reproduz e produz sua existência agindo sobre a natureza, determinando usos para essa natureza, externa e interna. Essa relação fundamental entre homem e suas condições naturais, que é um aspecto do trabalho, está contida no conceito de propriedade, isto é, no ato de se “apropriar” da natureza que é o primeiro passo para a apropriação das condições objetivas de subsistência. A propriedade seria então “a relação do indivíduo com as relações “naturais” de trabalho e reprodução”,¹ não devendo portanto ser confundida com a forma histórica expressa na propriedade privada. As relações que os homens estabelecem entre si desenvolvem tanto a cooperação quanto a divisão social do trabalho, que é uma especialização do próprio trabalho. Ao se apropriar da natureza, constroem relações sociais e concepções que dão sentido a sua atividade, transformando assim a base de sua atuação na natureza, a sociedade.

Marx observa nesse processo um progressivo distanciamento entre trabalho e propriedade, na medida em que o homem é separado das condições objetivas de produção, afastando-se, assim, da sua relação primitiva de propriedade com a natureza (MARX, 2006, p. 92) A dissolução total da relação trabalho-propriedade é uma das condições para a existência do modo capitalista, pois essa separação possibilita a livre troca de trabalho livre por dinheiro.

Cada modo de produção, portanto, corresponde a um estágio dessa

¹ MARX, Formações Econômicas Pré-Capitalistas, São Paulo: Paz e Terra, 2006, cit., p. 66.

divisão, o que não implica deduzir que os modos de produção seguem uma sequência cronológica. Mesmo sabendo que as formações econômicas e sociais especificamente sejam muito importantes para entender fases particulares da evolução, é o conjunto das transformações que Marx pretende compreender. Assim, a sequência proposta por Marx, apresentada a seguir, deve ser entendida em um sentido amplo, mesmo porque se sabe que modos de produção coexistiram e ainda coexistem. Observa-se também que não existe a preocupação de explicar a transformação de um modo para outro, exceto quando essa transformação tem importância para o processo como um todo.²

Marx divide essa evolução em quatro fases: a primeira é a propriedade comunal direta, que corresponde ao estágio não desenvolvido da produção, em que o homem se sustenta caçando, criando animais e, em alguns casos, plantando. A base dessa formação social é a associação de grupos por parentesco, onde a identidade comunal garante a “propriedade” a todos os membros. Marx ainda não considera essa formação como uma sociedade de classe plenamente constituída.

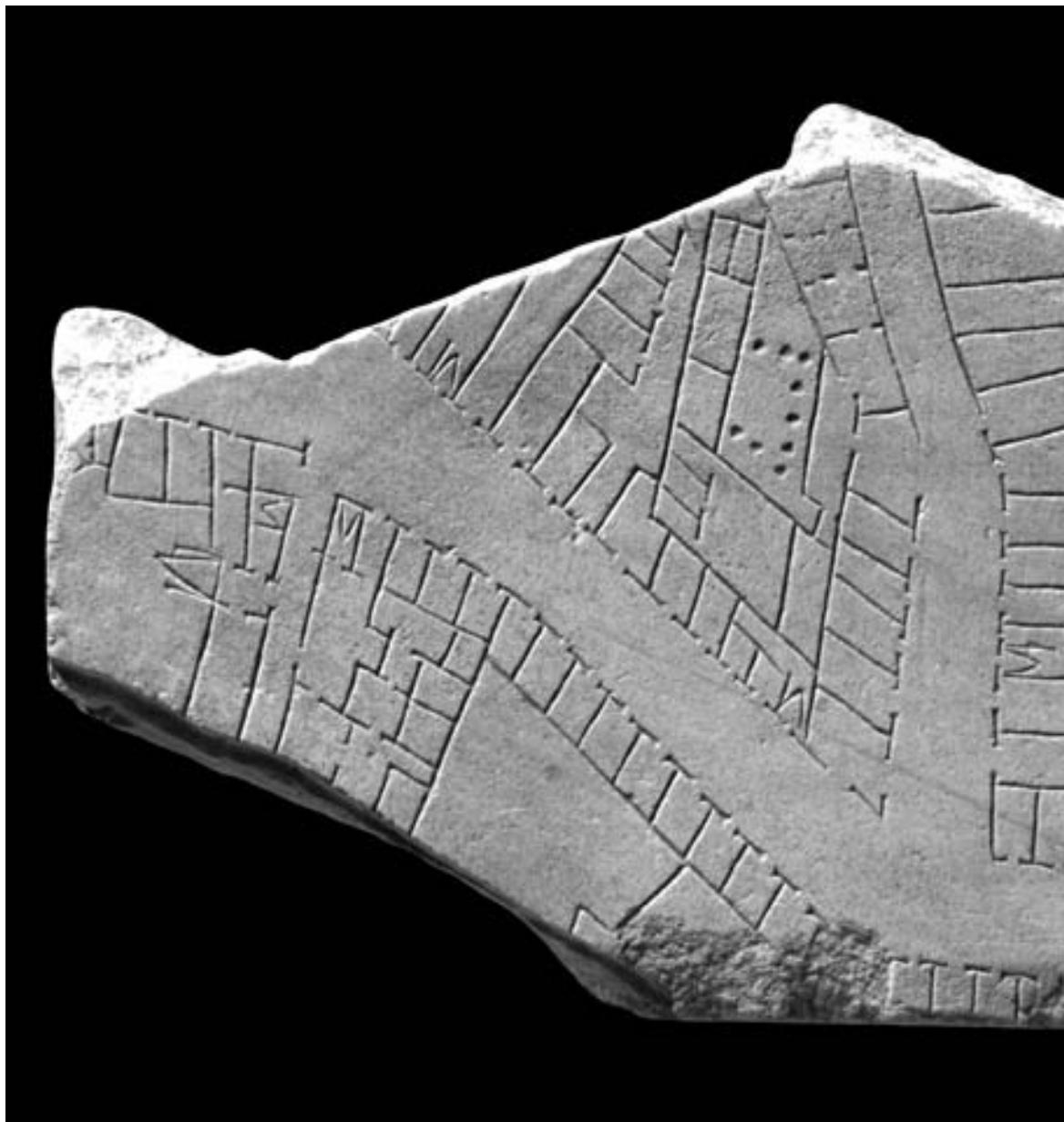
A segunda é a propriedade comunal que existe como base do que já é, para Marx, um sistema “contraditório”, isto é, de classe, como na forma da propriedade comunal e estatal da antiguidade, onde a propriedade privada já existe, porém subordinada à comunal. Nesse estágio, a divisão social do trabalho já é muito complexa. Existe a divisão entre cidade e campo, bem como a divisão entre produção e comércio dentro das cidades. (HOBBSAWM, 2006, p. 30)

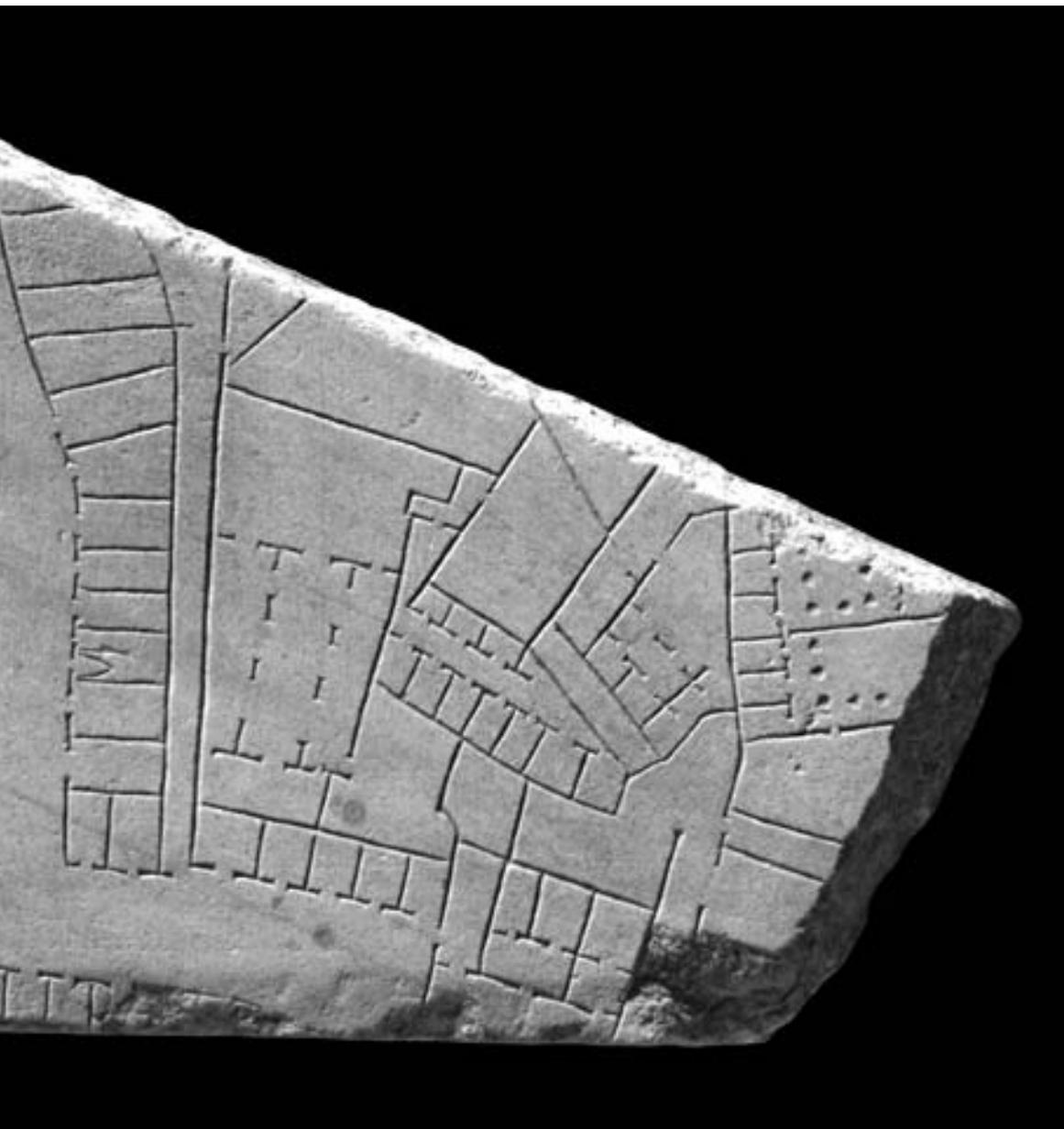
A terceira fase não corresponde exatamente ao modo de produção feudal mas segue, segundo Marx, o desenvolvimento, durante o período medieval, da manufatura “artesanal” em que o artesão independente, corporativamente organizado em guildas, já representa uma forma muito mais individual de controle sobre os meios de produção, e, na verdade, do consumo, o que lhe permite viver enquanto produz. O trabalho hábil e especializado do produtor-artesão garante a ele a propriedade do instrumento de produção, já que a terra é propriedade do senhor feudal, garantida pela associação entre senhores e servos. (HOBBSAWM, 2006, p. 30)

Marx chama a atenção para o fato de que é durante a Idade Média que a cidade, centro comercial, passa a ser o centro dos acontecimentos sociais e econômicos, papel antes desempenhado pelo campo, agora limitado apenas à produção.

O quarto estágio é aquele em que surge o proletariado, é aquele no

2 HOBBSAWM, Eric. Introdução, in MARX, Formações Econômicas Pré-Capitalistas, São Paulo: Paz e Terra, 2006, cit., p. 18.





qual a exploração não mais ocorre na forma grosseira da apropriação de homens, como escravos ou servos, mas na da apropriação do trabalho. Na análise de Marx, “para o capital o trabalhador não constitui uma condição de produção, mas apenas o trabalho o é. Se este puder ser executado pela maquinaria, ou mesmo pela água ou pelo ar, tanto melhor. E o Capital se apropria, não do trabalhador mas do seu trabalho, e não diretamente mas por meio da troca”.³

Seguindo a análise de Marx, percebemos que o modo capitalista é a forma em que o trabalho vivo mantém uma relação de não-propriedade com a matéria prima, com os instrumentos de trabalho e com os meios de subsistência necessários durante o próprio processo de produção, e, acima de tudo, a não-propriedade da terra (MARX, 2006). Na visão de Marx essa é a relação que implica propriedade, produção e modo de produção.

Entretanto, compreender o processo de constituição do estágio atual da relação entre trabalho e propriedade, não é o suficiente para explicar completamente a relação da cartografia com o modo de produção. Essa relação se dá no espaço, através do espaço e de sua produção.

CONCEITO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Pensar a *produção do espaço* implica o aprofundamento do conceito de espaço como produto social.

Em “A Produção do Espaço”⁴, Henri Lefebvre considera o espaço (social) assim como o tempo (social) não mais como fatos da “natureza”, não mais como simples fatos da “cultura”, mas como produto.

Até a publicação dessa obra, explica Lefebvre no prefácio da edição francesa⁵, o termo “espaço” relacionava-se apenas às ciências exatas, matemática e geometria, que tratavam o espaço como um “continente sem conteúdo”. As ciências que tratavam do espaço tinham repartido o espaço em termos analíticos específicos, o geográfico, o sociológico, o histórico, o arquitetônico etc, o que dificultava uma análise aprofundada do espaço social.

Pensar o espaço como *produto*, analisar e expor a *produção do espaço*, significa “elegê-la como um momento da sociedade atual, isto é, como uma reveladora dessa mesma sociedade que permita apreendê-la

3 MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-Capitalistas, São Paulo: Paz e Terra, 2006, cit., p. 93.

4 LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Malden, Massachusetts: Blackwell, 1998.

5 LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. prefácio da edição francesa de 1974, tradução de Jorge Hajime Oseki, mimeo, 2007.

como totalidade, Momento onde, por meio de uma agudização extrema da contradição é possível visualizar seu fim, a possibilidade de sua superação.. Não somente caracterizar o espaço que vivemos em sua gênese, mas reencontrar, através do, e pelo espaço produzido, a gênese da sociedade atual”⁶.

“O *produto-espaço* não é um objeto, uma coisa, mas um conjunto de relações. Não é passivo nem vazio, não tem a troca e o consumo como única finalidade e sentido, como se dá com outras mercadorias. (OSEKI, 1996, p. 111)



1. Cena de caça em Lascaux:
Representação espacial de uma cena de caça encontrada nas cavernas de Lascaux, sul da França, datada em aproximadamente 15.000 anos.

Para Lefebvre, esse *produto-espaço* não deve ser confundido com as mercadorias comuns, entendido apenas como resultado do trabalho abstrato. Esse espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, nem como tendo apenas o sentido, como outros ‘produtos’, da troca, do ser consumido, do desaparecer. (OSEKI, 1996, p. 111).

O espaço como *produto* intervém na produção social, na organização do trabalho, no fluxo e no estoque de matérias primas e energia e nas redes de distribuição. É, portanto, *produto-produtor*. “O caso do *espaço* (social) pode servir tanto de exemplo como de prova. O produto torna-se produtivo, passando pela extrema abstração. O que a história específica do espaço, caso também de processo material dialético, mostra”. (LEFEBVRE, 2007, p. 3)

O espaço como “*meio*” produz o reproduzível, produz, conforme segue a análise de Oseki, “imitando a produção passada, [...] contradição última: a capacidade produtiva do espaço produzindo apenas o re-produto (o reproduzido), só engendra o repetitivo e a repetição. A produção do espaço se transforma em seu contrário: reprodução das coisas no espaço”. (OSEKI, 1996, p. 112)

O espaço participaria, então, tanto das forças produtivas como das relações de produção e propriedade, da realização e da repartição da mais-valia.

HISTÓRIA DO ESPAÇO

Entende-se que um modo de produção só se realiza quando engendra um espaço e um tempo sociais. Assim como a análise crítica de Marx revelou o papel do trabalho e dos meios de produção na realização do modo de produção, a análise do espaço revela sua relação com o modo

⁶ OSEKI, Jorge H. O Único e o Homogêneo na Produção do Espaço in MARTINS, José de Souza (org.). Henri Lefebvre e o retorno á dialética, São Paulo: Hucitec, 1996. cit. p. 111.

de produção.

Seguindo a argumentação de Lefebvre, esclarece Oseki, “se o espaço intervém no modo de produção, como efeito causa e razão, há portanto uma história do espaço. O modo de produção produz relações sociais, um espaço e um tempo, e dessa maneira se realiza. Podemos então associar modos de produção e fases do espaço social engendrado”. (OSEKI, 1996, p. 113)

A periodização da história do espaço proposta por Jorge Oseki⁷ a partir da conceituação de Henri Lefebvre em “A Produção do Espaço”, será apresentada a seguir como uma derivação da periodização de Marx, apresentada anteriormente, o que não significa determinar a história propriamente dita, mas sim uma história dos espaços segundo o modo de produção. Entende-se que essa periodização é fundamental para a compreensão da relação entre espaço e modo de produção e, conseqüentemente, a compreensão da relação entre cartografia e o modo de produção em que estão inseridas.

Espaço analógico: corresponde ao espaço das comunidades arcaicas e tribais (indígenas). É apropriado por analogia a natureza, ao corpo e sua projeção no espaço (1).

Corresponderia à propriedade comunal direta e, segundo a análise de Marx, ao estado mais primitivo da relação entre trabalho e propriedade. Pode-se dizer que é um espaço mais próximo da origem do homem.

Espaço cosmológico: “espaço do modo de produção antigo (ou asiático), desenho no espaço de uma imagem do cosmo. A cidade contém um lugar (ágora, panteão, fórum) considerado o centro do mundo, de onde se representa - e na prática, se conquista - um espaço dominado.” (OSEKI, 1996, p. 114)

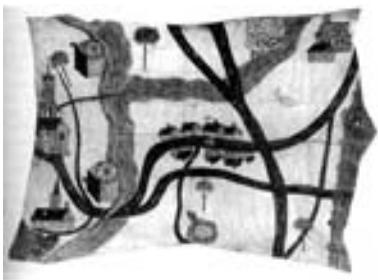
Coincide com a emergência da propriedade privada da terra, ainda subordinada à comunal, e sua crescente exigência por métodos precisos de registro (2). “A história antiga clássica é a história das cidades, porém, de cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura”⁸. A propriedade é comunal, entretanto, essa forma convive com uma sociedade de classe, somente os cidadãos são proprietários da terra. A cidade e o campo anexo formam o todo econômico. O objetivo econômico é a produção de valores de uso e o desenvolvimento de determi-



2. Fragmento da “Forma Urbis Romae”: mapa entalhado no mármore datado do século II a.C. e que representa a urbe romana, era usado como registro e cadastro das propriedades dos cidadãos romanos. Trata-se de um painel de aproximadamente 12 metros de altura que ficava em uma sala do “Fórum da Paz” romano, representando a cidade com alto grau de precisão e proporção. David Reynolds provou em estudo de 1997 que a Forma Urbis Romae, juntamente com uma planta em folhas de papiro, era usada exclusivamente como um mapa cadastral.

7 Periodização apresentada em OSEKI, Jorge H. O Único e o Homogêneo na Produção do Espaço in MARTINS, José de Souza (org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética, São Paulo: Hucitec, 1996.

8 MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-Capitalistas, São Paulo: Paz e Terra, 2006, cit., p. 74.



3. “Plan des dime de Champeaux”, século XV: Representação que expressa muito bem a tradição cartográfica medieval ao acentuar as qualidades sensuais, e não racionais e objetivas do espaço. “O artista medieval acreditava poder traduzir convincentemente o que tinha diante dos olhos ao representar as sensações que tinha ao caminhar, experimentando estruturas, quase de maneira tátil, a partir de muitas perspectivas distintas, e não de um ponto de vista geral único” (cf. EDGERTON, *The Renaissance Re-Discovery of Linear Perspective* apud HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1992. cit. p. 220.)

nadas relações de comunidade. Existem a troca e o lucro, mas essa não é a forma dominante.

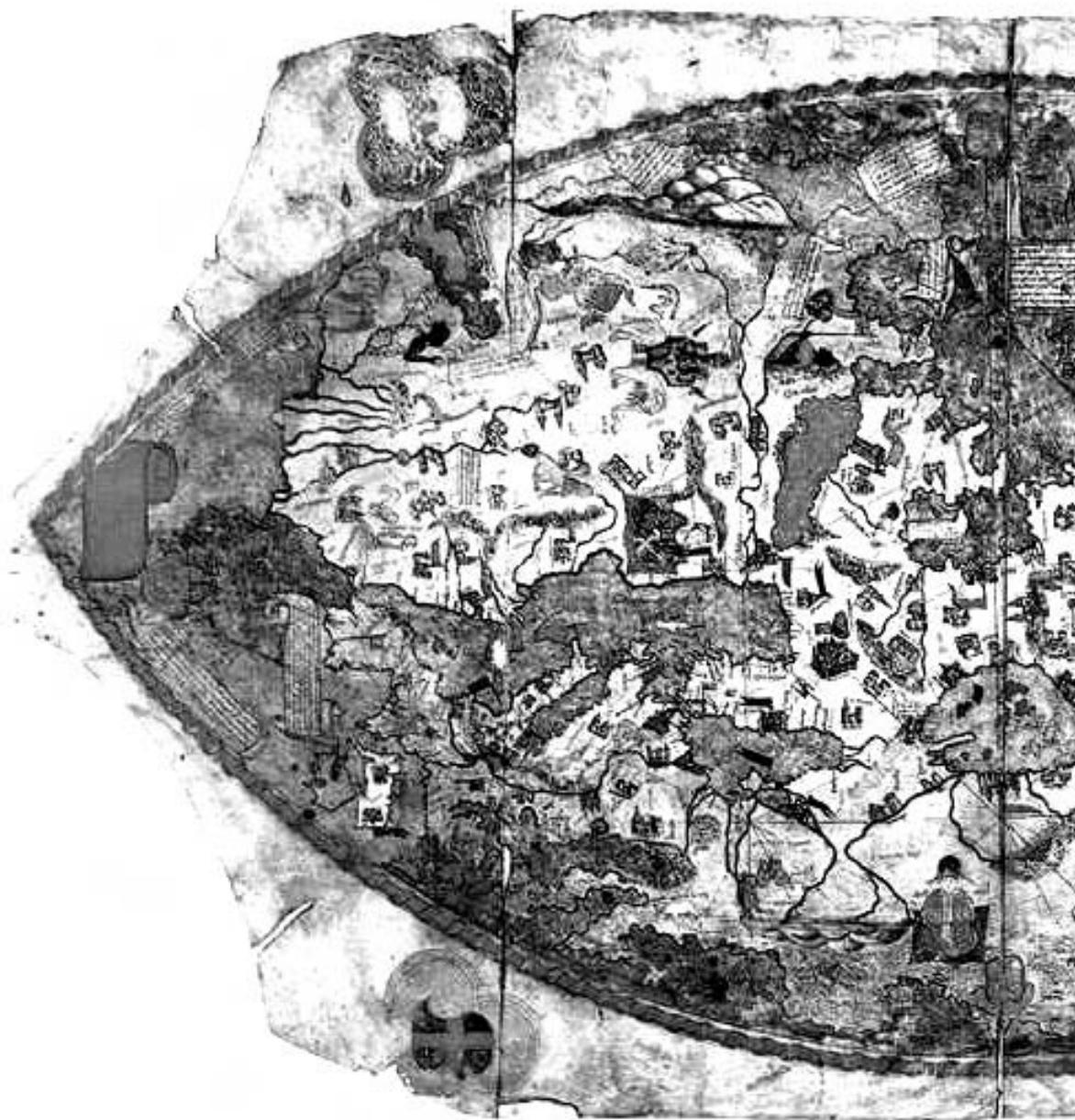
Espaço simbólico: espaço da cidade medieval. Espaço da dissolução da relação entre o trabalho e os meios objetivos de sua existência, onde o trabalhador aparece como proprietário apenas do instrumento de trabalho. Espaço das corporações no qual o capitalista é o mestre-artesão. Espaço da disputa entre a burguesia emergente e os senhores feudais, proprietários da terra. A área rural, e não a cidade, é o ponto de partida da organização social e sua base é a propriedade comunal coletiva dos senhores feudais. A divisão social do trabalho estava relativamente pouco desenvolvida, mas expressava-se principalmente na rígida separação dos vários estamentos.

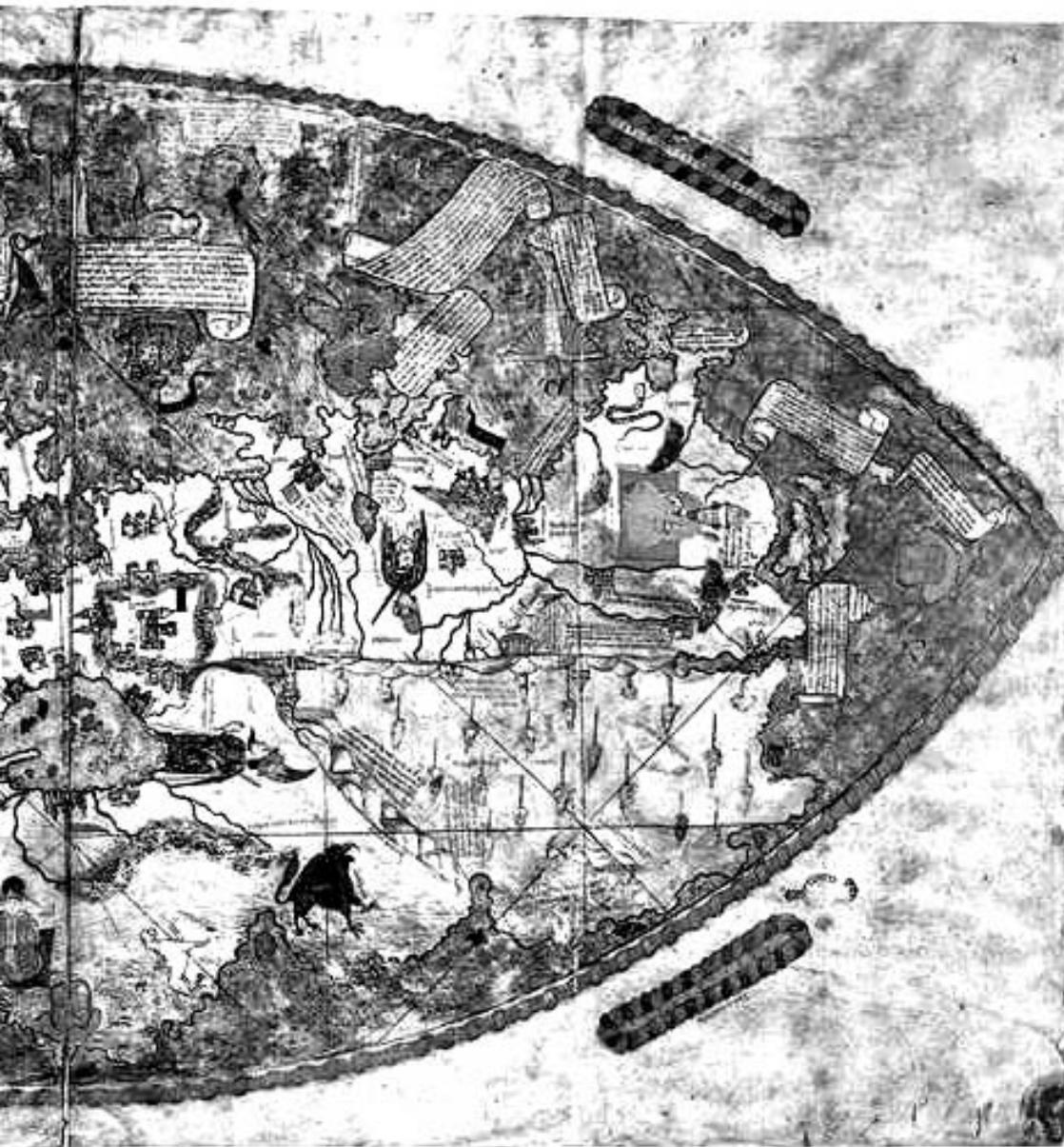
Segundo a argumentação de Marx a transição do modo de produção feudal para o capitalista pode ser considerada um produto da evolução do sistema feudal, pois começa com a separação funcional entre cidade e campo, entre comércio e produção, elemento fundamental na divisão social do trabalho (3 e 4).

Espaço perspectivo: espaço das cidades renascentistas, do capital bancário associado à empresa comercial. “O campo se transforma, passa do domínio feudal às meações; alamedas de ciprestes conduzem das terras dos meeiros ao casarão do senhor, onde fica um capataz; porque o proprietário mora na cidade, onde ele é banqueiro ou grande comerciante. A cidade se transforma, com as implicações arquiteturais; a fachada, o alinhamento, o horizonte. Esta produção de um espaço novo, o perspectivo, não se separa de uma transformação econômica: crescimento da produção econômica e das trocas, ascensão de uma classe nova”⁹.

Este momento é importante para a compreensão dos fundamentos da cartografia contemporânea, pois é durante a Idade Média que a cidade, centro comercial, passa a ser o centro dos acontecimentos sociais e econômicos, limitando o papel do campo à produção. Esse período coincide com o surgimento do instrumental básico das representações cartográficas contemporâneas e com o desenvolvimento de regras fundamentais da perspectiva por Brunelleschi e Alberti. Os mapas, que passaram a representar o espaço com um ponto de vista fixo, permitiam que o globo fosse percebido como uma totalidade. Eles permitiram que toda a humanidade, pela primeira vez, fosse localizada numa estrutura espacial única. Essa objetividade totalizante dos mapas renascentistas superava em muito as representações medievais do

⁹ LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço*. prefácio da edição francesa de 1974. cit., p.5.





espaço. A objetividade na representação espacial veio a ser um atributo muito valorizado, porque a precisão da navegação, a determinação dos direitos de propriedade da terra e as fronteiras políticas passaram a ser um imperativo econômico e político¹⁰ (5).

Analogamente aos mapas, a utilização sistemática do calendário e do relógio foi igualmente totalizante. Criou-se um tempo universal, homogêneo e mensurável, diferente do tempo interior vivido. Isso permitiu a quantificação do trabalho pelo tempo e a concepção, por exemplo, da taxa de juros e da taxa de lucro. Dessa forma, fica claro que espaço e tempo, engendrados pelo modo de produção, oferecem um suporte objetivo para a atividade humana.

Espaço capitalista: espaço homogêneo, fragmentado e hierarquizado, “através e pela urbanização, sob a pressão do mercado mundial, sob a lei do repetitivo e do reproduzível, anulando as diferenças no espaço e no tempo, destruindo a natureza e os tempos naturais” (OSEKI, 1996, p. 115). Separação funcional do espaço em função da produtividade, hierarquizado dos centros às periferias. Espaço geométrico quantificável, consumido em lotes (6). Surgimento do proletariado. Rompimento total do trabalhador com a propriedade dos meios objetivos de produção. “Dissociação e descompasso brutal entre forma e conteúdo, com superfetação e delírio da forma e do visual” (OSEKI, 1996, p. 115).

A argumentação segue o aprofundamento da análise da produção do espaço no modo capitalista, em que grande parte dos mapas de São Paulo, senão todos, foram realizados.

Assim como descreve Oseki, o espaço capitalista-estatista tem como característica ser:

– homogêneo – ser o mesmo, se partir. O que permite a intercambialidade dos tempos e dos lugares e conforma no espaço as frações da cotidianidade (trabalho, família e lazer). A homogeneidade, entretanto, não significa democratização no (do) espaço: esse espaço é fortemente centralizado e segregado;

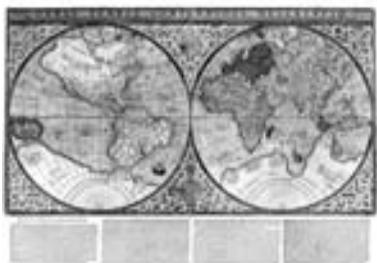
– quebrado – isto é, um espaço homogêneo, ótico, geométrico e quantificável mas construído, vendido e consumido aos pedaços, em lotes, de maneira a permitir a obtenção de rendas pelos proprietários da terra;

– hierarquizado – os lugares não são iguais porque o valor de uso não desaparece e se constitui em um emprego do tempo, já que os espaços não se situam igualmente diante dos centros (de decisão, de comunicação). Os espaços se hierarquizam dos centros às periferias. O



4. portolano genovês de 1457: Esse portolano, uma carta marítima genovesa de 1457, mostra as costas asiáticas do Oceano Índico e o Mar Mediterrâneo. Os portolanos foram muito valorizados em sua época pois permitiam medir distâncias precisas entre portos e pontos de troca e comércio pois possuíam escalas gráficas e rosa dos ventos. A comparação entre esse mapa e o seu contemporâneo “Plan des dimes de Champeaux” é especialmente interessante pois revela o momento do desenvolvimento do capital comercial no mediterrâneo e o crescente interesse por representar áreas mais abrangentes de uma maneira precisa e mensurável.

¹⁰ HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.. cit., p.223.



5. “Orbis Terrae” de 1587 de autoria do cartógrafo Gerardus Mercator. Dois círculos representam dois hemisférios do globo, já apresentando elementos da cartografia contemporânea, como sua estrutura em meridianos e paralelos criando um sistema abstrato de coordenadas geográficas.



6. Folha 331244 do GEGRAN, de 1972. Levantamento da cidade de São Paulo elaborada no início da década de 70, e que vem sendo utilizado até hoje como a base mais atualizada e precisa disponível. Essa base apresenta o espaço físico da cidade como sendo apenas edificações, lotes, arruamentos e topografia.

espaço social torna-se uma coleção de guetos, uma especialização da hierarquia do poder econômico e político. (OSEKI, 1996, p. 115-116)

Esse espaço só sobrevive graças ao Estado que o sustenta e “planeja”, assim, “a superação possível terá que ser dupla: do espaço e do Estado.” (OSEKI, 1996, p. 115-116)

É no capitalismo que o espaço *abstrato* se estabelece, no lugar do *absoluto*, pela violência, pelo político e através do Estado. Porém, antes de aprofundar as características desse espaço e conhecer suas implicações de uma forma mais completa, faz-se necessário apresentar os mapas como *representações*.

TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES

O estudo dos mapas como *mediações* entre o espaço e a atividade social no espaço, leva a entender esses mapas como *representações* do espaço.

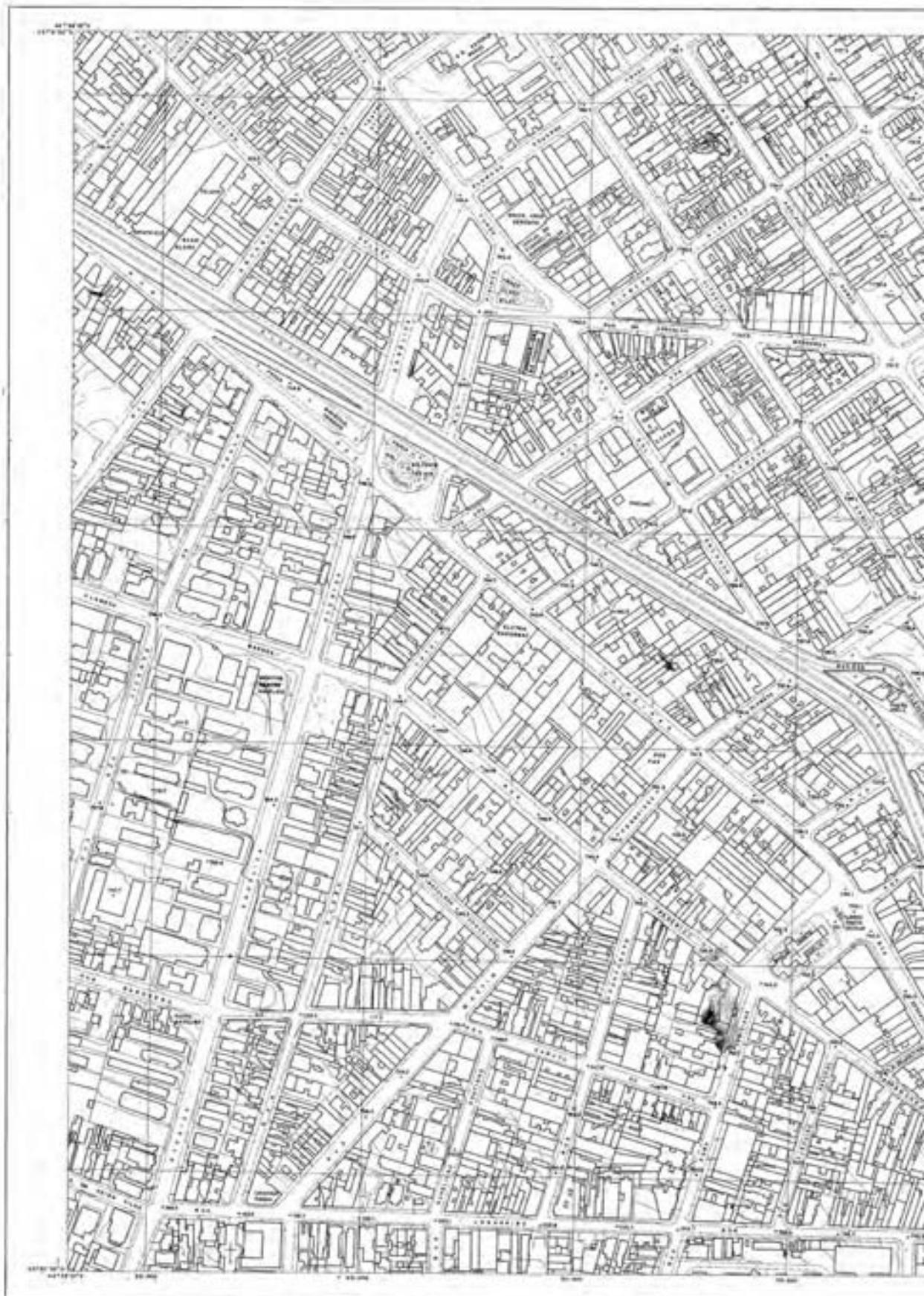
A *teoria das representações*, apresentada por Henri Lefebvre em “La Presencia y La Ausencia” busca explicar como o que se representa está simultaneamente presente e ausente nas representações. Esse estudo destina-se a entender o processo pelo qual o representado perde força e lugar, desloca-se, suplantado por seu representante. Isso acontece porque as representações não só interpretam a realidade, mas também interferem na prática social, fazem parte da vida e dela só se distinguem pela análise. Presença e ausência não se excluem mas, ao contrário, uma é mediada pela outra, uma supõe a outra.

Segundo Lefebvre, as representações são engendradas pelas relações sociais e pelo modo de produção, estão a serviço de ambos e aparecem como ideologia e cientificidade.¹¹

Nessa obra, Lefebvre retoma a importância histórica das mediações, dirigindo sua análise para a compreensão daquilo que bloqueia o processo histórico e daquilo que possibilita sua realização. É a partir desse ponto de vista que as representações, como mediações, se constroem como objeto do conhecimento. Lefebvre reconhece a sua força no que impedem e permitem e, assim, procura desvendar e entender esse processo.

As representações são necessárias e inevitáveis, não sendo nem verdadeiras nem falsas, mas verdadeiras e falsas ao mesmo tempo, pois são respostas a necessidades concretas, ao mesmo tempo que dissimulam objetivos reais. O poder das representações vem justamente dessa inerente ambiguidade. Quando se representa um fenômeno fi-

¹¹ LUFTI, Eulina P., SOCHACZEWSKI, Suzanna e JAHNEL, Teresa C. As Representações e o Possível in MARTINS, José de Souza (org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética, São Paulo: Hucitec, 1996. cit. p.89.



sico, por exemplo, através de uma curva ou um gráfico, sabe-se com clareza quem é quem na relação entre representado e representação. Entretanto, quando se trata de representações de fatos sociais, essa relação, quase sempre, torna-se ambígua.

Segundo a argumentação de Lefebvre, entre as representações, umas são engendradas pelas relações sociais e pelo modo de produção e se põem a serviço de ambos, elaborando-se em ideologia e cientificidade, enquanto “outras vêm de mais longe, de mais profundo, de sociedades anteriores, de mitologias, de religiões. Profundamente modificadas, desprovidas na aurora dos tempos modernos do caráter profundo dos arquétipos simbólicos ao se tornarem representações, servem para dissimular, simulando outra coisa. Essas representações estão, pois, em todas as mentes.”¹²

Para Lefebvre, uma teoria crítica das representações deve investigar as substituições e deslocamentos que ocorrem no processo de representação, além de buscar revelar as simulações e dissimulações, que são a força das representações. Nesse processo, devem-se considerar sua gênese e genealogia, ou seja, gênese histórica ligada à história da filosofia e da sociedade, e genealogia, filiações e ligações, “desvios e atalhos, influências”. Só pela teoria pode se escapar das representações enganosas que fascinam e trabalhar com aquelas que apontam para o novo, que contêm o possível. (LUFTI, SOCHACZEWSKI, JAHNEL, 1996, p. 90)

Para Lefebvre, representação e ideologia são diferentes no modo de agir, e portanto não devem se confundir, pois, enquanto a representação desloca, a ideologia substitui o representado.

As ideologias como produto, ao mesmo tempo da interpretação dos homens e da divisão social do trabalho, têm uma base real na sociedade, mas, ao mutilar e deformar a prática social, são usadas maliciosamente, politicamente.

Para Marx, a ideologia no capitalismo é um fenômeno histórico-social decorrente do modo de produção econômico. A sua função é ocultar o processo de produção como relação entre meios de produção e forças produtivas sob a divisão social do trabalho, e também dissimular o domínio e exploração dos não-proprietários pelos proprietários privados dos meios de produção, além de negar as desigualdades sociais e oferecer uma imagem ilusória de que o Estado é parte de um contrato social entre homens livres e iguais. A ideologia é a lógica da dominação social e política (MARX, 1982).

12 LEFEBVRE, Henri. *La Presencia y La Ausencia: Contribución a La Teoría de las Representaciones*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2006. cit. p. 85-86.

A análise de Lefebvre segue as representações fundantes do modo capitalista que, esclarecidas por Marx em “O Capital”, nos mostra como essa sociedade se constrói e se fundamenta sobre uma representação quantitativa do trabalho concreto, possibilitando sua forma específica de exploração. Aqui, a força das representações vem do fato de elas dissimularem sua base social. Como vimos, com o trabalho, nasce sua medida pelo tempo de trabalho e a quantificação abstrata do trabalho pelo tempo de trabalho, que é redutora em relação à atividade concreta do trabalhador.

“Com o trabalho industrial nasce o conceito; ao mesmo tempo emerge a contrapartida do conceito, cuja importância prática é considerável: a representação quantitativa do trabalho, sua medição pelo tempo de trabalho. A quantificação abstrata em relação à atividade concreta do trabalhador, geral, enquanto que o trabalho é individual, redutora posto que elimina as particularidades de cada trabalhador, é uma representação. [...] A medição supõe um instrumento especial, o relógio, assim como uma unidade convencional, a hora. A medição do trabalho não é o trabalho, do mesmo modo que a medição do tempo não é o tempo. Há, pois, representação, mas o relógio, objeto material, é seu meio e seu suporte. O qual estabelece uma grande distância entre a representação e a ideologia, mesmo que o relógio implique uma ideologia; serve para transformar o tempo cíclico dos dias e das horas em um tempo linear homogêneo; permite quantificar esse tempo homogêneo em dinheiro, outra abstração concreta, homogenizante, suporte de toda uma sociedade enquanto essa predomina, geradora de representações.” (LEFEBVRE, 2006, p. 36-37)

A representação do trabalho, portanto, coloca-se entre trabalho e trabalhador, deslocando o representado.

Assim, o relógio ordena o tempo vivido, “não se contenta em representar o tempo; eleva a imediação temporal do vivido à mediação social. Estabelece o tempo social, mensurável-medido-mensurador. [...] Subordina o tempo cíclico ao tempo social linear, relacionado com o espaço social. Com ele preside; não só reina sobre o tempo de trabalho mas também sobre a totalidade das coações e obrigações sociais. O relógio permitiu a produção e o salário generalizados; também permitiu o pleno desenvolvimento do capitalismo, com seu adágio: “tempo é dinheiro”.” (LEFEBVRE, 2006, p. 38)

Pode-se argumentar agora que o mapa está para o espaço assim como o relógio está para o tempo. Os mapas e relógios contemporâ-

neos, fundamentados no mesmo período, são representações engendradas pelo modo de produção. São um suporte material mas também abstração. O *segundo* e o *metro* são análogos e assim como a medida do tempo não é o tempo, a medida do espaço, não é o espaço. E assim como o tempo vivido não é o tempo medido, o espaço vivido não é o espaço medido. O mapa implica, engendra uma ideologia e com ele o espaço é igualmente homogenizado, fragmentado, e assim pode ser quantificado e trocado. O mapa é o suporte material da quantificação para a troca do/no espaço.

As representações operam os deslocamentos e as substituições, perpetuando-as e tornando-as socialmente concretas, e, assim, “a palavra e o signo substituem a sensação e a emoção “vivas”. A moeda substitui as coisas, as necessidades na e pela troca; o ouro se proclama o equivalente universal, portanto, substituto eventual de todas as coisas, promovidas ao nível de mercadorias.” (LEFEBVRE, 2006, p. 38)

Entretanto, embora as representações sejam resultantes de relações sociais determinadas, “elas se dirigem a todos, elas representam uma imagem de um grupo, classe ou sociedade tanto para indivíduos de outros grupos como para si mesmos. As ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura para a experiência humana. A razão pela qual a submissão aos ritmos coletivos é exigida com tanto rigor, é o fato de que as formas temporais e as estruturas espaciais estruturam não somente a representação do mundo do grupo, mas o próprio grupo, que organiza a si mesmo de acordo com essa representação. É através da relação dialética entre o corpo, físico e mental, e uma organização estruturada do espaço e do tempo que as práticas e representações comuns são determinadas (BOURDIEU, 1977). Dessa forma, a representação, como produto de um determinado processo social, refere-se à problemática da dominação e da exploração. (LUFTI, SOCHACZEWSKI, JAHNEL, 1996, p. 94)

Pode-se entender, portanto, que “o mundo atual, em vez de interpretar a vida com símbolos, figuras e fatos históricos, produz signos e imagens e, principalmente, representações. Representações redutoras, que apagam os conflitos e deslocam os sentimentos. Representações que simulam a vida e dissimulam as relações concretas. Em vez de contradições, dualidades; em vez de dialética, lógica formal; em vez de movimento, alternativas excludentes.” (LUFTI, SOCHACZEWSKI, JAHNEL, 1996, p. 95)

Ainda segundo Lefebvre, a teoria das representações não é suficiente para explicar todos os fatos da vida, mesmo que exista vida sem representação (LUFTI, SOCHACZEWSKI, JAHNEL, 1996, p. 97). Como uma

possibilidade de superação, Lefebvre lembra que:

“arte e a criação nascem, pois, e se desenvolvem na zona das representações, que as preparam pelo mero fato de que se incorporam aos fatos; mas a arte e a criação saem delas seja pelo aquém (espontaneidade, vitalidade, imediação perdida e recuperada), seja pelo além (amplitude dos horizontes, pluralidade dos sentidos). O criador não pode permanecer nas representações; se se limita a dizê-las ou acentuá-las, transforma em escrita uma palavra de superfície; o resultado não é uma obra, mas simplesmente um produto. A criação atravessa as mediações e representações, não destruindo-as, mas integrando-as, negando-as dialeticamente.” (LEFEBVRE, 2006, p. 247-248))

É a partir do conceito de que as representações cartográficas socialmente necessárias e legítimas, ainda que ideológicas e retóricas, que a cartografia de São Paulo será analisada.

ESPAÇO ABSTRATO

A análise que Lefebvre fez do espaço social identificou três determinações. Estas três determinações correspondem ao percebido, ao concebido, ao vivido, que se reúnem em uma unidade global. “Na e pela prática espacial ajustada ao longo de uma história, um *intuitus* se modifica em *habitus*, consolidação depois degradação. Durante e depois do qual intervém o *intellectus*, o concebido [...], mas também nos discursos diversos [...]. Assim, estes três termos, e o que eles denotam e conotam, intervém na produção do espaço, no curso de interações onde o *intuitus* original torna-se um quase-sistema: a abóbada e seu feitiço, o arco, o aqueduto”. (LEFEBVRE, 2006, p. 165)

O espaço físico, material, antes vivido e experimentado por inteiro pelo corpo, elabora-se numa dupla representação.

—*representação do espaço*, o espaço do *concebido*, produto do saber, um misto de ideologia e conhecimento, o espaço da ciência parcelar, da técnica, do planejamento territorial, do tecno-urbanismo. O espaço dominante na sociedade, que atualiza e suporta as relações sociais de produção e de reprodução. O espaço da ordem, do progresso, da luz e da Razão: o espaço das plantas, dos cortes e das fachadas.” É também o espaço da cartografia, dos levantamentos aerofotogramétricos e do geoprocessamento.

—*espaço das representações*, espaço do *percebido*, dos simbolismos complexos, ligados ao subterrâneo, ao labirinto, ao lateral, à clandestinidade da vida social. Reinado das sombras: espaço da arte, da cosmologia,

da ficção, “talvez, do uterino e do feminino”.

Na dupla elaboração, o *vivido* (lugar do corpo) quase desaparece. Permanece na penumbra, onde o percebido se instala, pois o espaço, ele mesmo uma mediação, se confronta com outras mediações, ainda que permaneça imediato.” (OSEKI, 1996, p. 110-111)

“O conhecimento cai numa armadilha tão logo parte das representações do espaço para estudar a “vida” reduzindo o vivido. A conexão entre as representações elaboradas do espaço e os espaços de representação (com seus suportes), conexão fragmentada e incerta, esse é o objeto do conhecimento, “objeto” que implica-explica um sujeito, no qual o vivido, o percebido, o concebido (o sabido) se reencontram numa prática espacial.” (LEFEBVRE, 2006, p. 155)

O espaço absoluto¹³, espaço da polis grega e da urbe romana, é penetrado pelo espaço abstrato. “Esse espaço absoluto não desapareceu. [...] Fictício e real, ele sempre se enfia na fenda, no interstício inassinalável entre o espaço do corpo e os corpos no espaço (o interdito). [...] A questão, tornando-se familiar, oculta o paradoxo: espaço absoluto, espaço mental, no qual a abstração mortal dos signos se insere e onde ela tenta se transcender (pelos gestos, pela voz, pela dança pela música)¹⁴.” (LEFEBVRE, 2006, p. 169)

Ao penetrar no absoluto, o abstrato introduz a propriedade. “Propõe uma concepção do espaço cujos caracteres se manifestarão depois: dissociação de elementos e em consequência diversificação prática – subordinação ao princípio unificante, mas abstrato, da propriedade – incorporação num espaço desse princípio em si mesmo impossível de viver, mesmo para o proprietário porque jurídico, portanto exterior e

13 “O espaço absoluto não rege o espaço privado (família e indivíduos). Ele lhe deixava muito de liberdade? Este espaço não tolera a diferença entre público e privado. Ele só o inclui na medida em que a vida dita privada possui, ela própria, um estatuto distinto, religioso ou político: o lar” (LEFEBVRE, 2006, p. 162). “O espaço absoluto tem somente uma existência mental, portanto “fictícia”. Mas ele detém também uma existência social; ele possui uma “realidade” específica e potente. O “mental” se “realiza” num encadeamento de atividades “sociais” porque a ficção se converte em realidade no Templo, na Cité, nos monumentos, nos palácios.” (LEFEBVRE, 2006, p. 169)

14 Sobre os conflitos entre o racional e o simbólico, “até nos dias de hoje, o espaço urbano aparece duplamente: cheio de lugares sagrados/malditos, consagrados à virilidade ou à feminilidade, ricos de fantasmas e fantasmagorias, mas também racional, estatal, burocrático, monumentalidade degradada e recoberta pelas circulações diversas e pelas informações multiformes. Uma dupla leitura se impõe: o absoluto (aparente) no relativo (real).” (LEFEBVRE, 2006, p. 156)

aparentemente superior ao “vivido”.” (LEFEBVRE, 2006, p. 170)

“Liberado, o princípio da propriedade privada não permanece estéril; ele engendra um espaço. [...] Dominando o espaço (mais exatamente submetendo-o ao dominium), o princípio da propriedade punha fim à contemplação da natureza, cosmos ou mundo, para exibir a via da ação dominadora, que transforma ao invés de interpretar.” (LEFEBVRE, 2006, p. 170)

O espaço que emerge no século XII na Europa ocidental é o espaço da acumulação. O espaço torna-se laico como resultado da ressurreição do Logos e do Cosmos, que subordinam a si o “mundo” e às forças subterrâneas. Com o Logos e a lógica, o direito se reconstitui; as relações contratuais substituem os costumes e as antigas demandas sociais. (LEFEBVRE, 2006, p. 177)

Promove-se então a renomeação dos “lugares-designados”, das localidades, onde os significantes são subvertidos.

Cada lugar tinha seu nome e cada denominação designava uma série de potencialidades do espaço. Os nomes, os “lugares-ditos”, provenientes do período agropastoril não tinham desaparecido sob a romanidade. “No século XII se opera uma metamorfose, um deslocamento, uma subversão de significantes. Mais exatamente, o que significava imediatamente o interdito se reenvia então aos significantes como tais, privados de seu significado afetivo, mágico. Poucos lugares, parece, foram desbatizados; mas muitos nomes novos se sobrepuseram aos antigos, criando uma rede terrestre desprovida de caráter religioso¹⁵.” (LEFEBVRE, 2006, p. 177)

O abstrato transforma o espaço: “nesta “perspectiva” *tudo é fachada*. Com efeito, a perspectiva comanda o ordenamento dos elementos, as casas, os edifícios. Inversamente, estes se alinham, se agrupam, de maneira a formar uma perspectiva.” (LEFEBVRE, 2006, p. 183)

“A mediação histórica entre o espaço medieval (feudal) e o espaço do capitalismo que, resultará da acumulação, essa mediação se situa no espaço urbano, aquele dos “sistemas de cidades” que se instauram durante a transição. A cidade se separa do campo que ela domina e administra, explora e protege. [...] A cidade, perso-

¹⁵ “A propósito dos lugares, a praça do mercado e o mercado coberto, deve-se repetir que a abjeção do dinheiro e o caráter nefasto da mercadoria se manifestam apenas mais tarde. No momento em que nós falamos, a “coisa” trocável, o objeto produzido para a venda, ainda raro, tem uma função libertadora. Ele dessacraliza.” (LEFEBVRE, 2006, p. 177-178)

nificada por sua oligarquia, controla seu território. [...] A cidade substitui os feudais arrancando-lhes seu monopólio: proteger os camponeses, extorquir-lhes seu sobretrabalho. O espaço urbano oferece, pois, o lugar bendito de um compromisso entre a feudalidade declinante, a burguesia comerciante, as oligarquias, as comunidades artesanais. [...] Mais tarde somente, no segundo grau da abstração espacial, será a vez do Estado. As cidades e seus burgueses perderão o controle do espaço ao mesmo tempo que a dominação sobre as forças produtivas que se libertam desses limites passando do capital comercial e bancário ao capitalismo industrial.” (LEFEBVRE, 2006, p. 180)

É momento de equilíbrio relativo entre a “importância” do campo que diminui (propriedade do solo, produção agrícola), e a “importância” da cidade, que aumenta (comércio, propriedade imobiliária), que as representações do espaço são introduzidas. A cidade passa a ser concebida. As representações do espaço são “elaboradas em função de viagens sobre os rios e os mares, aplicando-se à realidade urbana. Ela se escreve. Os planos e as vistas cavaleiras se multiplicam. Então se constitui uma linguagem para falar ao mesmo tempo do campo e da cidade (da cidade e de seu contexto agrário), da casa e da cidade: o código do espaço.” (LEFEBVRE, 2006, p. 181)

A oposição “centro-periferia”, que decorre da industrialização e da estatização, ainda não aparece. O que domina, é a oposição “dentro-fora” na unidade do efeito arquitetural e do efeito urbano. (LEFEBVRE, 2006, p. 182-183)

“A indústria estabelecer-se-á no espaço onde as tradições comunitárias dos campos terão sido varridas, onde as instituições urbanas terão sido arruinadas pelas guerras (sem que por isso as ligações entre cidades do “sistema urbano” tenham desaparecido). Neste espaço se amontoam as riquezas das rapinas e pilhagens. Tal é o espaço industrial estatista.” (LEFEBVRE, 2006, p. 185)

A *metaforização* geral aplica-se ao histórico e ao cumulativo, transferindo-os neste espaço onde a violência cobre-se de racionalidade e onde a racionalidade unificadora justifica a violência. (LEFEBVRE, 2006, p. 188)

“Assim que se estabelece no espaço a trindade capitalista, esta trindade “terra-capital-trabalho” que não pode permanecer abstrata e não se concentra a não ser num espaço institucional triplo: global e mantido como tal, aquele da soberania, onde se manifestam os

constrangimentos, portanto fetichizado, redutor de diferenças – fragmentado, separado, disjuntado, localizando as particularidades, os lugares e localizações, ao mesmo tempo para controlá-los e negociá-los – hierarquizado enfim, desde lugares abjetos a nobres, desde lugares interditos a lugares soberanos.” (LEFEBVRE, 2006, p.189)

O espaço social absoluto torna-se, enfim, abstrato no capitalismo, o espaço físico antes vivido por inteiro, agora se fragmenta.

“Produto da violência e da guerra, ele [espaço abstrato] é político, e instituído por um Estado, portanto institucional. Numa primeira abordagem, ele parece homogêneo. [...] Esta homogeneidade instrumental provoca ilusões, e a descrição empírica do espaço a consagra, aceitando o instrumental como tal.” (LEFEBVRE, 2006, p.191)

A análise que Lefebvre realiza do espaço abstrato discerne *três* aspectos “formantes”¹⁶. Esses termos formantes se implicam e se dissimulam uns aos outros¹⁷ e dominam o contexto da vida como uma unidade:

a. *O geométrico*. É o espaço euclidiano considerado como “absoluto” pelo pensamento filosófico, portanto, por muito tempo espaço de referência (representação do espaço). Este espaço euclidiano se define por sua homogeneidade, propriedade que garante seu uso social e político. A redução ao espaço euclidiano homogêneo, em primeira instância do espaço-natureza e em seguida de todo o espaço social, lhe confere um poder temível, “tanto mais que esta redução conduz facilmente a uma outra: a redução do tridimensional a duas dimensões: o “plano”, a folha de papel em branco, o desenho sobre esta folha, os mapas, os grafismos e projeções”. (LEFEBVRE, 2006, p. 191)

b. *O ótico* (visual). A “lógica da visualização”, esta estratégia dominou o conjunto da prática social. Sua lógica implica em dois aspectos, “um metafórico (o escrever e o escrito, atividades subsidiárias tornadas essenciais, modelos e centros da prática), e outro metonímico (o

16 Segundo Lefebvre esses aspectos, ou elementos, são termos que “designam o que se denominaria melhor os “formantes”, termo emprestado da análise de sons musicais” (LEFEBVRE, 2006, p. 191).

17 “O que não ocorre no caso das oposições de dois termos, pois os termos ao se oporem e se refletirem um no outro num simples jogo de espelhos, se fazem brilhar, por assim dizer, e desde então se tornam significantes ao invés de se ocultar.” (LEFEBVRE, 2006, p. 191).

olho, o olhar, a coisa vista, cessam de passar por detalhes ou partes, e se transformam em sua totalidade)". No processo pelo qual o visual passa a dominar e toma a primazia em relação aos outros sentidos, "o que vem do paladar, do olfato, do tato e até da audição, em primeiro lugar se esfuma, apaga-se em seguida perante a linha, a cor, a luz; uma parte do objeto e do que ele proporciona se percebe então pelo todo: este abuso normal (normalizado) se justifica em razão da importância social da escrita". Tudo na vida social se torna decifração de uma mensagem através dos olhos, leitura de um texto. O sensível e o palpável se submetem ao visual e "a Harmonia, nascida pela e para a escuta, se transfere ao visual com a prioridade quase absoluta das artes da imagem: cinema, pintura." (LEFEBVRE, 2006, p. 191-192)

"Ora, o olhar exila os "objetos" na distância, no passivo. O que é comumente visto se reduz a uma imagem, a uma frieza congelada. O jogo do espelho se generaliza. O "ver" e o "visto" se misturando caem juntos na impotência. O espaço, no início deste processo só tem existência social através de uma visualização intensa, agressiva e repressiva. Trata-se portanto de um espaço visual, não simbolicamente, mas efetivamente. A predominância do visível envolve um conjunto de substituições e deslocamentos através dos quais o visual suplanta e substitui o corpo inteiro. Vê-se mal o que é apenas visto (e visível) mas se discursa cada vez melhor e se escreve cada vez mais a respeito." (LEFEBVRE, 2006, p. 192)

c. *O fático*. Esse espaço abstrato não se preenche apenas de imagens, de "objetos transitórios". Ele não pode se esvaziar completamente de pessoas, por isso, "reivindica um objeto verdadeiramente cheio, um "absoluto" objetal. O fático presta esse serviço. Metaforicamente, ele simboliza a força, a fecundidade macha, a violência masculina. A parte se toma ainda aqui pelo todo; a brutalidade fática não permanece abstrata, pois ela é a do poder político, dos meios de repressão: polícia, exército, burocracia. O fático se ergue, privilegiando a verticalidade". (LEFEBVRE, 2006, p. 192)

"Como pode a abstração esconder tantas capacidades, tanta eficácia, tanta realidade?" Lefebvre alerta que "*há uma violência inerente à abstração, a seu uso prático (social)*". Essa violência se manifesta a partir do momento em que o racional é introduzido no real, "do exterior, através do instrumento, que sempre bate, parte, corta, repete a agressão até que seu propósito seja atingido. Pois o espaço é instrumental: o mais geral dos instrumentos.." (LEFEBVRE, 2006, p. 193)

“Marx e Engels mostraram, por seu lado, que não podia haver violência “pura” e absoluta, sem base econômica, sem luta de classes, sem “expressão” da classe dominante economicamente, pois o Estado não pode se estabelecer sem apelo a recursos materiais, sem objetivo se repercutindo nas forças produtivas e nas relações de produção.” (LEFEBVRE, 2006, p. 187)

No modo de produção capitalista “o trabalho é dividido e explorado, torna-se alienado e alienante. A vida social se fragmenta na ação das classes sociais em conflito e é reduzido às suas dimensões econômica e política sob a tutela do capital e do Estado. O domínio do homem sobre a natureza se intensifica, o que possibilita o usufruto de uma enorme quantidade de produtos. A apropriação da natureza (externa e interna ao homem), entretanto, se dá cada vez mais por intermédio da propriedade privada dos meios de produção.” (OSEKI, 1996, p.110)

“O dinheiro, abstração da equivalência dos bens materiais criados pelo homem, passa a dominar os homens que trabalham e produzem, e o capital impõe uma organização e um modo de produzir a toda a sociedade. As formas abstratas inumanas (dinheiro, capital), produtos do homem, passam a dominá-lo e oprimi-lo. (OSEKI, 1996, p.110)

A constituição definitiva do *espaço abstrato*, fálico-vídeo-geométrico, evidentemente, não aparece como tal, não é descrito por uma lei ou regra. “Mas, como o diz Hegel, os períodos mais criadores da história foram e são mais atormentados. Depois da produção vem o inventário, a formatação. E mesmo às vezes a felicidade, que não se escreve senão nas “páginas em branco” da história. A aparição e a formatação do espaço abstrato não contém uma data. Não se tratam de eventos ou de instituições definidas, e todavia, no final do século XX, eles estão aí. Esta formação não pode ser compreendida senão ao se transcender as categorias correntes do “inconsciente” e do “consciente”, assim como as imputações baseadas nestes conceitos. Nada de mais consciente que o emprego das metáforas, pois elas são inerentes ao discurso, portanto à consciência; nada mais “inconsciente” se a análise leva em conta o *conteúdo* que se manifesta pela sequência, ao longo do uso (palavras e conceitos).” (LEFEBVRE, 2006, p. 194)

capítulo

segundo

leitura da cartografia da
cidade de são paulo

Mapas, assim como outros documentos não verbais são comumente considerados um tipo de registro de menor importância quando comparados à palavra escrita. Considera-se que mapas são importantes para estudar os descobrimentos, as explorações, a expansão territorial e o planejamento de cidades. Entretanto, não é comum considerar que eles oferecem informações para o estudo do processo de história social.

Apesar dos mapas serem arte tanto quanto são ciência, atualmente, a ciência tem se sobreposto à arte. Assim, a interpretação de um mapa tende a se fixar em aspectos científicos. A transparência é a premissa do mapa e a imprecisão é um delito cartográfico.

Longe de atuarem como uma simples imagem da natureza, os mapas re-descrevem o mundo, assim como qualquer outro documento, respeitando relações e práticas de poder, preferências e prioridades culturais.

“A fascinação exercida pelos mapas como documentos criados pelo ser humano está não unicamente no fato de serem objetivos ou exatos, senão também na sua ambivalência inerente e em nossa habilidade para encontrar novos significados, agendas ocultas e visões do mundo opostas nas entrelinhas da imagem”.¹

¹ HARLEY, J. B. *La Nueva Naturaleza de los Mapas; Ensayos sobre la Historia de la Cartografía*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2005. p. 61.

DESCONSTRUÇÃO DO MAPA

Dessa forma, mapas se assemelham mais a um texto que a uma imagem da natureza.

Segundo Brian Harley, mapas nunca são neutros. Também não são totalmente científicos. São dirigidos a um público específico e invocam autoridade. Especialmente aqueles produzidos pelo Estado.

Para superar isso, esse autor sugere o aprofundamento de três aspectos que influenciam a leitura de mapas como textos.

O contexto do cartógrafo - A relação entre o cartógrafo e o mapa não é direta. Não é simples estabelecer uma autoria ou determinar a intenção do cartógrafo. Mapas tem autoria múltipla e na maior parte dos casos são resultado da divisão do trabalho. A introdução da impressão de mapas em larga escala foi responsável por acentuar a divisão do trabalho cartográfico. (HARLEY, 2005, p. 65)

Seria necessário, portanto, reconstruir o contexto técnico dos mapas, estudar as técnicas de navegação e topografia, familiarizar-se com os processos de compilação, desenho, gravação, impressão, além de conhecer as práticas comerciais de livros e mapas. (HARLEY, 2005, p. 65)

São raros os momentos que um cartógrafo pôde tomar decisões de maneira independente. As limitações eram financeiras, militares ou políticas e, por muito tempo, como afirma Harley, “o cartógrafo foi um fantoche vestido com uma linguagem técnica e cujos fios eram manipulados por outras pessoas” (HARLEY, 2005, p. 65).

Mapas podem conter diversas formas de omissão e de erro. Inclusive quando produzidos por máquinas, como os mapas elaborados a partir de imagens aéreas ou satélites. Entretanto, por trás da retórica da tecnologia dos computadores, essas faltas são quase imperceptíveis. Também o mercado, de maneira geral, limita a liberdade dos parâmetros cartográficos. Na medida em que aumentam os valores dos negócios e as gráficas crescem, a cartografia adquire uma imagem corporativa.

O contexto de outros mapas - Seria necessário comparar o conteúdo dos mapas com o conteúdo de mapas contemporâneos da mesma região. Analisar esse mapa em comparação à outros do mesmo autor, do mesmo gênero, além de compará-lo com a produção cartográfica do período. (HARLEY, 2005, p. 72)

De maneira geral, três itens devem ser analisados: estudo comparativo de características topográficas lineares (desenho); nomes de lugares ou toponímia e cartobibliografia, que é a análise de diversos mapas do mesmo local. (HARLEY, 2005, p. 72)

O contexto da sociedade - A leitura do documento cartográfico implica

a análise da relação entre o cartógrafo e o contexto social no qual se insere um mapa. Assim como explica Brian Harley, existem duas estratégias para se reconhecer num mapa o contexto da sociedade:

As regras da cartografia - Todo mapa manifesta dois conjuntos de regras, primeiramente estão as regras do cartógrafo e em segundo, regras da própria sociedade imersa no mapa. Na visão desse autor, os mapas não somente reproduzem uma realidade topográfica, mas também a interpretam. (HARLEY, 2005, p. 72)

A interpretação se converte em uma “busca de silêncios”, numa “desconstrução” do mapa, com a intenção de revelar como acontecimentos sociais criam conflitos dentro do seu próprio conteúdo. (HARLEY, 2005, p. 73)

“Dentre os mapas em que se poderia entender melhor essa questão, estão alguns do século XVIII, de grande escala, levantamentos topográficos dos Estados Unidos e imagens aéreas. Aqui, a tecnologia suprimiu as relações sociais. Como parecem ser precisos e objetivos, esses mapas são vistos como documentos que não apresentam problemas. Uma imagem de satélite ou um mapa topográfico confeccionado mediante algum método “científico” - ao menos é o que se pensa - é neutro moral e eticamente. É um documento concreto e direto[...]. Essas são suposições falsas. A representação nunca é neutra e a ciência segue sendo uma realidade construída pelo ser humano”. (HARLEY, 2005, p. 73)

É necessário olhar, não o que o mapa mostra, mas o que ele omite.

“Os mapas de grande escala da parte leste da América do norte de meados do século XVIII são um exemplo dessa limitação. À primeira vista, cumprem os objetivos da cartografia da ilustração. Foram construídas sobre medidas geodésicas; começam a mostrar certo domínio cartográfico sobre as paisagens dessa zona e omitem alguns dos elementos mais abertamente imaginativos, míticos e pictóricos dos mapas anteriores. Entretanto, se observarmos mais de perto, nos damos conta de que também assinalam os imperativos territoriais de uma agressiva expansão inglesa nesse continente. O colonialismo se assinala nos mapas desde as bordas. Frequentemente, os títulos fazem referência ao império, à posse e a delimitação do território. As dedicatórias definem o estatus social dos governantes coloniais; e os carimbos, com todo um desfile de bandeiras nacionais, escudos de armas ou coroas, dispostas por cima dos índios serventes, definem as relações de

poder na vida colonial. Entretanto, os contornos da sociedade colonial também podem ser lidos nas entrelinhas dos mapas. A cartografia se converteu principalmente num registro dos interesses coloniais. É um registro inconsciente de que tão exitosamente se havia produzido uma sociedade colonial européia no Novo Mundo. E os mapas outorgam segurança aos conquistadores ao reproduzir a autoridade e os nomes dos lugares simbólicos do Velho Mundo. Ainda mais na medida em que a fronteira se moveu até o oeste, os vestígios do passado indígena foram eliminados na imagem. Muitos cartógrafos do século XVIII preferiram o espaço vazio ao registro da geografia indígena. Não estou dizendo que as omissões, as “regras de ausência”, foram deliberadamente reforçadas a maneira de especificações técnicas. Entretanto, mesmo quando eram dadas por um feito, ou aplicadas inconscientemente, percebê-las, nos ajuda a questionar os mapas antigos”. (HARLEY, 2005, p. 73)

O significado dos mapas - A outra estratégia aplica os métodos iconográficos da história da arte aos mapas. Mapas são uma fonte de informação das características filosóficas, políticas e religiosas de um período. Para Harley, o estudo do significado dos mapas seguiria a análise de Erwin Panofsky. Segundo esse autor, a essência da análise iconográfica está em revelar os diferentes significados de uma imagem. Dessa forma, as categorias da análise iconográfica de um mapa seriam: “1. Signos, símbolos e emblemas individuais. 2. A identidade do lugar real representado. 3. Significado simbólico, aqui aceitamos que os mapas atuam como uma metáfora visual dos valores mais importantes dos lugares que representam”. (HARLEY, 2005, p. 76)

“Nos mapas dos atlas históricos e de condado do século XIX, há muito mais que um registro inerte de uma topografia extinta. O que vemos é um discurso metafórico, tão grosso quanto um livro, acerca do orgulho rural imigrante, das utopias que se vislumbram, da ordem e da prosperidade da paisagem. Esses mapas elogiam a propriedade da terra, privilegiam as demarcações de propriedades e fazem memoráveis as fazendas e os nomes dos donos de propriedades. Por meio da palavra e da imagem recorrem à indústria e ao patriotismo dos novos norte-americanos”. (HARLEY, 2005, p. 76-77)

Segundo a análise de Brian Harley, é possível afirmar que o poder dos mapas está no fato de serem um ato de controle da imagem do mun-

do, contribuindo para criar os estereótipos mais dominantes do nosso tempo.

AUTORIDADE CIENTÍFICA

As colocações de Brian Harley, levam a entender que um dos principais atributos dos mapas contemporâneos é a *aparência científica*. Mapas, além de serem precisos, devem parecer precisos. Além de serem verdadeiros e fiéis, devem parecer verdadeiros e fiéis à “realidade” neles contida.

Para entender o percurso que liga as representações cartográficas às ideologias contidas na autoridade científica, é necessário refazer o percurso de Pierre Bourdieu em “O Poder Simbólico”, onde esse autor descreve os fundamentos do discurso científico nas disputas por classificar e categorizar o mundo.

A argumentação de Pierre Bourdieu se inicia pelas lutas sobre a identidade étnica ou regional, que, para ele, são um caso particular das lutas de classificações. São lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, conseqüentemente, de fazer e de desfazer os grupos. O que está em jogo nessas lutas “é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo.”²

Segundo Bourdieu, a etimologia da palavra região, *regio*, conduz ao princípio da di-visão, “ato mágico, quer dizer, propriamente social, de diacrisis que introduz, por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço mas também entre as idades, os sexos, etc.)” *Regere fines* é o ato de “traçar as fronteiras em linhas retas”³, separar “o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro”. Um ato religioso realizado pelo personagem da mais alta autoridade, o *rex*, que realiza a *regere sacra*, ato de fixar as regras que “trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer, no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado” (BENVENISTE apud BOURDIEU, 2007, p. 113). A *regio* e as suas fronteiras, *fines*, segundo Bourdieu, não passam

2 BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2007. p. 113.

3 BENVENISTE, Emile apud BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2007. p. 113.

de um vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território – que também se diz fines –, em impor a definição – outro sentido de fines – legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, ou seja, o princípio de di-visão legítima do mundo social. Esse ato de direito, que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei, é um ato de conhecimento que, como todo poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia. Trata-se da *auctoritas*, que é a capacidade de produzir que cabe ao autor (BENVENISTE apud BOURDIEU, 2007, p. 113).

O autor, “mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, a vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, “naturais”.” (BOURDIEU, 2007, p. 113)

Sustenta-se aqui que é justamente através desse “poder simbólico” que as representações cartográficas pronunciam o seu discurso. Com autoridade, mapas publicam – tornam público –, oficializam, consagram o que enunciam.

Bourdieu segue sua argumentação questionando a arbitrariedade dos critérios que definem as “regiões, como segue, “ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações “naturais” em regiões “naturais”, separadas por fronteiras “naturais”. A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão, a que se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade”.” (BOURDIEU, 2007, p. 113)

Dessa forma, as “regiões” delimitadas por diferentes critérios, como língua, habitat, cultivo da terra, etc., nunca coincidem perfeitamente. Mas não é só isso, a “realidade”, neste caso, “é social de parte a parte e as classificações mais “naturais” apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta.” (BOURDIEU, 2007, p. 114-115)

“A ciência, “que pretende propor os critérios mais bem alicerçados na realidade, não deve esquecer que se limita a registrar um estado da luta das classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou

noutro modo de classificação e que, como ela, invocam frequentemente a autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor.” (BOURDIEU, 2007, p. 115)

O ato de categorização, quando consegue se fazer reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si: as categorias “étnicas” ou “regionais”, como as categorias de parentesco, instituem uma realidade usando do poder de revelação e de construção exercido pela objetivação no discurso.” (BOURDIEU, 2007, p. 116)

O ato de nomear, que seria o ato da “magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada”, pode, segundo Bourdieu, resultar positivamente, se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer na sua palavra o poder que toma como seu ao impor uma nova divisão do mundo social: *regere fines, regere sacra*, consagrar um novo limite. (BOURDIEU, 2007, p. 116) Entretanto:

“O efeito de conhecimento que o fato da objetivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo sua identidade, está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo, assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer a relação entre estas propriedades. O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade.” (BOURDIEU, 2007, p. 117)

É assim que o discurso, ou o simples fato de mostrar, “pode funcionar como uma maneira de mostrar com o dedo, de pôr no *index*, de acusar, ou, inversamente, como uma maneira de fazer ver e fazer valer. Isto tanto vale para classificação em classes sociais como para a classificação em “regiões” ou em “etnias”.” (BOURDIEU, 2007, p. 118-119)

Sobre a relação entre as lutas pelo princípio e di-visão legítima que se desenrolam no campo científico e as que se situam no campo social, “toda tomada de posição que aspire à “objetividade” acerca da existência atual e potencial, real ou previsível, de uma região, de uma etnia ou de uma classe social e, dessa forma, acerca da pretensão à instituição

que se afirma nas representações “partidárias”, constitui um certificado de realismo ou um veredicto de utopismo, o que contribui para determinar as probabilidades objetivas que tem esta entidade social de ter acesso à existência. O efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado da divisões e da visão das divisões, é inevitável na medida em que os critérios ditos “objetivos”, são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que pode firmar-se a ação simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade (tanto no seio do próprio grupo como nos outros grupos), [...] tende a gerar a unidade real. [...] Qualquer enunciado sobre a região funciona como um argumento que contribui – tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido – para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, dessa forma, à existência.” (BOURDIEU, 2007, p. 120)

Dessa forma, ao revelar a arbitrariedade com que o discurso científico age, pode-se questionar a autoridade científica exercida pelas representações cartográficas.

A hipótese aqui apresentada revela que foi através do discurso científico que a cartografia se aparelhou, não somente para tornar os documentos mais *precisos*, que é uma demanda social concreta, mas sobretudo para produzir documentos mais *confiáveis*. Pode-se então imaginar uma sequência, não da evolução da precisão dos documentos, mas sim da evolução da confiabilidade desses documentos.

A partir das colocações de Brian Harley e Pierre Bourdieu pode-se realizar um recorte na produção cartográfica de São Paulo de forma que a análise desses mapas fosse potencializada.

MAPAS DE SÃO PAULO

São Paulo possui um grande número de mapas, plantas e cartas nas mais diversas escalas, técnicas de impressão, temas e estados de conservação. Nesse sentido foi necessário definir um recorte para o melhor aproveitamento da análise dos documentos.

O recorte proposto para esse trabalho exigiu que:

– primeiro, que o título, o tema ou a intenção do documento fosse representar a cidade de São Paulo; nesse sentido, mesmo que não se representasse todo o conjunto da cidade, rural ou urbano, os documentos que se enunciam como mapas da cidade ficaram dentro do recorte do trabalho;

– segundo, que a escala do documento, tendo como referência o tamanho da cidade atual, fosse no máximo 1:50.000; a escala de um

mapa define o que poderá ser representado nesse documento, assim, ao estudar esses documentos, percebeu-se que mapas em escala superior a 1:50.000 são incapazes de representar diversos itens essenciais para a compreensão da morfologia da cidade, como ruas, lotes e edificações entre outros;

– terceiro, que os documentos fossem originais, ou seja, exemplares nos quais fosse possível identificar presencialmente a intenção do autor ao representar a cidade de São Paulo; existem casos em que é utilizada uma base, que normalmente é um outro mapa, para fazer um estudo sobre a cidade, enfatizando alguns de seus aspectos. Esses documentos, nesse trabalho, foram tratados como originais visto que apesar de serem cópias podem transparecer intenções do seu segundo autor. Esse item do recorte exclui os mapas da coleção publicada pela Comissão do IV Centenário de São Paulo, por se tratar de cópias manuscritas dos mapas originais, sendo que em grande parte dos casos alterou-se profundamente o aspecto gráfico dos mapas. Entretanto, dada a importância da coleção, em alguns momentos esses mapas foram utilizados.

Para cada documento que estava dentro desse recorte foi feita uma ficha que permitiu a uniformização simples do conjunto de forma que se pudesse obter, ao mesmo tempo, uma leitura completa de cada documento e uma visão do conjunto da cartografia da cidade. Essa ficha, além da reprodução do documento, expõe o conteúdo do seu carimbo e informa o ano, o autor, a escala, a dimensão, as informações sobre a impressão e a localização do documento. Um importante item da ficha é o que foi chamado de “escala gráfica”, que é uma representação da área abrangida pelo mapa contraposto à mancha urbana da cidade na data atual, propiciando, não somente uma leitura espacial do documento, mas também uma comparação entre “momentos” distintos do mesmo espaço. Nessa ficha, encontra-se ainda, uma categorização que, basicamente, classifica os mapas em dois amplos grupos: mapas turísticos e mapas institucionais. Uma terceira categoria, de mapas cadastrais, constituem um sub-grupo dos mapas institucionais. Essa classificação deve ser vista de uma forma flexível, visto que alguns mapas portam características de ambas as categorias. Essa categorização foi extremamente útil para entender como cada gênero de mapas atua na produção do espaço.

Os documentos que estavam dentro desse recorte foram localizados e, posteriormente, analisados *presencialmente*, de forma a preservar as impressões “originais” causadas no observador. A esse texto primitivo, muitas vezes extremamente direto, foram adicionadas notas

que explicam fatores importantes para a compreensão do contexto do mapa. Basicamente, três obras foram utilizadas: “São Paulo: Vila Cidade de Metrópole” de Nestor Goulart Reis Filho; “São Paulo Antigo: Plantas da Cidade” de Eudes Campos e “Desenhando São Paulo: Mapas e Literatura: 1877-1954” de Maria Lúcia Perrone Passos e Teresa Emídio. Essas obras contêm informações resumidas sobre o contexto histórico e social dos mapas e seus autores.

Esses documentos fazem parte de diversos acervos não só em São Paulo e outros estados mas também em outros países. A pesquisa priorizou a análise dos documentos pertencentes a instituições localizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Foram localizados documentos em instituições como o Arquivo Público do Estado, o Instituto Geográfico e Cartográfico, o Arquivo Municipal Washington Luiz, a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, o Museu Paulista da USP, a Fundação de Energia e Saneamento, as Bibliotecas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e a Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, em São Paulo; e a Fundação Biblioteca Nacional, o Arquivo Histórico do Exército, a Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Nem todos os mapas localizados puderam ser analisados. Definiu-se como prioridade analisar mapas de datas que cobrissem, com a maior uniformidade possível, o período em que foi produzido esse tipo de representação gráfica da cidade, de meados do século XVII até a atualidade. Mesmo assim, muitas vezes a pesquisa esbarrou em obstáculos não previstos, como mudanças do acervo de uma instituição para outra, paralizações, higienização de documentos e até documentos perdidos em acervos que, de uma forma ou de outra, acabaram por inviabilizar algumas análises. Entretanto, a quantidade de mapas analisados e a cobertura do período pretendido, atingiram um nível satisfatório e por isso considera-se esse trabalho completo.

No final desse capítulo encontra-se a lista completa dos documentos que foram pretendidos para esse trabalho.

carimbo DEZENHO POR ÎDEA DA CIDADE DE SÃO PAVLO

ano 1765/1775

autor Cel. Custódio de Sá e Faria (atribuição)

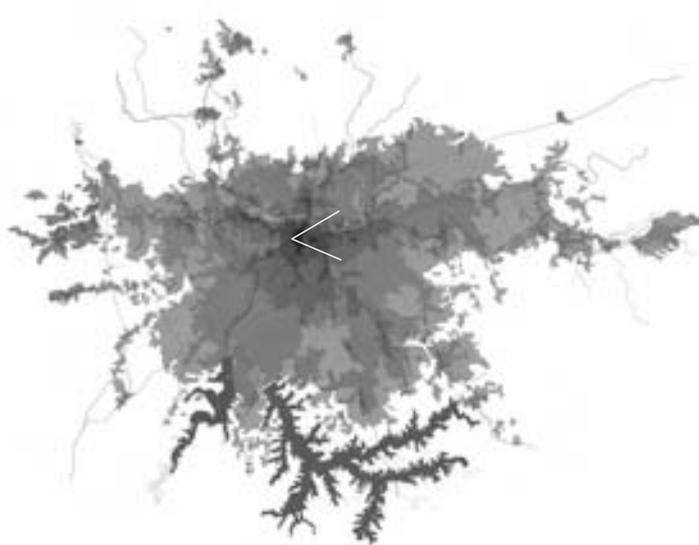
escala -

dimensão 58x74,5cm

impressão manuscrito

localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (original manuscrito)

escala gráfica



categoria/gênero turístico



DEZENHO POR ÍDEA DA CIDADE DE SÃO PAVLO - 1765/1775

FARIA, JOSÉ CUSTÓDIO DE SÁ E (ATRIBUIÇÃO)¹

A imagem da cidade retratada nesse desenho não é um mapa, muito embora seja uma perspectiva, assim com qualquer planta.

A imagem mostra uma cidade pequena, ainda concentrada na colina. A vista é tomada a partir da colina oposta do rio Anhangabaú, que aparece em primeiro plano. Há duas pontes que cruzam o rio, uma que leva ao largo do Rosário (atual Antonio Prado) pela rua de São João (atual avenida São João), e a outra que liga a região do largo São Francisco à região onde hoje está a ladeira da memória.

A imagem da cidade é cercada por diversos enfeites rebuscados e simétricos que fazem com que a representação seja destacada.

Na parte esquerda da folha está o caminho da Luz que leva ao rio Tietê e na parte direita o caminho para o sul. Ainda na parte direita da folha, pode-se observar a foz do ribeirão Saracura no rio Anhangabaú.

Não é possível observar o rio Tamanduateí que se encontra encoberto pela colina onde está o núcleo urbano.

A vista além da cidade, mostra as colinas da zona leste até a região da Penha onde sua igreja é representada por um pequeno edifício com o nome do município. Há outras pequenas edificações nessas colinas, entretanto, não são nomeadas. Trata-se, portanto, de uma representação de grande parte dos arrabaldes de São Paulo.

A cidade é vista em perspectiva, e a topografia parece um tanto exagerada, promovendo algumas distorções. As edificações se concentram no topo da colina, permanecendo distantes do rio e somente se aproximando pelas pontes citadas anteriormente. Somente são nomeados os edifícios religiosos da cidade, como São Bento, Rosário, Carmo, Sé e São Gonçalo entre outros.

É muito curiosa a posição que o Cel. Faria escolheu para retratar a cidade. A posição simétrica das pontes indica a existência de um eixo,

¹ Segundo Nestor Goulart Reis Filho (2004) “Este desenho faz parte da coleção do Arquivo de Mateus adquirido pela Biblioteca Nacional. Há um outro com acabamento muito semelhante, referente a Santos. Foram ambos publicados por nós em “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”. Sendo do Arquivo de Mateus, teria sido elaborado á época da Restauração da Capitania, durante a administração do Morgado de Mateus, entre 1765 e 1775 por volta de 1774/75 trabalhou em São Paulo o engenheiro-militar, Coronel José Custódio de Sá e Faria, profissional de excepcionais qualidades, que pode ter sido o autor desse desenho, como do outro, de Santos. Na perspectiva não constam as obras posteriores a 1775, como as pontes de pedra sobre. O Anhangabaú (vemos apenas pontes de madeira), as ruas abertas no vale, nem a igreja da Ordem Terceira de São Francisco, o que confirma a datação aqui sugerida.”



vista da Sé e do rio Anhangabaú em detalhe do Desenho por Ídea da Cidade de São Pavlo - 1765/1775 Faria, José Custódio de Sá e (atribuição)



vista do largo do Rosário e da rua São João com sua ponte sobre rio Anhangabaú em detalhe do Desenho por Ídea da Cidade de São Pavlo - 1765/1775 Faria, José Custódio de Sá e (atribuição)



**vista da Igreja da Penha em detalhe do
Dezenho por Ídea da Cidade de São
Pavlo - 1765/1775
Faria, José Custódio de Sá e
(atribuição)**

uma direção para um lugar de onde se tem uma vista privilegiada da cidade, portanto, região que se “liga” à cidade de uma forma mais franca. A opção do Cel. Faria revela que, não por acaso, essa região foi uma das primeiras frentes de crescimento da cidade.

Apesar de se assemelhar muito às representações medievais do espaço, que eram pouco objetivas e registravam as impressões que se tinha ao caminhar, percebe-se que essa imagem já respeita algumas regras da perspectiva, o que, ainda que mal aplicadas, já implicava em uma “redução” do espaço bastante perceptível.

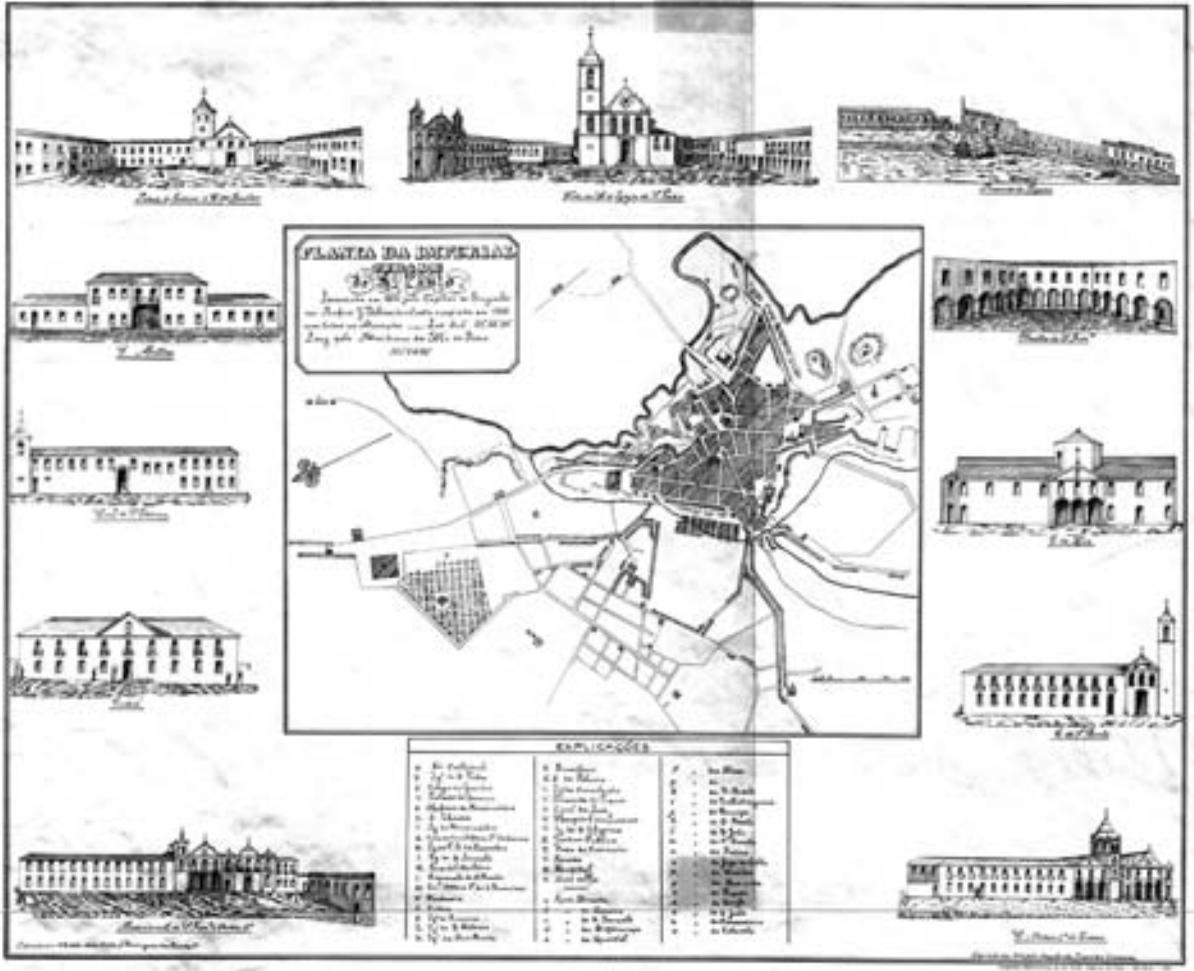
carimbo PLANTA DA IMPERIAL CIDADE DE S. PAULO
Levantada em 1810 pelo Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa e copiada em 1841 com todas as alterações Lat. Sul. - 230,33',30"
Long. pelo Meridiano da Ilha do Ferro 331',24',30"

ano 1841
autor Bresser, Karl Abrahan (atribuição)
escala gráfica (1:1.000)
dimensão 23x30cm (50x60cm)
impressão nanquim manuscrito
localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (original manuscrito) / Comissão do IV Centenário (reprodução)

escala gráfica



categoria/gênero turístico



EDIFÍCIOS

1. Casa da Câmara	11. Casa da Câmara	21. Casa da Câmara
2. Casa da Câmara	12. Casa da Câmara	22. Casa da Câmara
3. Casa da Câmara	13. Casa da Câmara	23. Casa da Câmara
4. Casa da Câmara	14. Casa da Câmara	24. Casa da Câmara
5. Casa da Câmara	15. Casa da Câmara	25. Casa da Câmara
6. Casa da Câmara	16. Casa da Câmara	26. Casa da Câmara
7. Casa da Câmara	17. Casa da Câmara	27. Casa da Câmara
8. Casa da Câmara	18. Casa da Câmara	28. Casa da Câmara
9. Casa da Câmara	19. Casa da Câmara	29. Casa da Câmara
10. Casa da Câmara	20. Casa da Câmara	30. Casa da Câmara

PLANTA DA IMPERIAL CIDADE DE SÃO PAULO - 1841

BRESSER, KARL ABRAHAN (ATRIBUIÇÃO)²

Mapa em preto e branco desenhado a nanquim sobre tecido. O mapa mostra logradouros, edificações, arruamentos, rios e a topografia da cidade de São Paulo.

A planta da cidade é colocada num quadro no centro da folha, cercada por ilustrações que destacam alguns edifícios da cidade em elevações e perspectivas.

A escala é gráfica e indica que de 0-200 mede 4,5cm, portanto, aproximadamente 1:1000. O Norte é uma flor-de-liz que não está paralelo às laterais da folha, por isso o rio Tamanduateí aparece na parte superior do mapa, indo de jusante a montante, da direita para a esquerda.

Os edifícios são localizados na planta com letras (maiúsculas e minúsculas) e depois descritos em uma lista na parte inferior da folha (a. Sé Cathedral; b. Ig. de São Pedro; c. Colégio dos Jesuítas).

Na planta os edifícios e áreas edificadas são representados por hachuras de linhas paralelas diagonais.

A maior concentração de edificações acontece entre o rio Tamanduateí e o rio Anhangabahú. Na parte inferior do rio Anhangabahú as quadras são representadas com linha externa e os edifícios com hachuras. Na parte entre os rios as quadras aparecem todas hachuradas, dando a entender que são integralmente ocupadas ou edificadas. Os taludes inclinados da colina do Tamanduateí são representados com linhas no sentido do declive. O rio Tamanduateí aparece sem qualquer retificação ou canalização. Aparecem também os ribeirões do Bexiga e do Saracura, mas não são nomeados.³



região central em fragmento da Planta da Imperial Cidade de São Paulo - 1810 - Bresser, Karl Abrahan (atribuição)

² Segundo Nestor Goulart Reis Filho (2004) “esta planta, como o título indica, foi copiada do original de Rufino Felizardo e Costa. Deveria, portanto registrar o estado de desenvolvimento da cidade no ano de 1810. Mas, como se declara no subtítulo, nela estariam registradas as alterações posteriores, até o ano de 1841. [...] Nesta, ao redor da planta, foram incluídas ilustrações a bico de pena, mostrando os principais logradouros e edifícios da cidade de São Paulo, naquele ano. [...] Os desenhos ao redor da planta revelam uma boa qualidade técnica, contribuindo para o conhecimento da aparência da cidade, naquele momento. [...] As ilustrações do original de 1841 são provavelmente de autoria do engenheiro Carlos Bresser.”

³ Ao analisar essa planta Eudes Campos (2008) observa que há diversos erros nomenclatura e posicionamento das edificações, muito provavelmente em virtude das diversas cópias realizadas dessa planta. Campos ainda considera que “Não deixa de impressionar o fato de ter sido empregada uma planta velha de trinta anos e, mediante pouquíssimas alterações, ter-se obtido uma nova carta atualizada da Capital. As razões para isso encontramos no estado de estagnação a que se reduziu São Paulo durante o Primeiro Reinado e, sobretudo, durante a era regencial, ponto para o qual já chamara atenção o historiador Afonso Taunay. Depois do período otimista dos



**exemplar original da Planta da Imperial
Cidade de São Paulo - 1841 - Bresser,
Karl Abrahan (atribuição)**

As partes mais distantes são representadas em branco com apenas alguns edifícios isolados, rios ou arruamentos que se direcionavam para fora do núcleo.

Na parte de cima do mapa aparece um arruamento pontilhado, que é uma futura ligação com o bairro do Brás.

A rua da Consolação aparece na parte inferior do mapa com vários edifícios ao longo do trajeto, assim como a rua São João e a rua Alegre.

últimos anos anteriores à Independência, São Paulo ingressa numa fase em que as obras públicas realmente escasseiam. O Regimento das Câmaras Municipais, lei de 1º de outubro de 1828, criou um paradoxo: impôs às Edilidades a responsabilidade pela construção e manutenção de inúmeras obras públicas (chafarizes, mercado municipal, matadouro, cemitério apartado das igrejas, calçamento de ruas, etc.), mas, ao mesmo tempo, não previu o aumento das rendas dos municípios e, o que é pior, retirou a autonomia política das municipalidades, de ora em diante dependentes dos governos das províncias e, depois, das Assembléias Provinciais. Desprovidas de recursos, as Câmaras pouco ou nada puderam fazer, senão gerenciar a penúria, dependendo sempre da boa vontade dos legisladores e do executivo provincial. [...] Seria necessário esperar por circunstâncias econômicas, sociais, políticas e financeiras favoráveis, o que ocorreu em 1849, para que a municipalidade de São Paulo obtivesse o repasse de vários impostos provinciais e assim pudesse dar início à construção de alguns dos equipamentos previstos no Regimento das Câmaras. Por isso, na planta de 1841, quando se desejou ilustrá-la com os prédios mais significativos da cidade, só foram representadas construções datadas dos tempos da Colônia. As edificações mais ilustres da Capital eram, em geral, rústicas construções de taipa, às vezes erguidas sob o influxo de um Barroco bastante provinciano; na verdade, constavam, em sua maioria, de conventos envelhecidos e igrejas mal cuidadas, localizados em largos de aparência desolada, porque na época, ainda não se arborizavam os espaços públicos e o calçamento feito à base de pedras fragmentadas não fazia distinção entre leito carroçável e área de passagem de pedestres.”

carimbo PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO
Por C. A. Bresser
1841
Esta planta foi copiada de uma cópia do original do Archivo do
Escritorio da Engenharia da São Paulo Railway em 29.5.1918
W. J. Sheldon
Engenheiro Chefe
Copied from Original 1861

ano 1841
autor Bresser, Karl Abrahan
escala gráfica (1:5.100)
dimensão 87x74cm
impressão cópia heliográfica
localização Museu Paulista da Universidade de São Paulo (cópia) / Arquivo Público
do Estado de São Paulo (cópia heliográfica) / Comissão do IV Centenário
(reprodução)

escala gráfica



categoria/gênero cadastral



PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1841 - BRESSER⁴, KARL ABRAHAN

Mapa colorido em azul e marrom. Os arruamentos são representados com linhas marrom escuro, característica de algumas cópias heliográficas. O leito das ruas foi pintado com alaranjado sólido e o rio é representado na cor azul sólida.

Provavelmente, esse mapa foi desenhado em 1918 sobre uma cópia feita em 1861 a partir do original de 1841.⁵

Não há inscrições no mapa, com exceção dos números que, a partir de uma tabela no canto superior direito da folha, localizam 103 pontos da cidade. Apenas alguns lotes são representados, mas como se trata de uma cópia da cópia do original, certamente houve alterações significativas.

A escala é gráfica e o norte encontra-se rotacionado em relação às laterais da folha.

A parte central da cidade é mais detalhada onde os bondes são representados. As edificações são representadas com as mesmas linhas dos lotes. Isso pode ser uma simplificação feita pelas sucessivas cópias, visto que mapas desse período e nessa escala costumavam representar as edificações com destaque.

O único rio que aparece é o Tamanduateí. Segundo esse mapa, a cidade já ocupa o centro novo na região da República e da Luz, mas ainda é mais densa no centro velho.

4 Conforme a informação de Maria Lúcia Perrone Passos e Teresa Emídio (2009) o autor dessa planta, Karl Abraham Bresser, era engenheiro agrimensor nascido na Prússia e que veio para o Brasil no ano de 1838 para trabalhar na construção de estradas e pontes no governo da Província de São Paulo. Ainda segundo Passos e Emídio “era proprietário de uma chácara na região da atual rua Bresser, no Brás, e de uma fábrica de licores no Marco da Meia Léguas. Autor de mapas de São Paulo, entre os quais o de 1841, é considerado o introdutor das primeiras plantas cadastrais na cidade.” Eudes Campos (2008) continua, ainda sobre Bresser: “Assinou contrato por cinco anos com o governo da província de São Paulo, representado pelo major Bloem, em Bremen no dia 1º de agosto de 1838, e por esse documento percebe-se que, ainda que nele fosse qualificado como agrimensor, com diploma, sua responsabilidade no Brasil seria a de um verdadeiro engenheiro, pois deveria elaborar planos, fazer orçamentos e dirigir as obras da abertura de uma estrada de rodagem entre São Paulo e Santos”.

5 Segundo Reis Filho (2004) essa planta “foi incluída no Álbum do IV Centenário. Na parte de baixo do trabalho, do lado direito, vem escrito “Esta planta foi copiada do original do Archivo do Escriptorio da Engenharia da São Paulo Railway em 29.5.1918”, com a assinatura de W.J. Sheldon, Engenheiro Chefe. Junto à margem, a direita, embaixo, vem escrito em inglês “Copied from Original 1861”. Assim sendo, o desenho publicado em 1954 estava baseado em uma planta copiada de uma outra cópia realizada em 1918, que por sua vez seria cópia realizada em 1861, a partir do original de 1841”.



região de Santa Efigênia em fragmento da Planta da Cidade de São Paulo - 1841 - Bresser, Karl Abraham Comissão do IV Centenário em 1954.



região central em fragmento da Planta da Cidade de São Paulo - 1841 - Bresser, Karl Abraham Comissão do IV Centenário em 1954.



cópia da Planta da Cidade de São Paulo - 1841 - Bresser, Karl Abrahan, publicada pela Comissão do IV Centenário em 1954.

Como a intenção da planta é a representação das ruas, não há distinção entre o que é ocupado ou simplesmente arruado, passando a impressão de que as áreas recém ocupadas na região além-Anhangabaú são tão densamente ocupadas quanto o centro.

carimbo MAPPA DA CIDADE DE SÃO PAULO
e seus
SUBURBIOS
Feito por Ordem do Ex.mo S.r Prez.te o Marechal de Campo
Manoel da Fonseca Lima e Silva
Pelo Engenheiro Civil C. A. Bresser

ano 1844/1847
autor Bresser, Karl Abrahan
escala gráfica de 3.000 palmos (1:6.000)
dimensão 61,5x76,5cm
impressão manuscrito
localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (original manuscrito) / Comissão do IV
Centenário (reprodução)

escala gráfica



categoria/gênero cadastral



MAPPA DA CIDADE DE SÃO PAULO E SEUS SUBURBIOS⁶ - 1844/1847

BRESSER, KARL ABRAHAN

Mapa colorido onde as edificações são representadas com um leve aquarelado vermelho e as linhas externas em vermelho forte, o que confere às edificações uma impressão tridimensional. Alguns edifícios, como conventos, quartéis e cadeias, são representados com um aquarelado vermelho mais forte, o que promove uma hierarquia na representação dos edifícios. Os arruamentos são representados por linhas simples e um leve aquarelado amarelo e os rios são representados na cor azul. As áreas não edificadas e não arruadas ou loteadas aparecem representadas em branco. Não há representação da topografia.

Esse mapa é muito semelhante ao Mappa da Cidade de São Paulo Offerecido a Sua Magestade, de mesma data e autor, e certamente fazem parte da mesma série de plantas levantadas por Bresser.

Na área central, mais densa, entre o Tamanduateí e o Anhangabaú e nas principais ruas, como a rua da Consolação e a freguesia de Santa Iphigenia, os lotes aparecem representados com uma finíssima linha preta. Nas partes mais distantes do centro as quadras aparecem sem as representações de lotes, o que nos leva a entender que são quadras ainda não ocupadas, embora isso não fique explícito no mapa.

O norte é uma rosa-dos-ventos, e, assim como as plantas anteriores, está rotacionado em relação às laterais da folha.

Comparado à Planta da Imperial Cidade de São Paulo (Bresser, 1810), percebe-se que a cidade cresceu predominantemente para oeste⁷ na direção do Campo do Curro, atual praça da República ainda não existente; e para norte, em direção ao Tietê e à ponte de Santa Anna. Para leste, a cidade cresce com a freguesia do Braz pela ponte do Carmo sobre o Tamanduateí.

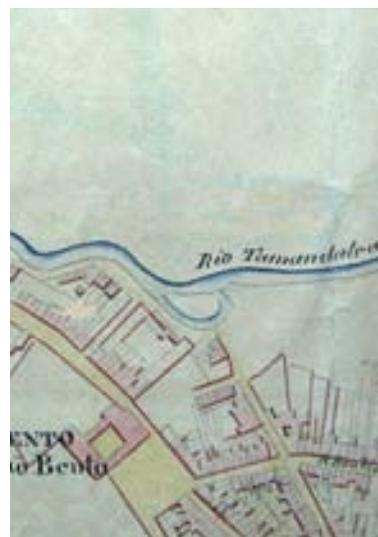
Na parte direita da folha aparecem o caminho para Santos e a ligação com o Sul. Na parte inferior aparece o caminho para Sorocaba. Na porção superior direita da folha estão o caminho e a estrada para a Mooka. Na parte superior esquerda, o caminho para Santana. Todas

⁶ Eudes Campos (2008) considera essa planta a versão definitiva da Planta da Cidade de São Paulo de 1941 ao apresentar o complemento do registro cadastral dessa última. Além disso, os limites das duas plantas são praticamente os mesmos, exceção feita ao limite norte da cidade que aqui se estendem até a Ponte Grande de Santana, que pela primeira vez aparecendo em uma carta da cidade. Campos ainda considera que a importância dessa carta é devida à sua natureza cadastral.

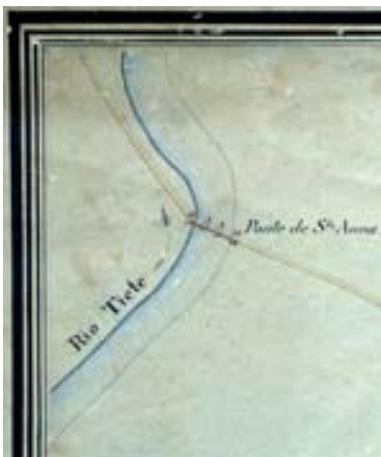
⁷ “Não podemos deixar de notar também que, quase quarenta anos depois de arruada e parcelada, a ocupação na parte além-Anhangabaú continuava ainda bastante rarefeita.” (Campos, 2008)



região central no fragmento do Mappa da Cidade de São Paulo e seus Suburbios - 1844/1847 - Bresser, Karl Abraham



região central no fragmento do Mappa da Cidade de São Paulo e seus Suburbios - 1844/1847 - Bresser, Karl Abraham



região de Santana em fragmento do
Mappa da Cidade de São Paulo e seus
Suburbios - 1844/1847 - Bresser, Karl
Abrahan

essas ligações com outros núcleos são interrompidas antes de chegarem no destino. Para oeste a cidade não se estende além do “tanque do Arouche” e no “campo rodonde”. É curioso, pois a cidade cresceria para oeste onde na folha está o carimbo.



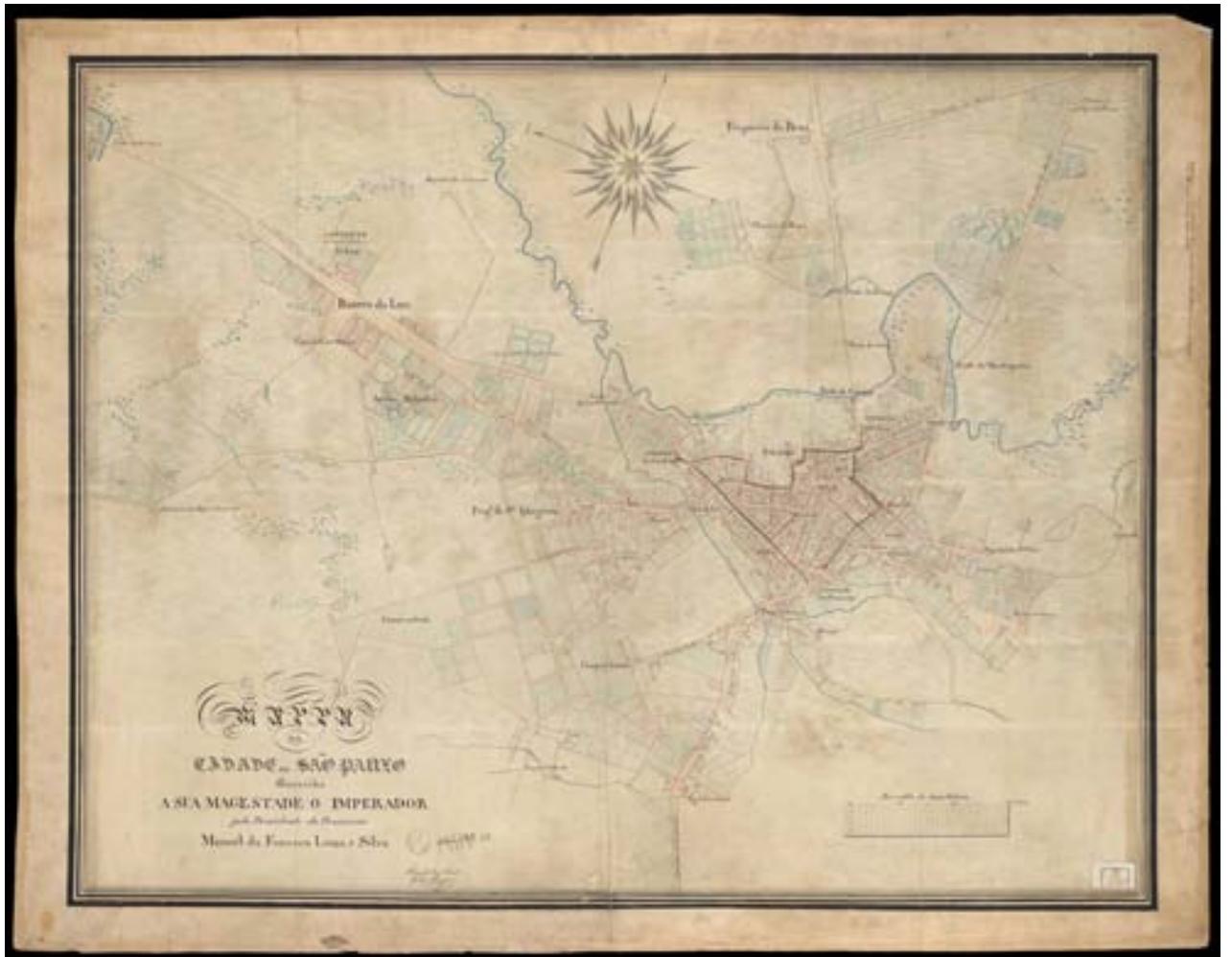
cópia do Mappa da Cidade de São Paulo
e seus Suburbios - 1844/1847 - Bresser,
Karl Abrahan publicada pela Comissão
do IV Centenário em 1954.

carimbo	MAPPA DA CIDADE de SÃO PAULO offerecido A SUA MAGESTADE O IMPERADOR pelo Prezidente da provincia Manoel da Fonseca Lima e Silva Feito pelo Engo Civil C. A. Bresser
ano	1844/1847
autor	Bresser, Karl Abrahan
escala	gráfica em palmos (1:6.000)
dimensão	63,5x82cm
impressão	manuscrito
localização	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (original manuscrito)

escala gráfica



categoria/gênero cadastral



MAPPA DA CIDADE DE SÃO PAULO OFFERECIDO A SUA AGESTADE

1944/1947 - BRESSER, KARL ABRAHAN

Mapa colorido muito semelhante ao Mappa da Cidade de São Paulo e seus Suburbios (Bresser, 1844/1847) do mesmo autor.⁸

Os lotes são representados em linhas pretas finíssimas e as edificações em leve aquarelado vermelho, mas aqui não há destaque para os edifícios públicos. Nas quadras mais distantes do centro não aparece a representação dos lotes. Os arruamentos são representados com as mesmas linhas pretas da representação dos lotes e as vermelhas do sombreado das edificações, que assim como no Mappa da Cidade de São Paulo e seus Suburbios (Bresser, 1844/1847), confere aos edifícios uma sensação tridimensional. Os rios são representados em aquarelado azul. Os jardins da capital são pintados em aquarelado verde, representando inclusive seus canteiros e caminhos. O mapa passa a impressão de que as áreas representadas em branco são desocupadas, mesmo que não exista qualquer explicação sobre isso. Não há representação da topografia e o norte é uma rosa-dos-ventos e não está paralelo às laterais da folha. A escala é gráfica de 3000 palmos, o que representa uma escala de aproximadamente 1:6000

Assim como no Mappa da Cidade de São Paulo e seus Suburbios (Bresser, 1844/1847), os caminhos que saem da cidade são o de Sorocaba, na parte inferior; para Santos, na direita, passando pelo lavapés; na parte superior direita, a freguesia do Braz e o caminho da Moóca; no canto superior esquerdo, o caminho para o Tietê e a ponte de Santa Anna passando pelo bairro da Luz.

No canto direito do mapa há uma seta no rio Tamanduateí indicando o sentido para onde correm as águas, sul-norte. A região entre o Tamanduateí e o Anhangabaú apresenta um grande número de edificações representadas, indicando maior densidade de ocupação. O rio Tamanduateí ainda se encontra não retificado.

O caminho para Santo Amaro aparece, nos dois mapas, na parte inferior direita da folha, mas não se estende até a extremidade do mapa, ele é interrompido antes de aparecer Santo Amaro. Assim como no Mappa da Cidade de São Paulo e seus Suburbios (Bresser, 1844/1847), a oeste, o caminho de Sorocaba é interrompido pouco depois da Igreja da Consolação.

⁸ "Esta planta da cidade de São Paulo corresponde exatamente ao levantamento de 1841 [...]. Inclui um trabalho de cadastramento de todos os lotes ocupados nas diferentes quadras, seja do velho Centro, seja dos bairros em formação. Nos lotes, são assinaladas as áreas ocupadas pelas edificações, com informações importantes para o estudo da história da arquitetura da cidade." (Reis Filho, 2004)



região central em fragmento do Mappa da Cidade de São Paulo Offerecido a sua Magestade - 1944/1947 - Bresser, Karl Abrahan



região central no fragmento do Mappa da Cidade de São Paulo Offerecido a sua Magestade - 1944/1947 - Bresser, Karl Abrahan



região de Santana em fragmento do Mappa da Cidade de São Paulo Offerecido a sua Magestade - 1944/1947 - Bresser, Karl Abrahan



região de Santa Efigênia em fragmento do Mappa da Cidade de São Paulo Offerecido a sua Magestade - 1944/1947 - Bresser, Karl Abrahan

Algumas localidades não aparecem nomeadas naquele mapa, como o caso do Bairro da Luz e da Chácara do Jerônimo Andrade ao norte, e do Bexiga próximo à Ponte do Lorena.

A principal diferença entre esse mapa e o Mappa da Cidade de São Paulo e seus Suburbios (Bresser, 1844/1847) é gráfica, dando-se maior importância à representação dos jardins no presente mapa. Provavelmente, foram elaborados no mesmo ano.

A técnica da aquarela, utilizada nesses dois mapas, e mesmo as finíssimas linhas, cuidadosamente traçadas, dão a impressão de que se trata de artefatos artísticos e não científicos, campo das representações cartográficas. Isso aos olhos de um espectador contemporâneo, pois talvez no tempo em que foram confeccionados essas características bastavam para conferir credibilidade às representações cartográficas. Para um mapa manuscrito do século XIX esse mapa devia parecer bastante confiável.

Assim como as características gráficas da representação, o que confere uma aparência mais “científica” ou “verdadeira” aos mapas são os carimbos com fontes elaboradas, o norte em rosa-dos-ventos e a escala gráfica em 3000 palmos.

Esse mapa foi oferecido ao Imperador, D. Pedro II, por isso imagina-se que isso deva garantir que o documento tenha sido elaborado seguindo os padrões de representação existentes na época. Provavelmente existia alguma intenção estratégica no ato do Presidente da Província oferecer um mapa ao Imperador. Isso para dizer que o fato da aquarela, hoje, parecer uma técnica pouco confiável para um mapa, nessa época provavelmente era muito precisa.

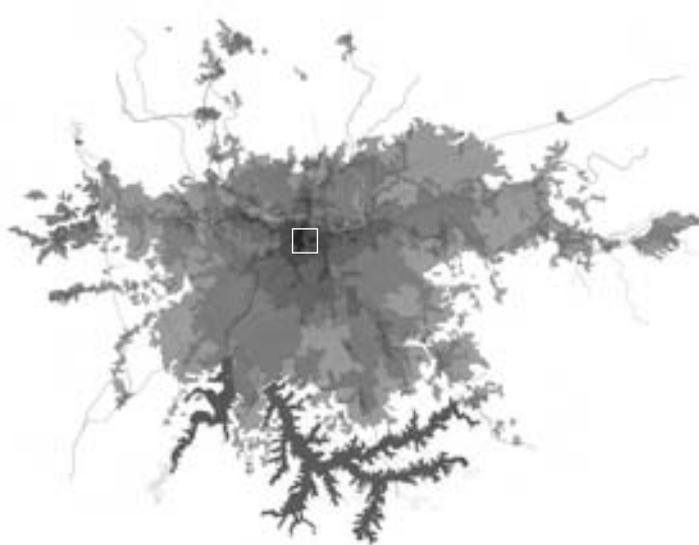
Apesar de esse mapa ser de fato uma obra de arte, uma “pintura”, ela certamente não foi feita para enfeitar as paredes do Palácio do Imperador no Rio de Janeiro. Trata-se de um documento técnico, preciso e estratégico.

Provavelmente, a visão do que é “científico” e portanto confiável depende do período que um documento é realizado.

carimbo MAPPA TOPOGRAPHICO
da Cidade de
SÃO PAULO
DELINEADO
confe.os F. Albuquerque e C. Rath
por
ABILIO A. S. MARQUES
1877

ano 1877
autor Albuquerque, Fernando de e Rath, Carlos
escala gráfica de 1.000 metros (1:4.000)
dimensão 10,5x10,5cm
impressão Imp. Lith de Jules Martin R. de S. Bento, 37 S. Paulo
localização Biblioteca Nacional do Rio Janeiro (exemplar original)

escala gráfica



categoria/gênero turístico



MAPPA TOPOGRÁFICO DA CIDADE DE SÃO PAULO⁹ - 1877

ALBUQUERQUE¹⁰, FERNANDO DE E RATH¹¹, CARLOS

Pequeno mapa em preto e branco publicado na “Carta da Cidade, Município e Comarca de São Paulo” de Abílio A. S. Marques. Mede apenas 10,5x10,5cm e é um dos três mapas de uma folha de 35x26cm que ficava dobrada dentro desse pequeno guia da cidade.

As áreas edificadas são representadas com hachura de linhas paralelas. Os lotes não aparecem no centro onde quase todas as quadras aparecem com a representação de áreas edificadas, mas ao redor do centro, em alguns pontos, há distinção entre lote e edificação por serem áreas onde as construções eram mais rarefeitas. Nessas áreas, as quadras e lotes são representados com linhas pretas e interior branco e as edificações com o mesmo padrão de hachura utilizado no centro.

Não é possível determinar se são as linhas da rua que determinam as quadras ou se são as linhas das quadras que determinam as ruas. Se fosse possível determinar isso, talvez fosse possível determinar uma hierarquia no tratamento entre a rua e a quadra e por consequência entre o que é público e o que é privado.

O norte é uma seta simples e aparece paralelo às laterais da folha como indica o atual sistema de convenções. Não existe a representação da topografia.

A estrada de ferro Santos-Jundiaí aparece ao norte cortando o mapa de oeste a leste. Ao sul aparecem as estradas de Santo Amaro, Santos e Ypiranga. A oeste, as estradas de Pinheiros e Palmeiras (rua das Palmei-

9 “A planta é impressa como anexo de um guia da cidade publicado por Abílio Marques. Inclui ao lado uma planta esquemática com a divisão das freguesias e distritos da Capital e uma carta da comarca do município de São Paulo, que abrangia então uma grande parte do território que hoje corresponde à região metropolitana de São Paulo. As várias plantas são acompanhadas de legendas circunstanciadas, úteis para as pesquisas históricas.” (Reis Filho, 2004)

10 Segundo explicam Maria Lúcia Perrone Passos e Teresa Emídio (2009), Fernando de Albuquerque era engenheiro civil nascido em Santos e formado na Universidade de Easton na Pensilvânia. No ano de 1891 participou do Conselho de Intendência que governou a cidade de São Paulo. Foi administrador da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital Samaritano.

11 Conforme Maria Lúcia Perrone Passos e Teresa Emídio (2009), explicam, Carlos José Frederico Rath, engenheiro, geólogo, geógrafo e pintor, nascido na Alemanha em 1801, instalou-se no Brasil para realizar e dirigir diversas obras públicas e levantamentos cartográficos. Foi o responsável pela construção do Cemitério da Consolação e chegou a ser contratado pela Inspetoria de Obras Públicas. Uma das contribuições mais importantes de Rath foi a confecção de um mapa que localizava nascentes, rios, córregos e áreas alagadiças da cidade. Era literato e cenógrafo e chegou a inaugurar, em sua casa na Liberdade, um pequeno teatro em 1861.



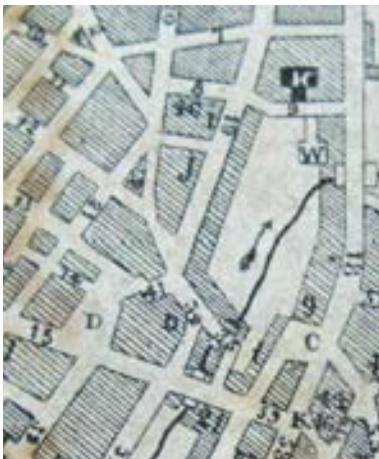
Carta da Cidade, Município e Comarca de São Paulo de Abílio A. S. Marques, guia da cidade que contém o Mappa Topográfico da Cidade de São Paulo - 1877 - Albuquerque, Fernando de e Rath, Carlos



região central em fragmento do Mappa Topográfico da Cidade de São Paulo - 1877 - Albuquerque, Fernando de e Rath, Carlos



folha São Paulo, que contém o Mappa Topográfico da Cidade de São Paulo - 1877 - Albuquerque, Fernando de e Rath, Carlos



região central em fragmento do Mappa Topográfico da Cidade de São Paulo - 1877 - Albuquerque, Fernando de e Rath, Carlos

ras) passando pelo largo de Santa Cecília. Ao norte aparece a avenida da Luz, mas não o rio Tietê. A leste está a estrada da Moóca.

As legendas são muito completas e revelam o caráter de guia de localizador do documento. Aparecem as listas de ruas e travessas, largos e praças, igrejas, edifícios públicos e particulares, lojas maçônicas, estações de urbanos e chácaras. Há quadros de informações meteorológicas, higrométricas e demográficas da cidade: população 27.557 (na cidade 16.377 e 11.180 nos subúrbios), população escrava 3.828. Há ainda a indicação das linhas de bonds.

A área entre o Arouche e o Anhangabaú aparece densamente ocupada, se comparada à região entre o Anhangabaú e o Tamanduateí. O rio Tamanduateí aparece transformado, talvez, retificado em alguns pontos. Um grande meandro próximo ao Braz, presente em outros mapas, aqui aparece modificado.

O mapa à direita, presente na mesma folha, mostra a divisão da cidade em freguesias. Na parte inferior da folha está um terceiro mapa, mais abrangente, que mostra os municípios vizinhos (atual região metropolitana).

Parece ser impossível uma área existir num mapa sem suas fronteiras e limites que a diferenciam de todas as outras áreas. Na verdade, parece que sempre que se quer representar uma área é para distingui-la do que a cerca e quase sempre o que diferencia uma área de outras áreas, e em um mapa de cidade como esses, é a propriedade privada. É o mesmo que dizer que uma área não existe se não for de alguém. O estranho é que as áreas não urbanas desses mapas, não representadas e distantes do centro, também têm proprietários mas normalmente são representados em branco, o que parece ser o centro das atenções é a propriedade urbana da terra.

carimbo MAPPA DA CAPITAL DA PCIA DE S. PAULO
seos Edificios publicos. Hoteis, Linhas ferreas, Igrajas Bonds Passeios, etc.
publicado por Frdo de Albuquerque e Jules Martin em Julho de 1877

ano 1877

autor Albuquerque, Fernando de e Martin, Jules

escala 1:4.000

dimensão 52x72cm

impressão desenhada e lithographada por Jules Martin redigida pelo eng. F de Albuquerque

localização Biblioteca Nacional do Rio Janeiro (exemplar original) / Comissão do IV
Centenário (reprodução) / Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São
Paulo

escala gráfica



categoria/gênero turístico



MAPPA DA CAPITAL DA PCIA. DE S. PAULO¹² - 1877

ALBUQUERQUE, FERNANDO DE E MARTIN¹³, JULES

Mapa colorido litografado. As ruas são representadas com linhas simples e as quadras são preenchidas com uma cor sólida esverdeada. Não existe a representação dos lotes. Nas quadras existe apenas a representação de jardins e os edifícios são destacados, representados por suas fachadas. A intenção principal é localizar esses edifícios. Entende-se assim que se tratava dos edifícios mais importantes da cidade. As linhas de trem e bonde são representadas com linhas simples.¹⁴

12 Segundo Nestor Goulart Reis Filho (2004) “trata-se de uma planta “turística” da cidade de São Paulo, que mostra a área então urbanizada, seus principais edifícios e instituições. Registra as ferrovias: a São Paulo Railway (“para Jundiáhi e Campinas”) e a Estrada de Ferro Sorocabana (“para Sorocaba e Ipanema”). A planta inclui também indicações sobre a primeira linha de bondes de tração animal, que ligava o centro da cidade às estações, com um prolongamento sobre a avenida Tiradentes. Secundariamente, é registrada a presença de um “ônibus” de tração animal, percorrendo o aterrado do gasômetro, em direção ao Brás. Como não há indicação dos lotes em cada quadra ou diferenças entre as quadras ocupadas e as não edificadas, a planta não permite uma comparação mais detalhada com as da mesma época, para saber o estado de crescimento da cidade naquele momento.”

13 Segundo Maria Lúcia Perrone Passos e Teresa Emídio (2009) o artista gráfico e ilustrador, Jules Victor André Martin, “estudou litografia na Escola de Belas Artes de Marselha e em 1852 trabalhava como desenhista em Paris. Veio para o Rio de Janeiro em 1868. Instalou-se a seguir na fazenda de seu irmão, e em 1870 na capital de São Paulo, com oficina na rua Boa Vista. Abriu um curso de desenho e pintura. Um ano depois, a sua recém-fundada “Imperial Litografia”, assim batizada por ter recebido, em 1875, a visita de dom Pedro II, já era a primeira da província. [...] Já instalado na rua São Bento, executou também trabalhos cartográficos. Foi professor do Liceu de Artes e Ofícios, e presidente-fundador da “Sociedade de Beneficência Francesa”, em 1881. No ano seguinte, com o intuito de ligar o centro da cidade aos novos bairros situados além vale do Anhangabaú, conseguiu a concessão para a construção do primeiro Viaduto do Chá, do qual foi o idealizador.”

14 Conforme explica Eudes Campos (2004) “a intenção do engenheiro Fernando de Albuquerque e do litógrafo Jules Martin com a criação desta planta era certamente orientar as pessoas do Interior que vinham tratar de negócios em São Paulo e os estrangeiros que chegavam para trabalhar na Capital. Afinal, o presidente da Província João Teodoro Xavier (1872-1875) iniciara durante seu governo uma campanha de embelezamento da cidade, pensando especialmente nos fazendeiros de café que com regularidade vinham a São Paulo ou até mesmo se mudavam para cá. Muitos deles, na verdade, se mostravam tão interessados em expandir seus negócios, e começaram a se dedicar a atividades econômicas urbanas. Graças à pujante riqueza gerada pela economia agro-exportadora do Oeste paulista e à farta distribuição de concessões de privilégios feita pelo governo, passaram os representantes desse novo setor empresarial a explorar rendosos serviços urbanos numa cidade até então quase totalmente desprovida de infra-estrutura. Seriam assim organizados, ao longo dos decênios de 1870 e 1880, vários serviços públicos: o transporte coletivo (carros à tração animal),



região central em fragmento do Mappa da Capital da Pcia. de S. Paulo - 1877 - Albuquerque, Fernando de e Martin, Jules.



região do Brás no fragmento do Mappa da Capital da Pcia. de S. Paulo - 1877 - Albuquerque, Fernando de e Martin, Jules.



região da Luz em fragmento do Mappa da Capital da Pcia. de S. Paulo - 1877 - Albuquerque, Fernando de e Martin, Jules.

Não há distinção entre áreas edificadas e áreas somente loteadas, já que a cor sólida esverdeada, que representa as quadras, é igual no centro e nas partes mais distantes e provavelmente não loteadas.

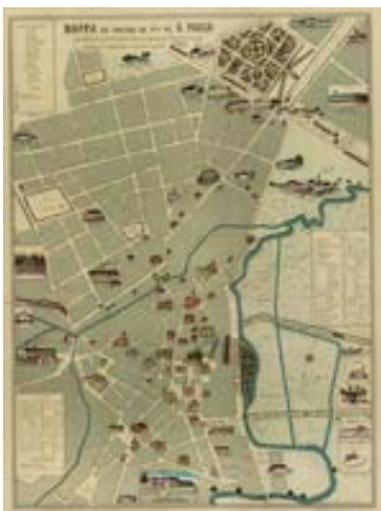
Não existe representação da topografia e o norte é uma rosa-dos-ventos que aparece paralelo às laterais da folha como as convenções atuais indicam.

Ao sul estão o Largo da Liberdade e o Largo do Hospício. A oeste, o Largo 7 de Abril, antigo Largo do Curro e atual praça da República. Ao norte, a Luz e a leste, a Várzea do Carmo e do Gasômetro. As estradas de ferro Sorocabana e S. Paulo Railway cruzam a folha na parte superior direita e recebem a ilustração de pequenos comboios de trem.

Trata-se, nitidamente, de um mapa ilustrativo e turístico. Não abrange uma extensa área e não engloba toda a área urbanizada. No subtítulo o caráter turístico do mapa fica evidente ao enunciar os “seos Edifícios publicos, Hoteis, Linhas ferreas, Igrejas, Bonds, Passeos, etc.”

Há três tabelas, nomeadas guia no 1, guia no 2 e guia no 3, uma na parte superior, uma na inferior esquerda e outra na parte direita da folha, localizando edifícios e logradouros identificados com letras e números.

O que se nota com muita clareza nesse mapa é que apesar de pretender representar toda a capital, e com isso seus arruamentos e áreas ocupadas, a folha mostra apenas parte da cidade.



cópia do Mappa da Capital da Pcia. de S. Paulo - 1877 - Albuquerque, Fernando de e Martin, Jules publicada pela Comissão do IV Centenário em 1954.

em 1872; a luz a gás, nesse mesmo ano; a rede de água e esgotos, em 1883; o telefone, em 1884, e a luz elétrica em 1888.”

carimbo PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO
Levantada pela
COMPANHIA CANTAREIRA E ESGOTOS
HENRY B. JOYNER M.I.C.E.
ENGENHEIRO EM CHEFE
1881

ano 1881

autor Companhia Cantareira e Esgotos

escala gráfica (1:5.000)

dimensão 105x91cm

impressão manuscrito

localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (original) / Biblioteca Municipal Mário de Andrade / Arquivo Público do Estado de São Paulo (cópia) / Comissão do IV Centenário (reprodução) / Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo

escala gráfica



categoria/gênero cadastral

PLANTA
CIDADE DE SÃO PAULO

EDITADA POR
COMPANHIA LITOGRAFICA E GRAFICA

CAPI. A. ALVES RUIZ



1888

Distancia em metros	Distancia em toises
100	16,67
200	33,33
300	50,00
400	66,67
500	83,33
600	100,00
700	116,67
800	133,33
900	150,00
1000	166,67
1100	183,33
1200	200,00
1300	216,67
1400	233,33
1500	250,00
1600	266,67
1700	283,33
1800	300,00
1900	316,67
2000	333,33



PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1881

COMPANHIA CANTAREIRA E ESGOTOS¹⁵

Mapa em preto e branco, elaborado com nanquim sobre tecido, que mostra muito detalhadamente a área urbanizada até esse ano. É um mapa grande, de 105x91cm, na escala de aproximadamente 1:5.000, o que permite que vários detalhes possam ser representados como lotes e edificações. Os lotes são representados em linhas simples e as edificações em destaque com hachura de linhas diagonais paralelas.

A região entre o Anhangabaú e o Tamanduateí tem, nitidamente, maior densidade de ocupação que a região entre o Arouche e o Anhangabaú.

Há nítida preocupação em representar e localizar todas as edificações da capital. Por se tratar de uma empresa de serviços de águas e esgotos, havia maior objetividade na representação dos temas de interesse. Possivelmente, para quantificação, havia a necessidade de se saber onde e a que distância estão todos os edifícios servidos ou passíveis de serem servidos pela rede da companhia.

A objetividade e clareza da representação, compatíveis com os interesses da companhia, conferem ao mapa uma confiabilidade muito grande, tanto para um observador da época, quanto para um observador contemporâneo. Grandes áreas que circundam o núcleo são representadas em branco, são todas áreas não urbanizadas e, portanto, que não interessam a uma empresa de serviços urbanos.

São representados arruamentos ocupados e ainda não ocupados e também loteamentos apenas projetados, como Campos Elíseos. Trata-se de um mapa para a quantificação e planejamento da empresa e também um mapa cadastral.¹⁶

15 Sobre a Companhia Cantareira e Esgotos - Seção de Esgotos Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo, Maria Lúcia Perrone Passos e Teresa Emídio (2009), explicam que, em 1877, a empresa foi criada para abastecer a cidade com as águas da serra da Cantareira, e efetuar as ligações de água residenciais. A companhia acompanhou o crescimento da cidade até 1883, quando foi criada a Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo - RAE, que, posteriormente, seria substituída pelo Departamento de Águas e Esgotos - DAE em 1954. Em 1968 foi criada a Companhia Metropolitana de Águas de São Paulo, servindo aos 37 municípios da Grande São Paulo. A Companhia de Saneamento de São Paulo - Sanesp e o Fomento Estadual de Saneamento Básico - Fesb foram criadas em 1970. A Sabesp, Companhia de Saneamento Básico de São Paulo, seria criada em 1973.

16 Segundo Nestor Goulart Reis Filho (2004) essa "é a segunda planta cadastral da cidade de São Paulo e mostra seus espaços edificados no ano de 1881. Para compreender as mudanças ocorridas, é importante compará-las com a de Carlos Bresser, de 1841, e com a do mesmo autor, de 1847. São assinaladas as quadras e lotes edificados e os espaços ocupados nos lotes pelas construções. Traz também uma extensa legenda



região central no detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1881 - Companhia Cantareira e Esgotos.



região de Campos Elísios em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1881 - Companhia Cantareira e Esgotos.



região central no detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1881 - Companhia Cantareira e Esgotos.

Há destaque para alguns edifícios que são representados em cor preta sólida e identificados com numeração relacionada numa lista no canto superior direito da folha. São igrejas, lojas maçônicas, teatros, a assembleia, quartéis, academias, armazéns e estações, não havendo assim preferência pela localização de qualquer edificação. Tudo que merece destaque, seja civil, militar ou religioso está representado. Trata-se de uma representação laica, estritamente técnica e se encaixa com o perfil e as necessidades de uma grande empresa de serviços urbanos como a Cantareira.

O mapa passa uma impressão de correção e veracidade. Como há distinção entre áreas edificadas, áreas somente arruadas e áreas apenas projetadas, é possível determinar com precisão a extensão da área urbanizada.

Os rios, na parte urbana, são muito bem detalhados, entretanto, não há representação da topografia.

O rio Tietê aparece na parte superior do mapa, ao norte, em um pequeno trecho entre a foz do Tamanduateí e a estrada de Santa Anna. Aparentemente, não existia interesse em representar o rio a não ser onde este fazia parte da rede. Em outras partes o rio é simplesmente cortado. Sabe-se que a água vinha da Serra da Cantareira.

O rio Tamanduateí aparece desde a sua foz, em toda sua interface com o núcleo urbano, e também não chega aos limites da folha, é cortado antes disso. Aqui o rio é representado como parte da rede de serviços da cidade e não como recurso natural. Mesmo a estrada de ferro Santos-Jundiaí/Sorocabana aparece incompleta na esquerda.

Campos Elíseos aparece ainda sem muitas edificações¹⁷ e Santa Efigênia com edificações rarefeitas, ainda que mais densa. Na rua da Consolação existem poucas edificações no caminho para Pinheiros e não aparece o Cemitério da Consolação.



foz do Tamanduateí em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1881 - Companhia Cantareira e Esgotos.

com 47 informações sobre edifícios importantes, públicos e privados. Assinala as ferrovias então existentes: a Santos a Jundiaí, a Sorocabana e a Estrada de Ferro São Paulo ao Rio de Janeiro. Mostra a extensão das áreas ocupadas do bairro da Luz, em Santa Efigênia e na Cidade Nova, com destaque para a ocupação intensa nos terrenos da antiga Chácara do Chá e ao longo da rua da Consolação”.

17 A respeito da ocupação dos então “bairros periféricos”, Eudes Campos (2004) explica que “a antiga Cidade Nova já apresentava na época grande número de construções, em especial, construções residenciais, entre elas, amplas sedes de chácaras isoladas no meio de extensos terrenos. O bairro dos Campos Elísios, arruado em parte da antiga Chácara do Campo Redondo pelo alemão Frederico Glette, em 1878, estava ainda desocupado, tal como o bairro da Bela Vista, criado, no mesmo ano, na antiga Chácara do Bexiga pelo proprietário da época, o português Antônio José Leite Braga, então recentemente falecido.”.

Esse mapa é extremamente redutor pois, de acordo com essas observações, há intenção clara de representar apenas assuntos de interesse da companhia. Além disso, talvez, elementos que compõem a aglomeração mas que não eram passíveis de integrar a rede podem não ter sido representados, como edificações desgarradas e distantes da rede, ou que não estavam entre os consumidores desse serviço¹⁸. Sabe-se que nessa data, final do século XIX, as propriedades já se estendiam até além dos rios para norte e oeste e atingiam grande parte do que é hoje a atual Região Metropolitana de São Paulo. Entretanto, só interessava à Companhia o núcleo urbanizado.¹⁹

Ao sul, a rua da Liberdade e o ribeirão Lavapés, afluente do Tamanduaté. A leste, a rua do Braz, o Gasômetro, e a Estrada de Ferro São Paulo a Rio de Janeiro. A oeste, a área urbanizada mal passa do Arouche. Ao norte, a Estrada da Luz, depois da Santos-Jundiaí/Sorocabana, aparece com poucas edificações até o Tamanduaté e quase nenhuma até o Tietê e a ponte de Santana. As áreas mais distantes do núcleo são representadas em branco.

A leste aparece a praça da Concórdia. O ribeirão Saracura aparece mais detalhado que o rio Tietê. Talvez isso se explique pela proximidade dos arruamentos do Bexiga e uma provável fonte de interesse para a companhia.

18 Sobre possíveis lapsos na execução dessa planta, Eudes Campos (2004) explica que “a respeito desse cadastramento há algo intrigante: o chalé com janelas de arco apontado existente no terreno depois ocupado pelo Edifício Alexandre Mackenzie (onde hoje funciona o Shopping Light), na época residência de Abílio A. S. Marques, que sabemos haver sido construído a partir de 1879, não aparece, estranhamente, assinalado nesta planta. Talvez o levantamento cadastral tenha começado pela parte nova da cidade em data anterior ao início de sua construção”.

19 Sobre a importância dessa planta e a extensão de sua utilização, Eudes Campos (2004) explica que ela “foi organizada para o serviço de água e esgoto, sob a supervisão do engenheiro-chefe da Companhia Cantareira Henry Batson Joyner, membro do Instituto de Engenheiros Civis inglês (o que explica a abreviatura M. I. C. E. após seu nome no título da planta). Em 7 de março de 1881, um vereador indicou à Câmara que solicitasse à empresa cópia desse documento gráfico para que fosse realizado a partir dela um trabalho de complementação de dados que interessava à Municipalidade. Como a Câmara não conseguia mandar realizar a tão sonhada planta cadastral da cidade, que orientasse a distribuição das terras do patrimônio municipal (rossio) sob a forma de datas e todos os futuros trabalhos de alinhamento de ruas e de construções, o edil cogitava usar essa planta recentemente executada pela iniciativa privada e adaptá-la ao serviço público. Ainda em 1887 a planta da Cantareira era vista na Câmara como um documento muito útil, por trazer uma parte do cadastro da cidade e parte dos arrabaldes. Embora já desatualizado no que se refere ao traçado viário e às construções, em decorrência da rápida expansão urbana experimentada naqueles dias, mantinha-se esse trabalho “digno de toda a confiança”.



cópia do Planta da Cidade de São Paulo - 1881 - Companhia Cantareira e Esgotos, cópia pertencente ao Arquivo Público do Estado.



cópia do Planta da Cidade de São Paulo - 1881 - Companhia Cantareira e Esgotos publicada pela Comissão do IV Centenário em 1954.

O norte aparece paralelo às laterais da folha, de acordo com as convenções contemporâneas.

carimbo NOVA
PLANTA
da Cidade de
S. PAULO
e suburbios
publicada por
JULES MARTIN
1881

ano 1881

autor Martin, Jules

escala sem escala (1:10.000)

dimensão 37,5x43,5cm

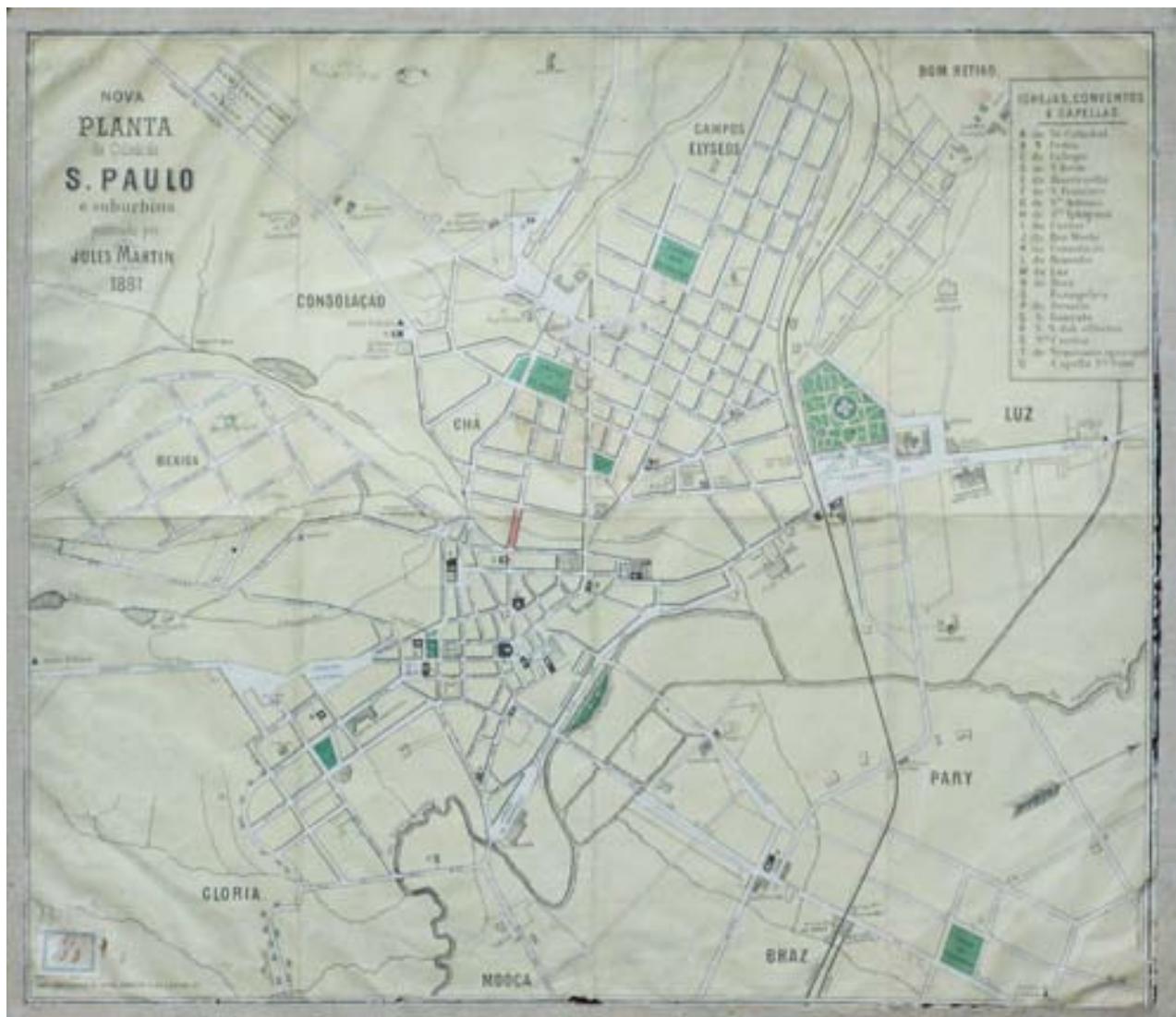
impressão Imp. Lith. a vapor de Jules Martin R. de S. Bento 37

localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original)

escala gráfica



categoria/gênero turístico



NOVA PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO E SUBURBIOS²⁰ - 1881

MARTIN, JULES

Mapa colorido litografado, sem escala grafada. O norte é uma seta e não aparece paralelo às laterais da folha. Os arruamentos são representados por linhas pretas simples e o leito das ruas em branco. Todas as demais áreas, que não são ruas, são representadas com a cor amarelo claro sólido. Jardins são representados em verde.

Esse mapa não representa os lotes, áreas edificadas nem edificações, com exceção de igrejas, conventos e capelas, o que não permite determinar com clareza o que está edificado e o que está apenas arruado ou loteado. Entretanto, há na região do Bom Retiro um reticulado de ruas sem nome com a seguinte inscrição “Entrada dos terrenos do Bom Retiro”, o que indica que se trata de um loteamento, com ruas ainda sem nome e, provavelmente, ainda sem construções. Dá-se, portanto, o mesmo tratamento para áreas em estágio de urbanização diferentes. Áreas de ocupação consolidadas do centro aparecem representadas da mesma forma que lotes vazios.

A Estrada de Ferro Santos-Jundiaí corta a folha de cima a baixo na parte direita da folha. Os bairros periféricos aparecem com grafia em letras maiúsculas: Consolação, Chá, Campos Elyseos, Bom Retiro, Luz, Pary, Braz, Moóca, Glória e Bexiga.

Comparado aos mapas de períodos anteriores, nota-se que a cidade cresceu com a instalação das linhas de trem. No caminho para Pinheiros aparece o cemitério da Consolação, ainda nomeado como Cemitério Público. Paralela à Estrada de Santo Amaro aparece a “Estrada Vergueira”, atual Vergueiro, indo do Largo da Liberdade à região sul.

Próxima à rua da Consolação, antes do cemitério, está a Chácara Chamberlin (Chamberlain), onde hoje estão o Colégio e a Universidade Mackenzie. Ainda na Consolação está o Depósito de Águas da Cantareira, onde hoje está uma estação da Sabesp. Próxima à Igreja de Santa Cecília está a Chácara do Conselheiro Martim Francisco. A rua das Palmeiras aparece como “Caminho para Água Branca”. As estradas de ferro aparecem nomeadas como “Santos a Campinas” e “Linha Inglesa”.

²⁰ Segundo Nestor Goulart Reis Filho (2004) “esta planta deve ser comparada com o “MAPPA” de Martin, publicada dez anos antes. Abrange uma área muito maior, documentando bem a expansão da cidade, após a construção de ferrovias, mostradas à direita do desenho. Os novos bairros são assinalados com destaque, ao redor da área original da cidade, que aparece bem reduzida, próxima ao centro do desenho: Bom Retiro, Campos Eliseos, Consolação, Bexiga, Chá (sic), Glória, Mooca, Brás, Pari e Luz. O bairro de Santa Efigênia não é assinalado, provavelmente porque então já não era um setor periférico da cidade”.



região central no detalhe da Nova Planta da Cidade de São Paulo e Subúrbios - 1881 - Martin, Jules.



região da Liberdade em detalhe da Nova Planta da Cidade de São Paulo e Subúrbios - 1881 - Martin, Jules.



região do Anhangabaú em detalhe da Nova Planta da Cidade de São Paulo e Suburbios - 1881 - Martin, Jules.

Outro detalhe que chama atenção é o fato de que o edifício da empresa responsável pela publicação, a Imprensa Litográfica à Vapor de Jules Martin, aparece localizada no mapa, no seu endereço no número 37 da rua de S. Bento, destacada da mesma maneira que escolas, conventos, seminários episcopais, hospitais e mercados.

A primeira versão do Viaduto do Chá, projeto de mesma autoria do mapa, Jules Martin, aparece marcado em vermelho mas, aparentemente, é uma inscrição feita depois da impressão.

Assim como o Mappa da Capital da Pcia. de S. Paulo (Albuquerque e Martin, 1877), esse é um mapa ilustrativo de localização de edifícios. Entretanto, se levarmos em consideração o fato do loteamento do Bom Retiro estar representado da mesma maneira que os demais logradouros, é possível considerar que as informações constantes nesse mapa não são meramente ilustrativas. O fato de a empresa do autor do mapa estar localizada no mapa com o mesmo peso de outros edifícios de interesse público revela que interesses particulares podem se confundir com interesses comuns ao se confeccionar um mapa.

O poder da representação cartográfica está justamente no fato de que qualquer localização no documento legitima processos, “coloca no mapa”, ao igualar graficamente e localizar espacialmente qualquer coisa. Quando duas coisas diferentes aparecem representadas da mesma maneira, com a mesma forma e peso gráfico e são localizadas numa mesma estrutura espacial, podendo ser comparadas, a tendência é que essas coisas venham a ser consideradas como coisas iguais, como fruto do mesmo processo, portanto, se uma coisa é legítima, logo, a outra, por associação, também será.



região do Bom Retiro no detalhe da Nova Planta da Cidade de São Paulo e Suburbios - 1881 - Martin, Jules.

carimbo NOVA PLANTA
DA
CIDADE DE SÃO PAULO
COM INDICAÇÕES DOS PRINCIPAES EDIFÍCIOS PÚBLICOS
Editores:
U. Bonvicini e V. Dubugras
1891

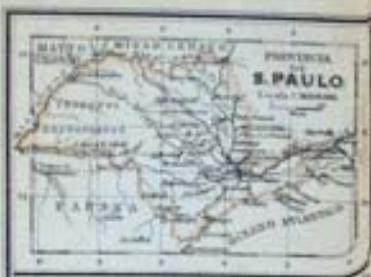
ano 1891
autor Bonvicini, Ugo e Dubugras, Victor
escala gráfica (1:20.000)
dimensão 27,5x22,5cm
impressão Cia. Litho-Typographica - sucessora de Martin Junior - Rua do Rosário 19
localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original e cópia ampliada)

escala gráfica



categoria/gênero turístico

R. 241
out 1891



NOVA PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO

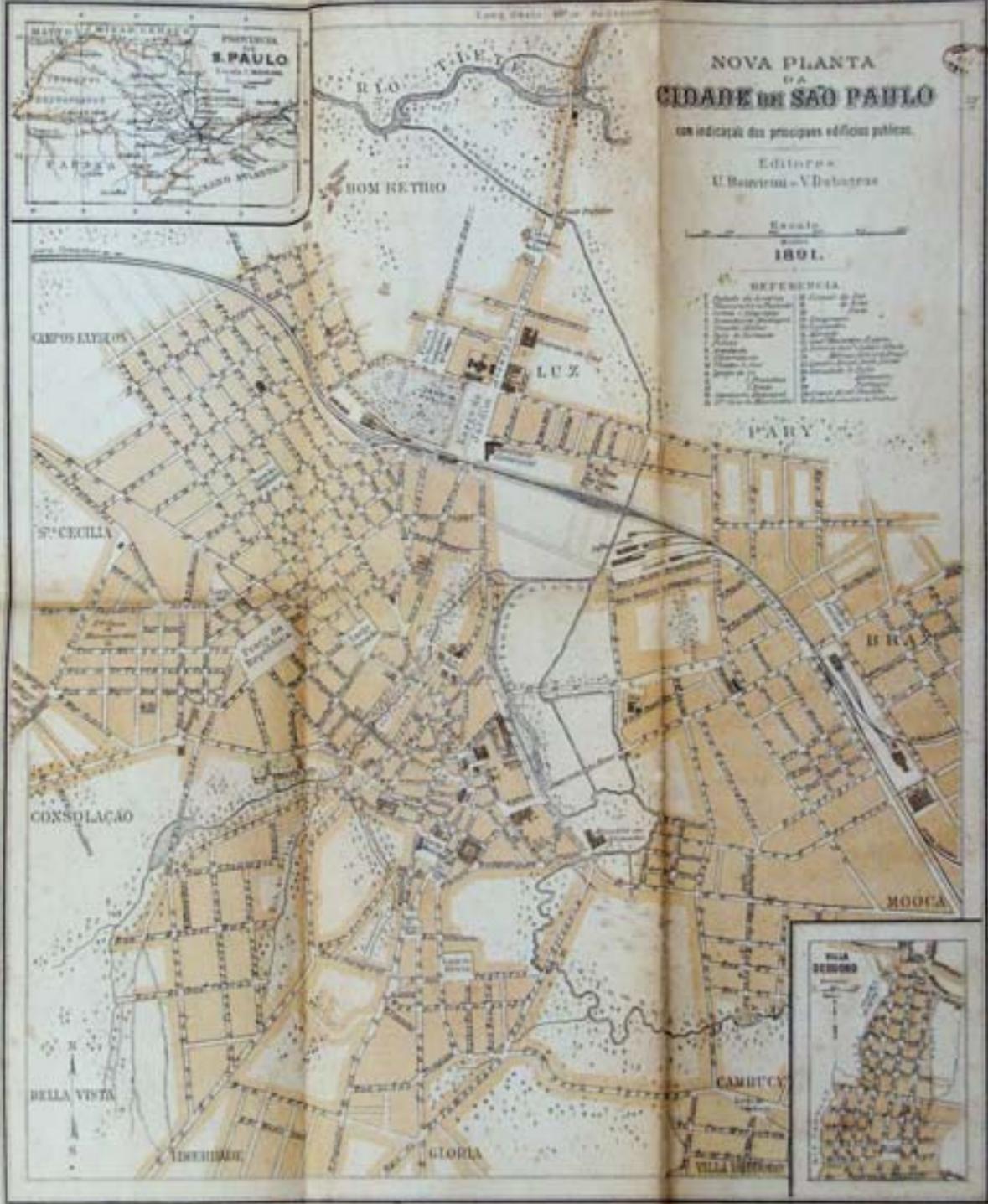
com indicações dos principais edifícios públicos.

Editora
U. Boverini - V. Debatras

Escala
1:50,000
1891.

REFERENCIA

Palácio do Governo	Palácio de São Paulo
Palácio do Congresso	Palácio da Câmara Municipal
Palácio do Tribunal de Justiça	Palácio do Tribunal de Commercio
Palácio do Tribunal de Relação	Palácio do Tribunal de Appellação
Palácio do Tribunal de Recurso	Palácio do Tribunal de Cassação
Palácio do Tribunal de Sentença	Palácio do Tribunal de Execução
Palácio do Tribunal de Julgamento	Palácio do Tribunal de Recurso em Sentença
Palácio do Tribunal de Recurso em Julgamento	Palácio do Tribunal de Recurso em Execução
Palácio do Tribunal de Recurso em Cassação	Palácio do Tribunal de Recurso em Sentença e Julgamento
Palácio do Tribunal de Recurso em Execução e Cassação	Palácio do Tribunal de Recurso em Sentença, Julgamento e Execução
Palácio do Tribunal de Recurso em Sentença, Julgamento e Execução e Cassação	Palácio do Tribunal de Recurso em Sentença, Julgamento, Execução e Cassação



NOVA PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1891

BONVICINI²¹, UGO E DUBUGRAS²², VICTOR

Pequeno mapa de 25x30,5cm, colorido em preto, branco e laranja. Os arruamentos são representados com linhas simples pretas. Áreas ocupadas e edificadas são representadas na cor laranja sólido. As edificações não são representadas com exceção dos edifícios governamentais, religiosos, militares e alguns civis como correios, teatros, bancos, hotéis e a sede da Companhia Cantareira e Esgotos. Há, portanto, a indicação, como o próprio título diz, dos principais edifícios da cidade. As áreas mais distantes do centro são representadas em branco e muitas vezes com pequenas árvores, indicando que ali não há urbanização. Os nomes das ruas aparecem em fontes manuscritas na cor preto.

Não se pode distinguir com clareza áreas edificadas de áreas apenas arruadas. A cor laranja é usada para representar áreas ocupadas, mas não existe precisão suficiente para que isso aconteça.

Os nomes dos bairros periféricos aparecem grafados com letras maiúsculas: Consolação, Santa Cecília, Campos Elyseos, Bom Retiro,



publicação que inclui a Nova Planta da Cidade de São Paulo - 1891 - Bonvicini, Ugo e Dubugras, Victor.

21 Segundo Maria Lúcia Perrone Passos e Teresa Emídio (2009), Ugo Bonvicini era “editor, cartógrafo e escritor das primeiras décadas do século XX, trabalhou em colaboração com o litógrafo e fotógrafo V. Steidel, pioneiro nos cartões postais da cidade de São Paulo”. Além de mapas publicou dois livros sobre a República Argentina.

22 Victor Dubugras, arquiteto francês criado em Buenos Aires, Argentina, muda-se para São Paulo em 1891, e trabalha até 1894 na carteira imobiliária do Banco União, dirigida por Ramos de Azevedo (1851 - 1928), e, em 1894, 1895 e 1897, no Departamento de Obras Públicas de São Paulo - DOP. Entre 1897 e 1898 abre o próprio escritório em São Paulo e em 1894 é convidado a ministrar a disciplina de desenho sobre trabalhos gráficos na Escola Politécnica de São Paulo - Poli, onde permanece até 1928, quando se aposenta. Participa da fundação da Sociedade dos Arquitetos e do Instituto de Engenharia, em 1916. Na década de 1910, Dubugras colabora com o engenheiro Saturnino de Brito (1864 - 1929) nos projetos do Sanatório Popular e das Habitações Proletárias Salubres e Econômicas, ambos não construídos, em Santos. Ainda nessa década, Dubugras acompanha o então prefeito da cidade de São Paulo, Washington Luís (1870 - 1970), posteriormente governador do Estado (1920-1926) e presidente da república (1926-1930) em viagens pelos arredores de São Paulo para o levantamento da arquitetura do período colonial. A convite de Washington Luís, de quem se torna amigo, concebe dois conjuntos arquitetônicos de grande repercussão na época: a Ladeira da Memória, 1919, e os Pousos e Monumentos da Serra de Parapiacaba, 1921/1922, dedicados às comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Dubugras desenvolve centenas de projetos particulares, de residências a edifícios comerciais, no centro da cidade de São Paulo e nos novos bairros paulistanos de elite, como Vila Buarque, Higienópolis e Cerqueira César. Em 1927/1928, Dubugras se transfere para o Rio de Janeiro onde recebe medalha de ouro na Exposição Geral de Belas Artes, em 1916, e a medalha de prata no Congresso Pan-Americano de Arquitetos em Buenos Aires, em 1927.



região central em detalhe da Nova Planta da Cidade de São Paulo - 1891 - Bonvicini, Ugo e Dubugras, Victor.



região da Santa Cecília no detalhe da Nova Planta da Cidade de São Paulo - 1891 - Bonvicini, Ugo e Dubugras, Victor.

Luz, Pary, Braz, Moóca, Cambucy, Vila Deodoro, Glória, Liberdade e Bella Vista.

O mapa dá a entender que Santa Efigênia, Braz e Bexiga são tão densos quanto o centro, sendo que outros mapas mostram que isso não acontece.

Um curto trecho do rio Tietê aparece na parte superior da folha. O Largo 7 de Abril já aparece aqui com o nome que tem até hoje, praça da República. As estradas de ferro para Campinas, Rio de Janeiro e Santos cruzam a folha de leste a oeste.

A cidade, aqui, também não aparece totalmente representada na folha com essa escala. No canto inferior direito da folha há um quadro que mostra a Villa Deodoro, que sem esse artifício não estaria na folha. O autor não teve a mesma preocupação com outros bairros que não estão no mapa.

Há ainda no canto superior esquerdo da folha um pequeno mapa da Província de São Paulo mostrando as divisas com os estados do Paraná, Matto Grosso, Minas Geraes e Rio de Janeiro. O mapa mostra ainda algumas cidades e os rios da província.

É um mapa turístico²³, parte de uma pequena publicação chamada Nova Planta da Cidade de São Paulo, que é um guia da cidade. O documento principal da publicação é o mapa, que é acompanhado de anúncios de hotéis, livrarias, farmácias, casa de instrumentos musicais, agência mercantil, empresa de construção civil, companhias litográficas e a empresa Dubugras, Bonvicini e Cia, dos próprios autores do mapa, especializada em levantamento de plantas de “architectura, agrimensura e topographia etc., etc”. Esse documento é interessante para se ter uma idéia do tipo de empresas interessadas em financiar a produção de um mapa nessa época.

23 Segundo Nestor Goulart Reis Filho (2004), trata-se de uma planta destinada à comercialização.

carimbo PLANTA
DA
CIDADE DE SÃO PAULO
COM INDICAÇÃO DOS PRIMEIROS EDIFÍCIOS PÚBLICOS
ESCALA DE 1:10.000
1893
EDICTOR
UGO BONVICINI

ano 1893
autor Bonvicini, Ugo
escala 1:10.000
dimensão 61,5x51cm
impressão Lit. L'artística. São Paulo Montalbano, Parodi & Co.
localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original) / Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original)

escala gráfica



categoria/gênero turístico



PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO²⁴ - 1893 - BONVICINI, UGO

Mapa colorido em preto, branco, laranja e verde. Os arruamentos são representados com linhas pretas simples e os rios com várias linhas pretas paralelas. Nesse mapa, ao invés de se representar as áreas mais distantes em branco, o autor Ugo Bonvicini optou por usar manchas verdes com pequenas árvores para representar as áreas não urbanizadas. Alguns edifícios, os “primeiros edifícios públicos” como diz o título, receberam hachura quadriculada em linhas pretas e são localizados numa lista na parte superior direita da folha. Não há representação da topografia. O norte é uma seta simples e aparece paralelo às laterais da folha.

Assim como na Nova Planta da Cidade de São Paulo (Bonvicini e Dubugras, 1891), não é clara a distinção entre áreas edificadas e somente loteadas ou arruadas. A mesma cor laranja é usada nas bordas das ruas como se fosse uma aquarela, sem precisão. Quando toda a quadra é ocupada, o seu interior recebe a cor laranja sólida, mesmo que se saiba que nenhuma quadra é totalmente construída. Assim, alguns vazios de miolo de quadra não são representados. Algumas vezes, a cor laranja é usada apenas nas bordas da quadra, dando a impressão de que nessa quadra a ocupação não é completa ou rarefeita. Não se pode, contudo, afirmar se nesses pontos existia ou não um edifício. Nesses casos o interior da quadra é representado com o mesmo padrão dos campos não urbanizados e distantes do centro, com manchas verdes e pequenas árvores.

Chama atenção o fato de a área urbanizada a ser representada não caber nas bordas do desenho, avançando em alguns pontos para fora do quadro até os limites da folha.

No rio Tietê, a Coroa aparece cortada pela atual avenida Tiradentes. Aqui, o rio só é interrompido pelo carimbo.

Há uma quadrícula de letras e números, que facilita a localização dos pontos da cidade.

O fato da área urbanizada não estar totalmente representada revela que não existia a intenção de representar a cidade como uma totalidade.

24”Mais uma planta de São Paulo, com objetivos comerciais. Como todas as outras de seu gênero, apresenta as ruas com larguras iguais, o que altera sua proporções. O desenho dá destaque às baixadas, ao redor dos cursos d’água, indicando-as com a cor verde e sinais de áreas sujeitas a inundações, recortando boa parte da cidade. As áreas periféricas em relação ao velho Centro são registradas e realçadas, inclusive ultrapassando o que seria a linha de enquadramento do desenho, chamando a atenção dos observadores” (cf. Reis Filho, 2004)



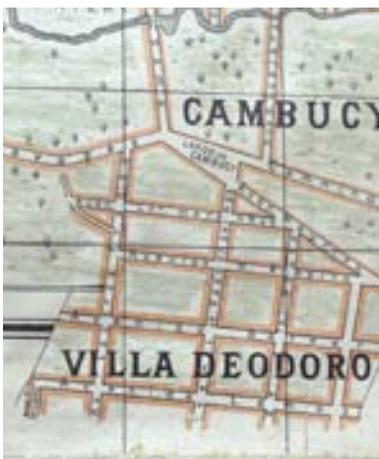
região do Bom Retiro em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1893 - Bonvicini, Ugo



região central no detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1893 - Bonvicini, Ugo



região da Bela Vista no detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1893 - Bonvicini, Ugo



Vila Deodoro em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1893 - Bonvicini, Ugo

Os bairros da Consolação, Bela Vista, Liberdade e Vila Deodoro avançam sobre a borda do desenho. O mesmo não ocorre com o bairro do Braz, mesmo que isso fosse possível.

Esses são indícios da importância que o autor dava para cada local da cidade, sendo nítida a importância de constar no mapa o loteamento da Vila Deodoro, mesmo que isso compromettesse o conjunto da representação gráfica, quando o bairro pobre do Braz é deixado fora do mapa. Nesse sentido é interessante notar que a avenida Paulista, ausente na Nova Planta da Cidade de São Paulo (Bonvicini e Dubugras, 1891), do mesmo autor, aqui aparece totalmente fora da borda, desproporcional e em posição incorreta, “empurrando” as letras da quadrícula para a esquerda, num nítido esforço de fazer com que a avenida constasse no documento.

Além disso, o fato de na avenida não existir a cor laranja, que representa áreas edificadas, revela que os lotes da avenida não estavam sequer parcialmente ocupados e, portanto, livres para serem comercializados, num exemplo de como a cartografia pode, mesmo que num mapa figurativo como esse, colocar no mercado terrenos e loteamentos ao localizar e representar essas áreas. Na avenida Paulista aparecem somente dois edifícios representados sendo que um deles é identificado como “café e restaurante”.

O arruamento que um dia será a avenida Brigadeiro Luiz Antonio também avança para fora do quadro. Na Santa Cecília, o que avança sobre a borda é a rua Barra Funda. Na Consolação, são as ruas da Consolação, Hygienópolis, Maranhão, Pianhy e Itambé, além do cemitério da Consolação, que avançam.

Os bairros periféricos são Santa Cecília, Campos Elyseos, Bom Retiro, Luz, Pary, Braz, Moóca, Cambucy, Villa Deodoro, Glória, Liberdade, Bella Vista e Consolação. Com exceção da avenida Tiradentes, os arruamentos não chegam até o rio Tietê ao norte.

As ruas são representadas com a mesma largura, o que distorce a proporção das quadras e evidencia que o importante eram a localização e as distâncias entre os diversos pontos da cidade. O que se deseja representar parece não caber na folha.

carimbo PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO
Escala 1:10000
1895
EDICTOR HUGO BONVICINI

ano 1895
autor Bonvicini, Hugo
escala 1:10.000
dimensão 60x86cm
impressão Estab. Graph. V. Steidel e Cia. S. Paulo
localização Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original) / Instituto Geológico - São Paulo

escala gráfica



categoria/gênero turístico



PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1895 - BONVICINI, HUGO

Mapa colorido litografado. Os arruamentos são representados em linhas pretas, sendo algumas pontilhadas. Os rios também são representados em preto, mas com um grafismo que os destaca. Partes não ocupadas que em outros mapas aparecem em branco, aqui são verdes e com um grafismo que representa os campos não urbanizados. Alguns edifícios são destacados na cor preta sólida, mas não há representação das áreas edificadas, não havendo, portanto, distinção entre o que é ocupado ou apenas arruado.

Somente aparecem os rios Tamanduateí e Tietê. A várzea do Tietê aparece desocupada.

O carimbo e as tabelas impedem que algumas partes da cidade apareçam. Essas tabelas são índices com “indicação dos principaes edificios publicos e casas comerciaes e industriaes”, que se localizam no mapa por uma quadrícula de letras e números. São localizadas fábricas de cerveja, bancos e a gráfica que imprimiu o mapa: V. Steidel & Cia. Estabelecimento Gráfico - Largo Municipal 27.

A cidade é dividida em 5 distritos: Sé Norte, Sé Sul, S. Ephigenia, Consolação e Braz, pintados no mapa de amarelo, verde ou em branco.

A avenida Paulista aparece na parte sul da folha, na Bella Vista.

A Estrada de Ferro Inglesa cruza de oeste a sudeste. A leste aparece a Estrada de Ferro para o Rio de Janeiro, a E. F. Central do Brasil. A oeste está também a Sorocabana.

As fontes usadas nos nomes de ruas são manuscritas. Há destaque para os nomes de bairros periféricos como Villa Deodoro, Liberdade, Cambucy, Glória, Moóca, Braz, Pary, Luz, Bom Retiro, Campos Elyseos, Palmeiras, Sta. Cecilia, Consolação e Bella Vista.

É um mapa confuso pois há muitas informações gráficas, como as pinturas dos campos e distritos, dificultando sua leitura.

A cidade não cabe na folha: partes a leste e a oeste ficam fora do mapa; o mesmo acontece ao sul e ao norte. Entretanto, diferentemente dos mapas anteriores, aqui, a Villa Deodoro já aparece no mapa na extremidade da folha, incorporada à cidade.



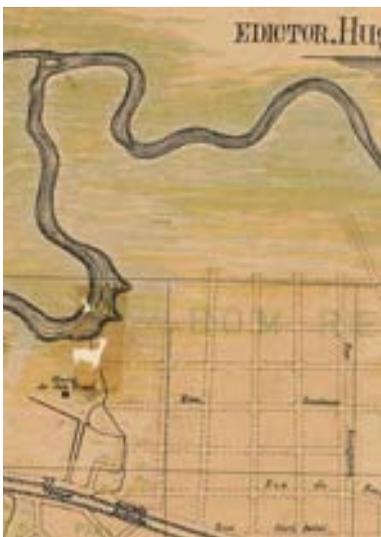
região central em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1895 - Bonvicini, Hugo



região da Vila Deodoro em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1895 - Bonvicini, Hugo



região do Cambuci em detalhe da
Planta da Cidade de São Paulo - 1895 -
Bonvicini, Hugo

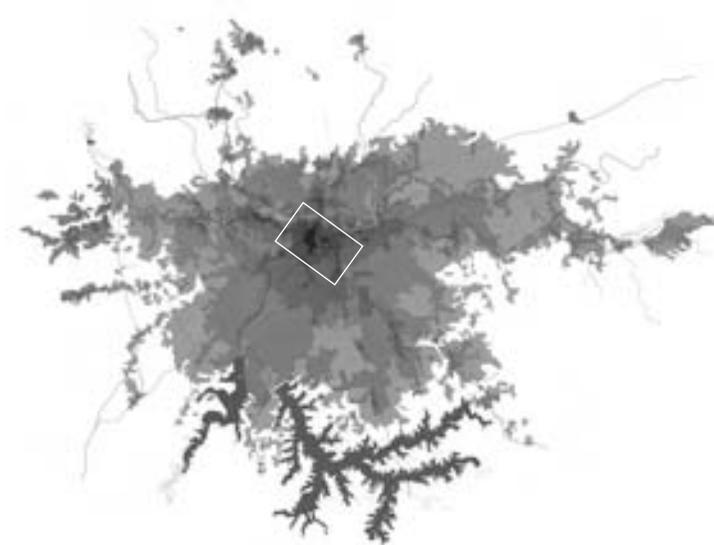


região do Bom Retiro em detalhe da
Planta da Cidade de São Paulo - 1895 -
Bonvicini, Hugo

carimbo PLANTA
DA
CIDADE DE S. PAULO
TRABALHOS PROJECTADOS E REALIZADOS
PELA
COMISSÃO DE SANEAMENTO
ESCALA 1:10.000
1896

ano 1896
autor São Paulo - Estado - Comissão de Saneamento
escala 1:10.000
dimensão 94x62cm
impressão Estab. Graph. V. Steidel e Cia. S. Paulo
localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original)

escala gráfica



categoria/gênero institucional

PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1896

SÃO PAULO - ESTADO - COMISSÃO DE SANEAMENTO

Esse mapa foi levantado para dar suporte aos trabalhos relacionados a água e esgoto da Comissão de Saneamento.

Trata-se de um mapa em quatro cores: preto, branco, vermelho e azul. A cor azul é utilizada em rios, córregos e ribeirões. O vermelho é usado para assinalar projetos de poços de visita, ralos, galerias, manilhas e vallas indicados numa legenda na parte inferior direita da folha. A cor preta é usada para representar arruamentos em linhas simples e alguns edifícios em preto sólido. Indica também os trabalhos realizados e equipamentos já instalados como poços de visita, ralos, galerias, manilhas, vallas e calçamento de ruas. O norte não é paralelo às laterais da folha. Os nomes de ruas e bairros são normografados em preto e vermelho, respectivamente.

Não há distinção entre áreas edificadas e áreas somente arruadas.

Assim como o próprio título indica esse é um mapa realizado como suporte para os trabalhos da Comissão de Saneamento, trata-se, portanto, de um mapa para uso de uma repartição técnica²⁵.

O mapa passa a impressão de que toda a área urbanizada está representada. O que mais chama atenção é o projeto de canalização/retificação do rio Tamanduateí, desde o Cambucy até a foz com o Tietê, que também aparece com um projeto de canalização da foz do Tamanduateí até a região da Barra Funda na Ilha da Inhauma.

Somente algumas ruas são nomeadas, não respeitando alguma hierarquia aparente.

A avenida Paulista já aparece completamente.

A cidade representada nesse mapa já se estende até o Jardim da Aclimação e até o Ypiranga, ao sul, ultrapassando o Cambucy. A oeste, chega até a região da avenida Paulista, onde se encontra a inscrição “Pinheiros”, onde hoje é o Pacaembu. O núcleo de Pinheiros não aparece no mapa. Ainda a oeste, além da Villa Buarque aparece Hygienópolis. Ao norte a cidade ainda não passa da estrada de ferro, com exceção do Bom Retiro, Luz e Pary. A leste, os arruamentos acompanham a Estrada de Ferro Central do Brasil, para o Rio de Janeiro, no “Marco da Meia Léguas”. As estradas de ferro cruzam a folha da esquerda para a direita, mas não chegam até a borda, são interrompidas.

Os trabalhos realizados concentram-se na Santa Cecília, Campos



região da Moóca no detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1896 - São Paulo (Estado) Comissão de Saneamento



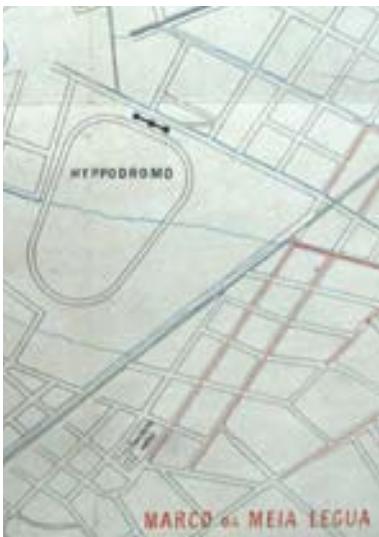
região da Barra Funda em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1896 - São Paulo (Estado) Comissão de Saneamento

²⁵ Assim como explica Nestor Goulart Reis Filho (2004), essa planta “pode ser comparada com a que foi preparada pela Prefeitura, organizada no ano seguinte, pelo Engenheiro Gomes Cardim. Nesta são assinalados os projetos de retificação do rio Tamanduateí, a partir do Cambuci, e do Anhangabaú, até a Chácara do Bexiga.”



região da Sé em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1896 - São Paulo (Estado) Comissão de Saneamento

Elyseos, Villa Buarque e Bom Retiro, enquanto que os projetados, além dos canais do Tietê e do Tamanduateí, concentram-se na Villa Buarque, Santa Cecília, Campos Elyseos, Pary e no “Marco da Meia Léguas” na região do atual Belém/Belezzinho na zona leste.



Marco da Meia Léguas em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1896 - São Paulo (Estado) Comissão de Saneamento

carimbo PLANTA GERAL
DA CAPITAL
DE
SÃO PAULO
Organizada sob a direção do Dr.
GOMES CARDIM
intendente de obras
1897
ESCALA DE 1:20.000

ano 1895

autor Cardim, Gomes

escala 1:20.000

dimensão 70x85cm

impressão V. Steidel & Cia. Estabelecimento Graphico S. Paulo

localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original) / Comissão do IV
Centenário (reprodução) / Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São
Paulo

escala gráfica



categoria/gênero institucional

PLANTA GERAL DA CAPITAL DE SÃO PAULO²⁶ - 1897 - CARDIM²⁷, GOMES

Cinco das sete cores desse mapa são utilizadas para representar os limites dos distritos da cidade:

1. distrito Norte da Sé;
2. distrito Sul da Sé (Liberdade, Cambucy, Ypiranga, Villa Mariana e Villa Clementino);
3. distrito de Santa Efigênia (Perdizes, Bom Retiro, Barra Funda, Luz e Campos Elyseos);
4. distrito da Consolação (Araçá, Palmeiras, Santa Cecília, Villa Buarque, Consolação e Bella Vista);
5. distrito do Braz (Pary, Braz e Moóca).

Os arruamentos são representados com linhas pretas simples e alguns edifícios são representados na cor preto sólido. As demais áreas periféricas são representadas em branco. O mapa já compreende alguns núcleos como a Villa dos Pinheiros, a oeste, que se liga à São Paulo pela avenida Rebouças, e a sua continuação, a rua Santa Eugênia.²⁸



centro da cidade em detalhe da Planta Geral da Capital de São Paulo - 1897 - Cardim, Gomes

26 “É a última e mais completa planta da cidade de São Paulo no século XIX. Diferentemente das demais, inclui uma área muito mais extensa, registrando as quadras e os bairros em escala mais reduzida, para poder conter a cidade em expansão, em uma única folha” (cf. Reis Filho, 2004).

27 Pedro Augusto Gomes Cardim, nasceu em Porto Alegre em 1864, foi dramaturgo, jornalista e político. Filho do comendador português João Pedro Gomes Cardim, formou-se em 1888 na Faculdade de Direito de São Paulo. De ideologia republicana e abolicionista, dedicou-se ao jornalismo desde a faculdade. Foi também membro-fundador da Academia Paulista de Letras. Foi deputado estadual e vereador da cidade de São Paulo. Em 1897 foi eleito intendente da cidade, tendo sido sua obra mais relevante a construção do Cemitério do Araçá. Fundou, em 1925, a Academia de Belas Artes, atualmente chamada de Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

28 Eudes Campos, (2007), descreve o momento da urbanização da cidade e a consequente “produção” de um espaço na época da publicação desse mapa: “ao norte, atinge o Largo de Santana; ao sul, a Vila Clementino [...]; a leste, a recém-loteada Vila Gomes Cardim, e a oeste, o bairro da Água Branca e a Freguesia do Ó, localizados na saída da estrada de Jundiá e Campinas”. Essa planta, portanto, “registra a verdadeira explosão urbana ocorrida na cidade durante a última década do século XIX, quando a população saltou de 65 000, em 1890, para 240 000 habitantes em 1900”. Conforme Campos, “desde o final dos anos 1850 se vinha desenvolvendo em São Paulo uma forte tendência especulativa, em razão da iminente construção da primeira ferrovia paulista (Santos-Jundiá). Mais tarde, tornaram-se comuns os loteamentos particulares, sobretudo em consequência da crise inflacionária de 1875. E por essa mesma época, fizeram-se igualmente frequentes as manobras executadas pelas elites para atrair o desenvolvimento urbano para suas terras. [...] Em virtude de todo esse processo especulativo, foi-se configurando em São Paulo uma nova estrutura urbana. A área central, chamada Triângulo, agora quase totalmente dominada pelo comércio e serviços, adensava-se e era tomada por nova tipologia arquitetônica: construções de



região da Coroa em detalhe da Planta Geral da Capital de São Paulo - 1897 - Cardim, Gomes



região de Perdizes em detalhe da Planta Geral da Capital de São Paulo - 1897 - Cardim, Gomes



Vila Gomes Cardim no detalhe da Planta Geral da Capital de São Paulo - 1897 - Cardim, Gomes

O Tietê ainda não está canalizado. Seu canal aparece como projetado e é representado com linhas pontilhadas. O Tamanduateí aparece canalizado da região da Ponte Pequena ao centro da cidade e também aparece com um canal projetado na região da foz. Do rio Pinheiros aparece um curto trecho, fragmentado.

A oeste, na avenida Rebouças, aparecem os loteamentos da Villa Cerqueira César próxima ao Cemitério do Araçá. Ao norte da cidade, aparece o núcleo de S. Anna ligado à São Paulo pelo Tramway da Cantareira. A noroeste está o núcleo de Na. Sa. do Ó e a leste, acompanhando a Estrada de Ferro Central do Brasil, está a Villa Bern.no de Campos e Penha de França entre a estrada de ferro e o rio²⁹. No sudoeste está a Villa Prudente quase isolada do tecido representado no mapa, que se liga à cidade pela Estrada de Ferro Inglesa na estação Ypiranga.

A Villa Gomes Cardim, que recebe o mesmo nome do autor do mapa, aparece em destaque com letras maiúsculas e muito maiores que o padrão apresentado no restante do mapa. O loteamento, um imenso quadriculado ao sul da E. F. Central do Brasil, ainda não ocu-

três pavimentos que começavam a se alastrar pelo Centro a partir dos últimos anos 1880 – sedes de instituições bancárias e prédios com lojas no térreo e apartamentos residenciais ou salas de escritórios nos andares superiores. Concomitantemente, iam os loteamentos particulares tomando o lugar das antigas chácaras. Com suas ruas ortogonalmente dispostas, esses empreendimentos imobiliários, desde então, passaram a ser a forma característica de criação do espaço urbano paulistano. [...] Com a crescente atuação da iniciativa privada, deixa o Estado de ser o agente da produção do espaço da cidade, como ainda acontecia em meados do século XIX. Passa agora a atuar apenas normativamente, ou quando se torna necessário estabelecer a interligação entre os vários loteamentos esparsos, na busca de conferir alguma coesão à colcha de retalhos a que se reduz daí por diante a estrutura urbana paulistana”.

29 “Os terrenos mais procurados para a expansão da Capital eram os de melhor localização, encontráveis ao longo dos antigos caminhos que percorriam as terras altas, preferentemente os situados ao norte e a oeste, atuais bairros da Luz, Santa Ifigênia, Campos Elísios e, pouco mais tarde, nos anos 1890, Vila Buarque e Higienópolis (em geral bairros residenciais ocupados pelas camadas mais altas da sociedade). Os mais desfavoráveis eram os situados em regiões ribeirinhas, inundáveis durante o período das chuvas, em parte adquiridos pelas companhias ferroviárias que por aí estenderam suas linhas. A presença de linhas férreas nessas regiões desocupadas atrairia as primeiras indústrias e, conseqüentemente, as moradias da massa trabalhadora, sempre em constante aumento. Isso ocorreu no Brás, no Pari, na Mooca (cujas datas pantanosas já estavam sendo distribuídas a imigrantes em 1876) e no Bom Retiro, que vinha sendo ocupado por operários desde 1890. Aos poucos, São Paulo adquire uma conformação tentacular, com grandes vazios em seu interior (compostos de glebas reservadas para a especulação e vales profundos de difícil acesso e ocupação), praticamente inexistindo ligações viárias entre suas diferentes partes.” (cf. Campos, 2007)

pado, é representado da mesma forma que o denso centro da cidade. Como não há distinção entre o que está ocupado e o que está somente arruado, esse mapa promove um “achatamento” muito grande pois, mesmo havendo grandes diferenças entre o denso centro da cidade e a desocupada Villa Gomes Cardim, elas aparecem no mapa como sendo iguais. Esse loteamento é incorporado, passa a fazer parte do “corpo” da cidade. Não se pode imaginar outra intenção³⁰, nesse caso, que não seja colocar, com autoridade, esses lotes no mercado, valorizados pela excelente localização, indistinta e contígua ao tecido urbano existente.³¹ Isso é uma característica, intencional ou não, de todos os mapas que não distinguem áreas ocupadas de áreas somente arruadas, o fato do loteamento em questão ter o nome do autor do documento, somente evidencia a relação entre cartografia e produção do espaço. A comparação com os mapas dos anos seguintes, de outros autores, revela que este loteamento permaneceu pouco ocupado por muito tempo.

Aqui fica claro que a intenção era fazer a cidade ser representada

30 “A esse respeito, por exemplo, é bem conhecido o caso de membros da família Pais de Barros – de fato, uma aglomeração de várias famílias influentes da cidade – que, na qualidade de irmãos ou aspirantes a irmãos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, forçaram, em 1880, a instituição a transferir o seu hospital, que ia ser construído no bairro da Bela Vista, na zona sul da cidade, para um lote por eles adquirido nos altos de Santa Cecília (hoje Vila Buarque), na zona sudoeste, próximo dos terrenos de que já eram proprietários.” (cf. Campos, 2007)

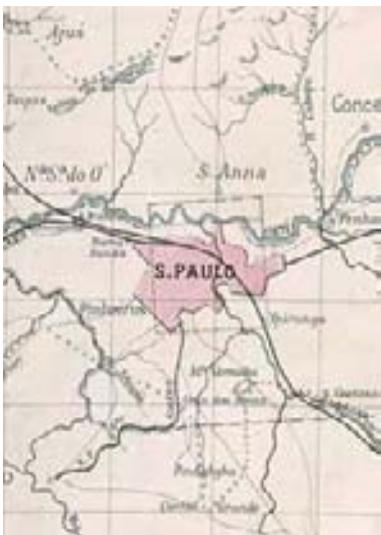
31 A observação de Eudes Campos (2007) concorda com isso. Segundo esse autor essa planta foi “confeccionada por ordem do Intendente de Obras o advogado Dr. Pedro Augusto Gomes Cardim (1864-1932), parece ter sido elaborada, no entanto, para atender mais os interesses particulares do intendente do que o interesse público. O que adivinhamos por trás da execução desta carta são os supostos negócios de Gomes Cardim, provavelmente preocupado em convencer eventuais compradores de que o loteamento de sua propriedade, denominado Vila Gomes Cardim, estava situado numa região já bastante desenvolvida, entre a 5.^a e a 6.^a parada da Estrada de Ferro Central do Brasil. Somos levados a desconfiar das intenções do intendente diante da constatação de que parte da área arruada registrada neste documento cartográfico era completamente ilusória – em que pese o extraordinário incremento populacional da cidade sofrido ao longo daqueles anos. Ao cotejá-lo com plantas posteriores, verificaremos que, nas últimas, o tecido urbano paulistano se mostrava bem mais esgarçado do que na planta de 1897. Isso acontecia principalmente nas regiões mais remotas da cidade, onde os arruamentos de fato executados sempre se revelavam menos densos e completos do que na planta de Cardim. Se analisássemos as plantas da cidade de 1905 e de 1928, por exemplo, iríamos observar que o traçado viário nos subúrbios adquiriu, por vezes, uma configuração bastante diferente, fazendo-nos acreditar que a área urbanizada em 1897 era bem menos extensa do que Gomes Cardim queria fazer crer. Tal fenômeno pode ser constatado, por exemplo, no bairro do Ipiranga, na Vila Prudente, na Vila Cerqueira César, em Perdizes, na região posteriormente ocupada pelo Parque do Ibirapuera e na própria Vila Gomes Cardim.”



região de Cerqueira Cesar em detalhe da Planta Geral da Capital de São Paulo - 1897 - Cardim, Gomes



região de Pinheiros em detalhe da Planta Geral da Capital de São Paulo - 1897 - Cardim, Gomes



área urbanizada da cidade em detalhe
da Planta Geral da Capital de São Paulo
- 1897 - Cardim, Gomes



cópia do Planta Geral da Capital de
São Paulo - 1897 - Cardim, Gomes
publicada pela Comissão do IV
Centenário em 1954.

toda em uma única folha. Essa representação passa a impressão de que toda a área urbanizada está contemplada no mapa.

Há uma quadrícula de localização na folha com letras e números de A a F e de 1 a 10. A folha ainda conta com uma extensa lista que localiza os logradouros a partir de um código alfanumérico que leva à quadrícula de localização.

Na parte inferior esquerda da folha, há ainda a Planta do Município da Capital de São Paulo, na escala 1:300.000.³² Curiosamente, nesse pequeno mapa, nota-se o lapso do autor, pois o perímetro da urbanização, destacado em lilás não coincide com a área representada do mapa de escala 1:20.000 na mesma folha. Nesse pequeno mapa, vários loteamentos periféricos, inclusive a Villa Gomes Cardim, não são representados.

32 Conforme Eudes Campos (2007), nesse mapa, “entre outras coisas, se nota um quadrado feito de linhas pontilhadas, representando o Perímetro antigo. Trata-se do velho rossio da Capital, concedido em 1724 pelo governador Rodrigo César de Menezes. Numa época em que esteve em vigor o sistema de propriedade comunal da terra urbana, cabia à Câmara administrar os terrenos integrantes do patrimônio municipal, reservando áreas para logradouros públicos, para a abertura de vias e para a distribuição de datas de terras entre os municípios. Foi medido pela primeira vez, de forma muito precária, em 1769, quando marcos de madeira foram chantados à beira dos caminhos cuja orientação mais se aproximava dos quatro pontos cardeais. Só se procedeu à sua medição científica em data muito tardia, no ano de 1887, pouco antes de o rossio desaparecer definitivamente em 1891”.

carimbo PLANTA GERAL DA CIDADE DE SÃO PAULO
1905
Adoptada pela Prefeitura Municipal para uso de suas Repartições
Levantada e organizada pelo Engenheiro Civil:
ALEXANDRE MARIANO COCOCI E LUIZ FRUCTUOSO E COSTA
ENGENHEIROS DA COMISSÃO GEOG. E GEOLÓGICA
ESCALA 1:20000

ano 1905

autor Coccoci, Alexandre Mariano e Costa, Luís Fructuoso e

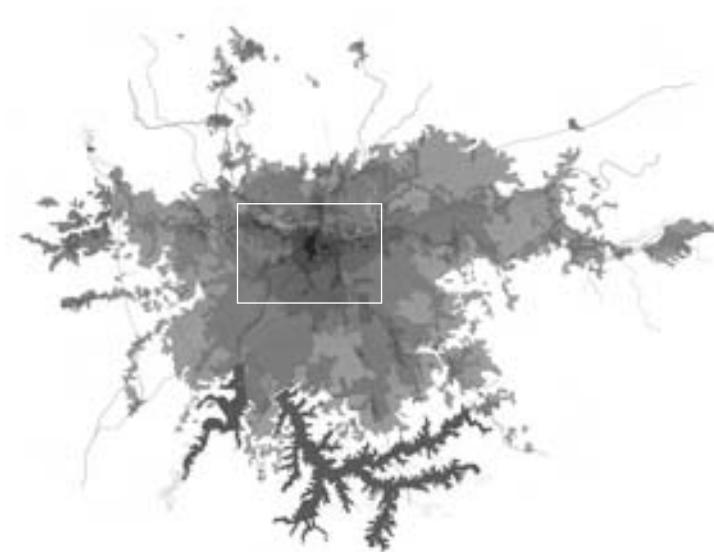
escala 1:20.000

dimensão 70x100cm

impressão Lith. Hartmann & Reichenbach - São Paulo

localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original) / Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original) / Instituto Geológico - São Paulo

escala gráfica



categoria/gênero institucional

PLANTA GERAL DA CIDADE DE SÃO PAULO³³ - 1905

COCOCI³⁴, ALEXANDRE MARIANO E COSTA³⁵, LUIZ FRUCTUOSO

Trata-se de um mapa litografado em cores. Os arruamentos são representados com linhas simples e assim como na Planta Geral da Cidade de São Paulo (Cococi e Costa, 1913), dos mesmos autores, as áreas edificadas são representadas com uma hachura cinza em linhas diagonais paralelas, com esse tipo de identificação é possível visualizar as áreas edificadas com relativa precisão mesmo que os lotes não sejam representados. Apenas algumas edificações são destacadas sendo representadas em preto sólido.

A partir dessa escala começa a ser muito difícil confeccionar mapas em folha única com a precisão de lotes e edificações.

A cidade é dividida em cinco “delegacias”, cada uma com uma cor de fundo.

A oeste aparece a Villa de Pinheiros. Na região da avenida Paulista aparece o loteamento da Villa América pouco ocupado. Esse loteamento, ocupa o vazio que existia entre a Bella Vista, na região da Paulista, e a Villa Cerqueira Cesar na avenida Rebouças. Entre a Lapa e Perdizes existe uma grande área representada em branco onde hoje está a Pompeia. A leste há uma área em branco, entre a pouco ocupada Villa Gomes Cardim e a Moóca, nessa região, na Planta Geral da Cidade de São Paulo (Cococi e Costa, 1913) estão o Alto da Moóca e a Cassandoca. Ao

33 “Esta planta mostra todas as áreas edificadas da cidade em 1905. Inclui grande parte do rio Tietê, entre o bairro da Penha e a Lapa, o Vale do Tamanduaté, a partir do Ipiranga, os bairros da região sul até Vila Clementino e no sudoeste os bairros de Vila América, Cerqueira César e Pinheiros, no ponto de passagem para o Butantã. Inclui diversas cartelas com legendas de todos os logradouros, organizados por ordem alfabética, e outra em que o engenheiro A. M. Cococi indica os pontos a partir dos quais realizou o levantamento topográfico” (cf. Reis Filho, 2004).

34 Alexandre Mariano Cococi, “nascido na Itália em 1878, veio para o Brasil logo nos primeiros anos de vida. Formou-se em engenharia pelo Mackenzie, em 1900. Ainda estudante, em 1897, entrou para a Comissão Geográfica e Geológica do Estado. Nessa comissão, trabalhou principalmente nos setores de topografia e cartografia, e executou o levantamento e a composição de diversos mapas, muitos deles impressos pela “Companhia Litográfica Hartmann-Reichenbach”. Aposentado em 1933, em 1934 assumiu a vice-diretoria da Escola de Engenharia Mackenzie até 1934” (cf. Perrone e Emídio, 2009).

35 Luiz Fructuoso F. Costa, “nasceu em São Vicente, litoral sul do estado de São Paulo. Engenheiro da Comissão Geográfica e Geológica do Estado, teve diversos mapas impressos pela “Companhia Litográfica Hartmann-Reichenbach”. Além de se dedicar aos estudos cartográficos, lutou na Revolução Constitucionalista de 1932 ao lado das forças paulistas, servindo nas fileiras revolucionárias vicentinas como voluntário” (cf. Perrone e Emídio, 2009).



região central em detalhe da Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1905 - Cococi, Alexandre Mariano e Costa, Luiz Fructuoso



região da Coroa em detalhe da Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1905 - Cococi, Alexandre Mariano e Costa, Luiz Fructuoso

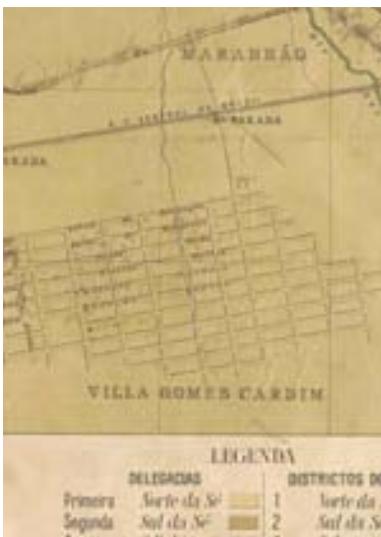


região da Água Branca em detalhe da Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1905 - Cococi, Alexandre Mariano e Costa, Luiz Frutuoso

sul, uma ocupação rarefeita se estende do Paraizo à Villa Clementino passando pelo Jardim da Acclimação e a Villa Marianna.

O rio Tamanduaí aparece canalizado da foz até apenas a região do Gazometro. É nítido que a ocupação das terras vazias periféricas ao núcleo se dá por loteamentos, que criam vazios entre a área urbanizada e a urbanizar.

Esse mapa, assim como a Planta Geral da Capital de São Paulo de 1897, de Gomes Cardim e alguns mapas posteriores, já são muito objetivos. Eles mostram grandes áreas que cercavam a parte urbanizada da cidade. Vale lembrar que desde a segunda metade do século XIX, grande parte do que hoje é a Região Metropolitana de São Paulo já tinha proprietários, e mesmo que esse tema não fosse representado nesses mapas essa região já estava totalmente repartida em chácaras. Fica evidente a partir de agora que os novos loteamentos vão respeitar essas propriedades.



Vila Gomes Cardim em detalhe da Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1905 - Cococi, Alexandre Mariano e Costa, Luiz Frutuoso

carimbo PLANTA GERAL
DA CIDADE DE
SÃO PAULO
Levantada e organizada pelo Engenheiro Civil
ALEXANDRE MARIANO COCOCI e LUIZ FRUCTUOSO E COSTA
Propriedade exclusiva da
COMP. LITH. HARTMANN-REICHENBACH
(com todos os direitos reservados e garantidos pela lei federal n.0496 de
10 de agosto de 1890)
ESCALA 1:20.000

ano 1913

autor Coccoci, Alexandre Mariano e Costa, Luís Fructuoso e

escala 1:20.000

dimensão 106x80cm

impressão Secção Cartographica da Comp. Lith. Hartmann-Reichenbach, S. Paulo e Rio

localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original)

escala gráfica



categoria/gênero institucional



PLANTA GERAL DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1913

COCOCI, ALEXANDRE MARIANO E COSTA, LUIZ FRUCTUOSO

Esse mapa foi litografado em quatro cores, preto, branco, verde e laranja. A cor verde é utilizada para representar praças, parques e rios, enquanto os campos periféricos não urbanizados permanecem brancos. A cor laranja sólida representa áreas edificadas. Apesar da escala 1:20.000 não permitir que os lotes sejam representados, a cor laranja, nesse mapa, é utilizada de forma relativamente precisa, quando o sólido laranja só aparece como um levantamento dos edifícios e não de maneira generalizada. Alguns edifícios são destacados com hachura de linhas diagonais paralelas e outros de verde ou vermelho, numerados e localizados em uma pequena lista, na parte inferior direita da folha, com os nomes dos edifícios e códigos que os localiza no mapa.

Na lista aparece a inscrição: “referência numérica correspondente a situação de alguns edifícios, ruas, largos, etc.” cujos nomes, devido a exiguidade de espaço, não foi possível fazer figurar na planta. Ainda existe na folha uma grande lista com os nomes das ruas da cidade chamada Indicador Geral. Essa lista, que também localiza os logradouros no mapa, ocupa uma grande porção da folha e das zonas sudoeste e sudeste da cidade.

Esse é um mapa litografado e, portanto, era impresso em série com distribuição ampla, não para uso restrito, o que se torna claro pelo indicador geral que torna o mapa um instrumento de uso cotidiano de localização para qualquer usuário.

É importante considerar que quando a cartografia passa a ser amplamente utilizada e difundida entre a população em geral, trabalhadores e potenciais consumidores de um forte e crescente mercado de terras da cidade, sua potência como instrumento ideológico se amplia, pois as informações contidas nos mapas passam a ser acessadas por grande parte da população. Sem negar a legitimidade e a positividade contida nesse instrumento, o mapa, que se torna acessível a qualquer pessoa, não se pode deixar de afirmar que quando a cartografia se une à especulação imobiliária, poucos são beneficiados além das empresas de serviços urbanos e empreendedores imobiliários.

Comparando-se esse mapa com a Planta Geral da Capital de São Paulo (Cardim, 1897), observa-se que as suspeitas que se tinha ao analisar aquele mapa se tornam certas, são atos deliberados do autor, Gomes Cardim, para utilizar esse instrumento em benefício do seu empreendimento na zona leste da capital.

Em uma nota no pé da folha, há um pequeno resumo da história de São Paulo com diversas curiosidades, chamando atenção as informa-



região central no detalhe da Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1913 - Cococi, Alexandre Mariano e Costa, Luiz Fructuoso



região do Bom Retiro em detalhe da Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1913 - Cococi, Alexandre Mariano e Costa, Luiz Fructuoso



região da Pompéia em detalhe da Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1913 - Cococi, Alexandre Mariano e Costa, Luiz Frutuoso



região da Vila Gomes Cardim em detalhe da Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1913 - Cococi, Alexandre Mariano e Costa, Luiz Frutuoso

ções sobre o crescimento populacional de 1888 a 1913, quando a cidade passa de 50.000 para 400.000 habitantes e o número de prédios que em 1886 era 7.000, e em 1913, 39.000. “É a segunda cidade do Brasil e terceira da América do Sul”.

Assim como na Planta Geral da Capital de São Paulo (Cardim, 1897), percebe-se esforço em representar todas as áreas de interesse em uma única folha.

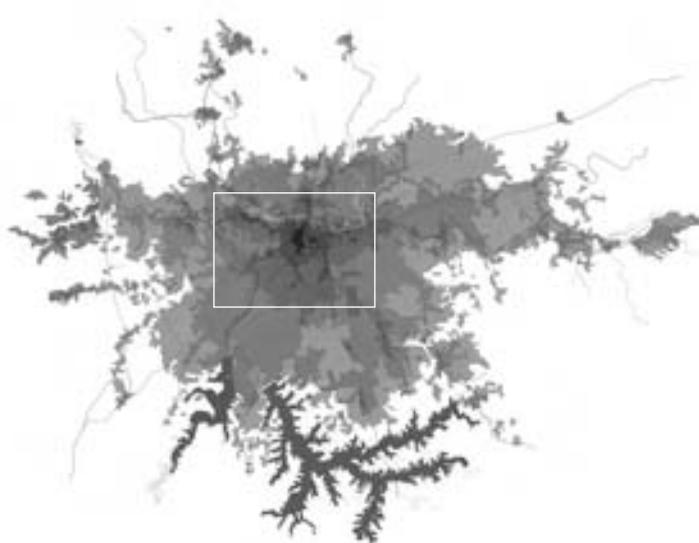
A oeste, passando por Pinheiros está o Butantão, onde o rio Pinheiros aparece em um trecho bastante curto. Próximo à avenida Paulista aparecem loteamentos como a Villa América. A avenida Brigadeiro Luis Antonio desce até o Caaguassú. Ao sul, para além da Villa Marianna, está a Villa Clementino e a Saúde. Passando o Ypiranga está Moinhos. A sudeste, aparece o Alto da Moóca. A leste a Villa Gomes Cardim aparece com poucos e rarefeitos edifícios, ao contrário do que o mapa de Gomes Cardim (1897) sugeria. Entre a Villa Gomes Cardim e a Moóca aparece a Cassandoca ocupando um espaço que em outros mapas estava em branco. Acompanhando a E. F. Central do Brasil está o Belenzinho e o Tatuapé ainda limitado à avenida Celso Garcia. Aí vê-se um “vazio” até o Maranhão, antes da Penha. Ao norte, Nossa Senhora do Ó e Sant’Anna. A noroeste, chama atenção a grande densidade de ocupação da Lapa próximo à E. F. Sorocabana. O vazio existente entre a Lapa e o Pacaembu agora apresenta a Villa Pompéia ainda apenas arruada. O Ypiranga não aparece muito ocupado.

O rio Tamanduateí já aparece canalizado desde a foz até o Cambucy. O Tietê aparece retificado apenas num curto trecho do Limão à Casa Verde. A partir daí até a Ponte Grande está uma linha tracejada com a inscrição Canal Projectado. Os riachos e córregos da cidade são muito bem representados.

carimbo PLANTA GERAL DA CIDADE DE SÃO PAULO
COM INDICAÇÕES DIVERSAS
Organizada pela
COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA
Eng. João Pedro Cardoso: Chefe
ESCALA 1:20.000
1914

ano 1914
autor São Paulo - Estado - Instituto Geographico e Geológico - João Pedro Cardoso
escala 1:20.000
dimensão 105x129cm
impressão Secção Cartographica Duprat & Cia - São Paulo
localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original) / Biblioteca Municipal
Mário de Andrade / Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original)

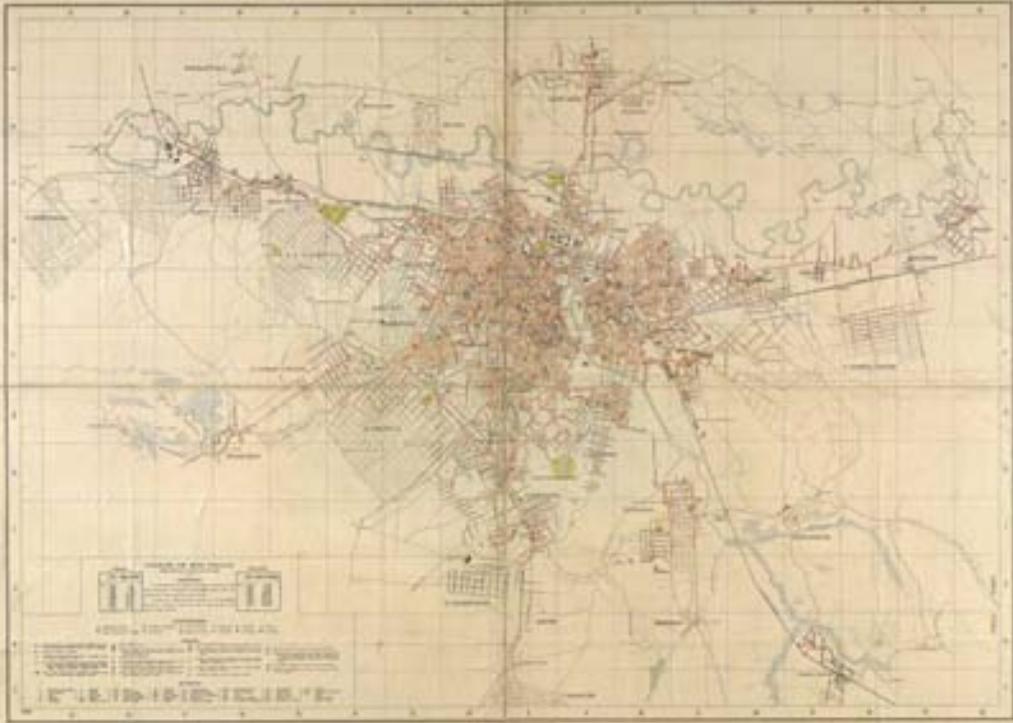
escala gráfica



categoria/gênero institucional

PLANTA GERAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

COM INSCRIÇÕES HÍDRICAS
COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA



PLANTA GERAL DA CIDADE DE SÃO PAULO³⁶ - 1914

SÃO PAULO (MUNICÍPIO) COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA³⁷

Mapa litografado em cores. Os arruamentos aparecem em preto e os rios em azul claro. As áreas mais densamente ocupadas estão no centro e nos bairros mais próximos ao centro, de ocupação mais antiga. Essas áreas são representadas com a cor laranja sólida. Já onde a ocupação não é muito densa, em bairros mais afastados, cada edificação é representada com um pequeno quadrado em vermelho sólido. Algumas edificações são destacadas na cor preta sólida. Alguns arruamentos são pontilhados, o que nos leva a entender que são projetos de loteamentos ainda não executados. Jardins e Parques aparecem em verde. As áreas mais distantes aparecem em branco. Percebe-se que há intenção de representar toda a área urbanizada.

O rio Pinheiros ainda não aparece inteiro, mesmo havendo espaço na folha para isso, aparecendo apenas na região de Pinheiros. A foz do Pinheiros no Tietê ainda não aparece nesse mapa. O rio Tamanduateí aparece retificado desde quase o Ypiranga até a sua foz. O rio Tietê aparece apenas desde a Lapa até a Penha enquanto que a E. F. Sorocabana aparece quase até a extremidade da folha. A única ocupação nessa várzea do Tietê é a Villa Tietê próxima ao Bairro do Limão ao norte do rio.

Fica claro que existe proximidade de interesses entre quem promove a confecção dos mapas, nesse caso o próprio governo municipal através da Comissão Geographica e Geologica, e quem promove os loteamentos pois é comum que projetos sejam publicados e representados em meio ao tecido urbano consolidado. A cartografia, nesse caso, opera para legitimar um empreendimento imobiliário (delito cartográfico).

36 Conforme a explicação de Nestor Goulart Reis Filho (2004), esta planta, “elaborada com evidentes cuidados técnicos, mostra a cidade entre os bairros de Vila Leopoldina a oeste e Penha a leste; Vila São Caetano e Jardim da Saúde ao sul, até o bairro de Santana, ao norte. As referências de cursos d’água são principalmente o Tietê e o Tamanduateí, com os afluentes deste. Do rio Pinheiros é assinalado apenas um pequeno trecho, supondo-se que essa planta tenha de algum modo aproveitado o levantamento de Alexandre Mariano Coccoci em 1905, pelas semelhanças de forma de disposição.”

37 A Comissão Geográfica e Geológica foi “criada em 1886, ainda no Império, [...] teve como um de seus objetivos o mapeamento da província de São Paulo. Extinta em 1931, suas funções foram transferidas para diversos órgãos do agora estado de São Paulo. O Instituto Geográfico e Geológico, da Secretaria da Agricultura, criado em 1938, retomou as atividades da comissão, até ser desmembrado em 1975, surgindo então o Instituto Geológico. O setor de geografia passaria para a Secretaria de Planejamento do Estado, que veio a criar, em 1979, o Instituto Geográfico e Cartográfico.” (cf. Perrone e Emídio, 2009).



região central em detalhe da Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1914 - São Paulo (Município) Comissão Geográfica e Geológica



região da Coroa em detalhe da Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1914 - São Paulo (Município) Comissão Geográfica e Geológica



região da Vila Leopoldina no detalhe da Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1914 - São Paulo (Município) Comissão Geográfica e Geológica



região da Vila Gomes Cardim no detalhe da Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1914 - São Paulo (Município) Comissão Geográfica e Geológica

Interessante é o caso da Villa Leopoldina, que mesmo estando mais a oeste do que a região onde o Tietê é interrompido, aparece em linhas pontilhadas e revela a importância que o autor dá para os elementos representados no mapa. O importante aqui era antecipar a construção do loteamento que, mesmo afastado do centro da cidade, está servido pela linha de trem e portanto incorporado à cidade. Aqui o autor revela a importância que era dada ao rio, sendo totalmente preterido em relação à estrada de ferro e colocado num segundo plano da hierarquia cartográfica. O rio só é representado como elemento principal, nessa hierarquia, em mapas de empresas de fornecimento de água e esgoto.

Ao menos para os mapas, os rios sempre foram mais parte de uma rede de serviços urbanos a ser explorada do que um recurso natural, mesmo nessa época quando os rios ainda estavam limpos e com suas várzeas desocupadas, antecipando o estado atual da fluvialidade dos rios paulistanos onde figuram “quase” que exclusivamente como integrantes da rede metropolitana de esgotos e drenagem. Quando não é parte de uma rede de serviços, o rio é visto como um obstáculo às vezes para ser escondido e às vezes para ser superado. Certamente essa imagem do rio, histórica e socialmente construída e reforçada nessa cartografia, colaborou para o atual estado da fluvialidade dos rios de São Paulo.

Existe no canto inferior esquerdo da folha um índice com o título de “convenções”, com as paradas dos bonds, que podem ser localizadas na quadrícula da folha. Há também uma legenda para fábricas e uma tabela com o crescimento dos prédios e da população. O carimbo e as tabelas ocupam o sudoeste da área representada.

Mesmo havendo a intenção de representar toda a cidade, o mapa somente mostra a parte da Saúde ao sul, pouco ocupada, assim como o Ypiranga e a Villa Prudente, esses dois últimos ainda muito isolados da malha da cidade. O mesmo acontece com a Villa Gomes Cardim a leste, ainda pouco ocupada e isolada.

Mais a leste, o último bairro é o núcleo da Penha, que aparece com uma ocupação densa no centro. Ao norte, aparecem Sant’Anna e Carandiru depois de uma faixa em branco que acompanha a porção norte da várzea do Tietê. A oeste, a Villa Pompéia aparece pouco ocupada.

A oeste, a Villa Leopoldina e o Alto da Lapa ainda pontilhados e a sudoeste, Pinheiros e a pouco ocupada Villa Cerqueira César. Ainda nessa região a Villa América aparece parcialmente pontilhada.

O limite sul é guiado pelo caminho para o Jabaquara. No extremo sudeste está São Caetano ligado à São Paulo pela S. Paulo Railway. Para leste, na direção do Rio de Janeiro, a E. F. Central do Brasil, e a oeste, a

S. Paulo Railway e a E. F. Sorocabana.

Parece haver mais preocupação em representar a parte leste quando se compara com a região oeste. A leste, todos os córregos e caminhos são desenhados, passando a impressão de que há mais detalhes ou menos vazios. O mesmo não acontece a oeste, que é uma enorme área em branco com apenas Pinheiros e Butantan. O resto da área em branco é ocupada pelo carimbo.

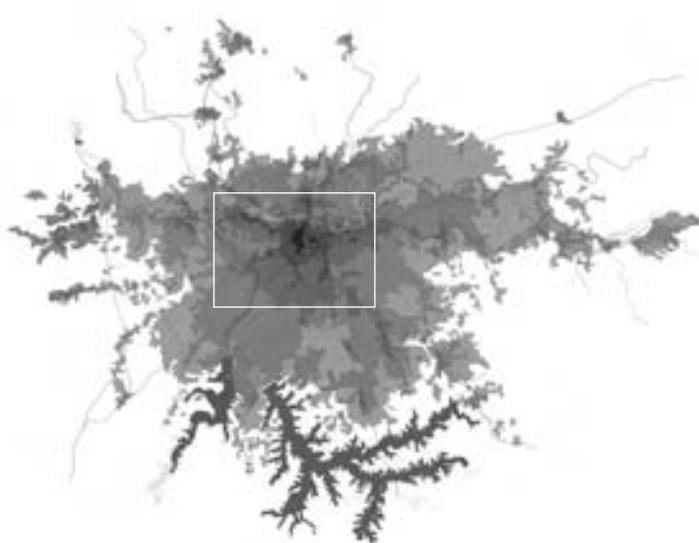


Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1914 - São Paulo (Município) Comissão Geográfica e Geológica, exemplar pertencente ao Arquivo Público do Estado de São Paulo.

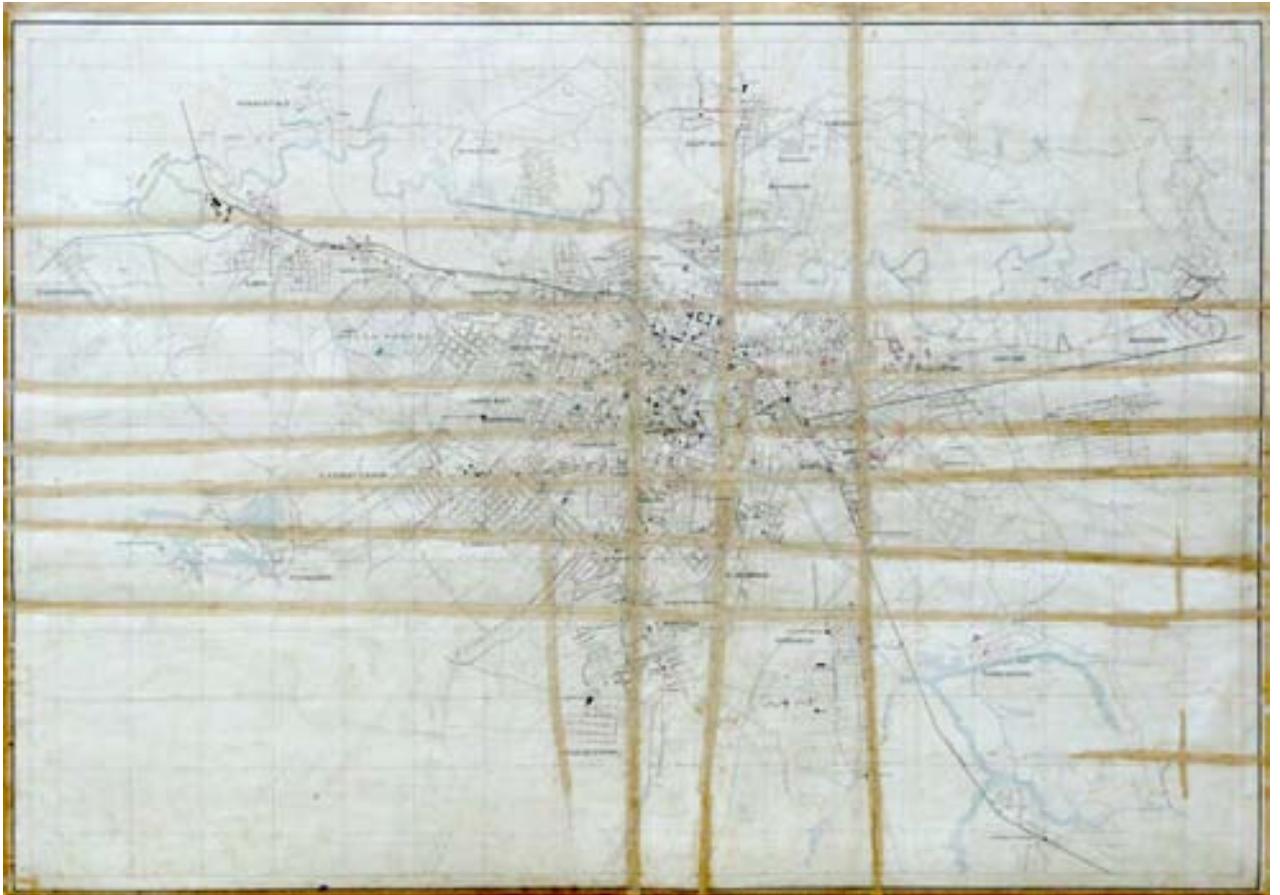
carimbo -

ano 1915 (atribuição)
autor desconhecido
escala sem escala (1:20.000)
dimensão 74x105
impressão -
localização Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original)

escala gráfica



categoria/gênero institucional



SEM TÍTULO - 1915 (ATRIBUIÇÃO) - AUTOR DESCONHECIDO

Mapa em cores, sem título e sem data. Provavelmente, trata-se de um mapa não concluído.

Há diversas anotações em grafite bem fino e leve e não é possível determinar se são correções e complementações ou uma atualização de uma base mais antiga. As anotações são sobre nomes de ruas e poucos arruamentos.

Há desenho em grafite do loteamento da V. Leopoldina. A base original impressa é um mapa colorido ricamente detalhado.

Os arruamentos são representados por linhas pretas finíssimas em alguns edifícios destacados por quadrados pretos sólidos. As edificações comuns do centro não são representadas, e aí faz-se uma confusão, pois somente casas isoladas e fora do centro são representadas por quadrados sólidos vermelhos. As linhas de trem são linhas pretas simples e bem grossas. Os rios são azul claro, e as áreas alagadas recebem grafismo de linhas também azul claro. Os nomes de bairro são pretos e não há representação da topografia.

A Villa Cerqueira Cesar aparece nomeada, mas sem o respectivo arruamento. O mesmo acontece com a Villa Leopoldina, mas existe a complementação em grafite. A Villa Pompéia aparece praticamente desocupada. Ypiranga e V. Prudente aparecem isoladas e a Villa Gomes Cardim com muito poucas casas. Ao norte, apenas Sant'Anna e Carandiru. O bairro do Limão é apenas uma rua. Há um grande vazio entre a Villa Leopoldina e a Lapa, ainda pouco ocupada. A oeste, aparece um curto trecho do rio Pinheiros, na região de Pinheiros, onde há também a ligação com o Instituto Butantan. No extremo leste, além do loteamento da Villa Gomes Cardim, está a Penha, ligada à São Paulo pela avenida Celso Garcia.

O rio Tietê aparece canalizado apenas num curto trecho entre Limão e Bom Retiro. Trata-se do primeiro trecho canalizado desse rio. A direita desse trecho, há um canal projetado, somente até a Ponte Grande. Há uma sinalização impressa no centro de Santo Amaro, que fora esse símbolo, não consta no mapa.

O grau de detalhamento do mapa confere certa confiabilidade, mesmo parecendo incompleto.

A data desse mapa pode ser aproximada pelo estado de urbanização em que se encontram a Villa Leopoldina e a Villa Pompéia, que foram loteadas e começaram a ser ocupadas por volta da primeira metade da década de 1910. Atribuiu-se aqui a data de 1915, por conferir com essas informações.



região central em detalhe do mapa sem título - 1915 (atribuição) - autor desconhecido



região do Bom Retiro em detalhe do mapa sem título - 1915 (atribuição) - autor desconhecido



região da Vila Leopoldina em detalhe
do mapa sem título - 1915 (atribuição) -
autor desconhecido



Vila Gomes Cardim no detalhe do mapa
sem título - 1915 (atribuição) - autor
desconhecido

carimbo PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO
Levantada pela
DIVISÃO CADASTRAL
da 2ª seção da
Diretoria de Obras e Viação da
PREFEITURA MUNICIPAL
EDIÇÃO PROVISÓRIA
Aprovada pelo Acto no 972 de 24 de Agosto
1916
escala 1:20000

ano 1916

autor São Paulo - Município - 2ª. Seção da Diretoria de Obras e Viação

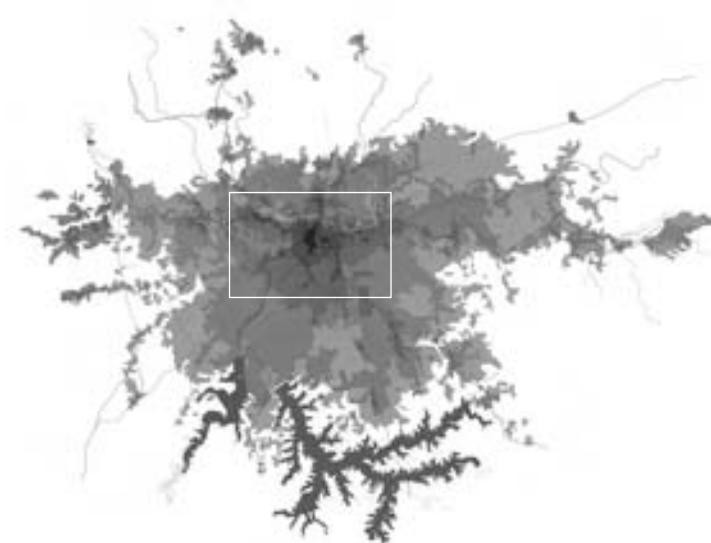
escala 1:20.000

dimensão 72x107cm

impressão Seção Cartographica da Comp. Lith. Hartmann-Reichenbach, S. Paulo e Rio

localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original) / IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico do Rio de Janeiro / Instituto Geográfico e Cartográfico - São Paulo - IGC (exemplar original) / Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento - São Paulo

escala gráfica



categoria/gênero institucional



PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO³⁸ - 1916

SÃO PAULO (MUNICÍPIO) 2A. SECÇÃO DA DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO

Essa planta foi levantada para uso do governo municipal na seção de obras.

Trata-se de um mapa litografado em cores. Como os arruamentos são representados com linhas simples e as áreas edificadas com uma hachura cinza na parte interna da quadra, é possível saber quais quadras e quais partes da quadra estavam ocupadas, mas sem precisão. Há, portanto, distinção entre áreas ocupadas de áreas não ocupadas. Os rios são representados em verde claro e as áreas mais distantes do centro, não urbanizadas, são representadas em branco. Existe uma quadrícula mas não existe uma tabela com os nomes de logradouros. Alguns edifícios são destacados representados em vermelho.

O mapa ainda mostra linhas de limite entre o perímetro central, o urbano e o suburbano. O perímetro central é, basicamente, a região da Sé. O perímetro urbano tem Santa Cecília, Barra Funda e parte do Bom Retiro, continua com a Luz até o Tietê, Pary, Belemzinho, Moóca, Liberdade, parte da Villa Marianna, Bella Vista e Consolação. O perímetro suburbano abrange Pinheiros, Butantan, Lapa, Nossa Srna do Ó, Sant'anna, Penha, Villa Gomes Cardim, Villa Prudente, Ypiranga, Villa Clementino, e Villa Cerqueira Cesar.

A região dos Jardins faz parte do perímetro suburbano, entretanto, não é nomeada no mapa. Aparece um novo loteamento entre Pinheiros e Villa Cerqueira Cesar, entre a rua Arco Verde e a rua dos Pinheiros. Ao sul, a Villa Marianna aparece mais ocupada. Já o Ypiranga ainda rarefeito, assim como a Villa Prudente e a Villa Gomes Cardim, que permanecem isoladas.

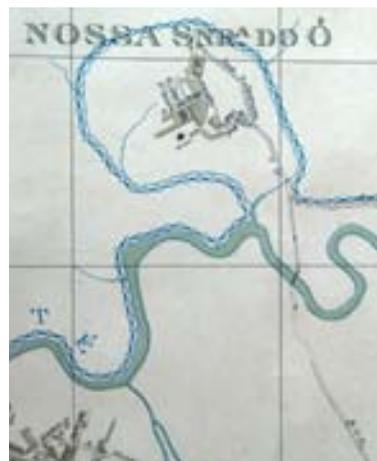
O rio Pinheiros aparece representado num longo trecho mas ainda sem chegar até a sua foz no Tietê. A expansão da urbanização na direção de Pinheiros parece ser a única que não segue as linhas de trem.

O rio Tietê aparece muito bem detalhado com todos seus meandros, de uma extremidade a outra da folha. Na parte esquerda, percebe-se o esforço do cartógrafo em representar esse rio.

38 Segundo Nestor Goulart Reis Filho (2004), “esta planta guarda aproximadamente as mesmas referências da que resultou do levantamento de Mariano Coccoci, em 1905. A diferença principal, no desenho, é a ausência das cartelas com indicações de ruas, o que amplia o espaço de representação, do lado sul. Do lado sudoeste, vem registrada uma boa parte do rio Pinheiros e do lado sul, um trecho maior do rio Ipiranga e do rio dos Meninos. À semelhança da planta de Mariano Coccoci, as quadras já edificadas vêm indicadas com hachura cinza pela parte interna, destacando claramente o que eram os bairros edificadas e os numerosos loteamentos periféricos, à espera de desenvolvimento.”



região central em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1916 - São Paulo (Município) 2a. Secção da Diretoria de Obras e Viação



Freguesia do Ó em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1916 - São Paulo (Município) 2a. Secção da Diretoria de Obras e Viação

É nítida a intenção de representar todo o conjunto urbanizado, mesmo que algumas partes da cidade não sejam representadas.



região de Pinheiros no detalhe da
Planta da Cidade de São Paulo - 1916
- São Paulo (Município) 2a. Secção da
Diretoria de Obras e Viação

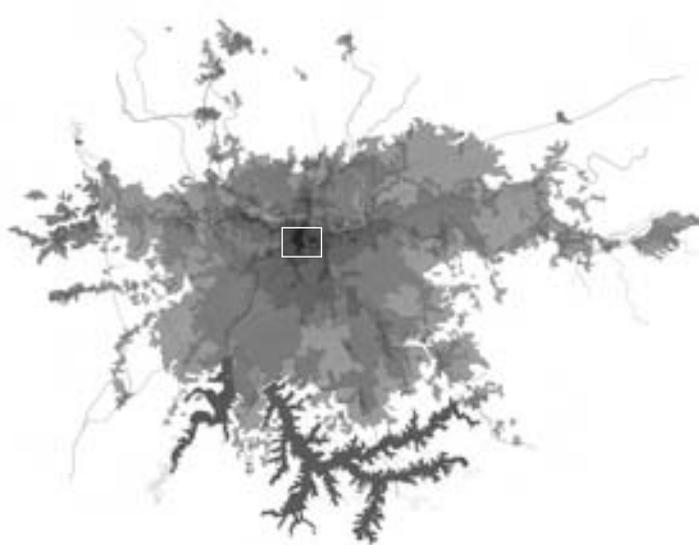


Vila Gomes Cardim em detalhe da
Planta da Cidade de São Paulo - 1916
- São Paulo (Município) 2a. Secção da
Diretoria de Obras e Viação

carimbo SÃO PAULO MONUMENTAL
MAPPA
Organizado e Desenhado por
G. CASTIGLIONE
Edictor Proprietário do
HORARIO OFFICIAL
"O EXCURSIONISTA"
Caixa 901 - São Paulo

ano 1920 (atribuição)
autor Castiglione, G.
escala gráfica (1:7500)
dimensão 64x94cm
impressão Secção Cartographica da Comp. Lith. Hartmann-Reichenbach, S. Paulo e Rio
localização Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original)

escala gráfica



categoria/gênero turístico



SÃO PAULO MONUMENTAL - 1920 (ATRIBUIÇÃO) - CASTIGLIONE, G.

Mapa colorido em amarelo, verde, azul, preto e vermelho. Os arruamentos são representados com linhas pretas com o leito da via em branco. Todos os interiores de quadra são representados com amarelo sólido, não havendo distinção entre ocupado e somente arruado, e nem entre urbanizado e não urbanizado. Jardins e parques são representados em verde e os rios em azul. Os nomes de bairro são vermelhos e os das ruas pretos. As linhas de bonde são linhas simples vermelhas.

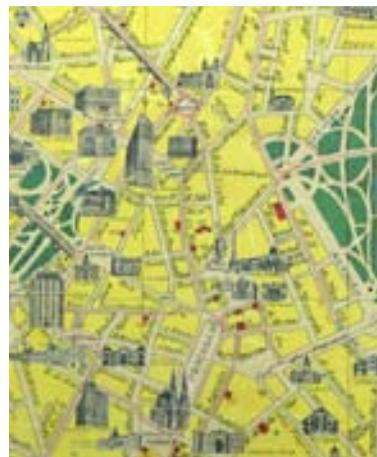
As larguras das ruas aparecem distorcidas.

Como o título sugere, esta planta localiza os monumentos de São Paulo. Todos os edifícios de importância “monumental” têm um croqui de sua fachada ou perspectiva desenhado próximo de sua localização. Alguns outros edifícios são apenas localizados com um retângulo vermelho. Todos esses edifícios são localizados em listas nos cantos esquerdo e direito da folha, com os títulos de: “edifícios ilustrados em miniatura”, “edifícios que constam em quadrinhos vermelhos” e “numeração dos bondes”.

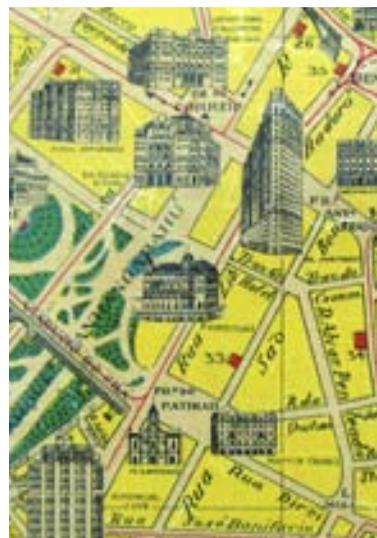
O mapa mostra apenas a região central da cidade, os bairros da Consolação, Bexiga, Bella Vista, Cambucy, Mooca, Braz, Marco, Pary, Luz, Bom Retiro, Sta. Ephigenia, Campos Elyseos, Barra Funda, Santa Cecília, Villa Buarque e Hygienópolis.

Esse é um mapa ilustrativo e turístico, entretanto, enuncia o que para o autor é a parte que interessa, a São Paulo monumental é a parte mais importante da cidade.

Na parte inferior da folha há a inscrição: “Direitos autorais e propriedade artística reservados e registrados conforme a lei”, o que indica preocupação com direitos autorais.



região central no detalhe do mapa São Paulo Monumental - 1920 (atribuição) - Castiglione, G.

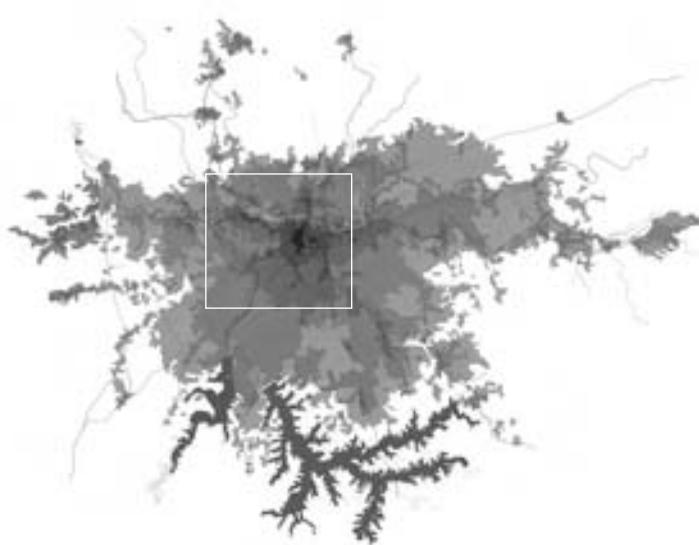


região do Anhangabaú em detalhe do mapa São Paulo Monumental - 1920 (atribuição) - Castiglione, G.

carimbo PLANTA DA CIDADE DE
S. PAULO
mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados
As curvas de nível foram extrahidas da carta 1:100000 da
Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e aqui
adaptadas apenas para se ter uma idéia do relevo do terreno.
As quadriculas não são kilometricas
ESCALA-1:30000

ano 1924
autor Spix, Johann Baptist von
escala 1:30.000
dimensão 70x77cm
impressão impresso em cores
localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (cópia) / Arquivo Público do Estado de
São Paulo (exemplar original)

escala gráfica



categoria/gênero institucional

PLANTADA CIDADE DE S. PAULO

MOSTRANDO TODOS OS ARRABALDES E TERRENOS ARRUADOS

De acordo com o plano municipal de 1889 e 1890, de
construção, sendo a parte de construção do plano, sendo a parte
arruados e terrenos de acordo com o plano de 1889 e 1890,
de acordo com o plano de 1889 e 1890.

ESCALA 1:30000



Mapa de S. Paulo

PLANTA DA CIDADE DE S. PAULO - 1924 - SPIX, JOHANN BAPTIST VON

Essa planta, de autor desconhecido, levantado pela CGG, é um mapa impresso colorido em preto, branco, azul e marrom. Os arruamentos são representados em linhas pretas simples e alguns edifícios são representados em preto. Não há distinção entre o que está ocupado ou apenas arruado. Jardins são marcados com pontilhismo preto e os rios são azul claro com a topografia representada por curvas de nível na cor marrom. Como consta no carimbo, as curvas de nível foram extraídas da carta 1:100.000 da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Somente os nomes das ruas são manuscritos. Há uma quadrícula, mas sem números e letras, e como o carimbo explica, não é quilométrica.

No canto inferior esquerdo, há a inscrição “adaptação do S.G.M.”.

Há alguns loteamentos cujas ruas não são nomeadas, o que não significa que os que não têm os nomes sejam mais antigos. É interessante, pois o leitor é induzido a entender que se nas ruas representadas não há nomes, é porque na realidade elas ainda não têm nomes, pois se tivessem, certamente estariam lá. Esta dedução acontece porque confie-se muito no mapa como um documento verdadeiro e fiel, quando na realidade é um documento autoral. A representação faz pensar que esses loteamentos são tão novos que as ruas ainda não foram nomeadas. Talvez esses sejam, de fato, os loteamentos mais novos da cidade, mas isso não está explicitado em nenhuma parte da folha, não está na legenda, não é uma convenção, mas acontece pois confia-se muito no mapa. A linguagem cartográfica é muito acessível e de fácil compreensão, e por isso, induz a reduções com a mesma facilidade.

O mapa mostra os rios ainda não retificados, com exceção de um trecho do Tietê, entre o Limão e o Canindé, passando pela foz do Tamanduateí. O Pinheiros aparece até um pouco antes de Santo Amaro.

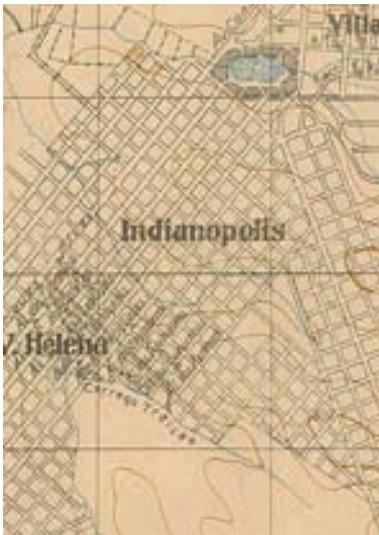
O parque do Ibirapuera ainda não foi construído. Ao sul aparecem os loteamentos da Villa Helena e Indianópolis, que se ligam à Villa Marianna pela Villa Clementino. A Villa Saúde aparece praticamente desocupada ou não urbanizada. A várzea do rio Pinheiros aparece vazia, com exceção da região de Pinheiros e Butantan. A oeste, há um grande vazio entre a Villa Romana e a Villa Cerqueira Cesar, que continua até o rio Pinheiros entre a Villa Leopoldina e Pinheiros. Na zona norte, o tramway da Cantareira induz os loteamentos na direção nordeste, como é o caso da Villa Mazei, Jardim Gustavo, Villa Medeiros e Jardim Brasil, todos isolados como retalhos. Entre esses bairros e o centro, estão a Villa Guilherme e a Villa Maria, já na várzea do Tietê. Na zona leste, o mapa mostra apenas a Penha, a Villa Gomes Cardim, ainda



região central em detalhe da Planta da Cidade de S. Paulo - 1924 - autor desconhecido



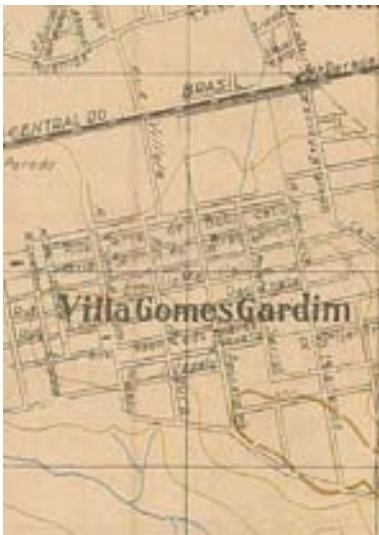
região de Vila Leopoldina em detalhe da Planta da Cidade de S. Paulo - 1924 - autor desconhecido



região de Indianópolis no detalhe da
Planta da Cidade de S. Paulo - 1924 -
autor desconhecido

isolada como a Villa Prudente.

A foz do rio Pinheiros no Tietê aparece a oeste, bem próxima do limite da folha.



Vila Gomes Cardim no detalhe da
Planta da Cidade de S. Paulo - 1924 -
autor desconhecido

carimbo PLANTA DA
CIDADE DE SÃO PAULO
E
MUNICIPIOS CIRCUMVIZINHOS
Organizada pela Reartição de Eletricidade da
THE SÃO PAULO TRAMWAY, LIGHT & POWER CO. LTD.
ESCALA 1:40.000
Eletr. Dept.. No. 01497
Feita em Dezembro de 1926
Reformada em Junho de 1927

ano 1927

autor The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd. - Rep. de Eletricidade

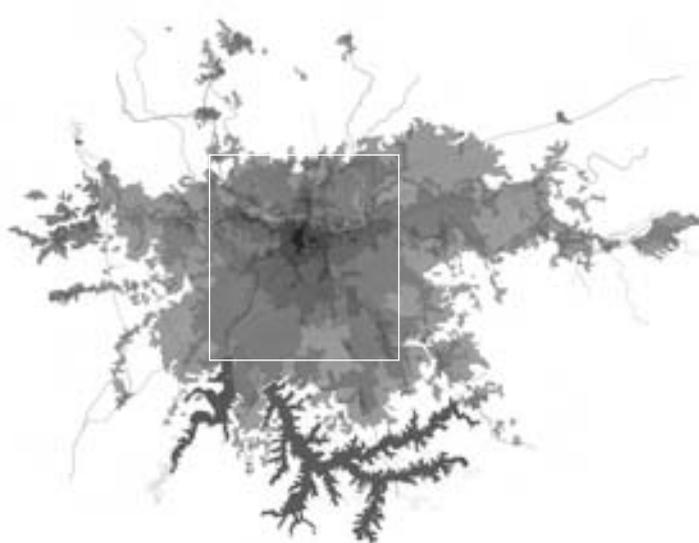
escala 1:40.000

dimensão 64x74cm

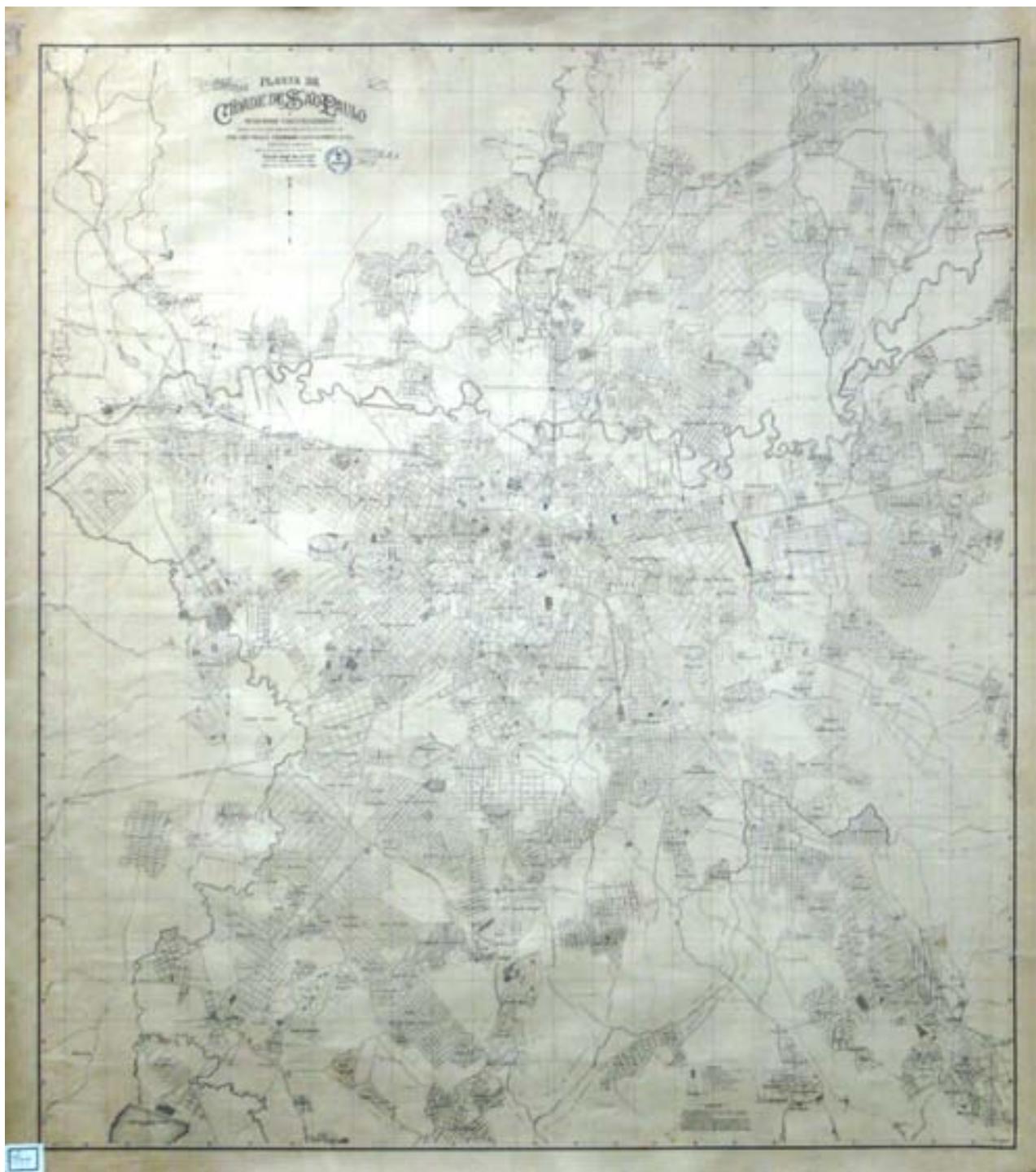
impressão Comp. Lith. "Ypiranga" S. Paulo-Rio

localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original)

escala gráfica



categoria/gênero institucional



PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO E MUNICÍPIOS CIRCUMVIZINHOS³⁹ - 1927
THE SÃO PAULO TRAMWAY LIGHT & POWER CO. LTD.

REPARTIÇÃO DE ELETRICIDADE

A cidade parece “explodir” em loteamentos em todas as direções e para além dos rios.

No pé da folha encontra-se uma nota esclarecedora: “Para a confecção desta planta foram usados principalmente plantas e croquis de companhias de vendas de terrenos. Em muitos casos não havendo concordância entre as mesmas, foram feitas diversas medições locais para poder ajustar as plantas em questão. É possível também que em alguns lugares venham a aparecer alterações que actualmente passaram despercebidas”. Essa nota mostra que é possível que loteamentos não ocupados e talvez somente projetados estivessem representados nos mapas junto com áreas de urbanização consolidada da cidade.

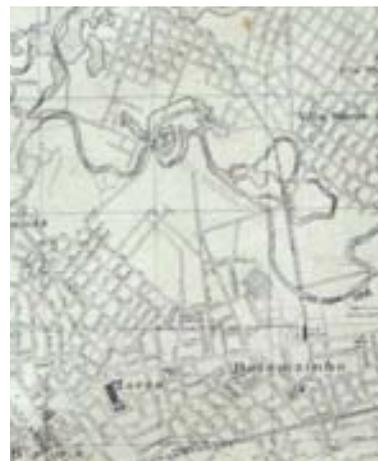
Como não há distinção entre loteamentos, projetos, e áreas ocupadas, a impressão que se tem é de que a cidade explodiu. Não é possível precisar se a área urbanizada da cidade tinha esse tamanho nessa data. Provavelmente não. Neste mapa, o que parece importar à companhia⁴⁰

39 Segundo Nestor Goulart Reis Filho (2004), “a planta compreende grande parte do território hoje ocupado pela cidade de São Paulo, tendo ao norte, além do rio Tietê, os setores próximos da Serra da Cantareira, no centro os bairros entre o rio Tietê e o rio Pinheiros e, a oeste deste, parte da área hoje ocupada pelos bairros do Morumbi e Santo Amaro. Do lado sudeste, áreas que correspondem hoje aos municípios de São Caetano e Santo André.”

40 Empresa de capital inglês com sede no Canadá, a The São Paulo Tramway, Light and Power Company, foi fundada em 1899, na cidade de Toronto. Em 17 de julho do mesmo ano, foi autorizada, por decreto do presidente Campos Salles, a atuar no Brasil. Sua atuação em São Paulo começou no mesmo ano, através da construção da Usina Hidrelétrica Parnaíba, concluída em 1901. Posteriormente, a Light São Paulo passaria a ter o monopólio dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica e serviços de bondes elétricos do município de São Paulo. Em 1904, os mesmos sócios canadenses criam a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power. Em 1912, as duas empresas passaram a ser controladas pela holding Brazilian Traction Light and Power Co. Ltd. Entre 1900 e 1930, a Light São Paulo realizou diversas obras de expansão dos serviços de energia elétrica na capital de São Paulo e municípios vizinhos, para isso, construiu em 1908 a represa de Guarapiranga e usinas hidrelétricas, como Edgard de Souza e Rasgão, localizadas no rio Tietê, em Santana do Parnaíba. Na década de 1940, a Light São Paulo foi responsável pela retificação e saneamento das várzeas do rio Pinheiros e pela construção da represa Billings e da usina hidrelétrica Henry Borden, ação que desapropriou milhares de quilômetros quadrados naquelas várzeas e ficou conhecida como “Projeto Serra”. Atualmente, acusa-se a Light de ter “produzido” a enchente de 1929, em São Paulo, para aumentar suas propriedades durante o “Projeto Serra”. Em meados da década de 1940, a Light São Paulo encerrou os serviços de transporte público, repassando-os à prefeitura de São Paulo, que



região central em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo e Municípios Circumvizinhos - 1927 - The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd. - Repartição de Eletricidade



região do Belemzinho em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo e Municípios Circumvizinhos - 1927 - The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd. - Repartição de Eletricidade



região do Morumbi em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo e Municípios Circumvizinhos - 1927 - The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd. - Repartição de Eletricidade



região da Vila Gomes Cardim em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo e Municípios Circumvizinhos - 1927 - The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd. - Repartição de Eletricidade

é dimensionar o potencial da rede. Saber onde existirá uma casa significa saber onde existirá um ponto de luz.

Trata-se de um mapa em preto e branco em que os arruamentos são representados com linhas pretas simples. Não há representação da topografia.

A foz do Pinheiros no Tietê não aparece mas o Pinheiros vai até a região de Santo Amaro onde o reservatório Guarapiranga e o rio Jurubatuba/Grande aparecem parcialmente.

O rio Pinheiros parece ser uma barreira para o crescimento da área urbana da cidade. Os loteamentos, provavelmente, ainda não executados, se estendem-se até o leito do rio mesmo em áreas de várzea. Aqui, a forma dos meandros do rio determinou a forma das chácaras e, posteriormente, dos loteamentos, não havendo qualquer plano ou orientação.

Aparecem Paraisópolis, Fazenda Morumby, Real Parque, Cidade Jardim e Butantan. A ligação entre Santo Amaro e São Paulo se realiza através da Villa Santo Antonio, Jardim Petrópolis, Vila Cordeiro, Brooklin Paulista I e II e, mais ao norte, Indianópolis, que se liga à Villa Clementino. Entre o rio Guarapiranga e o rio Jurubatuaba aparece o loteamento da Villa Socorro. Ainda ao sul, alguns loteamentos na região do Cupecê. A sudeste, Santo André e mais ao norte S. Caetano. Ao sul da Saúde aparece a Villa Monte Alegre e a Villa Guarany e Pq. Jabaquara. No extremo sul está Americanópolis.

Para leste, além da Villa Gomes Cardim, ao sul da Penha, aparece a Villa Carrão, Villa Manchester e Villa Aricanduva. Água Rasa e Regente Feijó ocupam parte do vazio entre o Alto da Moóca e a Villa Gomes Cardim. Entre o Alto da Moóca e Villa Prudente aparecem a Villa Bertioiga e o Parque da Moóca.

Seguindo a linha da S. Paulo Railway até S. Caetano surgem, para além do Ypiranga, a Villa D. Pedro I, Villa Heliópolis, Villa Independência e a Villa Sacoman. Na fronteira com S. Caetano, Villa Bella, Villa Alpina e Villa Califórnia. Ao redor da Penha, Villa Matilde, Villa Arican-

através da CMTC, extinguiria o serviço de bondes no fim dos anos 1960. Em 1956, a holding Brazilian Traction Light and Power Co. Ltd. começa a atuar em inúmeros ramos, dentre os quais o imobiliário, hoteleiro, serviços de engenharia, agropecuária, passando-se a chamar Brascan - Brasil Canadá Ltda. A empresa de São Paulo se funde com a do Rio de Janeiro e passam a se chamar Light - Serviços de Eletricidade S/A, vinculada à Brascan. Na década de 1970, o governo federal, através da Eletrobrás, adquiriu o controle acionário da Light - Serviços de Eletricidade S/A. Em 1981 o governo do estado de São Paulo adquiriu a Light paulista e criou a Eletropaulo, que na década de 1990 foi retalhada em várias empresas, e algumas foram privatizadas pelo governador Mário Covas.

duva e Villa Esperança.

Ao norte, ao lado de N. S. do Ó, aparece o Piquery. Entre N. S. do Ó e Santana vários loteamentos isolados como Villa Albertina, Villa Siqueira e Sítio do Mandaqui. Esse último liga-se à Casa Verde pela Casa Verde Alta e Média. Ao norte de Santana está o Mandaqui, Villa Lausanne Paulista, Água Fria, Villa Mazzei e Villa Cachoeira entre outros. À direita de Sant'anna, Villa Guilherme, Villa Maria, Villa Medeiros, Jardim Brasil e Pq. Edu Chaves já na fronteira com Guarulhos.

Existem vários "vazios" a oeste do rio Pinheiros. A região ao norte do Tietê parece mais ocupada que a região a oeste do rio Pinheiros, indo de Sant'anna a Guarulhos, o que indica que a transposição do rio, ali, aconteceu mais facilmente. Na região entre os rios Pinheiros, Tietê e Tamanduateí ainda há alguns vazios como a oeste, entre o Alto da Lapa e a Villa Cerqueira Cesar, à esquerda do Sumaré. Existe outro vazio entre a Villa Marianna e a Villa Olympia, na região do Ibirapuera. Há um outro espaço em branco entre a Villa Clementino e o Ypiranga. Ainda há a divisão entre os municípios de São Paulo e Santo Amaro. Há ainda um vazio entre o curso do Pinheiros e o Jd. Europa. Ao norte da E. F. Sorocabana e da S. Paulo Railway, entre a Lapa e a Barra Funda, há um grande vazio.



**região da Cidade Jardim em detalhe
da Planta da Cidade de São Paulo e
Municípios Circumvizinhos - 1927 -
The São Paulo Tramway Light & Power
Co. Ltd. - Repartição de Eletricidade**

carimbo PLANTA DA CIDADE
DE
SÃO PAULO
PUBLICADA NO PERÍODO PRESIDENCIAL DO DR. JULIO
PRESTES DE ALBUQUERQUE
SENDO SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS O DR. JOSÉ
OLIVEIRA DE BARROS
REPARTIÇÃO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE SÃO PAULO
1929

ano 1928

autor São Paulo - Estado - Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo

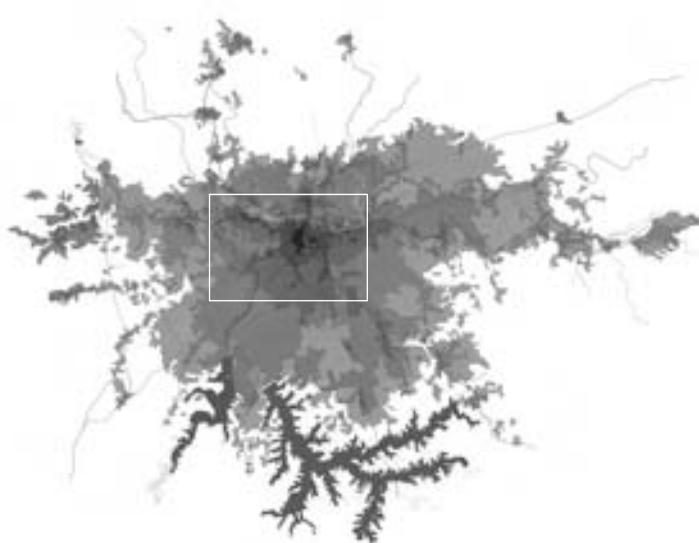
escala gráfica (1:20.000)

dimensão 68x106cm (conjunto de 4 folhas)

impressão -

localização Arquivo Público do Estado de São Paulo

escala gráfica



categoria/gênero institucional

PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO - 1928

SÃO PAULO (ESTADO), REPARTIÇÃO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE SÃO PAULO

Essa planta é parte de um conjunto de quatro mapas da RAE. Folha 4: “Rede de Esgotos”.

Trata-se de uma impressão em vermelho sobre um mapa base em preto e azul sendo que os arruamentos são pretos e os rios e águas azuis. Os textos são pretos, os nomes de bairro aparecem em letras não manuscritas e os logradouros em letras manuscritas.

O mapa mostra a parte da cidade entre os rios Tietê e Pinheiros e a porção sul até Indianópolis e Ypiranga e a leste até a Penha e Villa Carrão. Na região norte, depois do Tietê, aparecem apenas Nossa Senhora do Ó, Limão, Casa Verde, Villa Guilherme e Villa Maria além de Sant’Anna.

O mapa não mostra a foz do Pinheiros no Tietê, o desenho é interrompido antes do fim da folha em uma linha preta mais grossa, sem menção na legenda e que provavelmente representa a linha de limite entre a área urbana e os subúrbios da cidade. O interessante é que alguns bairros, mesmo fora desse recorte são representados, como o Bosque da Saúde, Villa D. Pedro I e Villa Independência ao sul, Villa Regente Feijó e Villa Carrão a leste.

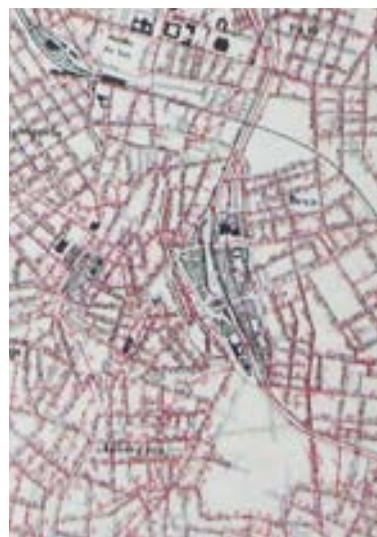
O rio Tamanduaté aparece retificado desde a avenida Independência, no Ypiranga, até a foz no Tietê. Já o rio Tietê e o rio Pinheiros aparecem sem intervenções desse tipo. Entretanto, há em vermelho, uma linha pontilhada, que indica o futuro canal do Tietê na parte em que aparece no mapa, desde quase a foz do Pinheiros até a Penha.

Nos bairros mais próximos ao centro, não há indicação ou distinção entre áreas ocupadas ou somente arruadas.

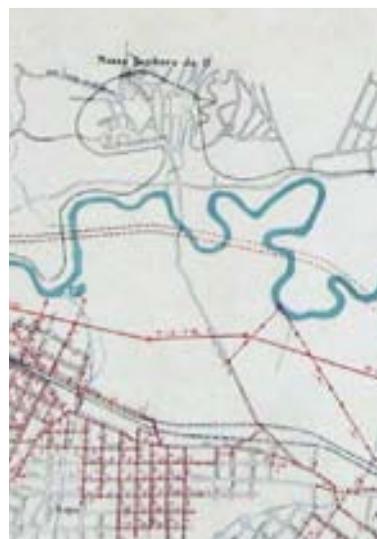
A rede de esgotos, tema do mapa, abrange, além de toda a área urbana, apenas parte dos subúrbios. O mapa indica que são servidos pela rede, além dos bairros centrais, a Villa América e Jardim América a leste, Aclimação e Villa Marianna ao sul e Belemzinho a leste. A Penha é servida por uma rede independente, assim como Sant’Anna ao norte. Mais a oeste, Perdizes, parte da Pompéia, Villa Romana, Lapa e Alto da Lapa também são servidos pela rede de esgotos. Ao sul, uma ramificação serve parte do Ypiranga.

Os limites do subúrbio representado são Indianópolis e Ypiranga ao sul; Villa Prudente no sudeste; Villa Gomes Cardim, já integrada à cidade, a leste; Limão, Casa Verde, Sant’Anna, Villa Guilherme e Villa Maria no norte; Villa Leopoldina no extremo oeste além de parte do Butantan, Pinheiros e Jardim Europa.

Os rios são mostrados quase inteiros e, apesar de não serem repre-



região central em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1928 - São Paulo (Estado), Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo



região da Freguesia do Ó no detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1928 - São Paulo (Estado), Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo



**região da Vila Leopoldina no detalhe da
Planta da Cidade de São Paulo - 1928
- São Paulo (Estado), Repartição de
Águas e Esgotos de São Paulo**

sentados na cor vermelha, são, no que diz respeito à sua representação, nitidamente, parte da rede de esgotos, pois há diversos ramais que se ligam ao leito dos rios.

Grandes porções da cidade aparecem em branco ao redor da área suburbana. Dentro dessa área, o Ibirapuera aparece nomeado como “terreno municipal”. Há vazios a oeste e a leste da cidade.

A folha 3 mostra a rede de águas da cidade que, praticamente, se sobrepõe à rede de esgotos servindo às mesmas localidades.

carimbo PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO
Levantada e organizada pela 7a Secção da Directoria de Obras e Viação
da
PREFEITURA MUNICIPAL
quando Prefeito o Snr. Dr. José Pires do Rio
e Director de Obras o Eng. Arthur Saboya
1929
Escala 1:5.000
folha Nº 1

ano 1929

autor São Paulo - Município - 7a. Sessão da Directoria de Obras e Viação

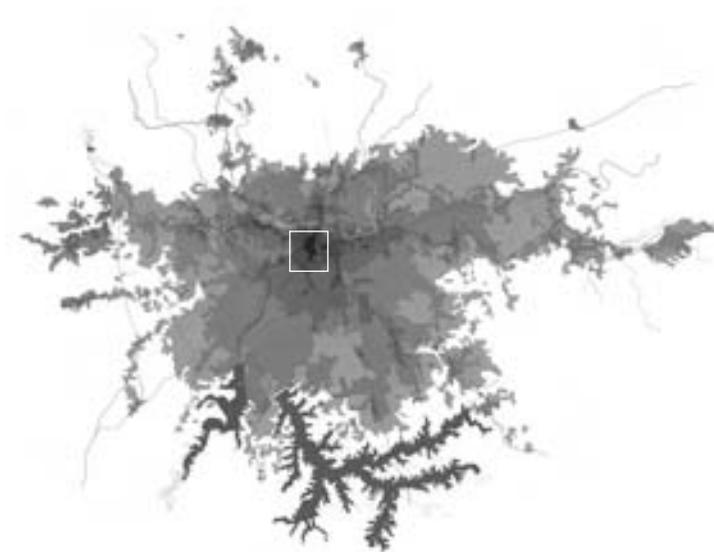
escala 1:5.000

dimensão 120x100cm (conjunto de 4 folhas)

impressão Secção Cartographica da Comp. Lith. Ypiranga São Paulo e Rio

localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplares originais) / Instituto
Geológico - São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplares
originais)

escala gráfica



categoria/gênero institucional

PLANTA DA CIDADE DE S. PAULO

Levantada e organizada pela 7ª Seção da Diretoria de Obras e Viação

Convenções

	Avenida		Rua
	Rua principal		Rua lateral
	Avenida lateral principal		Rua lateral principal
	Avenida lateral lateral		Rua lateral lateral

PREFEITURA MUNICIPAL

quando Prefeito o Sr. João Prass do Rio

e Director de Obras e Viação Arthur Sabrosa

Escala 1:5.000

Folha N.º 1

1920



carimbo PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO
Levantada e organizada pela 7a Secção da Directoria de Obras e Viação
da
PREFEITURA MUNICIPAL
quando Prefeito o Snr. Dr. José Pires do Rio
e Director de Obras o Eng. Arthur Saboya
1929
Escala 1:5.000
folha Nº 2

ano 1929

autor São Paulo - Município - 7a. Sessão da Directoria de Obras e Viação

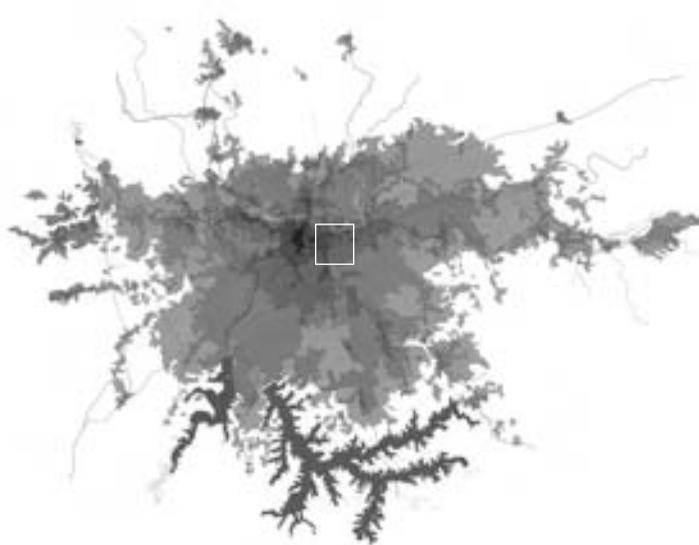
escala 1:5.000

dimensão 120x100cm (conjunto de 4 folhas)

impressão Secção Cartographica da Comp. Lith. Ypiranga São Paulo e Rio

localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplares originais) / Instituto
Geológico - São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplares
originais)

escala gráfica



categoria/gênero institucional

PLANTA DA CIDADE DE S. PAULO

Levantada e organizada pela 7ª Seção da Direcção de Obras e Viação

Convenções

	Avenida		Rua principal
	Rua normal		Rua lateral
	Rua de serviço		Rua de passagem
	Rua de acesso		Rua de ligação
	Rua de ligação		Rua de ligação
	Rua de ligação		Rua de ligação
	Rua de ligação		Rua de ligação

— ○ — PREFEITURA MUNICIPAL — ○ —

quando Prefeito o Sr. D. José Pires do Rio

e Director de Obras o Sr. Agostinho Salgado

1928

Escala 1:5.000

Folha N.º 2



carimbo PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO
Levantada e organizada pela 7a Secção da Directoria de Obras e Viação
da
PREFEITURA MUNICIPAL
quando Prefeito o Snr. Dr. José Pires do Rio
e Director de Obras o Eng. Arthur Saboya
1930
Escala 1:5.000
folha Nº 3

ano 1930

autor São Paulo - Município - 7a. Sessão da Directoria de Obras e Viação

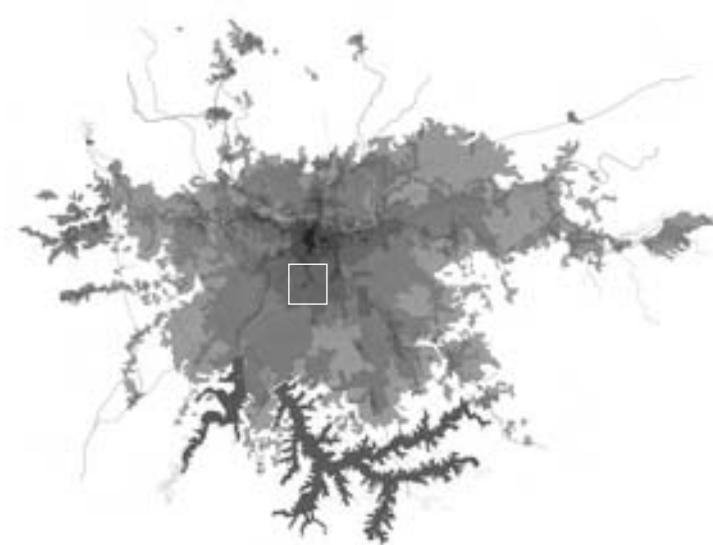
escala 1:5.000

dimensão 120x100cm (conjunto de 4 folhas)

impressão Secção Cartographica da Comp. Lith. Ypiranga São Paulo e Rio

localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplares originais) / Instituto
Geológico - São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplares
originais)

escala gráfica



categoria/gênero institucional

PLANTA DA CIDADE DE S. PAULO

Levantada e organizada pela 7ª Seção da Diretoria de Obras e Viação

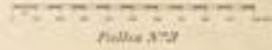
Convenções

	10000	Avencos e avenidas
	5000	ruas e avenidas de 1ª ordem
	2000	ruas de 2ª ordem
	1000	ruas de 3ª ordem
	0000	Estações e linhas
	0000	Parques e jardins
	0000	Águas
	0000	Edifícios
	0000	Monumentos
	0000	Plazas
	0000	Escolas
	0000	Igrejas
	0000	Cemitérios
	0000	Hospitais
	0000	Edifícios públicos
	0000	Edifícios militares
	0000	Edifícios industriais
	0000	Edifícios comerciais
	0000	Edifícios residenciais
	0000	Edifícios de utilidade pública
	0000	Edifícios religiosos
	0000	Edifícios educacionais
	0000	Edifícios culturais
	0000	Edifícios esportivos
	0000	Edifícios de recreação
	0000	Edifícios industriais
	0000	Edifícios comerciais
	0000	Edifícios residenciais
	0000	Edifícios de utilidade pública
	0000	Edifícios religiosos
	0000	Edifícios educacionais
	0000	Edifícios culturais
	0000	Edifícios esportivos
	0000	Edifícios de recreação

—○— PREFEITURA MUNICIPAL —○—

quando Prefeito o Sr. D. José Pires do Rio
e Director de Obras e Viação o Sr. Arthur Salgado

Escala 1:5.000



Folha N.º 72

1930



carimbo PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO
Levantada e organizada pela 7a Secção da Directoria de Obras e Viação
da
PREFEITURA MUNICIPAL
quando Prefeito o Snr. Dr. José Pires do Rio
e Director de Obras o Eng. Arthur Saboya
1930
Escala 1:5.000
folha Nº 4

ano 1930

autor São Paulo - Município - 7a. Sessão da Directoria de Obras e Viação

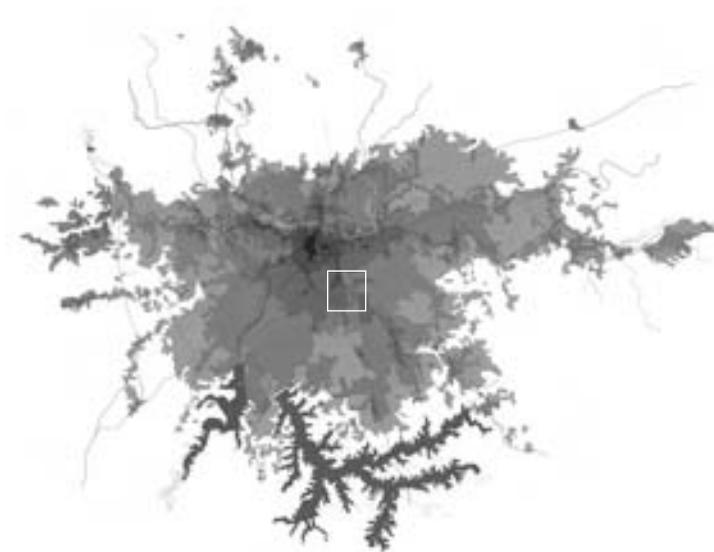
escala 1:5.000

dimensão 120x100cm (conjunto de 4 folhas)

impressão Secção Cartographica da Comp. Lith. Ypiranga São Paulo e Rio

localização Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplares originais) / Instituto Geológico - São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplares originais)

escala gráfica



categoria/gênero institucional

PLANTA DA CIDADE DE S. PAULO

Levantada e organizada pela 7ª Seção da Diretoria de Obras e Viação

Convenções

	Rua		Linhas de Estrada de Ferro
	Estação		Linhas de Carris
	Estação de Carris		Água
	Parque		Ponte
	Escola		Estação
	Igreja		Monumento
	Edifício Público		Fortificação
	Cemitério		Fortificação
	Fortificação		Fortificação

—○— **PREFEITURA MUNICIPAL** —○—

quando Prefeito o Sr. J. Pires do Rio
e Diretor de Obras o Sr. Arthur Salles

Escala 1:5.000

Folha N.º 4

1930



PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO⁴¹ - 1929/30 - SÃO PAULO - MUNICÍPIO

7A. SESSÃO DA DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO - FOLHAS 1, 2, 3 E 4

Essas plantas fazem parte de um conjunto de quatro mapas em cores. As quadras são representadas em cor bege sólida e as ruas em linhas pretas simples, enquanto que ruas projetadas aparecem em linhas vermelhas simples. Não há distinção entre áreas ocupadas e não ocupadas. Alguns edifícios, “edifícios públicos, igrejas etc”, são destacados em vermelho.

Por se tratar de um conjunto de quatro mapas, um dos primeiros conjuntos de mapas da cidade, possivelmente, inaugurador de uma fase da cartografia da cidade próxima à objetividade dos grandes levantamentos, esperava-se que esses mapas representassem a cidade mais detalhadamente. Entretanto, o tamanho das folhas (120x100cm), sua escala (1:500) e o nível de detalhamento mostram muito pouco. Tratam-se de mapas muito grandes mas com pouca informação, uma representação pouco detalhada de uma pequena área da cidade, mesmo quando se junta as quatro folhas.

Esse conjunto de mapas não é muito objetivo. Aparentemente, foram feitos para serem observados a distância, ou fazem parte da apresentação de um projeto.

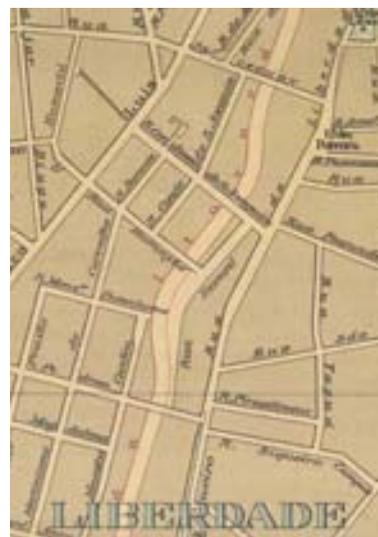
As informações mais interessantes do mapa são as avenidas Anhangabaú e Itororó, atuais 9 de Julho e 23 de Maio, ainda apenas projetadas, revelando os fundos de vale ainda livres.

A folha é muito semelhante ao Sara Brasil, feito por essa mesma gestão, prefeito Pires do Rio e diretor de obras Arthur Saboya. Portanto, é possível que esse conjunto seja um ensaio para o grande levantamento aerofotogramétrico que seria feito em 1930.

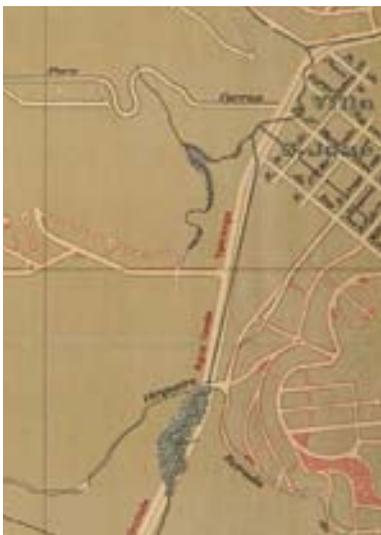
41 Conforme explica Nestor Goulart Reis Filho (2004), essa planta permite “a leitura da nomenclatura das ruas e das principais edificações de interesse público, que já não seria possível com a escala utilizada em plantas mais antigas. Ao norte, é registrado o projeto para retificação do rio Tietê. A planta não indica explicitamente as quadras não edificadas, mas os loteamentos de periferia, ainda não ocupados, não recebem denominações, o que facilita a compreensão dos pesquisadores. Acreditamos que esse mapa tenha sido publicado em duas etapas (1929 e 1930). [...] Depois, foi impressa a planta baseada no primeiro levantamento aerofotogramétrico realizado nessa época, que estabeleceu outro patamar tecnológico na cartografia da cidade.”



região central em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1929/30 - São Paulo (Município), 7a. Sessão da Diretoria de Obras e Viação - folha 1



região da Liberdade em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1929/30 - São Paulo (Município), 7a. Sessão da Diretoria de Obras e Viação - folha 1



região do Ipiranga em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1929/30 - São Paulo (Município), 7a. Sessão da Diretoria de Obras e Viação - folha 3



região do Ipiranga no detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1929/30 - São Paulo (Município), 7a. Sessão da Diretoria de Obras e Viação - folha 4

carimbo MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Executado pela empresa SARA BRASIL S/A, pelo método Nistri de
aerophotogrammetria, de acordo com o contracto lavrado em virtude da
Lei No 3208 de 1928, quando Prefeito o
SNR. DR. JOSÉ PIRES DO RIO.
sendo Director de Obras o engenheiro ARTHUR SABOYA.
1930
ESCALA 1:20.000 FOLHA II

ano 1930

autor São Paulo - Município - Sara Brasil S/A

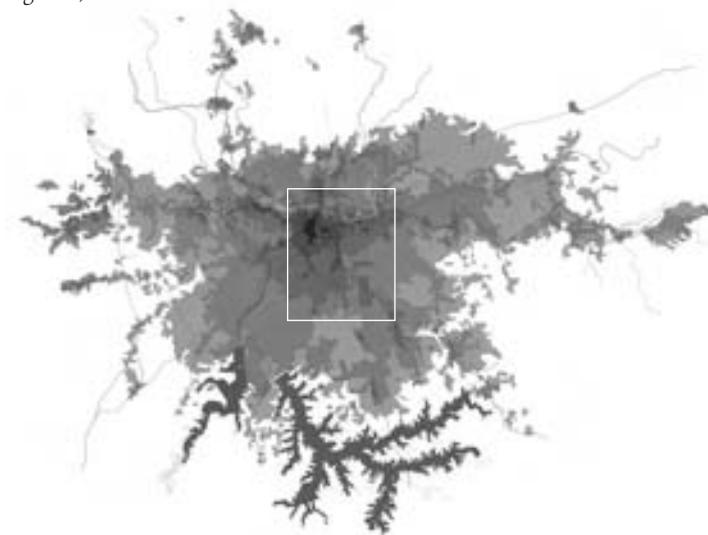
escala 1:20.000

dimensão 78x110cm (conjunto de 5 folhas)

impressão -

localização Biblioteca da FAUUSP (conjunto completo de exemplares originais e cópias
heliográficas) / Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo
(conjunto completo de exemplares originais e cópias heliográficas) / Biblioteca
da FFLCH-USP Florestan Fernandes (conjunto incompleto de exemplares
originais)

escala gráfica



categoria/gênero cadastral

MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICIPIO DE SAO PAULO

ALTA GRADUACAO RECONHECIDA
JUZO DA 11 VARA
CARTORIO DO 21 OFICIO CIVIL
Manso Martino de Araujo e Sim. AA
Metalurgica Paulista SA R.
PLANTA Nº 4A



MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1930

SÃO PAULO (MUNICÍPIO) SARA BRASIL S/A⁴² - FOLHA II

Essa folha é parte de um conjunto de 5 folhas na escala 1:20.000 que enquadram o município de São Paulo e fazem parte do levantamento aerofotogramétrico Sara Brasil.

Trata-se de um mapa impresso em cores. Os rios e alagados são representados em azul, a topografia, com curvas de nível de 5 em 5 metros na cor marrom. Os arruamentos são representados em cinza, assim como todos os edifícios. A representação dos lotes também é feita com linhas cinzas. Entretanto, não são representados em todas as quadras. Os principais equipamentos são representados em marrom sólido enquanto a cor preta é utilizada para as divisas, estradas de ferro e linhas de bonde. As letras utilizadas para nomear as ruas são manuscritas. Não há representação do norte, mas todo o sistema se orienta segundo as convenções contemporâneas. Existe na parte inferior direita da folha uma tabela com as convenções adotadas no mapa.

Chama atenção o fato de a atual zona sul não ser representada, ou ser representada em branco, por não fazer parte do município de São Paulo, mas sim do município de Santo Amaro. Este somente passou a fazer parte de São Paulo em 1935. O município de São Bernardo é representado da mesma forma.

As curvas de nível aparecem bastante nos pontos onde não há edificações. É interessante notar que a curva de nível é uma representação de uma categoria diferente de uma planta. Uma decompõe a superfície em corte para que se possa representá-la vista de cima, enquanto a outra representa as superfícies por suas arestas vistas de cima. É como se um conjunto de curvas de nível fosse um corte visto de cima.

Nesse mapa a topografia só aparece com clareza em áreas não urbanas ou não edificadas, como áreas distantes do centro ou fundos de vale. A representação das edificações destaca o centro da cidade e os bairros de ocupação mais antiga como os únicos pontos da cidade com uma urbanização consolidada. Fica claro que os loteamentos das

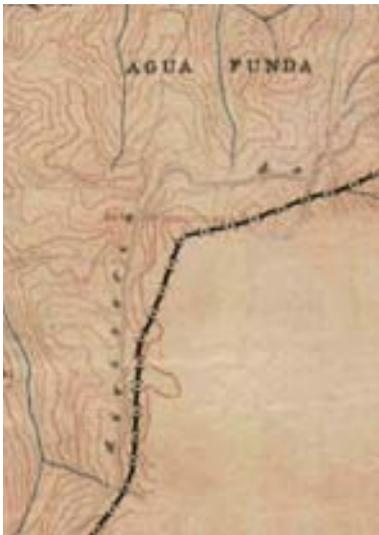
42 Società Anonima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici, empresa sediada em Roma, na Itália, iniciou em 1929 ao levantamento cadastral da cidade de São Paulo utilizando o método Nistri de aerofotogrametria. Segundo Perrone e Emídio (2009) esse “trabalho pioneiro, interrompido durante a revolução de 1932, é conhecido como “Sara Brasil”. [...] Em 1933 foram entregues à municipalidade 132 mapas, vinte fotocartas e os estereogramas. São Paulo era a primeira cidade do mundo a possuir um cadastro de plantas articuladas de grande precisão e perfeição, em escala grande, graças à nova técnica, que consistia na tomada fotográfica – a partir de dois pequenos aviões vindos especialmente da Itália – de imagens verticais ou oblíquas, mediante auxílio da triangulação, posteriormente transformadas em fotogramas.”



região central em detalhe do Mappa Topographico do Município de São Paulo - 1930 - São Paulo (Município) Sara Brasil S/A - folha II



região da Coroa em detalhe do Mappa Topographico do Município de São Paulo - 1930 - São Paulo (Município) Sara Brasil S/A - folha II



região da Água Funda em detalhe do Mappa Topographico do Município de São Paulo - 1930 - São Paulo (Município) Sara Brasil S/A - folha II

villas que circundam o centro tem uma ocupação pouco consistente, ao contrário do que faziam entender outros mapas que incorporavam loteamentos aos centros consolidados.

O rio Tamanduateí aparece retificado do Parque da Moóca até a foz com o rio Tietê. O Tietê aparece ainda com todos os meandros e braços alagados.

A parte mais ao sul é o Parque da Água Funda ainda em construção. Antes de Santo Amaro a cidade “acaba”, pois tudo que está além dos limites do município é representado em branco. A parte representada chega até um pouco depois do Ibirapuera, em Indianópolis. Nessa região existe ainda o loteamento da Villa Água Funda, ainda pontilhada e a Villa Moraes com poucas casas. A leste, Villa dos Eucalyptos, Villa Carrão, Villa Nova Manchester, Villa Mendonça e a, ainda pouco ocupada, Villa Gomes Cardim.

Os maiores vazios, ou áreas representadas em branco, aparecem na região leste e na porção sul do município. Essa folha mostra muito pouco da região norte mas a várzea do Tietê nessa região aparece quase toda representada em branco. A várzea ao sul do leito do Tietê é mais ocupada que a norte.

É nítida a impressão de que esse mapa é mais objetivo e normatizado do que outros anteriores. Esse mapa parece ser muito sistemático.



região da avenida Paulista em detalhe do Mappa Topographico do Município de São Paulo - 1930 - São Paulo (Município) Sara Brasil S/A - folha II

carimbo MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Executado pela empresa SARA BRASIL S/A, pelo método Nistri de
aerophotogrammetria, de acordo com o contracto lavrado em virtude da
Lei No 3208 de 1928, quando Prefeito o
SNR. DR. JOSÉ PIRES DO RIO.
sendo Director de Obras o engenheiro ARTHUR SABOYA.
1930
ESCALA 1:5.000 FOLHA 51

ano 1930

autor São Paulo - Município - Sara Brasil S/A

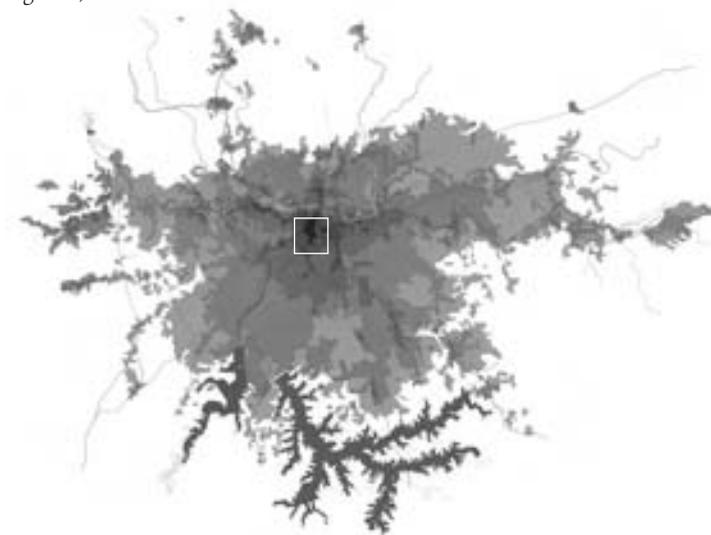
escala 1:5.000

dimensão 78x110cm (conjunto de 82 folhas)

impressão -

localização Biblioteca da FAUUSP (conjunto completo de exemplares originais e cópias
heliográficas) / Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo
(conjunto completo de exemplares originais e cópias heliográficas) / Biblioteca
da FFLCH-USP Florestan Fernandes (conjunto incompleto de exemplares
originais)

escala gráfica



categoria/gênero cadastral

MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1930

SÃO PAULO (MUNICÍPIO) SARA BRASIL S/A - FOLHA 51

Esse mapa é parte de um conjunto de 82 folhas na escala 1:5.000 do levantamento aerofogramétrico Sara Brasil.

Trata-se de um mapa e impresso colorido. Os arruamentos são representados em preto, assim como os nomes dos logradouros. Jardins, parques e praças são representados utilizando-se uma técnica conhecida como pontilhismo, na cor preta. Os lotes são representados com linhas pretas mais finas que as do arruamento. As edificações têm contorno em linhas pretas e preenchimento com alaranjado sólido. As ferrovias são representadas com linhas pretas grossas e os rios são representados na cor azul claro sólido. Os trilhos de bonde são linhas duplas finas pretas. Áreas não edificadas são deixadas em branco. A topografia é indicada com curvas de nível de 5 em 5 metros na cor laranja pardo, cor próxima do marrom. As curvas múltiplas de 25 metros são mais grossas.

O mapa mostra parte do centro da cidade até a avenida Paulista, que aparece no canto inferior esquerdo da folha.

É interessante perceber que por uma folha não se percebe o tamanho da cidade. Mesmo que se veja todas as 82 folhas do conjunto, não seria possível ter esse conhecimento, pois isso é uma característica desse tipo de levantamento, que prioriza o detalhamento da cidade na escala 1:5.000. Abre-se mão de informar sobre o conjunto da cidade, que é uma característica dos mapas de folha única. Dessa forma a representação se fragmenta.

Quase no centro da folha está a Sé, região nitidamente mais ocupada e densa que os seus arredores. O rio Tamanduatéi aparece na parte superior direita da folha margeando o centro e cruzando o Parque D. Pedro II. As linhas da São Paulo Railway Co. também aparecem nessa mesma parte superior direita da folha junto com o Largo da Concórdia. Logo abaixo do Parque D. Pedro II, há uma grande parte em branco na várzea do Glicério.

Os edifícios públicos, além da cor laranja pardo, recebem uma hachura de linhas pretas paralelas. Não há indicação de divisão de distritos nem nomes de bairros, o que enfatiza o caráter cadastral do levantamento.

Na parte inferior da folha, as regiões do Cambuci e Aclimação aparecem muito pouco ocupadas. O Braz aparece bastante ocupado, percebendo-se uma concentração de edifícios industriais próximos à estrada de ferro e à Rangel Pestana. As regiões de Campos Elíseos, República e Bela Vista aparecem igualmente densas e com uma ocupação



região central em detalhe do Mappa Topographico do Município de São Paulo - 1930 - São Paulo (Município) Sara Brasil S/A - folha 51



região do Pari em detalhe do Mappa Topographico do Município de São Paulo - 1930 - São Paulo (Município) Sara Brasil S/A - folha 51



região do Anhangabaú em detalhe do Mappa Topographico do Município de São Paulo - 1930 - São Paulo (Município) Sara Brasil S/A - folha 51

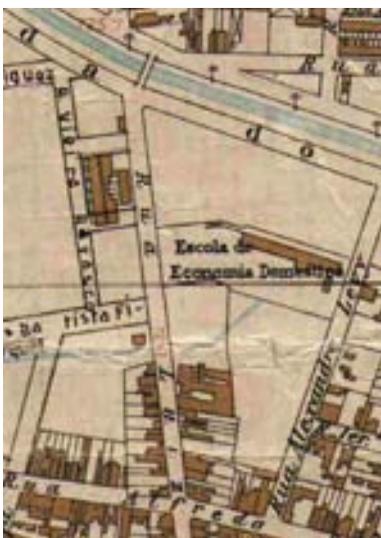
não muito alta, porém uniforme.

Essa representação permite distinguir muito claramente áreas edificadas de áreas apenas arruadas, pois os edifícios contrastam muito com as áreas onde não há edifícios.

É interessante notar como os fundos de vale ainda estavam desocupados. No caso específico dessa folha, os vales onde hoje estão a avenidas 9 de Julho e 23 de Maio são duas faixas brancas que vão na direção do Vale do Anhangabaú.

Trata-se de um mapa muito bonito e expressivo. É quase uma obra de arte se comparado aos levantamentos contemporâneos. Entretanto, se comparado a mapas anteriores, é certamente um mapa mais técnico e objetivo, aparentando ser mais preciso que qualquer outro anterior. Existe uma sistematização que hierarquiza todas as informações do mapa segundo a tabela de convenções no pé da folha. Há ainda uma quadrícula em linhas pretas, referentes aos eixos x e y, que ordenam e dividem o espaço em quadrados de 500 por 500 metros. Nessa folha encontra-se ainda a origem das coordenadas de todo o conjunto de folhas de todas as escalas. Esse ponto está no Parque D. Pedro II, na margem esquerda do Tamanduateí, próximo à rua 25 de Março.

Todas essas informações técnicas, convencionadas por um sistema internacional de representação, sem dúvida, é um dos elementos importantes que conferem confiabilidade ao mapa. Ele não apenas parece ser preciso, mas, acima de tudo, parece verdadeiro e fiel à realidade. No próprio carimbo da folha o usuário é informado de que se trata de um levantamento aerofotogramétrico, sabidamente, um processo complexo de mapeamento que utiliza aeronaves e um maquinário específico para sua realização. Esse é outro fator que certamente agrega credibilidade ao mapa.



região do Glicério em detalhe do Mappa Topographico do Município de São Paulo - 1930 - São Paulo (Município) Sara Brasil S/A - folha 51

carimbo MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Executado pela empresa SARA BRASIL S/A, pelo método Nistri de
aerophotogrammetria, de acordo com o contracto lavrado em virtude da
Lei No 3208 de 1928, quando Prefeito o
SNR. DR. JOSÉ PIRES DO RIO.
sendo Director de Obras o engenheiro ARTHUR SABOYA.
1930
ESCALA 1:5.000 FOLHA 73-74

ano 1930

autor São Paulo - Município - Sara Brasil S/A

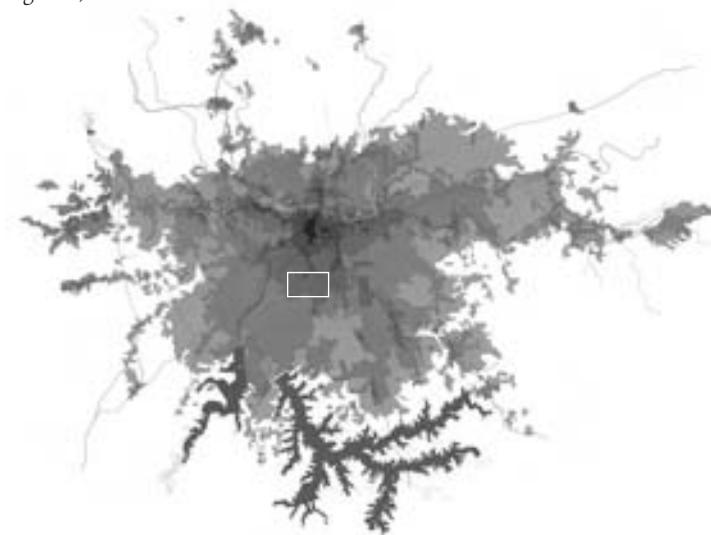
escala 1:5.000

dimensão 78x110cm (conjunto de 82 folhas)

impressão -

localização Biblioteca da FAUUSP (conjunto completo de exemplares originais e cópias
heliográficas) / Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo
(conjunto completo de exemplares originais e cópias heliográficas) / Biblioteca
da FFLCH-USP Florestan Fernandes (conjunto incompleto de exemplares
originais)

escala gráfica



categoria/gênero cadastral



MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1930

SÃO PAULO (MUNICÍPIO) SARA BRASIL S/A - FOLHA 73-74

Esse mapa é parte de um conjunto de 82 folhas na escala 1:5.000 do levantamento aerofogramétrico Sara Brasil.

Essa folha mostra a extremidade sul do município de São Paulo, na fronteira com o então município de Santo Amaro, que em 1935 seria anexado. O que mais aparece nessa folha é justamente a fronteira intermunicipal, não só por ser uma forte e grossa linha pontilhada, mas também pelo fato de Santo Amaro ser representado em branco.

Mesmo ficando evidente que os arruamentos existentes no lado de São Paulo continuam na parte de Santo Amaro, eles são interrompidos ao passarem a fronteira.

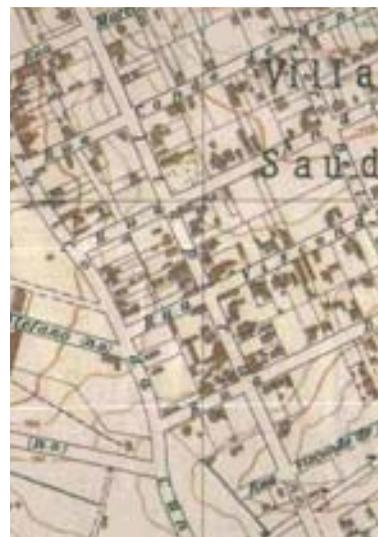
A parte que aparece de São Paulo é da região da Villa Guarany, ao sul da Saúde e ao norte do parque da Água Funda. A avenida Jabaquara, que vem do interior no município de São Paulo, também é interrompida na fronteira. Dessa forma, quase metade da folha fica em branco, onde foi acomodado o carimbo, que nas demais folhas ficava na parte superior.

A Villa Saúde é a parte mais ocupada da região representada no mapa. As áreas próximas à fronteira são recém loteadas e praticamente não edificadas.

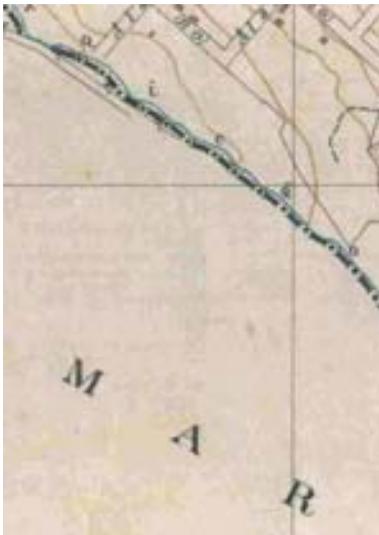
A objetividade contida na técnica da aerofotogrametria, aqui, no primeiro sobrevôo de São Paulo, também se reflete na produção gráfica do conjunto. Não foi gasto uma gota sequer de tinta e não foi desenhado sequer um centímetro quadrado da área que não estava no contrato entre a prefeitura e a italiana Nistri S/A (Lei nº. 3203 de 28).



região do Jabaquara em detalhe do Mappa Topographico do Município de São Paulo - 1930 - São Paulo (Município) Sara Brasil S/A - folha 73-74



região da Saúde em detalhe do Mappa Topographico do Município de São Paulo - 1930 - São Paulo (Município) Sara Brasil S/A - folha 73-74



divisa com Santo Amaro em detalhe
do Mappa Topographico do Município
de São Paulo - 1930 - São Paulo
(Município) Sara Brasil S/A - folha
73-74

carimbo MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PARTE PRINCIPAL DA CIDADE
Executado pela empresa SARA BRASIL S/A, pelo método Nistri de
aerophotogrammetria, de acordo com o contracto lavrado em virtude da
Lei No 3208 de 1928, quando Prefeito o
SNR. DR. JOSÉ PIRES DO RIO.
sendo Director de Obras o engenheiro ARTHUR SABOYA.
1930
ESCALA 1:1.000 FOLHA 51/7

ano 1930

autor São Paulo - Município - Sara Brasil S/A

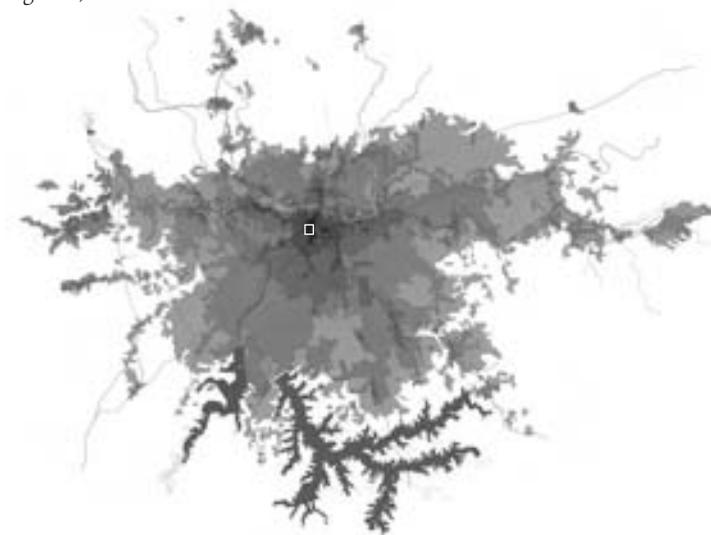
escala 1:1.000

dimensão 78x110cm (conjunto de 59 folhas)

impressão -

localização Biblioteca da FAUUSP (conjunto completo de exemplares originais e cópias
heliográficas) / Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo
(conjunto completo de exemplares originais e cópias heliográficas) / Biblioteca
da FFLCH-USP Florestan Fernandes (conjunto incompleto de exemplares
originais)

escala gráfica



categoria/gênero cadastral

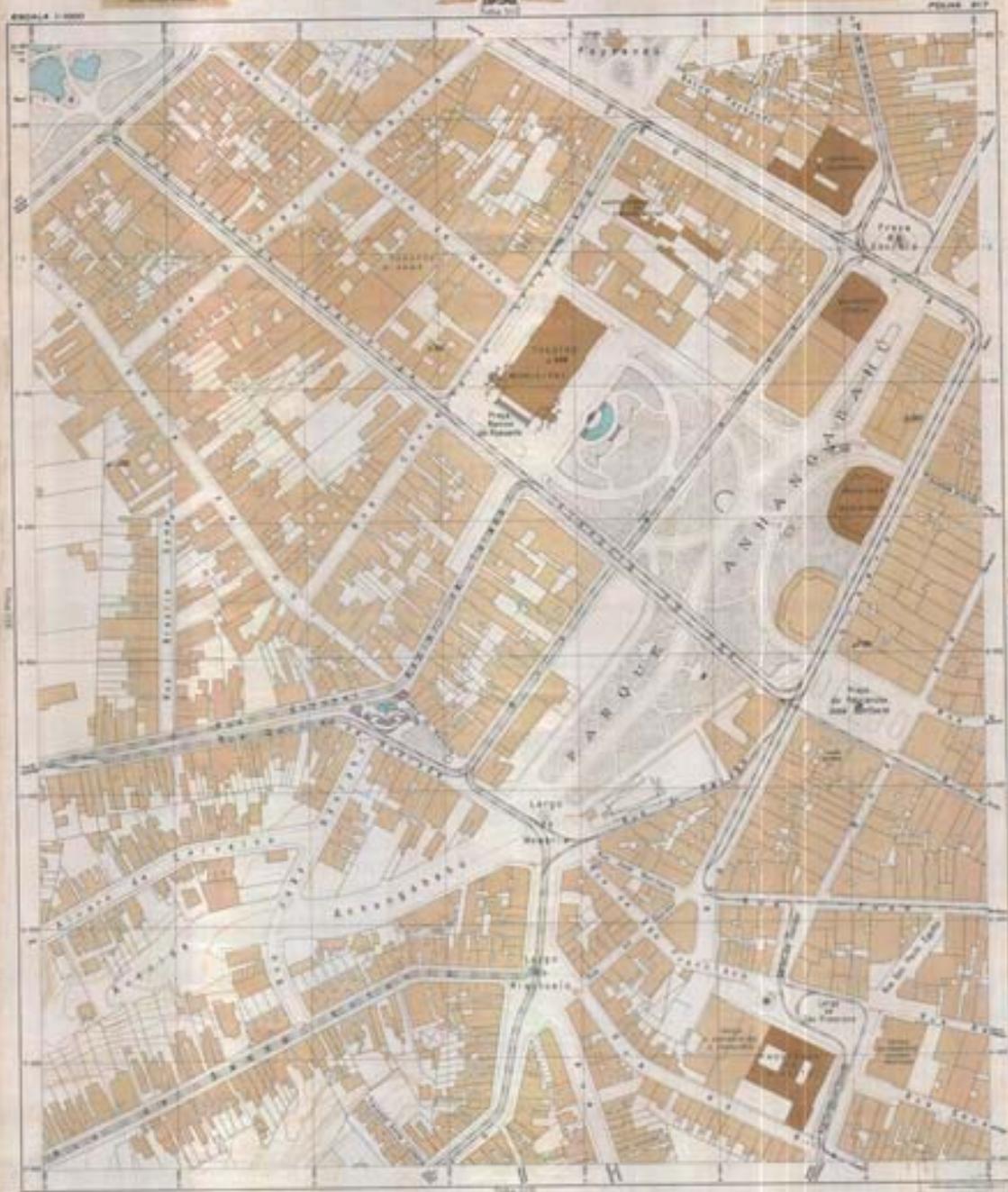
MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO

PLANHO ORDEMADO EM CRANES

ELABORADO POR THEOPHILUS HARA BRAGA, P.º, COM O AUXILIO DE ALBERTO DE MOURA FERREIRA, DE MOURA LIMA E GONCALVES
 REVISADO POR THEOPHILUS HARA BRAGA, P.º, COM O AUXILIO DE ALBERTO DE MOURA FERREIRA, DE MOURA LIMA E GONCALVES
 57 DE AVILA TAVES DO RIO

GRANDE IMPRESSÃO DO ANTONIO ANTONIO SERRAVALLO

1906



CONVENÇÕES

<ul style="list-style-type: none"> ———— Estrada principal ———— Estrada ———— Estrada de terra ———— Estrada de ferro ———— Estrada de trem 	<ul style="list-style-type: none"> ———— Estrada principal ———— Estrada ———— Estrada de terra ———— Estrada de ferro ———— Estrada de trem 	<ul style="list-style-type: none"> ———— Estrada principal ———— Estrada ———— Estrada de terra ———— Estrada de ferro ———— Estrada de trem 	<ul style="list-style-type: none"> ———— Estrada principal ———— Estrada ———— Estrada de terra ———— Estrada de ferro ———— Estrada de trem
--	--	--	--

Segundo as coordenadas: Págs. 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º, 36.º, 37.º, 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º, 59.º, 60.º, 61.º, 62.º, 63.º, 64.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º, 76.º, 77.º, 78.º, 79.º, 80.º, 81.º, 82.º, 83.º, 84.º, 85.º, 86.º, 87.º, 88.º, 89.º, 90.º, 91.º, 92.º, 93.º, 94.º, 95.º, 96.º, 97.º, 98.º, 99.º, 100.º

MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1930

SÃO PAULO (MUNICÍPIO) SARA BRASIL S/A - FOLHA 51/7

Essa folha é parte de um conjunto de 59 folhas na escala 1:1.000 do levantamento aerofogramétrico Sara Brasil.

O mapa mostra um pequeno trecho da cidade que, como diz o título, é a “parte principal da cidade”.

Mapa impresso em cores, muito semelhante aos mapas da escala 1:5.000. É um ampliação um pouco mais detalhada, mas com praticamente as mesmas informações das folhas da série 1:5.000.

Os arruamentos são representados com linhas pretas pontilhadas, sendo, portanto, a linha do meio-fio, a representação da rua e complementada pelas calçadas, representadas pelo meio-fio e pela linha dos lotes/edifícios. As linhas de bonde são representadas por linhas pretas duplas. Águas em azul claro sólido e jardins e praças utilizam a técnica do pontilhismo preto.

Assim como na escala 1:5.000 esse pontilhismo ainda conserva a marca da mão do desenhista, apesar da aparência técnica dos mapas. Nos levantamentos posteriores esse grafismo não existe, certamente, porque se trata de uma representação menos técnica. Os edifícios são representados por contorno com linha preta preenchidos com laranja-pardo sólido, tendo os edifícios públicos uma cor laranja mais forte.

Nessa folha, aparece o parque Anhangabahú com o Largo da Memória, atual praça da Bandeira, e a praça do Correio nas pontas, e o Teatro Municipal. Ao sul, o Largo São Francisco.



praça Ramos de Azevedo no detalhe do Mappa Topographico do Município de São Paulo - 1930 - São Paulo (Município) Sara Brasil S/A - folha 51/7



região da Bela Vista em detalhe do Mappa Topographico do Município de São Paulo - 1930 - São Paulo (Município) Sara Brasil S/A - folha 51/7



região do Anhangabaú em detalhe do
Mappa Topographico do Município
de São Paulo - 1930 - São Paulo
(Município) Sara Brasil S/A - folha 51/7

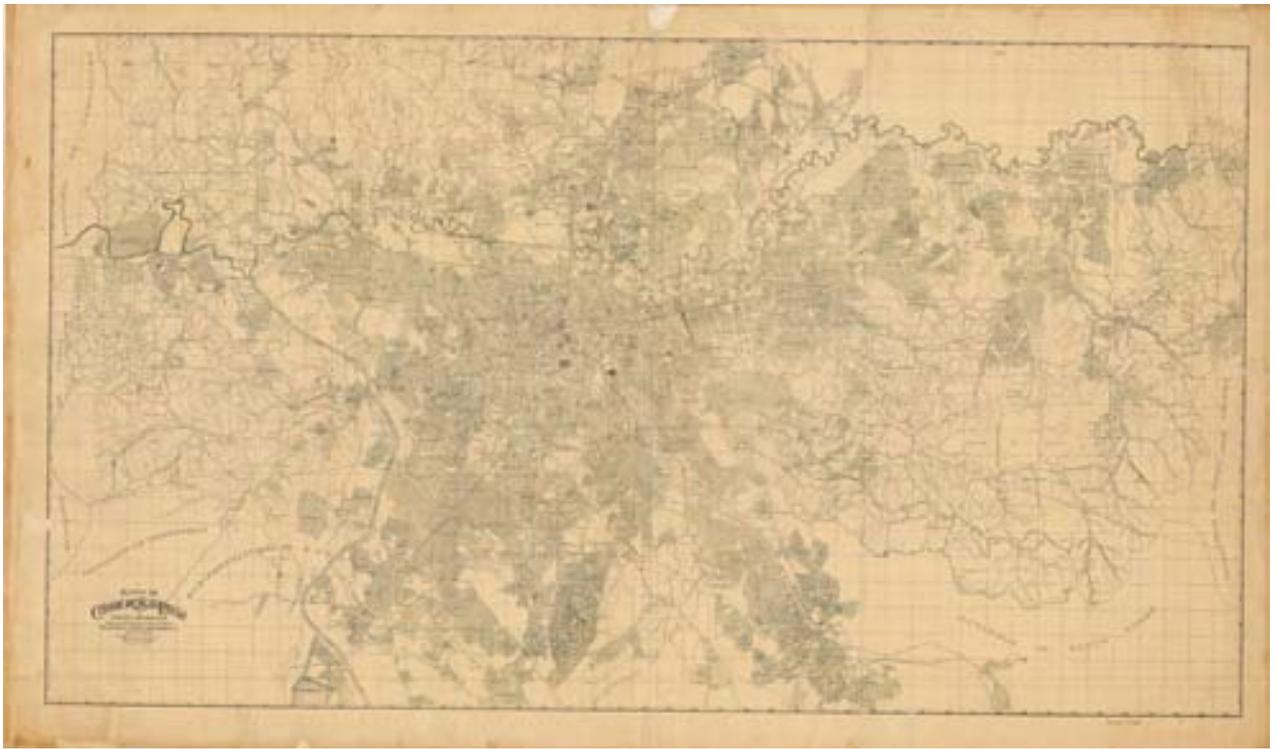
carimbo PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO
E
MUNICÍPIOS CIRCUMVIZINHOS
Organizada pela Repartição de Eletricidade da
THE SÃO PAULO TRAMWAY LIGHT & POWER CO. LTD.
ESCALA 1:50000
Electr. Dept.No. 10831
Janeiro de 1943

ano 1943
autor The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd. - Rep. de Eletricidade
escala 1:50.000
dimensão 60x99cm
impressão Ypiranga - S. Paulo
localização Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original)

escala gráfica



categoria/gênero institucional



PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO E MUNICÍPIOS CIRCUMVIZINHOS - 1943

THE SÃO PAULO TRAMWAY LIGHT & POWER CO. LTD.

REPARTIÇÃO DE ELETRICIDADE

Mapa preto e branco que mostra grande parte do município de São Paulo, principalmente zonas Oeste, Leste e Norte. Os arruamentos são representados em linhas pretas. Córregos e pequenos rios aparecem em linhas pretas finas. Os rios Tietê e Pinheiros, quando canalizados, são representados com linhas duplas nas margens do canal e, quando em estado natural, recebem grafismo em linhas pretas.

Não há distinção entre o que está ocupado ou apenas arruado. Isto faz com que a cidade pareça ter crescido muito com os loteamentos.

É nítida a tendência de o desenvolvimento urbano seguir as linhas de trem, mesmo com áreas não industriais. Para sudeste, na direção de Santo André, a S. Paulo Railway e cercada pelo Ypiranga, Villa Independência, Parque da Moóca, Villa Prudente e Villa Bela. Já em Santo André, a ferrovia é cercada por São Caetano, Villa Barcelona, Villa Metalúrgica, Utinga, Santa Terezinha, Campestre, Operário, Piratininga, entre outros, até o centro de Santo André. Para leste, a E. F. Central do Brasil conduz uma faixa de loteamentos entre a estrada de ferro e o rio Tietê, ao norte, desde a Penha até a Fazenda Itaim, no extremo leste do município. Esses loteamentos não se ligam entre si, e também não se ligam ao tecido da região central, retalhando essa região ainda com várias pequenas partes em branco, respeitando as propriedades das chácaras.

A porção sul da zona Leste aparece como um grande vazio, aproximadamente da estrada de ferro até a fronteira com Santo André e Mogi das Cruzes. As pequenas partes em que estes municípios aparecem, são representados em branco, com exceção da parte central de Santo André até sua ligação com São Paulo, ao longo da S. Paulo Railway.

A parte sul da cidade é mostrada apenas até a represa do Guarapiranga onde Santo Amaro aparece como subprefeitura.

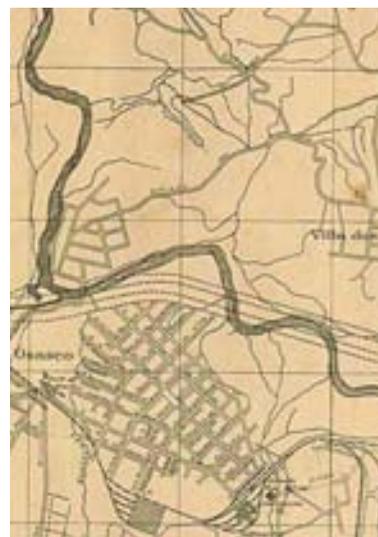
Fica claro que a intenção era representar apenas São Paulo, sem a subprefeitura de Santo Amaro. As partes dos outros municípios que não interessam são representadas em branco. Nessa parte sul da cidade, o desenvolvimento parece ter seguido na direção de Santo Amaro e Ypiranga.

Para oeste, até o rio Pinheiros, a cidade parece praticamente toda tomada, contrastando com a margem esquerda do rio, quase totalmente sem loteamentos. Isso mostra como até pouco tempo os rios eram um obstáculo para o crescimento da área urbana.

Ao redor do rio Pinheiros, que já aparece totalmente canalizado des-



região central no detalhe da Planta da Cidade de São Paulo e Municípios Circumvizinhos - 1943 - The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd. - Repartição de Eletricidade



região de Osasco em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo e Municípios Circumvizinhos - 1943 - The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd. - Repartição de Eletricidade



região do Parque Paulistano no detalhe da Planta da Cidade de São Paulo e Municípios Circumvizinhos - 1943 - The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd. - Repartição de Eletricidade



região de Santo Amaro em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo e Municípios Circumvizinhos - 1943 - The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd. - Repartição de Eletricidade

de a represa do Guarapiranga até a foz com o Tietê, existem diversos vazios correspondentes as várzeas recém saneadas pela companhia Light. Esses espaços em branco parecem ter resultado da retificação do rio. Vários loteamentos anteriores à retificação apenas prolongam suas ruas pelas várzeas até o rio.

Na região norte, a concentração de loteamentos acontece ao redor de Santana, onde a parte esquerda desta área aparece em branco. O rio Tietê, ao contrário do Pinheiros, ainda aparece quase totalmente em seu estado natural. A única parte canalizada está na região da foz do Tamanduateí, entre a Barra Funda e o Canindé. Da Barra Funda até Osasco, passando pela foz do Pinheiros, o canal aparece assinalado com linhas pontilhadas, sinalizando que ainda está apenas projetado. O mesmo acontece na parte entre o Canindé e Guarulhos.

Apesar de não existir legenda, o mapa respeita as convenções cartográficas e aparenta ser muito preciso e objetivo. Assim como o mapa de 1927 da Light, essa objetividade está diretamente relacionada aos interesses da companhia, que além de urbanizar a região do rio Pinheiros, monopolizava o transporte público por bondes e a distribuição de energia elétrica em toda a cidade de São Paulo.

A escala de 1:50.000 não permite que diversos elementos sejam representados, tornando-se um mapa extremamente reductor. Aparentemente, a escala determina o grau de abstração de um mapa. Essa escala está muito distante da escala do olho e do corpo humano. Todos os mapas são abstrações, mas um mapa na escala 1:1.000, por exemplo, coloca o usuário no espaço, e a relação com o espaço conhecido é imediata. É uma escala afetiva. Pode-se imaginar estar naquele lugar representado.

carimbo Mapa Falk
SÃO PAULO
Projeção hiperboloid com rede kilométrica
Escala 1:25000 - 1:40000
Patente dep. No. 56898.
editora
comp. melhoramentos de são paulo
Industrias de Papel
São Paulo - Caixa Postal 8120
1a. Edição 1951 Código No. 1358
Todos os direitos reservados por MARTIN LORENZ & CIA. LTDA.

ano 1951

autor Comp. Melhoramentos de São Paulo

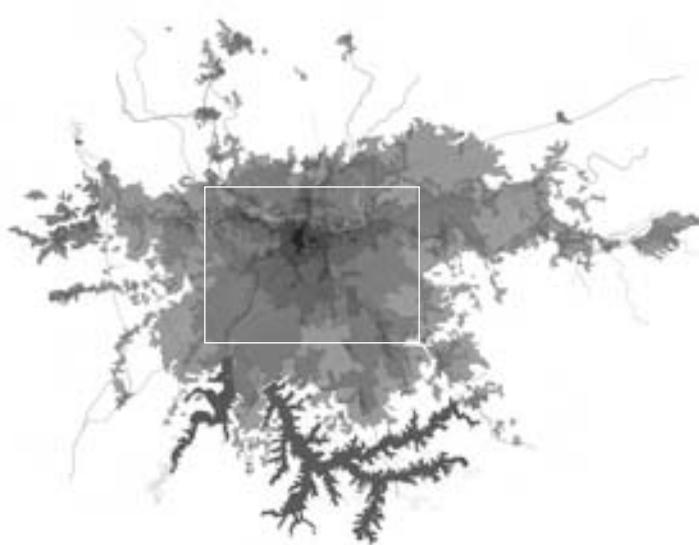
escala 1:25.000

dimensão 70x91cm

impressão Comp. Melhoramentos de São Paulo

localização Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original) / Biblioteca da FFLCH-USP Florestan Fernandes (exemplar original)

escala gráfica



categoria/gênero turístico



SÃO PAULO - 1951 - COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO⁴³

Trata-se de um mapa colorido e impresso. Os arruamentos são representados com linhas cinzas e os leitos da via em branco. O interior das quadras são representados em cinza claro sólido. Todas as demais áreas que não tem arruamento são representadas com verde claro sólido. Como o cinza claro do interior das quadras é generalizado e está presente em todas as quadras, entende-se que não existe distinção entre o que está ocupado ou apenas arruado, entretanto, há distinção entre urbanizado e não urbanizado. Como a destinação deste mapa é ser utilizado como um localizador ilustrativo, uma das características dos mapas impressos em escala industrial, além de mostrar apenas uma pequena parte do município, quando pretende mostrar tudo o que “interessa” da cidade, as ruas são representadas sempre com a mesma largura distorcendo muito a proporção das quadras. Como o importante aqui é a localização das vias, essas proporções são preteridas.

Algumas vias são representadas em amarelo e são mais largas do que outras ruas. São vias mais importantes, ou o mapa induz a esse entendimento. Em sua maioria, são as vias que conectam o centro da cidade aos bairros e aos outros municípios, como as avenidas Celso Garcia, do Estado, Vergueiro, Brigadeiro Luis Antonio, Nove de Julho, Consolação, São João e Tiradentes, e outras perimetrais como as avenidas Paulista, Brasil, Angélica, Pacaembu e Pompéia.

Os parques como o do Estado e do Ibirapuera são representados em verde-escuro. Há uma legenda no carimbo que indica as “artérias” principais, linhas de bonde e ônibus entre outros equipamentos.

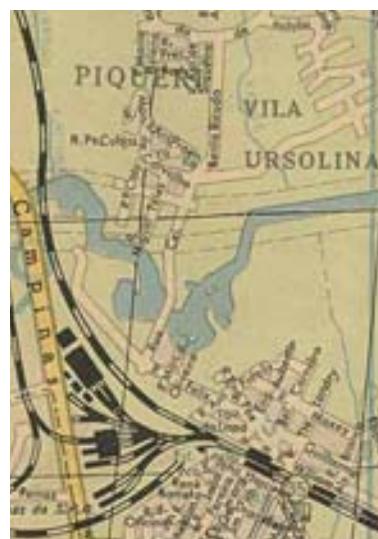
Os rios são representados em azul. O Pinheiros aparece já todo canalizado, enquanto o Tietê apenas da foz do Pinheiros ao Canindé.

As linhas de trem recebem destaque com linhas pretas e grossas.

Há um contraste muito grande entre o que esta ou não urbanizado. Normalmente, áreas não urbanizadas são deixadas em branco, mas

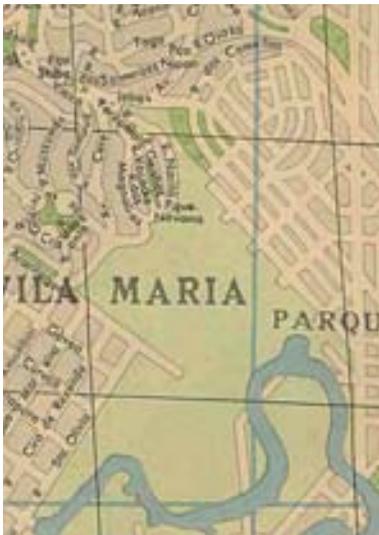


região central em detalhe da planta São Paulo - 1951 - Companhia Melhoramentos de São Paulo



região do Piqueri em detalhe da planta São Paulo - 1951 - Companhia Melhoramentos de São Paulo

43 Segundo Perrone e Emídio (2009) “em 1890, Antonio Prost Rodovalho produziu em Caieiras, interior de São Paulo, o primeiro papel industrializado do Brasil. No mesmo ano Rodovalho fundou a “Companhia Melhoramentos de São Paulo”, com recursos liberados pelo governo para empresas comprometidas com a melhoria da infra-estrutura urbana. Em 1920, a Melhoramentos foi vendida, e incorporou a editora “Weiszflog Irmãos Estabelecimentos Gráficos”. A partir daí, a empresa revolucionou o conceito editorial, com o lançamento de cartilhas escolares, atlas geográficos, e cadernos em espiral, sendo, em 1946 responsável pela utilização da primeira celulose de eucalipto brasileira, para a produção de papéis nobres e para imprimir. Como parte das comemorações do IV Centenário de São Paulo, publicou nos anos 1950, diversificado material cartográfico, sob a coordenação de Osvaldo Nascimento.”



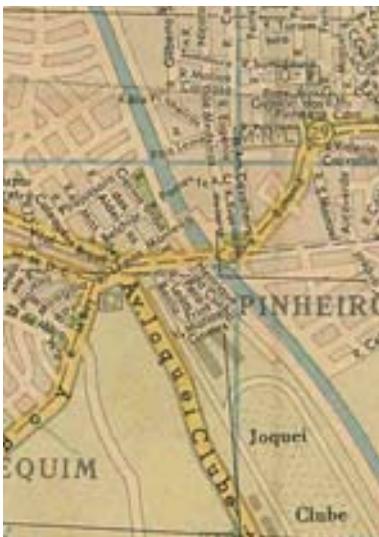
região da Vila Maria em detalhe da
planta São Paulo - 1951 - Companhia
Melhoramentos de São Paulo

aqui receberam o verde claro sólido. Essas áreas são maiores na zona Leste na região do Aricanduva; na zona sul perto da divisa com Santo André e São Bernardo; a oeste somente depois do rio Pinheiros e ao norte, principalmente na várzea da margem direita do Tietê.

Esse mapa não parece ser muito confiável, justamente pela distorção promovida nas vias e todas as cores utilizadas que dão um caráter ilustrativo ao mapa. Provavelmente, é mais preciso que vários mapas anteriores. Entretanto, não parece ser tão convincente quanto o Sara Brasil, de 1930, por exemplo, mesmo sendo ambos muito coloridos.

É importante lembrar que mapas impressos em escala tinham maior abrangência, eram utilizados por muito mais pessoas.

Não há representação da topografia.



região de Pinheiros em detalhe da
planta São Paulo - 1951 - Companhia
Melhoramentos de São Paulo

carimbo MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO EXECUTADO
POR VASP AEROFOTOGRAMETRIA S. A. E SERVIÇOS
AEROFOTOGRAMÉTRICOS CRUZEIRO DO SUL S. A.
FOTOGRAFIAS TOMADAS EM JANEIRO DE 1954
AUTORIZADO PELA LEI N.O 4104/51
INICIADO NA GESTÃO DO PREFEITO
ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA
1952 1957
FOLHA 10

ano 1954

autor Comp. Melhoramentos de São Paulo

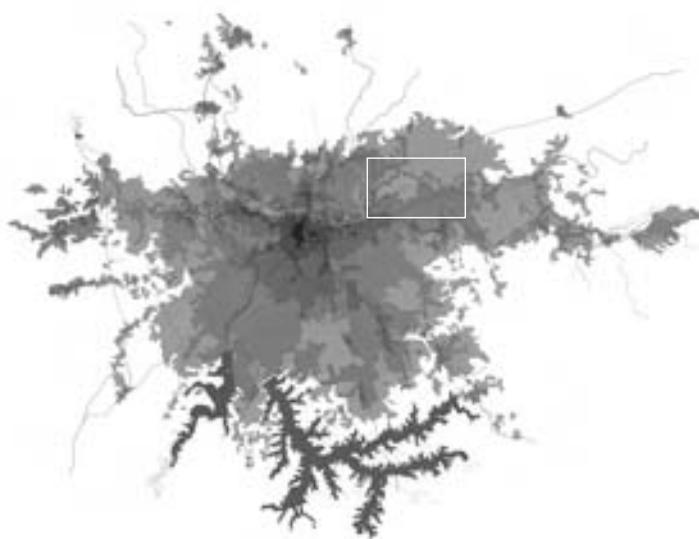
escala 1:10.000

dimensão 110x77cm

impressão impressão colorida

localização Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo (exemplares originais) / Biblioteca da FAUUSP (conjunto completo de exemplares originais)

escala gráfica



categoria/gênero cadastral

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1954 - SÃO PAULO - MUNICÍPIO

VASP S.A. E CRUZEIRO DO SUL S.A.⁴⁴ - FOLHA 10

Essa folha é parte de um conjunto de 38 folhas do levantamento aerofotogramétrico realizado por VASP S/A e Cruzeiro do Sul S/A durante a gestão de Armando de Arruda Pereira entre 1952 e 1959.

Mapa impresso e em cores. Os arruamentos são representados com linhas pretas finas. As áreas edificadas são representadas por sólidos cinzas sem contorno nem definição das edificações, apenas das massas construídas e os vazios nos miolos de quadra.

Os rios e áreas alagadas são representados com padrão gráfico azul. O mesmo padrão gráfico é aplicado nos jardins e áreas verdes mas na cor verde.

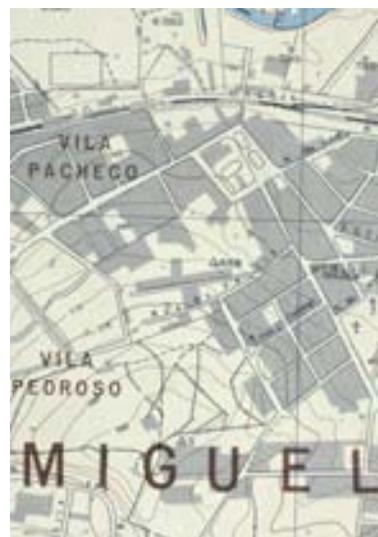
Os nomes de bairros são marrons e os de logradouros são pretos. A topografia é representada com curvas de nível na cor marrom, de 5 em 5 metros.

Todos os elementos representados no mapa são convencionados. Há uma tabela de convenções no canto superior direito da folha e uma quadrícula de 1 km.

Se comparado aos mapas do levantamento de 1930, realizado por Sara Brasil, esse mapa é evidentemente mais técnico. Entretanto, ainda mantém uma expressividade artística característica dos mapas manuscritos.

Vê-se claramente que todos os padrões foram impressos por uma máquina, mas o contraste em cores existente entre áreas edificadas e não edificadas e o destaque dado às áreas verdes e rios conferem ao mapa uma aparência menos técnica, mais próxima dos artefatos artísticos.

44 Segundo Perrone e Emídio (2009) “na gestão do Prefeito Armando Arruda Pereira (1951-1953), a lei nº 4.104/51 autorizava a realização de novo levantamento aerofotogramétrico de São Paulo, por meio de cartas cartográficas elaboradas a partir de fotografias aéreas tomadas verticalmente com câmaras métricas. Em 1954, no governo Jânio Quadros, o consórcio Vasp Aerofotogrametria S/A e os Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A efetuaram o “vôo do IV Centenário” ou seja, o mapeamento da cidade, em escala 1:2000, hoje conhecido como Vasp/Cruzeiro. Este material cartográfico integrou, posteriormente, o acervo da TerraFoto S/A Atividades de Aerolevantamentos, empresa vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, que em 1952 passou a atuar no mercado de aerofotogrametria.”



região de São Miguel Paulista em detalhe da planta Município de São Paulo - 1954 - São Paulo - Município - Vasp S.A. e Cruzeiro do Sul S.A. folha 10.



região de Guarulhos em detalhe da planta Município de São Paulo - 1954 - São Paulo - Município - Vasp S.A. e Cruzeiro do Sul S.A. folha 10.



região da Penha em detalhe da planta
Município de São Paulo - 1954 - São
Paulo - Município - Vasp S.A. e Cruzeiro
do Sul S.A. folha 10.

carimbo MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO EXECUTADO
POR VASP AEROFOTOGRAMETRIA S. A. E SERVIÇOS
AEROFOTOGRAMÉTRICOS CRUZEIRO DO SUL S. A.
FOTOGRAFIAS TOMADAS EM JANEIRO DE 1954
AUTORIZADO PELA LEI N.O 4104/51
INICIADO NA GESTÃO DO PREFEITO
ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA
1952 1957
FOLHA 16

ano 1954

autor Comp. Melhoramentos de São Paulo

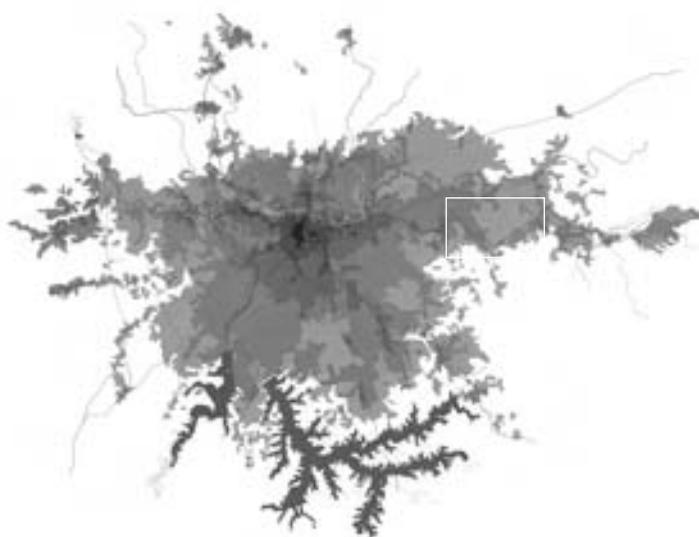
escala 1:10.000

dimensão 110x77cm

impressão impressão colorida

localização Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo (exemplares originais) / Biblioteca da FAUUSP (conjunto completo de exemplares originais)

escala gráfica



categoria/gênero cadastral

**MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1954 - SÃO PAULO - MUNICÍPIO
VASP S.A. E CRUZEIRO DO SUL S.A. - FOLHA 16**

Essa folha é parte de um conjunto de 38 folhas do levantamento aerofotogramétrico realizado por VASP S/A e Cruzeiro do Sul S/A durante a gestão de Armando de Arruda Pereira entre 1952 e 1959.

A folha mostra a extremidade da área do município de São Paulo. Trata-se da fronteira entre o município de São Paulo e os municípios de Poá e Ferraz de Vasconcelos, na região de Guaianazes e São Miguel Paulista. Mesmo não fazendo parte da área de interesse do conjunto, parte dos municípios vizinhos que aparecem são representados exatamente da mesma forma que o município de São Paulo.

É interessante notar como a Estrada de Ferro Central do Brasil, que cruza a folha de oeste para leste, aparece mais que as próprias fronteiras municipais, que em alguns pontos são, inclusive, interrompidas.

Essa região é muito pouco ocupada, sendo representada com “vazios” onde predominam as curvas de nível. O que mais aparece são as curvas de nível, e os retalhos pintados de verde, representando a vegetação.

Não há clareza na representação de lotes sendo que, às vezes, aparecem, às vezes, não.

Há maior densidade de ocupação nas proximidades das estações da E.F. Central do Brasil, como nas estações de Guaianazes, Ferraz de Vasconcelos e Poá.

Nesse tipo de representação, sempre predominam as curvas de nível quando não há ocupação por edifícios. O que em outros mapas era representado em branco, aqui, aparece representado pelas curvas.



região de Ferraz de Vasconcelos em detalhe da planta Município de São Paulo - 1954 - São Paulo - Município - Vasp S.A. e Cruzeiro do Sul S.A. folha 16.



região de Guaianazes em detalhe da planta Município de São Paulo - 1954 - São Paulo - Município - Vasp S.A. e Cruzeiro do Sul S.A. folha 16.



região de Poá em detalhe da planta
Município de São Paulo - 1954 - São
Paulo - Município - Vasp S.A. e Cruzeiro
do Sul S.A. folha 16.

carimbo MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO EXECUTADO
POR VASP AEROFOTOGRAMETRIA S. A. E SERVIÇOS
AEROFOTOGRAMÉTRICOS CRUZEIRO DO SUL S. A.
FOTOGRAFIAS TOMADAS EM JANEIRO DE 1954
AUTORIZADO PELA LEI N.O 4104/51
INICIADO NA GESTÃO DO PREFEITO
ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA
1952 1957
FOLHA 13-15

ano 1954

autor Comp. Melhoramentos de São Paulo

escala 1:2.000

dimensão 110x77cm

impressão impressão colorida

localização Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo (exemplares
originais) / Biblioteca da FAUUSP (conjunto completo de exemplares originais)

escala gráfica



categoria/gênero cadastral



MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1954 - SÃO PAULO - MUNICÍPIO

VASP S.A. E CRUZEIRO DO SUL S.A. - FOLHA 13-15

Essa folha é parte de um conjunto de 364 folhas do levantamento aerofotogramétrico realizado por VASP S/A e Cruzeiro do Sul S/A durante a gestão de Armando de Arruda Pereira entre 1952 e 1959.

Mapa impresso em cores. As águas são representadas em azul e os jardins em verde. Os arruamentos são representados por linhas pontilhadas que representam meio-fio. As calçadas são representadas pelos limites das edificações e pela linha do meio-fio.

As edificações são representadas pelos contornos com linhas pretas grossas. Esses edifícios não têm preenchimento com cor sólida. As únicas cores presentes no mapa são pequenas partes onde há espelhos d'água ou jardins. Os trilhos são linhas duplas.

A topografia é representada por curvas de nível na cor marrom.

Todas as edificações governamentais, religiosas ou civis são representadas da mesma maneira, sem destaque para qualquer tipo de edifício. Somente as igrejas e edifícios religiosos recebem uma cruz quase imperceptível.

É uma representação muito próxima do “estritamente científico”. Trata-se de um mapa laico.

Ainda existe cor no mapa. O que será suprimido pelos mapas do levantamento aerofotogramétrico do GEGRAN. O fato de ainda haver cor na representação cartográfica guarda um resquício dos mapas anteriores, como o Sara Brasil, cuja aparência se aproxima muito do campo da arte.

A cidade parece homogênea e fragmentada.



região de Campos Elísios em detalhe da planta Município de São Paulo - 1954 - São Paulo - Município - Vasp S.A. e Cruzeiro do Sul S.A. folha 16.



praça da República em detalhe da planta Município de São Paulo - 1954 - São Paulo - Município - Vasp S.A. e Cruzeiro do Sul S.A. folha 16.

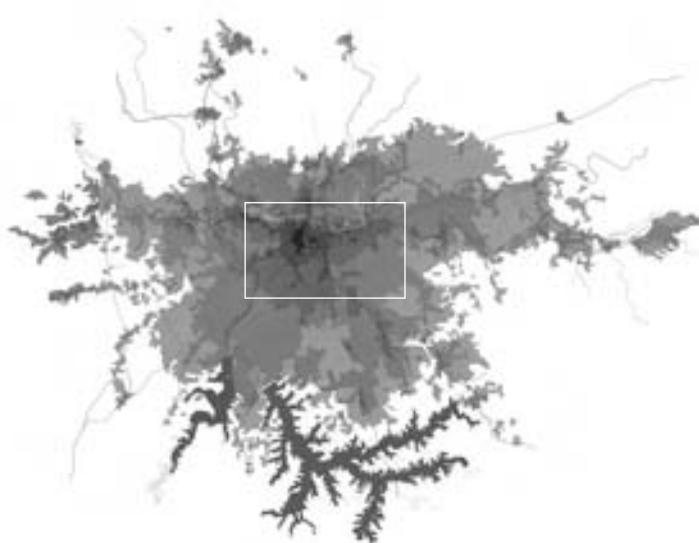


região de Campos Elísios em detalhe da
planta Município de São Paulo - 1954
- São Paulo - Município - Vasp S.A. e
Cruzeiro do Sul S.A. folha 16.

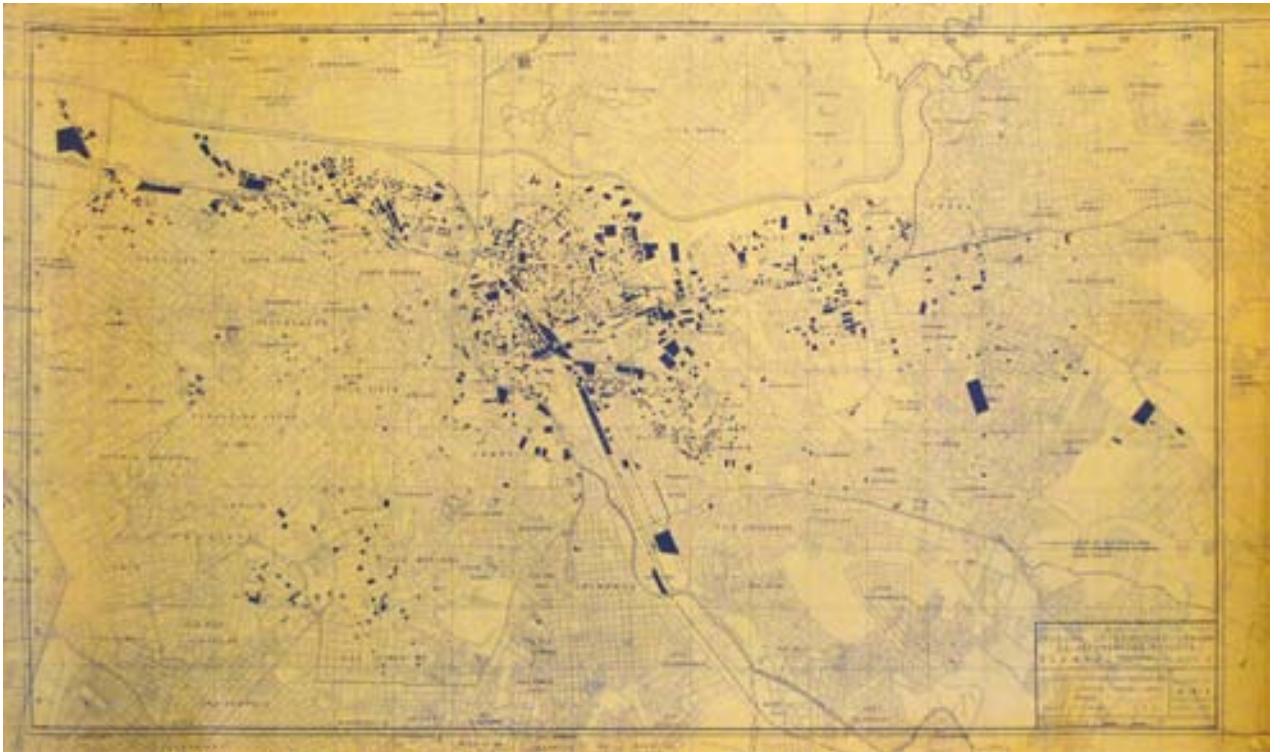
carimbo Prefeitura do Município de São Paulo
Pesquisa da Estrutura Urbana
da Aglomeração Paulista
SAGMACS C.P.U.
Assunto: Localização dos Terrenos
de Indústria - Centro - Braz
Mooca
Fonte: SAGMACS C.P.U.
PLANTA nro. B-14.4
data 1957

ano 1957
autor SAGMACS
escala 1:25.000
dimensão 90x60cm
impressão reprodução heliográfica
localização Biblioteca da FAUUSP Pós-Graduação

escala gráfica



categoria/gênero institucional



PESQUISA DA ESTRUTURA URBANA DA AGLOMERAÇÃO PAULISTA - 1957

SAGMACS - FOLHA B-14.4

Esse mapa é parte da pesquisa realizada pela SAGMACS sobre a cidade de São Paulo, em 1956, para a realização de um plano urbanístico para a aglomeração paulista. Faz parte de um grande conjunto de mapas realizados pela pesquisa.

O mapa mostra a cidade de São Paulo mas não totalmente. A área do centro da cidade e seus bairros próximos é que aparecem em destaque.

O rio Tietê, já canalizado, aparece da Freguesia do Ó até o início do Parque Ecológico. O rio Tamanduateí aparece somente até a Vila Prosperidade, ao sul, e o rio Pinheiros aparece somente em um pequeno trecho à esquerda entre os bairros de Cidade Jardim e Itaim.

A área urbanizada aparece até o bairro do Carandiru, ao norte, e o Ipiranga, ao sul; a oeste, até a Vila Madalena, e, a leste, até a Vila Matilde. Esse mapa não representa, portanto, toda a área urbanizada da cidade em 1957.

Ao norte aparece o “vazio” do Campo de Marte e várias áreas da várzea do Tietê ainda não loteadas, como a região da Coroa, a da ponte do Tatuapé e as áreas próximas ao Parque Novo Mundo, já nas proximidades do “Parque Ecológico”, onde o rio não está retificado e canalizado. Parte da Barra Funda também não está ocupada entre o canal do Tietê e a estrada de ferro Santos-Jundiaí. A sudeste, aparecem mais vazios nos arredores do Carrão, Sapopemba, Vila Ema e Jardim Independência. Ao sul, domina o reticulado do bairro do Ipiranga e aparece uma área representada em branco entre a Vila Heliópolis e o bairro da Ponte, já em Santo André.

Aparece também um vazio na margem direita do canal do rio Pinheiros entre o bairro de Pinheiros e Cidade Monções. A margem esquerda, nesse curto trecho representado do rio Pinheiros, aparece urbanizada.

A zona oeste, segundo essa imagem, é nitidamente mais ocupada que as zonas norte e leste. A zona leste aparece representada com várias áreas em branco, indicando a presença de vazios ou áreas não ocupadas.

A cidade é representada pelos arruamentos em linhas simples e quadras sem lotes. Assim não é possível determinar se uma área está ocupada ou apenas loteada. Os rios e as estradas de ferro também são representadas.

A topografia não foi representada nesse mapa.

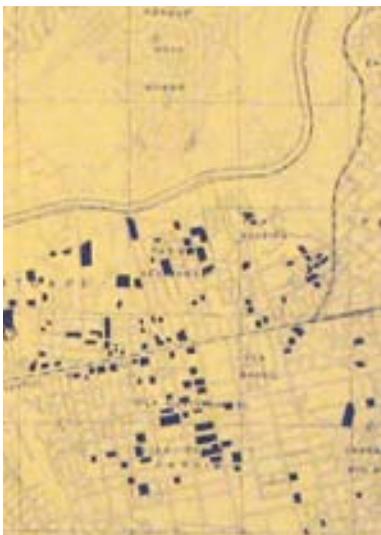
Os lotes somente aparecem destacados com hachura quando se trata de lotes de uso industrial, tema do mapa. Por esse motivo é pos-



região central em detalhe da planta Pesquisa da Estrutura Urbana da Aglomeração Paulista - 1957 - SAGMACS - folha B-14.4



região de Santa Cecília em detalhe da planta Pesquisa da Estrutura Urbana da Aglomeração Paulista - 1957 - SAGMACS - folha B-14.4



região do Tatuapé em detalhe da planta Pesquisa da Estrutura Urbana da Aglomeração Paulista - 1957 - SAGMACS - folha B-14.4

sível ter uma visão da ocupação industrial da área representada. Nesse sentido esse mapa é extremamente eficaz pois todas as áreas com esse uso se destacam e percebe-se que há maior incidência desse uso na região central e na Barra Funda, nas proximidades da estrada de ferro Santos-Jundiaí e, a leste, nos arredores da estrada de ferro Central do Brasil até a região do Tatuapé. Outra pequena aglomeração de lotes de uso industrial aparece no bairro do Alto da Moóca e muito dispersadamente nas imediações da Vila Mariana.

Uma linha pontilhada delimita a área de interesse representada nessa folha, consta na legenda: “limite da zona para a qual estão apre-setados os dados nesta planta”.

Não é possível determinar se as áreas representadas em branco são áreas não ocupadas, não loteadas ou áreas de ocupação irregular.



região do Ipiranga em detalhe da planta Pesquisa da Estrutura Urbana da Aglomeração Paulista - 1957 - SAGMACS - folha B-14.4

carimbo GEGRAN
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
SISTEMA CARTOGRÁFICO METROPOLITANO DA
GRANDE SÃO PAULO ESC 1/2000
LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO
PROJEÇÃO TRANSVERSA DE MERCATOR
MERIDIANO CENTRAL 45°
CONSÓRCIO VASP CRUZEIRO PROSPEC GEOFOTO AEROMAPA
ATUALIZAÇÃO DO VÔO SET./74

ano 1972

autor Gegran - Grupo Executivo da Grande São Paulo

escala 1:2.000

dimensão 90x70cm

impressão impressão

localização Biblioteca da FAUUSP (conjunto completo de exemplares originais)

escala gráfica



categoria/gênero cadastral



GEGRAN

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

SISTEMA CARTOGRAFICO METROPOLITANO DA
GRANDE SÃO PAULO



1:50.000
CARTOGRAFIA DE AEROFOTOGRAFIA
PROJECÇÃO: UTM - ZONA 18S - DATUM: S. 56

LEGENDA

[Symbol]	Autoestrada
[Symbol]	Rodovia
[Symbol]	Av. Principal
[Symbol]	Av. Secundária
[Symbol]	Av. Terciária
[Symbol]	Av. Quarta
[Symbol]	Av. Quinta
[Symbol]	Av. Sexta
[Symbol]	Av. Sétima
[Symbol]	Av. Oitava
[Symbol]	Av. Nona
[Symbol]	Av. Décima
[Symbol]	Av. Undécima
[Symbol]	Av. Duodécima
[Symbol]	Av. Treze
[Symbol]	Av. Quatorze
[Symbol]	Av. Quinze
[Symbol]	Av. Dezesseis
[Symbol]	Av. Dezessete
[Symbol]	Av. Dezoito
[Symbol]	Av. Dezanove
[Symbol]	Av. Vinte
[Symbol]	Av. Vinte e Um
[Symbol]	Av. Vinte e Dois
[Symbol]	Av. Vinte e Três
[Symbol]	Av. Vinte e Quatro
[Symbol]	Av. Vinte e Cinco
[Symbol]	Av. Vinte e Seis
[Symbol]	Av. Vinte e Sete
[Symbol]	Av. Vinte e Oito
[Symbol]	Av. Vinte e Nove
[Symbol]	Av. Trinta
[Symbol]	Av. Trinta e Um
[Symbol]	Av. Trinta e Dois
[Symbol]	Av. Trinta e Três
[Symbol]	Av. Trinta e Quatro
[Symbol]	Av. Trinta e Cinco
[Symbol]	Av. Trinta e Seis
[Symbol]	Av. Trinta e Sete
[Symbol]	Av. Trinta e Oito
[Symbol]	Av. Trinta e Nove
[Symbol]	Av. Quarenta
[Symbol]	Av. Quarenta e Um
[Symbol]	Av. Quarenta e Dois
[Symbol]	Av. Quarenta e Três
[Symbol]	Av. Quarenta e Quatro
[Symbol]	Av. Quarenta e Cinco
[Symbol]	Av. Quarenta e Seis
[Symbol]	Av. Quarenta e Sete
[Symbol]	Av. Quarenta e Oito
[Symbol]	Av. Quarenta e Nove
[Symbol]	Av. Cinquenta
[Symbol]	Av. Cinquenta e Um
[Symbol]	Av. Cinquenta e Dois
[Symbol]	Av. Cinquenta e Três
[Symbol]	Av. Cinquenta e Quatro
[Symbol]	Av. Cinquenta e Cinco
[Symbol]	Av. Cinquenta e Seis
[Symbol]	Av. Cinquenta e Sete
[Symbol]	Av. Cinquenta e Oito
[Symbol]	Av. Cinquenta e Nove
[Symbol]	Av. Sesenta
[Symbol]	Av. Sesenta e Um
[Symbol]	Av. Sesenta e Dois
[Symbol]	Av. Sesenta e Três
[Symbol]	Av. Sesenta e Quatro
[Symbol]	Av. Sesenta e Cinco
[Symbol]	Av. Sesenta e Seis
[Symbol]	Av. Sesenta e Sete
[Symbol]	Av. Sesenta e Oito
[Symbol]	Av. Sesenta e Nove
[Symbol]	Av. Setenta
[Symbol]	Av. Setenta e Um
[Symbol]	Av. Setenta e Dois
[Symbol]	Av. Setenta e Três
[Symbol]	Av. Setenta e Quatro
[Symbol]	Av. Setenta e Cinco
[Symbol]	Av. Setenta e Seis
[Symbol]	Av. Setenta e Sete
[Symbol]	Av. Setenta e Oito
[Symbol]	Av. Setenta e Nove
[Symbol]	Av. Oitenta
[Symbol]	Av. Oitenta e Um
[Symbol]	Av. Oitenta e Dois
[Symbol]	Av. Oitenta e Três
[Symbol]	Av. Oitenta e Quatro
[Symbol]	Av. Oitenta e Cinco
[Symbol]	Av. Oitenta e Seis
[Symbol]	Av. Oitenta e Sete
[Symbol]	Av. Oitenta e Oito
[Symbol]	Av. Oitenta e Nove
[Symbol]	Av. Noventa
[Symbol]	Av. Noventa e Um
[Symbol]	Av. Noventa e Dois
[Symbol]	Av. Noventa e Três
[Symbol]	Av. Noventa e Quatro
[Symbol]	Av. Noventa e Cinco
[Symbol]	Av. Noventa e Seis
[Symbol]	Av. Noventa e Sete
[Symbol]	Av. Noventa e Oito
[Symbol]	Av. Noventa e Nove
[Symbol]	Av. Cento

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
CARTOGRAFIA DE AEROFOTOGRAFIA
PROJECÇÃO: UTM - ZONA 18S - DATUM: S. 56



1:50.000

GEGRAN - 1972 - GEGRAN⁴⁵ - FOLHA 139/23

Essa folha faz parte de um conjunto de mapas que é produto do levantamento aerofotogramétrico conhecido como GEGRAN.

Trata-se de um mapa em preto e branco em que os arruamentos são representados em linhas pretas pontilhadas. As edificações são representadas por seus contornos com linhas pretas, enquanto que os lotes aparecem em linhas pretas muito finas.

Não há destaque para qualquer edifício, como é comum em outros mapas. Aqui, estes edifícios são apenas nomeados. Edifícios como igrejas, tribunais, secretarias, escolas e estacionamentos.

A topografia é representada por curvas de nível de 1 em 1 metro.

Há distinção entre áreas ocupadas e áreas somente arruadas, mostrada com muita sutileza.

O mapa parece ser muito homogêneo. Tudo é representado por linhas, não havendo preenchimentos sólidos. A impressão é de que se trata de um mapa totalmente mecânico, feito por uma máquina, já que não se vê a marca da mão do homem. Entretanto, sabe-se que, no processo aerofotogramétrico, uma das etapas mais importantes é a fotointerpretação, que é o momento no qual se decide o que vai e o que não vai para o mapa. Esse processo é totalmente baseado no que o olho humano vê. Entretanto, esse tipo de representação não transparece esta importante informação.

Aparentemente, de alguma forma este mapa previu a cartografia digital, ao menos na aparência dos produtos.

O mapa parece ser muito confiável e preciso, normatizado e hierarquizado, extremamente técnico e objetivo. Talvez esse seja o máximo de objetividade que um mapa pode atingir antes da cartografia digital. O mapa limita-se em representar a cidade como sendo apenas edificações, lotes, arruamentos e topografia. Os jardins, que tanto se destacavam no levantamento aerofotogramétrico anterior, foram suprimidos.

O carimbo ocupa grande parte da folha com diversas informações técnicas como a inclinação entre norte geográfico e o norte magnético, data do voo, tipo de projeção, convenções e articulação das folhas. O título é extremamente sóbrio, escrito com fontes não serifadas e sem brasões estatais.

Essa folha mostra a região da Sé e do Parque D. Pedro II. O parque já é o sistema de anéis viários que cruzam o rio Tamanduateí que se vê



região central em detalhe do Gegrans - 1972 - Gegrans
folha 139/23



região do Parque D. Pedro II em detalhe do Gegrans - 1972 - Gegrans
folha 139/23

45 GEGRAN, Grupo Executivo da Grande São Paulo (atual Empresa de Planejamento da Grande São Paulo - EEMPLASA), órgão subordinado à Secretaria de Planejamento e que foi responsável pela elaboração do Sistema Cartográfico Metropolitano publicado em 1972. Foram realizados vôos aerofotogramétricos até a década de 80.



região do Parque D. Pedro II em detalhe
do Gegrans - 1972 - Gegrans
folha 139/23

hoje na cidade.

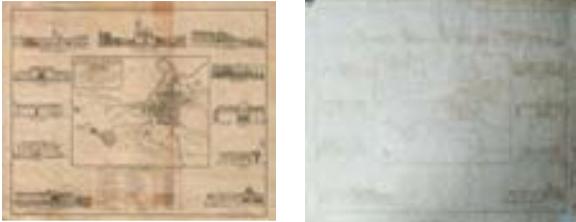
Uma observação mais atenta pode notar uma diferença morfológica de “tempos” de urbanização presente nessa folha. Na região da Sé a ocupação densa do traçado viário secular contrasta com a ocupação industrial de galpões típica de meados do século XX. Esse tipo de representação homogeniza essas diferenças, tão visíveis no espaço, amenizando essa distinção e fazendo parecer que são ocupações similares.

Tudo é representado por linhas.



região do Parque D. Pedro II em detalhe
do Gegrans - 1972 - Gegrans
folha 139/23

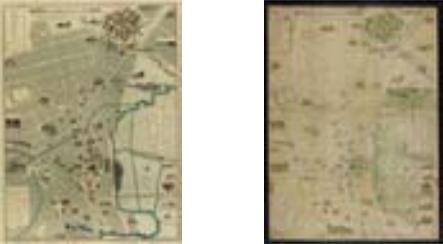
lista dos mapas localizados

	1765 1774	desconhecido
	1765 1775	Cel. José Custódio de Sá e Faria (atribuição)
	1800	desconhecido
	1810	Rufino José Felizardo e Costa
	1810	Rufino José Felizardo e Costa
	1810	Carlos Abraão Bresser Karl Abraham Bresser (atribuição)

	(aprox:)	?[PLANTA DA IMPERIAL CIDADE DE SÃO PAULO]	Original pertencente ao Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro
manuscrito	58x74,5cm	DEZENHO POR ÍDEA DA CIDADE DE SÃO PAULO	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (original manuscrito)
	(aprox:)	?[PARTE DA CIDADE DE S PAULO]	Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores - Itamarati - Rio de Janeiro
manuscrito	gráfica (13.000)	PLANTA DA CIDADE DE S PAULO Situada em 230,33',30". de Latitude Sul e em 3310,24',30" de Longitude pelo Meridiano da Ilha de Ferro: Var. da Agulha 70,15', NE. e levantada em 1810 pelo Engenheiro Rufino José Felizardo e Costa	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (original manuscrito) / Museu Paulista da Universidade de São Paulo (cópia) / Comissão do IV Centenário (reprodução)
manuscrito	gráfica (aprox:)	PLANTA DA IMPERIAL CIDADE DE S. PAULO Levantada em 1810 pelo Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa e copiada em 1841 com todas as alterações Lat. Sul. - 230,33',30" Long. pelo Meridiano da Ilha do Ferro 331',24',30	
manuscrito	gráfica (11.000) 23x30cm (50x60cm)	PLANTA DA IMPERIAL CIDADE DE S. PAULO Levantada em 1810 pelo Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa e copiada em 1841 com todas as alterações Lat. Sul. - 230,33',30" Long. pelo Meridiano da Ilha do Ferro 331',24',30	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (original manuscrito) / Comissão do IV Centenário (reprodução)

		1841	Carlos Abraão Bresser Karl Abraham Bresser
		1842	José Jacques da Costa Ourique
		1844 1847	Carlos Abraão Bresser Karl Abraham Bresser
		1844 1847	Carlos Abraão Bresser
		1855	Carlos Rath
		1868	Carlos Rath (atribuição)

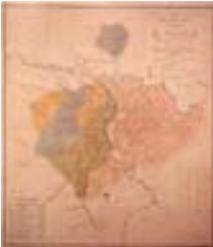
cópia heliográfica	gráfica (1:5.100) 87x74cm	PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO Por C. A. Bresser 1841 Esta planta foi copiada de uma cópia do original do Archivo do Escritorio da Engenharia da São Paulo Railway em 29.5.1918 W. J. Sheldon Engenheiro Chefe Copied from Original 1861	Museu Paulista da Universidade de São Paulo (cópia) / Arquivo Público do Estado de São Paulo (cópia heliográfica) / Comissão do IV Centenário (reprodução)
	gráfica (aprox:)	Anno de 1842 CARTA DA CAPITAL DE SÃO PAULO O Exmo Snr' Barão de Caxias mandou executar pelo Engenheiro da Columna José Jacques da Costa Ourique Fortificador da Capital	Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro (original) / Museu Paulista da Universidade de São Paulo (cópia) / Comissão do IV Centenário (reprodução)
manuscrito	gráfica em palmos (1:6.000) 61,5x76,5cm	MAPPA DA CIDADE DE SÃO PAULO e seus SUBURBIOS Feito por Ordem do Ex.mo S.r Prez.te o Marechal de Campo Manoel da Fonseca Lima e Silva Pelo Engenheiro Civil C. A. Bresser	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (original manuscrito) / Comissão do IV Centenário (reprodução)
manuscrito	gráfica em palmos (1:6.000) 63,5x82cm	MAPPA DA CIDADE de SÃO PAULO oferecido A SUA MAGESTADE O IMPERADOR pelo Presidente da provincia Manoel da Fonseca Lima e Silva Feito pelo Engº Civil C. A. Bresser	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (original manuscrito)
manuscrito	gráfica (aprox:)	MAPPA DA IMPERIAL CIDADE DE S. PAULO Levantada particularmente para os meus servisas (sic) geodésicos e hidráulicas / a Carlos Rath 1855	Museu Paulista da Universidade de São Paulo (original) / Comissão do IV Centenário (reprodução)
manuscrito	gráfica (aprox:)	PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO 1968	Biblioteca Municipal Mário de Andrade (cópia) / Comissão do IV Centenário (reprodução)

	1877	Rufino José Felizardo e Costa
	1877	Fernando de Albuquerque e Carlos Rath
	1877	Fernando de Albuquerque e Jules Martin
	1881	Jules Martin
	1881	
	1881	Companhia Cantareira e Esgotos

		?[MAPPA DA VILLA E RIO DE SANTO AMARO]	Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro
Imp. Lith de Jules Martin R. de S. Bento, 37 S. Paulo	gráfica em metros (1:4.000) 10,5x10,5cm	MAPPA TOPOGRAPHICO da Cidade de SÃO PAULO DELINEADO confe.º F. Albuquerque e C. Rath por ABILIO A. S. MARQUES 1877	Biblioteca Nacional do Rio Janeiro (exemplar original)
desenhada e lithographada por Jules Martin redigida pelo eng. F de Albuquerque	1:4.000 52x72cm	MAPPA DA CAPITAL DA P ^{cia} DE S. PAULO seos Edificios publicos. Hoteis, Linhas ferreas, Igrejas Bonds Passeios, etc. publicado por Frdo de Albuquerque e Jules Martin em Julho de 1877	Biblioteca Nacional do Rio Janeiro (exemplar original) / Comissão do IV Centenário (reprodução) / Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo
Imp. Lith. a vapor de Jules Martin R. de S. Bento 37	(1:10.000) 37,5x43,5cm	NOVA PLANTA da Cidade de S. PAULO e suburbios publicada por JULES MARTIN 1881	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original)
	1:20.000	SÃO PAULO CHACARA, SÍTIOS E FAZENDAS AO REDOR DO CENTRO (desaparecidas com o crescer da cidade) Escala 1 20.000	
manuscrito	gráfica (1:5.000) 105x91cm	PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO Levantada pela COMPANHIA CANTAREIRA E ESGOTOS HENRY B. JOYNER M.I.C.E. ENGENHEIRO EM CHEFE 1881	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (original) / Biblioteca Municipal Mário de Andrade / Arquivo Público do Estado de São Paulo (cópia) / Comissão do IV Centenário (reprodução) / Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz

	1883	Jorge Seckler & Cia.
	1890	Jules Martin
 	1891	Hugo Bonvicini e Victor Dubugras
 	1893	V. Huet de Bacellar
	1895	Hugo Bonvicini

cópia heliográfica	1:10.000 88,5x65,5cm	PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO ORGANIZADA PARA O ALMANAK DE S. PAULO DE 1883 PUBLICADO POR JORGE SECKLER & CIA. ESCALA - 1:10.000	Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo
	gráfica (1:6.000) 82x96cm	PLANTA DA CAPITAL DO ESTADO DE S. PAULO e seus arrabaldes desenhada e publicada por Jules Martin em 1890	Instituto Geográfico e Cartográfico - São Paulo (exemplar original) / Comissão do IV Centenário (reprodução) / Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo
Cia. Litho-Typographica - sucessora de Martin Junior - Rua do Rosário 19 - São Paulo	gráfica (1:20.000) 27,5x22,5cm	NOVA PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO COM INDICAÇÕES DOS PRINCIPAES EDIFÍCIOS PÚBLICOS Editores: U. Bonvicini e V. Dubugas 1891	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original e cópia ampliada)
		?[PLANTA CADASTRAL DA CIDADE DE SÃO PAULO/SÉ]	Relatório do Prefeito do Município de São Paulo publicado durante a primeira gestão de Francisco Prestes Maia
Lit. L'artística, São Paulo Montalbano, Parodi & Co.	1:10.000 61,5x51cm	PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO COM INDICAÇÃO DOS PRIMEIROS EDIFÍCIOS PÚBLICOS ESCALA DE 1:10.000 1893 EDICTOR UGO BONVICINI	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original) / Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original)
Estab. Graph. V. Steidel e Cia. S. Paulo	1:10.000 60x86cm	PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO Escala 1:10000 1895 EDICTOR HUGO BONVICINI	Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original) / Instituto Geológico - São Paulo

	1896	São Paulo - Estado - Comissão de Saneamento
	1897	Gomes Cardim
	1897	Francisco Antonio Gualco
	1901	São Paulo - Estado - Repartição de Águas e Esgotos de S. Paulo - Secção de Esgotos
	1905	Alexandre Mariano Coccoci e Luís Fructuoso e Costa
	1913 ?	Alexandre Mariano Coccoci e Luís Fructuoso e Costa

Estab. Graph. V. Steidel e Cia. S. Paulo	1:10.000 94x62cm	PLANTA DA CIDADE DE S. PAULO TRABALHOS PROJECTADOS E REALIZADOS PELA COMMISSÃO DE SANEAMENTO ESCALA 1:10.000 1896	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original)
V. Steidel & Cia. Estabelecimento Graphico S. Paulo (1ª edição propriedade de M.L. Buhnaeds & Cia. São Paulo, Rua Libero Badaró n. 73, 33b caixa 81	1:20.000 70x85cm	PLANTA GERAL DA CAPITAL DE SÃO PAULO Organizada sob a direcção do Dr. GOMES CARDIM intendente de obras 1897 ESCALA DE 1:20.000	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original) / Comissão do IV Centenário (reprodução) / Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo
nanquim sobre cambraia de linho	1:5.000 190x109cm	PLANTA GERAL DA CIDADE DE S. PAULO indicando a rede das linhas de bond electrico escala - 1:5.000	Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo
Estab. Lith. - C. Cardinale - S. Paulo	1:20.000 53x60cm	REPARTIÇÃO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE S. PAULO PLANTA DA CIDADE DE S. PAULO COM AS REDES DOS ESGOTOS Organizada pela SECÇÃO DE ESGOTOS 1901 ESCALA - 1:20.000	Biblioteca Municipal Mário de Andrade
Lith. Hartmann & Reichenbach - São Paulo	1:20.000 70x100cm	PLANTA GERAL DA CIDADE DE SÃO PAULO 1905 Adoptada pela Prefeitura Municipal para uso de suas Repartições Levantada e organizada pelo Engenheiro Civil: ALEXANDRE MARIANO COCOCI E LUIZ FRUCTUOSO E COSTA ENGENHEIROS DA COMMISSÃO GEOG. E GEOLÓGICA ESCALA 1:20000	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original) / Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original) / Instituto Geológico - São Paulo
Secção Cartographica da Comp. Lith. Hartmann-Reichenbach, S. Paulo e Rio	1:20.000 106x80cm	PLANTA GERAL DA CIDADE DE SÃO PAULO Levantada e organizada pelo Engenheiro Civil ALEXANDRE MARIANO COCOCI E LUIZ FRUCTUOSO E COSTA Propriedade exclusiva da COMP. LITH. HARTMANN-REICHENBACH (com todos os direitos reservados e garantidos pela lei federal n.º 496 de 1º de agosto de 1890) ESCALA 1:20.000	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original)

	<p>1913</p>	<p>Alexandre Mariano Coccoci e Luís Frutuoso e Costa</p>
	<p>1914</p>	<p>São Paulo - Estado - Instituto Geographico e Geológico - João Pedro Cardoso</p>
	<p>1915 ?</p>	<p>desconhecido</p>
	<p>1916</p>	<p>São Paulo - Município - 2a. Secção da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal</p>
	<p>1919</p>	<p>não indicado</p>
	<p>1920 ?</p>	<p>G. Castiglione</p>

Companhia Lithographica Hartmann- Reichenbach	1:15.000 118x89,5cm	PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO Levantada e organizada pelo Eng. Civil: ALEXANDRE MARIANO COCOCI E L. FRUCTUOSO F. COSTA Propriedade exclusiva da COMPANHIA LITHOGRAPHICA HARTMANN-REICHENBACH	Instituto Geográfico e Cartográfico - São Paulo - IGC (exemplar original) / The Lybrary of Congress - Whashington - EUA / Instituto Geológico - São Paulo
Secção Cartographica Duprat & Cia - São Paulo	1:20.000 105x129cm	PLANTA GERAL DA CIDADE DE SÃO PAULO COM INDICAÇÕES DIVERSAS Organizada pela COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA Eng. João Pedro Cardoso: Chefe ESCALA 1:20.000 1914	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original) / Biblioteca Municipal Mário de Andrade / Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original)
	sem escala (1:20.000) 74x105	sem título	Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original)
Secção Cartographica da Comp. Lith. Hartmann- Reichenbach, S. Paulo e Rio	1:20.000 72x107cm	PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO Levantada pela DIVISÃO CADASTRAL da 2ª seção da Diretoria de Obras e Viação da PREFEITURA MUNICIPAL EDIÇÃO PROVISÓRIA Aprovada pelo Acto no 972 de 24 de Agosto 1916 escala 1:20000	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original) / IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico do Rio de Janeiro / Instituto Geográfico e Cartográfico - São Paulo - IGC (exemplar original) / Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento
		?[PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO/Indicando as novas circunscrições policiais - 1919]	Instituto Geográfico e Cartográfico - São Paulo - IGC (exemplar original)
Impr. Copag São Paulo - Rio Gravado por Colombo Brugioni	gráfica (1:7500) 64x94cm	SÃO PAULO MONUMENTAL MAPPA Organizado e Desenhado por G. CASTIGLIONE Edictor Proprietário do HORARIO OFFICIAL "O EXCURSIONISTA" Caixa 901 - São Paulo	Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original)

	1922	não indicado
	1924	Johann Baptist von Spix
	1924	não indicado
	1924	THE SÃO PAULO TRAMWAY LIGHT & POWER CO. LTD. - Permanent Way Dept.
	1925	Wilson & Bunnel - City Planning Engineers - Toronto - Canada (planta base - Luiz Strina & C ^ª .)
	1926	The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd. - Repartição de Eletricidade

?	(1:20.000) 97,5x65cm	PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO PARA O INDICADOR PRATICO COPIA DA PLANTA DA PREFEITURA MUNICIPAL 1922	Biblioteca Municipal Mário de Andrade
impressão colorida	1:30.000 70x77cm	PLANTA DA CIDADE DE S. PAULO MOSTRANDO TODOS OS ARRABALDES E TERRENOS ARRUADOS As curvas de nível foram extrahidas da carta 1:100000 da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e aqui adaptadas apenas para se ter uma idéia do relevo do terreno. As quadriculas não são kilometricas ESCALA-1:30000	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (cópia) / Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original)
?	1:26.000 131x72cm	PLANTA DA CIDADE DE S. PAULO MOSTRANDO TODOS OS ARRABALDES E TERRENOS ARRUADOS 1924 ESCALA - 1:26.000	Instituto Geológico - São Paulo
cópia ferro-prussiato	(1:14.000) 131x72cm	THE S. P. T. L. & P. CO. LTD. PERMANENT WAY DEPT. DIAGRAM SHOWING VOLUME OF TRAFFIC IN S. PAULO JUNE 1924	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento - São Paulo
?	(1:40.000) (plata base - 1:10.000) 50,5x29cm	PLAN SHOWING DEVELOPMENT OF CITY AND TRAMWAYS SYSTEM (planta base - PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO MOSTRANDO TODOS OS ARRABALDES E TERRENOS ARRUADOS ORGANIZADA NO ESCRITORIO TECNICO DELUIZ STRINA & C ^A . 1924 ESCALA - 1:10000)	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento - São Paulo
cópia ferro-prussiato / Comp. Lith. "Ypiranga" S. Paulo-Rio	1:10.000 240,5x276,5cm	PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO E MUNICIPIOS CIRCUMVIZINHOS Organizada pela Reartição de Eletricidade da THE SÃO PAULO TRAMWAY, LIGHT & POWER CO. LTD. ESCALA 1:40.000 Eletr. Dept.	Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo

	1927	The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd. - Repartição de Eletricidade
	1928	São Paulo - Estado - Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo
	1929 1930	São Paulo - Município - 7a. Sessão da Diretoria de Obras e Viação
	1930	São Paulo - Município - Sara Brasil S/A
	1930	BRAZILIAN TRACTION LIGHT & POWER COMPANY LTD.
	1939	São Paulo - Município - Comissão de Estudos de Transportes Coletivos

Comp. Lith. "Ypiranga" S. Paulo-Rio	1:40.000 64x74cm	PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO E MUNICIPIOS CIRCUMVIZINHOS Organizada pela Reartição de Eletricidade da THE SÃO PAULO TRAMWAY, LIGHT & POWER CO. LTD. ESCALA 1:40.000 Eletr. Dept.. No. 01497 Feita em Dezembro de 1926 Reformada em Junho de 1927	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplar original)
	gráfica (1:10.000) 68x106cm (conjunto de 4 folhas)	PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO PUBLICADA NO PERÍODO PRESIDENCIAL DO DR. JULIO PRESTES DE ALBUQUERQUE SENDO SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS O DR. JOSÉ OLIVEIRA DE BARROS REPARTIÇÃO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE SÃO PAULO 1929	Arquivo Público do Estado de São Paulo
Secção Cartographica da Comp. Lith. Ypiranga São Paulo e Rio	1:5.000 120x100cm (conjunto de 4 folhas)	PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO Levantada e organizada pela 7ª Secção da Directoria de Obras e Viação da PREFEITURA MUNICIPAL quando Prefeito o Snr. Dr. José Pires do Rio e Director de Obras o Eng. Arthur Saboya 1929 Escala 1:5.000	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (exemplares originais) / Instituto Geológico - São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplares originais)
	1:20.000 1:5.000 1:1.000 78x110cm	MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PARTE PRINCIPAL DA CIDADE Executado pela empresa SARA BRASIL S/A, pelo método Nistri de aerophotogrammetria, de accordo com o contracto lavrado em virtude da Lei No 3208 de 1928, quando Prefeito o SNR. DR. JOSÉ PIRES DO RIO. sendo Director de Obras o engenheiro ARTHUR SABOYA. 1930	Biblioteca da FAUUSP (conjunto completo de exemplares originais) / Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo / Biblioteca Florestan Fernandes
nanquim sobre cambráia de linho	gráfica (1:45.000) 52,5x26,5cm	BRAZILIAN TRACTION LIGHT & POWER COMPANY LTD. MAP OF THE CITY OF SÃO PAULO SHOWING PUBLIC UTILITIES OPERATED BY SUBSIDIARY COMPANIES	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento - São Paulo
	1:50.000 + gráfica 53x40cm	COMISSÃO DE ESTUDOS DE TRANSPORTES COLETIVOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PLANTA ESQUEMÁTICA DA CIDADE INDICANDO ESTRADAS DE FERRO LINHAS DE BONDES E ITINERARIOS ATUAIS DE ONIBUS ESCALA = 1:50.000	Instituto Geológico - São Paulo / Biblioteca Florestan Fernandes (exemplar original)

	1943	THE SÃO PAULO TRAMWAY LIGHT & POWER CO. LTD. - Repartição de Eletricidade
	1951	Comp. Melhoramentos de São Paulo
	1952	Comp. Melhoramentos de São Paulo
	1954	São Paulo - Município - Vasp S.A. e Cruzeiro do Sul S.A.
	1972	São Paulo - Estado - Gegran - Consórcio Vasp Cruzeiro Prospec Geofoto Aeromapa

Ypiranga - S. Paulo	1:50.000 60x99cm	PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO E MUNICÍPIOS CIRCUMVIZINHOS Organizada pela Repartição de Eletricidade da THE SÃO PAULO TRAMWAY LIGHT & POWER CO. LTD. ESCALA 1:50000 Electr. Dept.No. 10831 Janeiro de 1943	Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original)
Comp. Melhoramentos de São Paulo	1:25.000 70x91cm	Mapa Falk SÃO PAULO Projeção hiperboloid com rede kilométrica Escala 1:25000 - 1:40000 Patente dep. No. 56898. EDITORA COMP. MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO Industrias de Papel São Paulo - Caixa Postal 8120 1a. Edição 1951 Código No. 1358 Todos os direitos reservados por MARTIN LORENZ & CIA. LTDA.	Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original)
Comp. Melhoramentos de São Paulo	1:25.000 1:40.000 70x91cm	Mapa Falk SÃO PAULO Projeção hiperboloid com rede kilométrica Escala 1:25000 - 1:40000 Patente dep. No. 56898. EDITORA COMP. MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO Industrias de Papel São Paulo - Caixa Postal 8120 3a. Edição 1952 Código No. 1358 Todos os direitos reservados por MARTIN LORENZ & CIA. LTDA.	Arquivo Público do Estado de São Paulo (exemplar original)
	1:2.000 110x77cm	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO EXECUTADO POR VASP AEROFOTOGRAMETRIA S. A. E SERVIÇOS AEROFOTOGRAMÉTRICOS CRUZEIRO DO SUL S. A. FOTOGRAFIAS TOMADAS EM JANEIRO DE 1954 AUTORIZADO PELA LEI N.O 4104/51 INICIADO NA GESTÃO DO PREFEITO ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA 1952 1957	Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz - São Paulo (exemplares originais) / Biblioteca da FAUUSP (conjunto completo de exemplares originais)
	1:2.000	GEGRAN GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO SISTEMA CARTOGRÁFICO METROPOLITANO DA GRANDE SÃO PAULO ESC 1/2000 CONSÓRCIO VASP CRUZEIRO PROSPEC GEOFOTO AEROMAPA	Biblioteca da FAUUSP (conjunto completo de exemplares originais)

capítulo

terceiro

do mapa da cidade à
cidade do mapa

A comparação entre as duas primeiras plantas cadastrais da cidade São Paulo e o estudo dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos, ocorridos na segunda metade do século XIX, permite compreender a participação da cartografia no processo de produção do espaço da cidade.

Neste período foram formuladas estratégias para inserir a propriedade privada da terra no processo de valorização capitalista e para a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, processos estes que representaram a atualização de São Paulo frente ao capitalismo internacional.

O estudo destes processos revela que a cartografia foi um instrumento política e economicamente eficaz na produção de um espaço funcional e produtivo.

A regressão histórica aqui colocada, expõe os fundamentos da produção do espaço hoje, e revela a atualidade de cada um desses mapas. Conceitualmente, o espaço abstrato ilumina essa regressão histórica a partir dos termos com que a produção do espaço acontece atualmente, ou seja, esclarece um processo e não uma situação de uma dada realidade.

Mapas escondem ao mesmo tempo que revelam. Esse fato é evidenciado pela impressão que se tem ao sobrepor os dois primeiros mapas cadastrais de São Paulo. O que aparece é uma opacidade total desses mapas em relação à sua participação na produção do espaço da cidade. Assim, será necessário confrontá-los com a realidade daquele momento para que a sua forma de operar transpareça.

O Mappa da Cidade de São Paulo Offerecido a sua Magestade de 1844/1847, levantado por Carlos Bresser pode ser considerado o primeiro mapa cadastral da cidade de São Paulo¹. Indicado como a versão completa e definitiva da Planta da Cidade de São Paulo, de 1841, do mesmo autor, esse mapa apresenta o trabalho de levantamento cadastral completo da cidade pela primeira vez. Foi levantado durante a administração do presidente da Província Marechal Lima e Silva e mostra o cadastramento de todos os lotes ocupados e respectivas edificações do centro e também dos bairros periféricos ainda em formação. O seu autor, Karl Abraham Bresser, engenheiro agrimensor nascido na Alemanha, veio ao Brasil em 1838 para trabalhar na construção de estradas e pontes, contratado pelo governo provincial onde trabalhou sob as ordens de Daniel Pedro Muller, primeiro diretor de Obras Públicas da Província. O mapa mostra a cidade de São Paulo ainda muito limitada pela colina histórica, com seus arredores, ou *subúrbios*, ainda pouco ocupados e como explica Eudes Campos², “quase quarenta anos depois de arruada e parcelada, a ocupação na parte além-Anhangabaú continuava ainda bastante rarefeita”.

A Planta da Cidade de São Paulo, de 1881, levantada pela Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, é a segunda planta cadastral da cidade de São Paulo, realizada para o plano de abastecimento da Capital com as águas da Serra da Cantareira³. Os trabalhos para a captação das águas foram uma iniciativa do engenheiro Daniel Fox, de Benedito Antonio da Silva e do Coronel Antonio Proost Rodovalho, fundador da Associação Comercial. Os trabalhos se iniciaram em 1878, um ano depois da Companhia se instalar na Capital, sendo Henry Batson Joyner, contratado três anos mais tarde, como superintendente de serviços técnicos, os quais foram concluídos em 1881, mesmo ano em que

1 O Mappa da Cidade de São Paulo Offerecido a sua Magestade e o Mappa da Cidade de São Paulo e seus Suburbios são mapas da mesma série, executados pelo mesmo autor e no mesmo período, entre 1844 e 1847. Na análise aqui pretendida optou-se por utilizar o primeiro. Entretanto, os dois podem ser utilizados nas comparações.

2 CAMPOS, Eudes. São Paulo Antigo: Plantas da Cidade. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (20): set/out. 2008.

3 Os trabalhos para a captação das águas foram, segundo Jorge Cintra, uma iniciativa do engenheiro Daniel Fox, que havia dirigido os trabalhos da Santos-Jundiá, de Benedito Antonio da Silva, proprietário das terras onde se instalou os reservatórios e do Coronel Antonio Proost Rodovalho, fundador da Associação Comercial, produtor pioneiro de cimento e cal e diretor da Companhia de Gás. CINTRA, Jorge P. Primeiras Plantas Topográficas da Cidade de São Paulo. in IDOETA, Irineu; IDOETA, Ivan V.; CINTRA, Jorge P. São Paulo vista do alto, 75 anos de aerofotogrametria. São Paulo: Érica, 2004, p.90.



**Mappa da Cidade de São Paulo
Offerecido a sua Magestade - 1944/1947
- Bresser, Karl Abrahan.**



**Planta da Cidade de São Paulo - 1881 -
Companhia Cantareira e Esgotos.**

**Nas páginas ao lado: sobreposição
do Mappa da Cidade de São Paulo
Offerecido a sua Magestade -
1944/1947 - Bresser, Karl Abrahan e da
Planta da Cidade de São Paulo - 1881 -
Companhia Cantareira e Esgotos.**

PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO

LEVANTADA PELA
COMPANHIA GANTAREIRA E ESC.

HENRY D. JOYNER N.I.C.E.
ENGENHEIRO EM CHIEF

ESCALA



1881

LEGENDA DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS

- | | |
|--|---------------------------------|
| 1. Casa da Câmara | 10. Museu de História Natural |
| 2. Casa da Moeda | 11. Observatório |
| 3. Casa da Direção | 12. Palácio do Congresso |
| 4. Casa da Indústria | 13. Palácio do Estado |
| 5. Casa da Justiça | 14. Palácio do Senado |
| 6. Casa da Legislação | 15. Palácio do Supremo Tribunal |
| 7. Casa da Realidade | 16. Palácio do T. de S. Paulo |
| 8. Casa da Religião | 17. Palácio do T. de S. Paulo |
| 9. Casa da Saúde | 18. Palácio do T. de S. Paulo |
| 19. Casa da Universidade | 19. Palácio do T. de S. Paulo |
| 20. Casa da Academia de Letras | 20. Palácio do T. de S. Paulo |
| 21. Casa da Academia de Ciências | 21. Palácio do T. de S. Paulo |
| 22. Casa da Academia de Artes e Letras | 22. Palácio do T. de S. Paulo |
| 23. Casa da Academia de Música | 23. Palácio do T. de S. Paulo |
| 24. Casa da Academia de Dança | 24. Palácio do T. de S. Paulo |
| 25. Casa da Academia de Teatros | 25. Palácio do T. de S. Paulo |
| 26. Casa da Academia de Música | 26. Palácio do T. de S. Paulo |
| 27. Casa da Academia de Dança | 27. Palácio do T. de S. Paulo |
| 28. Casa da Academia de Teatros | 28. Palácio do T. de S. Paulo |
| 29. Casa da Academia de Música | 29. Palácio do T. de S. Paulo |
| 30. Casa da Academia de Dança | 30. Palácio do T. de S. Paulo |
| 31. Casa da Academia de Teatros | 31. Palácio do T. de S. Paulo |
| 32. Casa da Academia de Música | 32. Palácio do T. de S. Paulo |
| 33. Casa da Academia de Dança | 33. Palácio do T. de S. Paulo |
| 34. Casa da Academia de Teatros | 34. Palácio do T. de S. Paulo |
| 35. Casa da Academia de Música | 35. Palácio do T. de S. Paulo |
| 36. Casa da Academia de Dança | 36. Palácio do T. de S. Paulo |
| 37. Casa da Academia de Teatros | 37. Palácio do T. de S. Paulo |
| 38. Casa da Academia de Música | 38. Palácio do T. de S. Paulo |
| 39. Casa da Academia de Dança | 39. Palácio do T. de S. Paulo |
| 40. Casa da Academia de Teatros | 40. Palácio do T. de S. Paulo |



supervisionou o levantamento dessa planta (CINTRA, 2004, p.90). Com a intenção de usar essa planta para os serviços de água e esgoto foram levantados todos os limites de lotes e suas edificações. Algumas ruas são representadas tracejadas, ainda não existentes, portanto, representando o interesse da Companhia em futuros consumidores. Segundo essa planta, a maior concentração de edifícios ainda se limita à colina central, na região do Triângulo⁴. Mesmo que seja observável o adensamento da região *além Anhangabaú*, essa região permanecia ainda pouco ocupada.

Apesar do significativo aumento populacional no período contido entre as duas plantas, de aproximadamente 25.000 em 1850, para 45.000 em 1880, esses números parecem acanhados diante dos 65.000 habitantes de 1890 e os 240.000 de 1900. (CINTRA, 2004, p.73)

As transformações urbanas notáveis na comparação dessas plantas, distantes quase 35 anos uma da outra, é o crescimento da ocupação em Santa Ifigênia e o surgimento dos loteamentos de Campos Elísios e da Bela Vista⁵, ainda desocupados⁶. Chama atenção a retificação do rio Tamanduateí, que tinha sua foz mais a leste do Tietê, e a presença das ferrovias⁷, que cortam a cidade do sudeste ao noroeste, e as sua

4 “Formado pelas Ruas da Imperatriz (15 de Novembro), direita e São Bento.” (CAMPOS, 2008)

5 “O Bexiga, que se vê nascer nessa planta, entre as ruas Santo Antônio e Santo Amaro, continuada pela atual Brigadeiro Luiz Antônio. Brás, Moca e Glória aparecem com novas artérias em construção: ruas além dos trilhos na região da praça da Concórdia, com união para a Luz através da João Teodoro; Travessa e rua da Moca e Conde D’Eu, atual Glicério. Nos atuais Campos Elíseos surgem, entre outras, as ruas que homenageiam seus idealizadores, os alemães Nothmann e Glete. A rua da Constituição recebe o nome do presidente da província, Florêncio de Abreu, que falece nesse ano.” (CINTRA, 2004, p.90)

6 “O bairro dos Campos Elísios, arruado em parte da antiga Chácara do Campo Redondo pelo alemão Frederico Glette, em 1878, estava ainda desocupado, tal como o bairro da Bela Vista, criado, no mesmo ano, na antiga Chácara do Bexiga pelo proprietário da época, o português Antônio José Leite Braga, então recentemente falecido.” (CAMPOS, 2008)

7 Também chamada de *Estrada de Ferro Santos à Jundiáhy*, a ferrovia da The São Paulo Railway Company Ltd., “iniciada em 1860 e inaugurada sete anos mais tarde, [...] aproximava-se da Capital pela Várzea do Tamanduateí, a sudeste, atravessava a área habitada, ao norte, invadindo uma parte do Jardim da Luz, e se dirigia a noroeste em direção a Jundiáí” (CAMPOS, 2008). A *Estrada de Ferro Sorocabana* foi inaugurada em 1870, inicialmente para escoar a produção de algodão do interior paulista e posteriormente estendeu seus serviços à crescente demanda da produção cafeeira. A *Estrada de Ferro São Paulo a Rio de Janeiro* começou a funcionar na cidade em 1875, com

estações. Os caminhos para norte, pelo Campo da Luz, para Sul, pela rua da Liberdade, para leste, pela rua do Braz e para oeste, pela rua da Consolação, nada ou pouco mudaram com exceção de alguns edifícios e poucas ruas novas abertas.

A inauguração, em 1867, da ferrovia inglesa, junto a outras transformações viárias estruturais⁸, foi um dos fatos mais importantes para a economia do núcleo acontecidos nesse período, mesmo assim, a aparência física geral da cidade registrada nesses mapas é praticamente a mesma.

Entretanto, essa aparente inatividade da Capital que os mapas transparecem, contrastam com a importância dos fatos ocorridos nesse período, pois, enquanto o núcleo urbanizado pouco mudava, acontecimentos sociais, políticos e econômicos definiram as bases da elaboração material da cidade com a instalação de um vigoroso mercado imobiliário.

Dentre esses acontecimentos, a Lei de Terras de 1850, as disputas políticas entre os governos municipal e provincial, além de transformações introduzidas pelo cultivo do café no estado, foram responsáveis por determinar os termos da produção do espaço da cidade que se ergueria nessas terras a partir daí e durante todo o século XX. A cartografia da cidade esteve, simultaneamente, *presente e ausente* como instrumento estratégico controlado por grupos interessados no controle e introdução do processo que colocou as terras do município de São Paulo no circuito de acumulação capitalista.

a intenção de escoar a produção de café do Vale do Paraíba e interligar São Paulo e Rio de Janeiro através da Estrada de Ferro D. Pedro II que vinha do Rio e chegava até Cachoeira, atual Cachoeira Paulista.

8 “Na presente planta podemos observar já plenamente configurado o primeiro anel viário da cidade de São Paulo,[...]. Criado para circunscrever o Centro e interligar as diferentes estradas que partiam da Capital, era formado pelas seguintes vias e logradouros: Rua Formosa (1855), Rua do Seminário, Rua Alegre, Travessa dos Bondes, Rua do Senador Florêncio de Abreu, Travessa 25 de Março, Rua 25 de Março (1858), Rua do Mercado (1869), Rua do Hospício (1873), Rua Conde d’Eu (1875), Rua Lavapés, Rua da Glória (estas duas últimas vias eram trechos da antiga estrada de Santos), Travessa dos Estudantes, Largo da Liberdade, Rua da Assembléia, Rua Riachuelo (prolongada entre 1867-1868), Largo do Riachuelo e Largo da Memória. A construção desse anel foi tão arrastada que esse fato acabou por atenuar muito o alcance de sua realização. Na época de sua conclusão, as mercadorias produzidas no Interior, ou trazidas do Exterior, já estavam sendo, em sua maior parte, regularmente transportadas pelas ferrovias recém-criadas e muitas das precárias estradas então existentes permaneceriam pouco frequentadas até o advento do automóvel.” (CAMPOS, 2008)

LEI DE TERRAS E O ROCIO DE SÃO PAULO

A lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, instituiu que as terras devolutas do Império, ou aquelas de domínio público, a partir daquela data, medidas e demarcadas, só poderiam ser adquiridas exclusivamente por meio da compra. A Lei de Terras representou a formalização da propriedade capitalista⁹ da terra no Brasil e encerrou o antigo sistema de concessões e posses. Essa lei:

“Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara D. Pedro II[...]:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

[...]

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commissio por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commissio, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei.”¹⁰

9 Henri Lefebvre ao aprofundar aspectos e implicações da constituição do espaço abstrato lembra que, “liberado, o princípio da propriedade privada não permanece estéril; ele engendra um espaço. [...] Dominando o espaço (mais exatamente submetendo-o ao dominium), o princípio da propriedade punha fim à contemplação da natureza, cosmos ou mundo, para exhibir a via da ação dominadora, que transforma ao invés de interpretar.” (LEFEBVRE, 2006, p. 170)

10 Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850.

Segundo Monica Silveira Brito, a Lei de Terras “se organizava em consonância com o processo de introdução de mudanças em alguns importantes parâmetros nas relações de produção, cujos objetivos precípuos incluíam uma adequação das relações entre o regime de propriedade da terra e o processo de substituição de um regime pautado no escravo por outro, baseado no trabalho livre. Era a definição de critérios para a apropriação privada das terras destinadas à produção agrícola, portanto, o que estava entre suas principais preocupações”.¹¹

Sobre as consequências da aplicação dessa lei no Brasil, segundo Raquel Rolnik,

“a promulgação da Lei de Terras marca um corte fundamental na forma de apropriação da terra no Brasil, com grandes consequências para o desenvolvimento das cidades. A partir de sua promulgação, a única forma legal de posse da terra passou a ser a compra devidamente registrada. Foram duas as implicações imediatas dessa mudança: a absolutização da propriedade, ou seja, o reconhecimento do direito de acesso se desvincula da condição de efetiva ocupação, e sua monetarização, o que significa que a terra passou a adquirir plenamente o estatuto de mercadoria.”¹²

Esse novo regime de terras, introduzido pela lei de 1850, foi associado ao projeto de importação de mão-de-obra de colonos europeus livres para as lavouras de café, o que, segundo José de Souza Martins¹³ exigiu um orquestrado movimento de transição. Afinal, o acesso à terra, no Brasil, foi livre enquanto o trabalho foi cativo, e no momento em que se implantou o trabalho livre a terra passou a ser cativa. O tema da substituição do trabalho aparece nos mapas de uma outra forma, o que será abordado mais adiante.

Por enquanto, é importante notar que essa lei, refere-se, principalmente, às terras rurais destinadas a lavoura e criação, mas também menciona as terras urbanas e as terras destinadas ao crescimento dos núcleos de maneira muito imprecisa.

11 BRITO, Mônica Silveira. Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo na segunda metade do século XIX. 2007. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 2007. cit., p.50.

12 ROLNIK, Raquel. A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo, São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2003, p.23.

13 MARTINS, José de Souza . O cativo da terra, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

A lei determinou que as terras urbanas que ainda faziam parte do *patrimônio municipal*, ou seja, terras de domínio comum, diferente do que foi estabelecido para as terras rurais, eram uma exceção, não estando, portanto, submetidas ao mercado, à compra e à venda.

Essas áreas permaneceram, mesmo após 1850, sendo concedidas da mesma forma como vinha se fazendo antes da Lei, ou seja, por meio do arrendamento ou *enfiteuse*¹⁴.

Apesar de não ter implicado em uma mudança significativa na forma como se concedia terras nos núcleos, vilas e cidades brasileiras, uma “imprecisão” no texto da lei fez com que, em São Paulo, uma parcela significativa das terras que circundavam o núcleo não fossem consideradas pela própria lei.

O texto da lei ignora as tradicionais demarcações do *patrimônio do Conselho*, que são essas áreas de uso comum destinadas ao crescimento dos núcleos urbanos, conhecidos como *rocios*¹⁵, terras contidas num raio de meia légua, ou 3.300 metros¹⁶, tomados a partir da praça central

14 Como explica Monica Silveira Brito, *enfiteuse* é “um tipo de aforamento de caráter perpétuo, a partir do qual o proprietário (o conselho municipal ou a igreja, na grande maioria dos casos), mantendo-se senhorio do domínio direto das terras, transfere ao enfiteuta apenas o domínio útil, mediante o pagamento de um foro anual previamente estabelecido. Além de perpétuo, o direito de preferência do senhorio direto e que pago a este o laudêmio, uma taxa pré-estabelecida, de responsabilidade do enfiteuta”. (BRITO, 2007, p.50)

15 Segundo Raquel Glezer o termo *rocio* teve origem para designar a “área destinada ao uso comum, e só podia ser doada para moradia ou aforada, pois era parte integrante dos bens do Conselho. No decorrer dos séculos, de ‘terras de uso comum’, *rossio* se transformou na área de controle direto da câmara, como se fosse o termo, como aparece nos textos dos anos seiscentos [...]”. (GLEZER, Raquel. *Chão de Terra: um estudo sobre São Paulo colonial*. São Paulo. Tese de Livre-Docência - FFLCH-USP, 1992 apud BRITO, 2007, p.53). Segundo Monica Silveira Brito o *rocio* “destinava-se ao atendimento das necessidades dos moradores da povoação, fosse para construção de residências, abertura de chácaras, obtenção de água, pastagens, criação de animais, plantações de hortas e pomares e outros usos que não se pode presumir como propriamente urbanos” (BRITO, 2007, p.54). Ainda segundo essa autora “é importante ressaltar que o *rocio* de uma vila ou cidade não deve ser confundido com o *termo*, em geral com 6 léguas de raio (cerca de 40km), que era a área de jurisdição do Conselho. O *termo* incluía, além do *rocio*, propriedades particulares (terras já doadas em sesmarias) e terras desocupadas ou *devolutas*, que legalmente se constituíam em propriedade do Governo Central ou Provincial” (MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: Terra de quem?* São Paulo, Edusp/Nobel, 1991 apud. BRITO, 2007, p58)

16 Até a adoção do sistema métrico, Brasil e Portugal utilizavam a légua como unidade de medida. Entretanto essa medida não era a mesma nos dois países sendo a légua portuguesa igual a 6.179,74m enquanto a légua Brasileira mede 6.600m. Assim, segundo Iraci del Nero da Costa, no Brasil, 1 légua = 3000 braças = 6.000 varas =

do núcleo urbano.

O texto determinava ainda que se fazia exceção, não estando portanto, submetidas à compra e venda, as áreas que estivessem no perímetro de cobrança da *décima urbana*, lei de 1808 que incidia sobre os edifícios urbanos. A lei que determinava a cobrança da *décima urbana* definiu que *área urbana* era aquela que se encontrasse *arruada e edificada*, área essa que era muito reduzida se comparada ao perímetro do *rocio*, criou-se assim uma grande área remanescente em volta do núcleo sobre a qual nenhuma dessas leis se referia.

Dessa forma, “em São Paulo, no início da segunda metade do século XIX, momento da promulgação da Lei de Terras, os limites territoriais que correspondiam ao *rocio* certamente não equivaliam ao da área propriamente urbana, ainda que a contivesse”. (BRITO, 2007, p.54)

O que deve ser dito sobre o raio de 3.300 metros do *rocio* é que ele pouco ou nada aparece nos mapas desse período, e mesmo quando sobreposto a mapas mais recentes, não se percebe qualquer marca ou resquício na morfologia urbana, tanto da existência desse perímetro, quanto das antigas terras do *patrimônio do Conselho*. É especialmente curiosa a constatação de que o *rocio* não implicou uma evidência física nem uma diferenciação entre o que eram as terras do *patrimônio do Conselho*, e as terras destinadas à compra e venda, quando esse tipo de “limite”, constituído por uma lei, costuma aparecer e permanecer no espaço. Esse é o principal indício de como o poder da cartografia foi manipulado nesse período.

Portanto, a Lei de Terras não determinou com clareza o que seria feito com a área *remanescente*, ou seja, essa área que,

“embora pertencesse ao ancestral ‘patrimônio do Conselho’, não se enquadrava como “urbana” e, portanto, ao menos teoricamente, deveria ter na compra e venda os únicos instrumentos legais para sua alienação. Por outro lado, a própria noção de ‘patrimônio do Conselho’ não chegou a ser expressamente extinta pelo conjunto de leis que propunham a renovar os termos concernentes à propriedade fundiária no Brasil”. (BRITO, 2007, p.51)

Essa foi a “imprecisão” na lei que fez, no caso de São Paulo, com que as áreas remanescentes do antigo *rocio* passassem a ser, literalmente, *terra-de-ninguém*, estando submetidas ao jogo político e ao clientelismo que caracterizaram a segunda metade do século XIX na cidade. Dessa

30.000 palmos = 240.000 polegadas = 660.000 centímetros = 6.600 metros.
(fonte: FEA-USP)

forma,

“o poder de conceder parcelas de seu patrimônio, dispondo delas com significativa autonomia e, presumivelmente, valendo-se desse poder para favorecimentos pessoais característico de um sistema político de base clientelista pôde, assim, mesmo após a entrada em vigência da Lei de Terras, ser mantido pelas câmaras municipais”. Isso teve um reflexo direto no processo de urbanização de São Paulo, “uma vez que foram justamente as terras pertencentes a esses patrimônios que deram suporte à expansão da área arruada e à organização do mercado imobiliário urbano, num movimento que se associava ao processo de ‘modernização’ ao qual aquela mesma lei se atrelava” (BRITO, 2007, p.55).

Esse é o contexto específico da Lei de setembro de 1850 e alguns de seus desdobramentos. Entretanto, a origem das organizações municipais no Brasil vêm do período colonial, de 1603, data das *Ordenações Filipinas*, que se aplicavam tanto à Metrópole quanto às colônias. Essa legislação permaneceu em vigor mesmo após a Independência do Brasil e somente foi substituída com a promulgação do Código Civil em 1916.

Antes de prosseguir com a análise da cartografia cadastral e sua relação com os acontecimentos do período, cabe explicitar as origens das organizações municipais no Brasil e suas implicações com a Lei de Terras.

ORIGENS DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

De acordo com Murillo Marx, as *Ordenações Filipinas* diziam que “a elevação de uma povoação à categoria de vila ou cidade significava atribuir à mesma uma jurisdição, que se estendia por um território denominado termo, além de direitos e distinções, sempre de acordo com o especificado no foral, regulamento régio que determinava a criação/elevação de uma vila ou cidade e regulava todos os assuntos concernentes a sua administração, assim como aos direitos e obrigações de seus moradores” (MARX, 1991). A administração desses núcleos, conforme Monica Silveira Brito, era responsabilidade do Conselho¹⁷, atuais Câmaras Municipais, que acumulava funções legislativas, judiciárias,

17 Segundo Lúcia Simoni, a designação *Conselho*, “com o tempo, passou a de *Câmara* ou *Senado da Câmara* e, mais tarde, *Câmara municipal*” (SIMONI, Lúcia Noemia. O arruamento de terras e o processo de formação do espaço urbano no Município de São Paulo: 1840-1930. São Paulo, Tese de Doutorado FAUUSP, 2002)

militares e tributárias, e era, em sua maioria, “*composta por cidadãos eleitos entre e pelos chamados “homens bons.”*” (BRITO, 2007, p.56)

O Conselho tinha um patrimônio que correspondia a uma extensão territorial, os *rocios*, cujas terras deveriam ser concedidas aos moradores para seu uso privado, através da *Carta de Datas*, sob pagamento de *fóros* e *laudêmios*¹⁸ ou mesmo gratuitamente. O Conselho deveria garantir que nessas áreas fossem destinadas locais para os logradouros e campos de uso comum¹⁹, livres de apropriação privada. Deveriam garantir também locais para a construção de edifícios de interesse público²⁰.

Em 1828, com a reestruturação político-administrativa decorrente da Independência, o Governo Central realizou uma reforma na legislação que dizia respeito à organização municipal e ao gerenciamento de seu patrimônio territorial. O Regimento das Câmaras Municipais que se referia ao patrimônio do Conselho dispunha, entre outros, que:

“Art. 42º. - [As Câmaras Municipais] Não poderão vender, aforar ou trocar bens imóveis do Conselho sem autoridade do Presidente da Província em Conselho, enquanto não se installarem os conselhos Geraes, e na Corte sem a do Ministro do Império, exprimindo os motivos e vantagens da alienação, aforamento ou troca, com a *descrição topographica* e avaliação por peritos dos bens que se pretendem alienar, aforar ou trocar.

Art. 43º. - Obtida a faculdade, as vendas se farão sempre em leilão público e a quem mais der, excluídos os officiaes que servirem então as Câmaras, e aquelles que tiverem feito a proposta, e exigindo-se fianças idôneas, quando se fizerem a pagamentos, por



ladeira do Carmo e aterro do Braz, em 1862, em foto de Militão Augusto Azevedo.



ladeira do Carmo e aterro do Braz, em 1887, em foto de Militão Augusto Azevedo.

18 O laudêmio é uma taxa que incide sobre transações com escritura definitiva de compra e venda de terrenos.

19 Conforme explica Monica Silveira Brito, essas áreas de uso comum poderiam ser utilizadas como “pastagem, retirada de madeira, abastecimento de água junto a nascentes; serviam também, quando à margem de rios ou ribeirões, para bebedouro de animais, lavagem de roupa, retirada de barro e areia para edificações; além disso, eram também considerados logradouros públicos as estradas, caminhos e passagens” (GLEZER, 1992 apud. BRITO, 2007, p.57). Portanto, não correspondiam exatamente ao conceito de espaço público que existe atualmente. Eram espaços de uso comum.

20 Como matadouros, hospitais, cemitérios e outros (GLEZER, 1992 apud. BRITO, 2007, p.57). Ainda conforme Monica Silveira Brito “muitas vezes as municipalidades não reservavam uma parcela de seu patrimônio para tais usos, precisando comprar terras de terceiros para realização de obras de interesse público, [...] alguns casos ocorridos na cidade de São Paulo: o teatro provincial, o seminário de educandos e o matadouro, cujos terrenos para sua construção precisaram ser desapropriados ou adquiridos por compra pela administração pública [...]. (BRITO, 2007, p.57)

não se poderem realizar logo a dinheiro, pena de responsabilidade pelo prejuízo d'ahi resultante.

Art. 44^o. - Da mesma forma e com as mesmas cautelas e responsabilidades prescritas no artigo antecedente, se farão os arrendamentos dos bens do Conselho; mas estes contractos poderão as Câmaras celebrar por deliberação sua, e serão confirmados pelos presidentes das Províncias em Conselho, e na Corte pelo Ministro do Império.”²¹

Dessa forma, a partir de 1828, a venda, aforamento ou troca das terras pertencentes ao patrimônio do Conselho estavam vinculadas à autorização dos presidentes de província numa tentativa de centralização do poder por parte do governo provincial. Mesmo os títulos de arrendamento, cujos contratos permaneciam sob responsabilidade dos Conselhos, deveriam, a partir de agora, ser submetidos à confirmação provincial. Mesmo assim, “a diversidade de possibilidades nas formas de passagem das terras sob domínio público ao privado não foi, contudo, detalhada na legislação, permanecendo difusos os procedimentos em relação a esse aspecto”. (BRITO, 2007, p.59)

Além disso, apesar de uma “*descrição topographica*” não ser efetivamente uma planta ou mapa, essa menção no Regimento de 1828 já evidencia uma preocupação do governo provincial em estabelecer uma forma de registro legal das terras que acrescentasse alguma informação topográfica à palavra escrita, mesmo que fosse através da própria palavra escrita, constituindo uma forma mais efetiva de documentação. É assim que a cartografia começa a fazer parte do jogo político e econômico da cidade de São Paulo.

Essa tentativa de centralização do poder por parte do governo provincial, que passava por uma regulamentação e pela aplicação de leis que permitissem maior controle sobre o patrimônio do Conselho, passará pela obrigatoriedade da execução de um levantamento ou planta para a concessão dos arrendamentos cedidos pelos Conselhos. Planta essa que, no caso de São Paulo, jamais seria realizada, sendo objeto de disputas entre as instâncias de governo, municipal e provincial.

Nesse caso, especificamente, é importante notar que o poder dos mapas se fará presente exatamente através da sua ausência, visto que os membros do Conselho de São Paulo evitaram e protelaram a execução dessa planta o máximo que puderam, pois sabiam que, com ela, os favorecimentos pessoais obtidos através das concessões e arrendamentos

21 Lei Imperial de 01/10/1828 In: Colleição das Leis do Império do Brasil, 1828, Parte Primeira . apud. BRITO, 2007, p.59, grifo meu)

mentos certamente acabariam.

Existia, portanto, plena consciência por parte dos membros do Conselho de que o mapa é um registro efetivo, além de convincente e revelador. Nesse caso, essa planta seria a evidência mais clara, de que somente a palavra escrita não realizaria, das ingerências que estavam sendo cometidas em São Paulo nesse momento. A ausência do mapa, aqui, foi um dos instrumentos que tornaram possível a apropriação privada da terra, essencial para alavancar o capital imobiliário, passando essas terras a existir como capital na produção de valor.

Assim como descreve Monica Silveira Brito, em São Paulo,

“apesar de insistentemente requerida pelas autoridades centrais e de se tratar de procedimento fundamental ao controle do processo de privatização das terras que compunham o citado patrimônio, foi continuamente protelada a elaboração de instrumentos que permitissem um controle da situação das terras sob domínio municipal, isto é, a demarcação dos limites do rocio e a discriminação das terras que, situadas dentro desses limites, se encontrassem sob domínio particular, estivessem reservadas para usos públicos ou, ainda, destinadas a serem concedidas em datas”. (BRITO, 2007, p.74)

A elaboração de um levantamento, planta ou mapa das áreas que faziam parte do patrimônio do Conselho, foi constantemente solicitada, pelo governo provincial, representante do poder central, à Câmara de São Paulo, sem no entanto obter uma resposta satisfatória. Esses levantamentos foram adiados até o fim do século, tendo, para tanto, o apoio da Assembléia Legislativa Estadual (BRITO, 2007, p.74).

Uma das justificativas da Câmara para a cobrança do foro nas concessões de terras do rocio era o aumento das arrecadações que incrementariam a receita municipal (BRITO, 2007, p.83)

Já em 1830, o Presidente da província se recusou a submeter ao Conselho Geral da Província, uma proposta da Câmara paulistana que se referia à imposição de cobrança de foro nas concessões de terras do rocio. Essa solicitação, que fazia parte dos debates para a elaboração do Regulamento para Concessão de Cartas de Data, foi negada sob a alegação de que não seria permitida a cobrança sem que antes a “Câmara esclarecesse a extensão das terras na qual pretendia aforar terrenos e a origem do domínio que exercia sobre elas” (SIMONI, 2002), obtendo a seguinte resposta:

“O terreno que ella [a Câmara] pede para repartir por meio de afo-

ramento (como se praticava em outros tempos, e se deprende dos livros antigos da mesma Camara) é todo aquelle que está dentro do rocio, não só da cidade como das freguezias do município, e mesmo aquelle, que a todo tempo ella puder reivindicar ou por que tenha cahido em commisso²², ou por que seja possuído sem legítimo título. Daqui se infere não ser possível à Camara determinar ao certo a quantidade de terreno que se pretende aforar. [...] Cumpre igualmente confessar que esses terrenos são marcados pelo foral da Camara, e não são rigorosamente propriedade sua, sendo ella mera administradora, que os reparte por cartas de data sem pensão alguma. [...] Todavia como seus réditos são assás diminutos, e de nenhuma sorte sufficientes para as obras públicas que tanto urgem, considerando por outro lado, que já em outro tempo ella aforava semelhantes terrenos, e que já se fez uma tal concessão a outras Câmaras, dirigiu agora uma proposta ao Conselho Geral para obter por esse meio algum algmento nas suas rendas, na mente porém que taes aforamentos se farão com toda a attenção em beneficio dos particulares, com as restrições que o mesmo Conselho achar justas e necessárias.”²³

Nesse mesmo ano, como o Governo Provincial havia negado a proposta, a Câmara, depois da aprovação da revisão das posturas municipais pelo Conselho Geral da Província, suspendeu a concessão gratuita de datas e solicitou ao fiscal da cidade, acompanhado do arruador, que executasse a demarcação das terras do rocio e elaborasse um plano que incluísse a localização dos logradouros públicos, praças e arruamentos (BRITO, 2007, p.84), como se lê:

“Convindo para de futuro se evitarem as tortuosidades, que hoje se observam nas ruas dessa cidade e a falta de praças e de muitas outras servidões públicas, até de fontes e aguadas que se acham encravadas em prédios particulares com grande detrimento público, que antes de se concederem cartas de datas de terrenos no rocio desta cidade se proceda a uma demarcação designando-se ruas, e praças, e demais servidões públicas.

A Câmara Municipal resolveu em sessão de 24 deste mez que Vossa Mercê com a maior urgência proceda a esta diligência com o

22 Comisso é uma multa imposta pelo não-cumprimento de certas cláusulas de um contrato ou lei.

23 Ata da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão de 24/04/1830, p. 144 e Ofício de 30/04/1830 in: Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo 1829-1830, p. 367 apud BRITO, 2009, p.83.

respectivo arruador, na certeza de que fica suspensa a concessão de cartas de datas, até que Vossa Mercê apresente uma *planta alinhada de alguma parte do dito rocio*.

Semelhantemente considerando a Câmara que se acha a servidão do rio Tamanduatehy, que borda esta cidade com grande detrimento público; deliberou na dita sessão que Vossa Mercê proponha, fazendo os exames necessários e tentando todos os meios conciliatórios, as convenientes aberturas para a franqueza das precisas servidões. O que participo para sua inteligência.”²⁴

Trata-se, portanto, de um pedido para a realização de uma “*planta alinhada de alguma parte do dito rocio*” e não de todo o rocio. Uma planta, pelo que parece, intencionalmente incompleta.

Segundo Monica Silveira Brito, uma outra solicitação foi enviada pela Câmara nesse mesmo ano não obtendo qualquer resposta “a esta e a diversas outras tentativas de se promover a discriminação das terras sob domínio municipal, daquelas em mão de particulares [...]. De fato, um levantamento detalhado e circunstanciado desse patrimônio nunca chegou a ser elaborado” (BRITO, 2007, p.84). A autora continua:

“A elaboração de instrumentos que permitissem um controle rigoroso da situação das terras sob domínio municipal não era do interesse daqueles que podiam manipular as informações a seu favor, de acordo com as circunstâncias e os interesses em jogo. Um levantamento circunstanciado dessas terras possivelmente acarretaria uma perda de poder das autoridades locais.” (BRITO, 2007, p.84)

Sobre o destino das áreas do antigo rocio e as disputas de poder entre as instâncias de governo, explica Lúcia Noêmia Simoni:

“As terras de uso comum no Município de São Paulo – os Logradouros e servidões, foram sendo paulatinamente apropriadas por particulares, num processo do qual participou a Câmara, quando promoveu a sua divisão em datas para concessão, ou favoreceu determinados interesses. A definição de quem teria o domínio sobre as terras oscilou em torno de interesses específicos, cuja força se amparava na Câmara e Conselho da Província, dependendo de quem ocupasse os cargos de vereador e presidente da Província.

24 Ata da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão de 16/04/1830, p. 127 e Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo 1829-1830, p. 259 apud BRITO, 2009, p.83, grifo meu.

A delimitação e precisa demarcação destes espaços, como se vê, não interessava [...] às autoridades municipais e provinciais[...].
(SIMONI, 2002)

Foi nesse período, entre 1844 e 1847, que Bresser levantou o Mappa da Cidade de São Paulo Offerecido a sua Magestade, e como o título indica, foi feito por ordem do presidente da província Manoel da Fonseca Lima e Silva. Evidentemente, essa planta não solucionaria as disputas entre o governo municipal e o provincial, pois a área em questão, o rocio, contido no mapa de maneira bastante incompleta, por não se tratar do tema da representação. Apenas a porção norte do rocio, até rio Tietê, que é aproximadamente o limite da meia légua, aparece representada no mapa. Entretanto, esse documento prova que, mesmo antes da Lei de Terras, havia conhecimento técnico suficiente para a execução de uma planta circunstanciada do patrimônio municipal que discriminasse as terras sob domínio da Câmara daquelas de domínio privado.

Mesmo não podendo resolver as pendências que envolviam as terras do rocio, o Mappa de Bresser certamente foi útil à Câmara, visto que o recorte do mapa privilegia a representação das terras ao norte do núcleo, área que nesse momento comportava e induzia o crescimento urbano e que logo receberia novos loteamentos.

Interessante notar também que, mesmo antes de 1850, ou seja, antes da terra adquirir legalmente o estatuto de mercadoria com a promulgação da Lei de Terras, os interesses sobre seu domínio já se manifestavam de uma forma muito evidente.

AUSÊNCIA DO MAPA

Promulgada a Lei de Terras em 1850 e instituída a dúvida sobre o destino das áreas remanescentes do rocio, os interesses em jogo se tornam mais evidentes e as disputas se acirram.

Os frequentes conflitos entre as instâncias de governo se davam por conta de divergências na base dos governos, “de maneira geral, é possível verificar uma identidade de interesses entre a Câmara Municipal e a Assembléia Legislativa, uma vez que a primeira representava os interesses do poder local, e os membros da Assembléia eram escolhidos pelos eleitores da Província – e, portanto, tinham compromissos com o poder local. Entretanto, o Presidente da Província era nomeado pelo Imperador, devendo ao governo central fidelidade.” (BRITO, 2007, p.95)

Até 1852, depois da promulgação da Lei de Terras, estava proibida a cobrança de foro sobre as concessões realizadas pela Câmara Muni-

cipal e suspensas as concessões gratuitas de datas. Assim, a Câmara Municipal de São Paulo envia à Assembléia Legislativa Provincial uma representação que propunha a venda dos lotes considerados adequados à edificação urbana e aforamento dos “terrenos do subúrbio” com a intenção de aumentar os rendimentos municipais (SIMONI, 2002 apud. BRITO, 2007, p.86).²⁵

A proposta foi aprovada pela Assembléia Legislativa Provincial, autorizando a venda de terrenos e o aforamento de chácaras, alterando a cobrança do foro anual de 100 para 1 real por braça (SIMONI, 2002). Imediatamente após esse ato o Presidente da Província suspendeu a autorização alegando que não haveria tal concessão sem que fossem realizados “certos trabalhos preparatórios por meio dos quaes fique com clareza averiguado: –10 quaes os terrenos pertencentes inquestionavelmente ao rocio da Capital e Freguezias que estão devolutos. –20 quaes os que deveriam ser reservados para logradouro público. –30 quaes os que cumpre reservar para a abertura de ruas e praças, para cemitérios das povoações, e outras edificações públicas, quer no presente, quer no futuro, ordena aos Snres. Presidente e vereadores da mesma Câmara Municipal q. não [...] aforem antes de apresentarem ao governo *um mapa* onde se especifiquem as circunstancias acima expostas [...]”.²⁶

Apesar de esta Portaria suspender os aforamentos das terras comuns, enquanto não fossem realizados os levantamentos e a planta citados, a concessão gratuita de terras do rocio permaneceu autorizada, conforme a lei aprovada pela Assembléia Legislativa Provincial, somente sendo suspensa dois anos mais tarde quando a regulamentação da Lei de Terras, de 1854, reiterou a obrigatoriedade da realização de um levantamento da situação de todas as terras municipais.

Sobre o fato da Portaria expedida pelo Presidente da Província não suspender a concessão gratuita de terras do rocio, “é preciso lembrar que esse ato permitiria a alienação do patrimônio municipal sem a pré-

25 “Além disso, na mesma representação, alegava que, em virtude das concessões terem sido limitadas a uma data por indivíduo e do estabelecimento de dimensões máximas bastante reduzidas, de 10 braças de frente, impostas em 1830, havia se tornado comum a prática de, para a formação de uma chacara, um indivíduo, em nome alheio, proceder a vários pedidos de datas, adquirindo-as posteriormente por compra. Por isto, solicitava também autorização para concessões, por aforamento, de datas de maiores dimensões, com até 100 braças em quadra (c. 48.400m²), limitadas a uma data por indivíduo, pela qual seria pago o foro anual de 100 réis por braça, além de um imposto proporcional à superfície concedida, para as despesas com medição e demarcação do terreno.” (BRITO, 2007, p.86)

26 Portaria do Exmo. Govo. Proval. de 29 de outubro de 1852 apud. BRITO, 2007, p.87, grifo meu.

via realização da discriminação, demarcação e reserva das terras, praticamente legalizando o *descontrole* sobre as mesmas”. (BRITO, 2007, p.88)

Imediatamente após a publicação da Portaria, a Câmara Municipal solicita²⁷ ao governo provincial um engenheiro que pudesse realizar os tais levantamentos e medições sendo imediatamente indicado para esse trabalho o engenheiro provincial José Porfírio de Lima.

O levantamento de José Porfírio Lima jamais foi executado, tendo a Câmara, em 1858, alegado que o engenheiro “abandonou esse trabalho logo depois de começado”²⁸, descumprindo assim as prescrições da Portaria de 1852 e a regulamentação da Lei de Terras de 1854. (BRITO, 2007, p.89-90)

O fato do trabalho ter sido “abandonado logo depois de começado” não chega a ser uma surpresa visto que Porfírio pertencia aos grupos interessados em manter o atual regime de distribuição de datas, assim como revela Monica Silveira Brito:

“Porfírio, que se tornou vereador na década de 1860 e membro da Comissão Permanente de Datas, esteve intimamente relacionado a diversas outras obras voltadas aos *melhoramentos urbanos*. Atuava também como fiscal de obras empreitadas pela administração provincial junto a particulares. Nessa função, notabilizou-se pela postura tendenciosa de seus pareceres técnicos, protegendo os interesses dos contratados em detrimento dos públicos.” (BRITO, 2007, p.89 nota 45)

A situação manteve-se inalterada até 1859 quando uma Portaria emitida pelo Presidente da Província revogou a decisão de proibição das concessões e autorizou a retomada das concessões gratuitas do rocío, respondendo a uma solicitação da Câmara para “repartir a terra gratuitamente pelo povo”, apelando para a Carta de Doação do rocío, de 1598. A Câmara argumentou ainda que a eminente chegada da estrada de ferro certamente acarretaria o crescimento da cidade e posterior de-

27 “A solicitação seguiu em ofício datado de 03 de novembro de 1852 e o encaminhamento deu-se por ofício de 22 de novembro de 1852” (SIMONI, 2002). “Segundo nos informa CAMPOS (CAMPOS, Eudes. Arquitetura paulistana sob o Império. Aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo, Tese de Doutorado FAUUSP, 1997), nessa época a Câmara já contava com um engenheiro em seus quadros mas, conforme constata SIMONI (2002), os vereadores alegaram que esse profissional estaria impossibilitado de proceder aos levantamentos exigidos uma vez que, para isso, teria que ser afastado de suas atribuições.”

28 Ata da Câmara Municipal de São Paulo 25/22/1858 apud. BRITO, 2007, p.90 nota 47.

manda por novas edificações. Solicitava-se então a autorização para a retomada das concessões gratuitas de terras e a ampliação dos limites do rocío.

A alegação da Câmara, ao reivindicar as terras para reparti-la com o povo, não concorda com os fatos, já que:

“Certas de que a cidade atrairia grande contingente populacional em decorrência do aumento do volume de negócios, as elites passaram a exercer forte pressão sobre a Câmara para que se iniciasse imediatamente uma farta distribuição de datas de terra aos munícipes. [...] Os documentos camarários a partir desses anos conservam ecos de uma política de distribuição de datas injusta e discriminatória, que resultou na concentração das datas de melhor localização nas mãos de uns poucos concessionários. Paralelamente aos casos de concentração irregular de grande número de datas nas mãos de um mesmo concessionário, ocorreriam até fins do Império frequentes casos de apropriação indébita de terrenos devolutos e de uso comum, o que revela a demanda desordenada por terrenos numa cidade que, *todos previam*, em breve passaria por um período de acentuado crescimento demográfico e de intensa urbanização. Antes que os ricos fazendeiros se transferissem para São Paulo, como era esperado, e antes mesmo que grandes levas de imigrantes inundassem a cidade, já estava configurada uma intensa especulação fundiária na capital paulista. Os indícios são facilmente identificados por meio da documentação escrita, mas ela *praticamente não transparece* na documentação cartográfica que estamos analisando.”²⁹

Curiosamente, não houve receio em registrar esses acontecimentos, como nos mostrou Eudes Campos, na *documentação escrita*, enquanto se evitava a todo custo o registro cartográfico. Esse fato evidencia que o poder característico das representações cartográficas já fazia parte do instrumental ideológico nessa data, mesmo sem ter sido levantado um mapa que ilustrasse a questão.

Nesse contexto, Monica Silveira Brito chama atenção para o fato de que “prevaleceram, portanto, direitos estabelecidos no século XVI, em detrimento das normas recém instituídas”. (BRITO, 2007, p.90)

“A permanência dos arranjos de caráter arcaico, de instituições e práticas ancestrais, que davam o tom ao movimento de *moderniza-*

29 CAMPOS, Eudes. São Paulo Antigo: Plantas da Cidade. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (20): set/out. 2008. grifos meus.

ção que ensaiava seus passos mais significativos até então, distorcia o sentido dessa *nova* legislação que, tendo levado cerca de 22 anos para ser aprovada e quatro para ser regulamentada, era logo em seguida desrespeitada pelas próprias autoridades responsáveis por sua aplicação.” (BRITO, 2007, p.90)

Inclui-se nessas práticas o moderno conjunto de técnicas representado pela cartografia, que, recém inseridas em São Paulo, vinham sendo distorcidas e manipuladas pelo próprio governo municipal.

Também é importante considerar que nenhum tipo de discriminação das terras do rocio foi feita, e, a essa altura dos acontecimentos, a execução de uma planta cadastral circunstanciada parecia muito improvável.³⁰

A Portaria de 1859, que autorizou a retomada das concessões gratuitas de terras do rocio, tornou-se especialmente importante pelo fato de que, logo depois de sua publicação, ocorreu farta distribuição de datas na região do antigo *patrimônio do Conselho*, sendo considerada um *surto de datas*. Foram distribuídas, em um ano, cerca de 36% do total de datas concedidas em quase todo o século.³¹

Sendo a indefinição um fato constituído pelas leis, portarias, avisos e, evidentemente, a ausência de uma planta, levantamento ou demarcação que representasse uma posição oficial sobre a extensão das terras do rocio, foi baixada, em 1859, uma circular que obrigava a Câmara a informar ao delegado local do *Diretor Geral de Terras Públicas*³² o limite do rocio e dos campos de uso comum obtendo como resposta que estas eram “as terras dentro dos limites da meia légua concedidas por Martim Affonso”. Esse debate se iniciou devido a mais um acontecimento que contrapunha os interesses das duas instâncias de poder, no mesmo ano de 1859, assim como explica Monica Silveira Brito:

30 “Lembremos que não foi apenas quanto à talvez complicada tarefa de confecção de uma planta que as autoridades se omitiram, pois nem mesmo o registro dos terrenos indubitavelmente pertencentes ao Conselho e Situados para além da área urbana, imposto pelo Aviso de 17/01/1855, que complementava as determinações do artigo 91º do Decreto 1318, chegou a ser efetivado.” (BRITO, 2007, p.90 nota 49)

31 “Em 1860 foram distribuídas 476 do total de 1300 datas concedidas em São Paulo entre os anos de 1801 e 1891” (MÓNACO, Roberto. As terras devolutas e o crescimento da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado FAUUSP, São Paulo, 1991 apud BRITO, 2007, p.91 nota 50)

32 “O Delegado do Diretor Geral de Terras Públicas nessa ocasião era o também vereador Antônio José Barbosa da Veiga que integrava a “Comissão Permanente de Datas” da Câmara.” (BRITO, 2007, p.91 nota 52)



largo São Francisco, em 1860, na foto de Militão Augusto de Azevedo - Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de São Paulo



Vista da ladeira São Francisco para o Largo da Memória em 1860, em foto de Militão Augusto Azevedo - Seção Arquivo de Negativos DPH/PMSP

“A Repartição Geral de Terras Públicas, a quem coube o controle das terras devolutas situadas fora dos limites dos rocios, ao ser autorizada a vender terras para agricultura e criação no município de São Paulo, foi alertada pela Câmara paulistana, de que as localidades em questão eram *logradouros de uso comun* dos moradores das freguesias.” (2007, p.91)

Dessa forma, a Câmara Municipal conseguiu que todas as solicitações de compra de terras nessa região passassem por uma aprovação prévia dos vereadores, numa comissão composta por três membros da Câmara de São Paulo.

“Estava em andamento um processo de apropriação privada dos campos de uso comum, ou logradouros públicos, do Município de São Paulo.[...] o conflito em pauta era em torno da forma de aquisição das terras, onerosa ou gratuita, e a quem caberia reparti-las –Câmara ou Província. Estes interesses contrapunham-se diretamente ao direito dos usuários dos logradouros, que efetivamente se utilizavam das terras para subsistência [...]. (SIMONI, 2002, p.59)

Diante dos impasses em torno da distribuição das terras do rocio, mais uma vez, em 1861, a administração provincial, extremamente paciente e flexível, solicita à Câmara que encarregue um engenheiro para realizar os tais *trabalhos precisos* de levantamento:

“Tendo esta Câmara de informar ao Exmo. Governo e com urgência sobre as datas que tem concedido nos diversos logares do seo rocio, e sendo indispensável determinar limites do mmo. Rocio, para se poder dar uma informação bem fundada e exacta, sobre tal assunto, indico que esta Câmara encarregue a um engenheiro de fazer os trabalhos precisos, para haver pleno conhecimento dos limites do referido rocio, tomando como base um raio de meia legoa tirado da porta da Sé para todos os lados da cidade, trabalho este que foi authorizado e communicado pelo Exmo. Gov. no anno pp.”³³

Entretanto, nos anos de 1862 e 1863, durante a gestão do Presidente de Província Vicente Pires da Motta – que ao assumir o cargo resolveu

33 SILVA, Lígia Osório. A lei da terra: um estudo sobre a história da propriedade da terra no Brasil. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1990 apud. BRITO, 2007, p.94.

aplicar a pena de comisso sobre os concessionários que não tivessem cumprido as condições legais – os conflitos entre as administrações se acirraram, quando a *Repartição Geral de Terras Públicas*, diante da “ausência de um levantamento que permitisse uma mais clara separação entre as terras particulares, daquelas sob domínio da Câmara, das devolutas e das de *uso comum*” (BRITO, 2007, p.95), decidiu por realizar, ela mesma, os trabalhos de discriminação dos domínios dessas terras mas foi barrada pela recusa da Câmara em autorizar a utilização dos Livros de Registro de Cartas de Datas, sem as quais o trabalho foi inviabilizado.

“Trata-se de um acirramento da referida disputa entre poderes locais contra as iniciativas relacionadas à implantação do projeto do governo geral, que buscava criar um aparelho administrativo que permitisse o levantamento e a padronização de informações, entre outras medidas centralizadoras, de modo a manter subordinada a si tanto a autonomia política, quanto o patrimônio público em mãos das instâncias locais de poder” (BRITO, 2007, p.95.)

A tentativa do governo geral de centralizar o poder através do *levantamento e padronização de informações*, nesse momento, passava pela utilização da cartografia, ou do registro cartográfico.

Com relação aos trabalhos de discriminação entre domínios de terra municipais e privados, em 1868, a administração provincial, através da *Repartição Geral de Terras Públicas*, realizou o tombamento dos *Próprios Nacionaes* do município de São Paulo sem realizar, no entanto, nem medição e demarcação, nem a discriminação entre domínios particulares e municipais. Foi somente em 1886 que esse trabalho foi parcialmente realizado pelo governo provincial (MÓNACO, 1991 apud. BRITO, 2007, p.97). Na década de 1920 outro trabalho de tombamento e discriminação do patrimônio municipal foi realizado pelo governo estadual (SIMONI, 2002, p.79).

As ingerências continuaram até 1873, quando, após doze anos de elaboração, o Código de Posturas foi suspenso logo depois de entrar em vigência, devido a contestações de “cidadãos destacados que criticaram a criação de novas taxas e impostos, assim como a elevação das já existentes” e a pressão por parte de alguns vereadores. Entretanto, o Código foi aprovado em 1875, mantendo as Cartas de Data como “contrato perpétuo e passível de transmissão por herança, doação, arrendamento, aforamento e venda”. (SIMONI, 2002, p.95)

As décadas de 1870 e 1880 foram marcadas pela distribuição de

datas pela Câmara, no rocio e na marca das seis léguas³⁴, com características muito próximas da venda, mas com uma cláusula de caducidade caso não houvesse indícios de construção após seis meses da concessão (BRITO, 2007, p.97). Isso vinculou a manutenção da data aos recursos financeiros do proprietário, condição que poucos na cidade mantinham.

“Contudo, aqueles que, em período imediatamente anterior, tinham sido agraciados com o privilégio de obter terras do patrimônio público, muitas delas por concessão gratuita, puderam extrair, pouco depois, uma renda bastante elevada, uma vez que naquele intervalo a cidade crescia rapidamente, com uma enorme intensificação do mercado imobiliário, lançamento de loteamentos e instalação de infra-estrutura urbana.” (BRITO, 2007, p.98)

O processo de dissolução desse patrimônio comum, que eram as terras do antigo rocio, aconteceram em diversos campos, quase desaparecendo, como observa BRITO, “as disposições para concessão de datas constantes daquele código [1875] não fazem mais menção a expressões de raízes coloniais como *rocio* e *bens do Conselho*, passando essas terras a serem designadas *patrimônio municipal*”.

Esses momentos foram seguidos pela instalação de um vigoroso mercado de aluguéis na cidade de São Paulo chegando, em 1886, a 70% dos imóveis paulistanos estarem alugados, segundo o Relatório da Comissão Central de Estatística. O início da década de 1880 também foi marcado por uma forte valorização das datas de terra.

Foi nesse contexto, em 1881, que foi executada a Planta da Cidade de São Paulo pela Companhia Cantareira e Esgotos. Como vimos, a Cantareira, que operava em São Paulo desde 1877, organizou essa planta para orientar os serviços de água e esgoto vendidos pela Companhia. Entretanto, apesar de ser uma planta cadastral, minuciosamente levantada e desenhada, assim como a planta de Bresser, não foi útil para resolver a questão da determinação dos domínios de terras municipais e privadas do rocio, visto que representava exclusivamente a área urbanizada da cidade, de acordo com os interesses de uma empresa prestadora de serviços de urbanização. Curiosamente, como explica

34 “Aliás, segundo SIMONI (2002), a despeito das determinações do Código de Posturas, naquele momento (1875-1878) estavam sendo distribuídas, gratuitamente, terras municipais que se encontravam ainda disponíveis no *Morro do Caaguassú, Telégrafo, Brás, Pary, Estrada do Vergueiro, Várzea da Moóca, Campo Redondo, Estrada do Lavapés e Caminho da Penha*. (BRITO, 2007, p.98)

Eudes Campos (2004), ela foi utilizada na Câmara de São Paulo para *complementação de dados*:

“Em 7 de março de 1881, um vereador indicou à Câmara que solicitasse da empresa cópia desse documento gráfico para que fosse realizado a partir dela um trabalho de complementação de dados que interessava à Municipalidade. Como a Câmara não conseguia mandar realizar a tão sonhada planta cadastral da cidade, que orientasse a distribuição das terras do patrimônio municipal (ros-sio) sob a forma de datas e todos os futuros trabalhos de alinhamento de ruas e de construções, o edil cogitava usar essa planta recentemente executada pela iniciativa privada e adaptá-la ao serviço público. Ainda em 1887 a planta da Cantareira era vista na Câmara como um documento muito útil, por trazer uma parte do cadastro da cidade e parte dos arrabaldes. Embora já desatualizado no que se refere ao traçado viário e às construções, em decorrência da rápida expansão urbana experimentada naqueles dias, mantinha-se esse trabalho “digno de toda a confiança”.” (CAMPOS, 2008)

Ainda sobre os registros notáveis na planta da Companhia Cantareira, vê-se que se trata de uma representação extremamente objetiva e redutora, sendo seus edifícios representados de forma muito clara e direta, diferente do Mappa de Bresser que era, literalmente, uma obra de arte. No mapa da Companhia são representadas igrejas, lojas maçônicas, teatros, a assembléia, quartéis, academias, armazéns e estações, não havendo preferência, ao menos graficamente, por edifícios civis, militares ou religiosos. O caráter laico desse mapa não é somente uma característica de uma planta realizada por uma empresa capitalista de provimentos urbanos, a quem esse comportamento beneficiaria, mas também uma evidência da laicização crescente na transição do Império para a República, quando diversos aspectos da vida social acompanharam essa tendência, influenciando notavelmente, inclusive, na nomeação de logradouros³⁵.

35 “Até mesmo nomes novos de ruas haviam sido adotados oficialmente em 1865, ficando as tradicionais denominações populares, às vezes tão cruas, substituídas por nomes mais “convenientes”, relativos a pessoas ilustres ou então alusivos a fatos e datas comemorativas da história pátria. Os principais edifícios da Capital continuavam sendo igrejas e conventos, mas agora vemos também assinalados sedes de jornais, tipografias, boticas e colégios, o que demonstra que a cidadezinha começava a ter uma vida urbana mais intensa” (CAMPOS, 2008). Sobre a laicização e re-nomeação das localidades na Europa do século XII, Henri Lefebvre, na análise que fez sobre a consolidação do espaço abstrato lembra que “O espaço que emerge no século XII na Europa ocidental, que gradualmente ganha (a França, a Inglaterra, a



São Paulo Chácaras, Sítios e Fazendas ao redor do Centro - Arquivo Agurra Museu Paulista



Planta da Cidade de São Paulo e Municípios Circumvizinhos - 1943 - The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd. - Repartição de Eletricidade

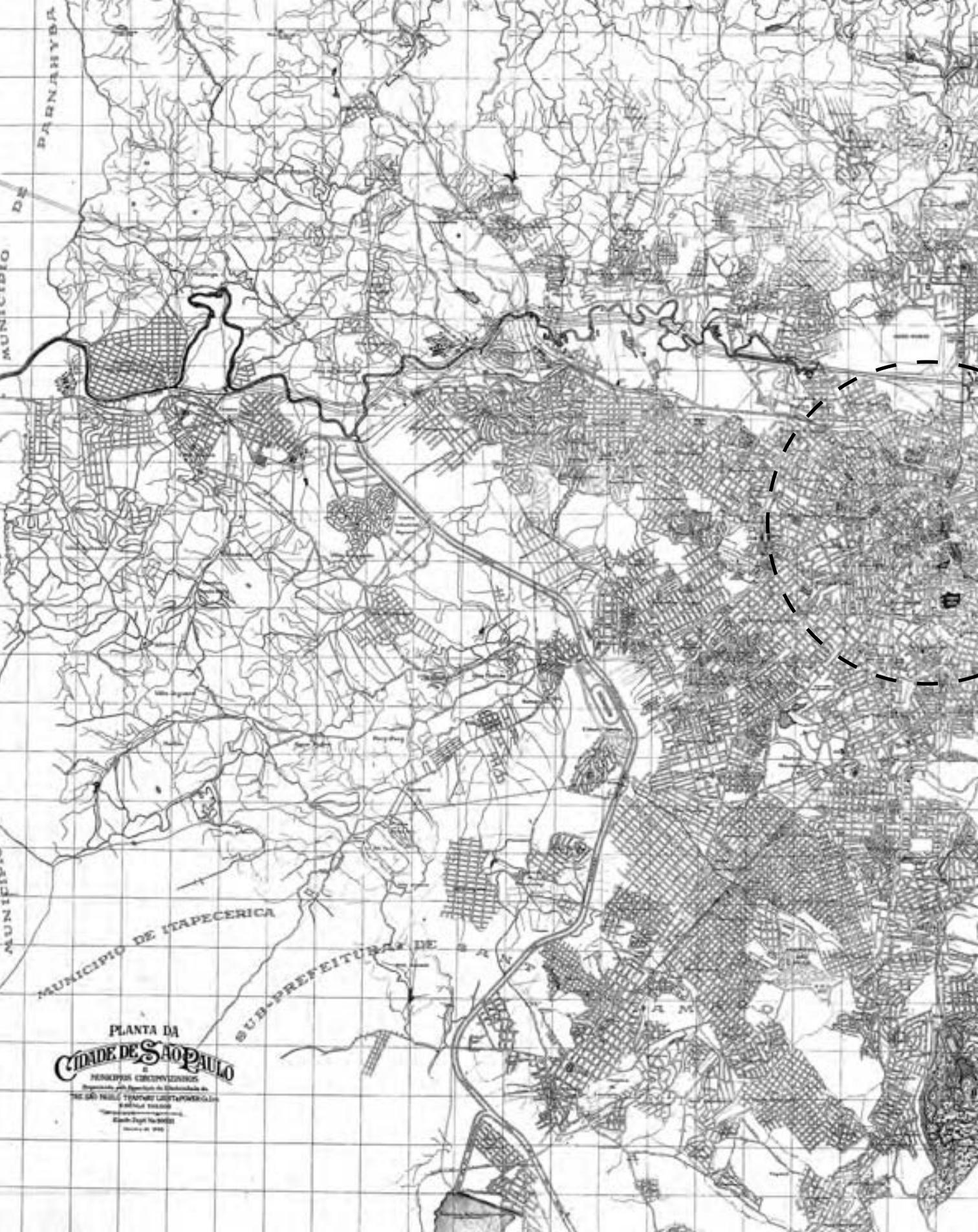
Interessante notar que nas duas plantas o Rio Tietê, ao norte, é justamente o limite da área do rocio, distante aproximadamente meia légua, ou 3,3km, da Sé. Possivelmente, o fato da área representada ao norte ser o limite do rocio é uma coincidência, visto que, pelas características do mapa, muito objetivo, o rio consta apenas como um ramal da rede de esgotos. Entretanto, a análise da planta junto às informações fornecidas por Campos e Brito, permite supor que esta planta, assim como a planta de Bresser, deve ter sido muito útil aos vereadores da cidade, já que representa “em branco”³⁶, à espera de ocupação, parte importante das áreas que estavam sendo distribuídas nesse momento, mesmo que não tenha sido produzida especificamente para esse fim.

Com relação à diminuição das terras sob o domínio do município, Brito lembra que, “certamente, a parcela mais significativa do patrimônio municipal teria passado a mãos privadas em momento anterior. [...] Os anos de 1808-09 constituíram momento importante nesse processo, assim como os primeiros anos da década de 1850, quando a Câmara inclusive pedia autorização para aforar chácaras com até 100 braças em quadra”. (BRITO, 2007, p.99-100)

Os últimos anos do Império foram caracterizados por uma presença mais forte do governo provincial, instituindo em 1886 a Comissão especial de Colonização, cujo objetivo era propiciar a ampliação dos núcleos coloniais existentes, com a intenção de aumentar o número

Holanda e a Itália), é o espaço da acumulação, seu berço, seu lugar de nascimento. Por que e como? Porque o espaço laicizado resulta da ressurreição do Logos e do Cosmos, que subordinam a si o “mundo” e às forças subterrâneas. Com o Logos e a lógica, o direito se reconstitui; as relações contratuais (estipuladas) substituem os costumes e exigências costumeiras” (LEFEBVRE, 2006, p. 177). “O espaço fervilhava de potências escondidas, frequentemente mais malélicas que boas. Cada lugar tinha seu nome e cada denominação designava também uma dessas obscuras potências: “Numen-nomen”. Os nomes (nossos “lugares-ditos” [lugares-designados/localidades]) provenientes do período agropastoril não tinham desaparecido sob a romanidade. As mil pequenas superstições terrenas dos Romanos, veiculadas pelas “villae”, associadas às grandes maledicências cristãs, puderam apenas manter esta profusão do sagrado/maldito à superfície do solo. No século XII se opera uma metamorfose, um deslocamento, uma subversão de significantes. Mais exatamente, o que significava imediatamente o interdito se reenvia então aos significantes como tais, privados de seu significado afetivo, mágico. Poucos lugares, parece, foram desbatizados; mas muitos nomes novos se sobrepuseram aos antigos, criando uma rede terrestre desprovida de caráter religioso.” (LEFEBVRE, 2006, p. 177)

36 Existe uma hipótese que diz que os espaços representados em branco num mapa tendem a ser percebidos como uma área vazia a ser ocupada. Na atualidade, favelas que ocupam pontos estratégicos para o mercado imobiliário, quando representadas em branco em mapas oficiais e não oficiais, tendem a iniciar o processo de expulsão dos moradores, mesmo antes que decisões legais sejam tomadas.



MUNICÍPIO DE PARNAGUÁ

MUNICÍPIO DE

MUNICÍPIO DE

MUNICÍPIO DE ITAPEKERICA

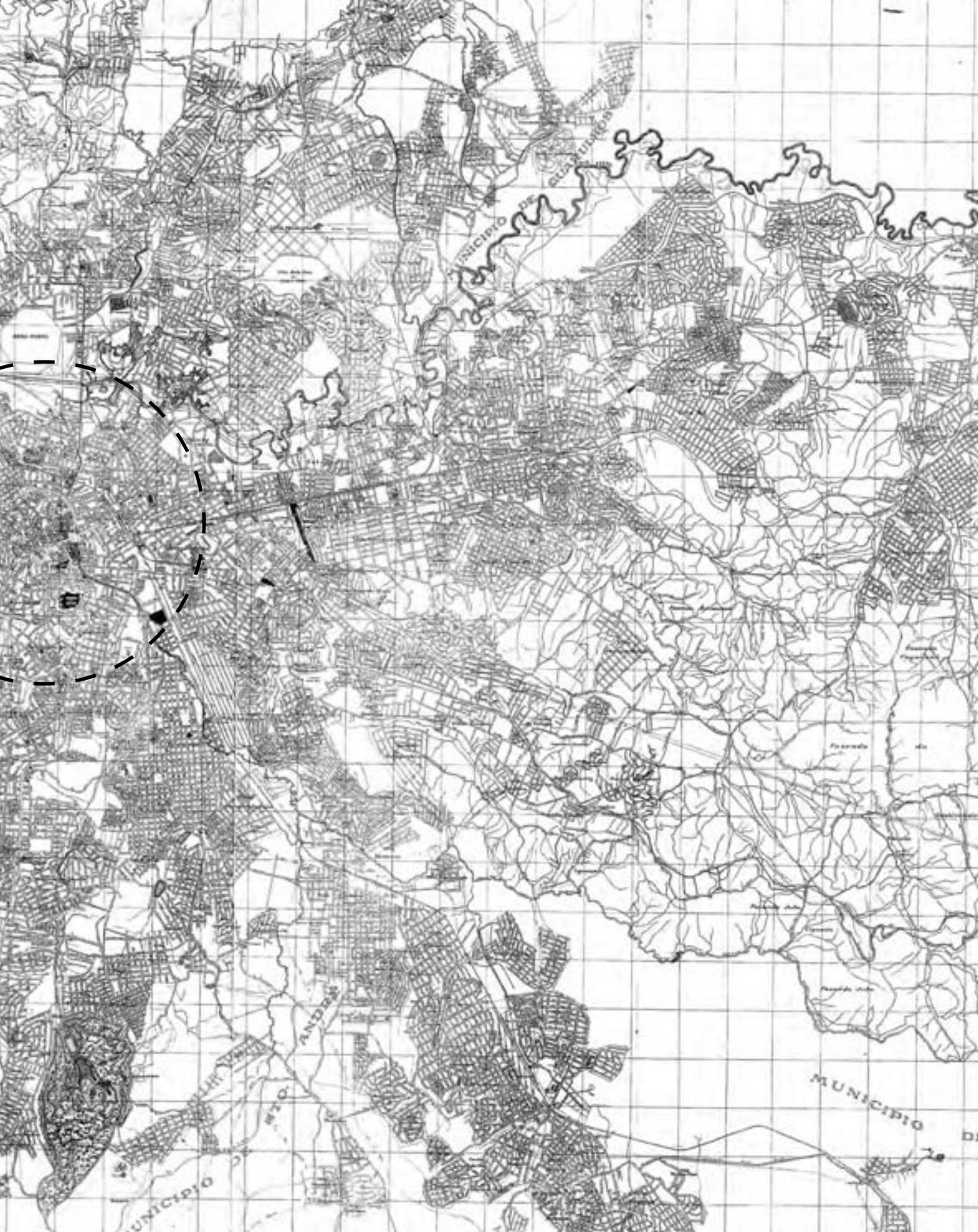
SUB-PREFEITURA DE SÃO PAULO

PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO

RENDERIZADO CARTOGRAFICO
Elaborado pelo Serviço de Estatística da
Cidade de São Paulo em colaboração com
o Serviço de Estatística do Estado de São Paulo
Escala: 1:50.000
Rio de Janeiro, 1950



Sobreposição do perímetro do rocío, da Planta da Cidade de São Paulo, de 1943, da Companhia Light e do Mapa das Chácaras.



de imigrantes neles assentados. Com todas as terras próximas da capital nas mãos de particulares, essa Comissão promoveu a medição e a demarcação das terras devolutas de São Paulo.³⁷ Dessa forma o governo provincial obteve o controle administrativo dessas terras devendo aplicá-los à colonização ou venda *previamente medidos e demarcados*. No momento em que as terras de uso comum passam a ter dono, não haveria mais motivo para que não existisse um mapa que representasse todas as terras que circundavam o núcleo urbanizado. Mapas, a partir de agora, passariam a ser produzidos com o objetivo de, justamente, legitimar o processo de transferência das terras do antigo *patrimônio do Conselho* do domínio comum ao particular, favorecendo a consolidação do mercado imobiliário em São Paulo.

A sobreposição dos dois mapas cadastrais desse período, portanto, não revela a importância dos processos ocorridos durante a grande parte do século XIX. Processo esse que foi responsável pela consolidação do mercado imobiliário e pela emergência de novas relações sociais de produção na construção de São Paulo. Esses mapas se constituem em uma opacidade em relação a esses acontecimentos.

A planta conhecida como “Mapa das Chácaras” de São Paulo, pertencente ao Arquivo Aguirra do Museu Paulista³⁸ revela o que esses mapas escondem. O Mapa da Chácaras, representa as propriedades de terra referente às “chácaras, sítios e fazendas ao redor do centro”, “desaparecidas com o crescer da cidade”. Todas os limites das propriedades são representadas no mapa junto com o nome dos proprietários e a data em que foram adquiridos. Não se trata, portanto, de uma mapa com uma data definida, ainda que se possa afirmar que representa a situação das propriedades em São Paulo de meados do século XIX e início do XIX.

Esse mapa revela que as terras ao redor do centro já estavam to-

37 “Segundo nos informa MÔNACO (1991), esses levantamentos auferiam ao rocio de São Paulo um perímetro de 28.327,20m e uma área de 43.560.000m².” (BRITO, 2007, p.100). Essa área corresponde a um raio de aproximadamente 3,740m.

38 Profundo conhecedor de questões de propriedade imobiliária da capital e no Estado de São Paulo, João Batista de Campos Aguirra, nascido em 1871 em Limeira, São Paulo, era conhecido pela atividade comercial e arquivística. Foi proprietário do chamado de Arquivo Aguirra. Também proprietário de terras ao sul da capital, Aguirra publicou estudos sobre a questão das terras e seus proprietários, sobretudo em São Paulo. Levantou diversas falsificações relativas à propriedade fundiária em São Paulo no início do século XX. Atualmente, o Arquivo Aguirra faz parte do acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. PIRES, Walter. Arquivo Aguirra. Fonte documental sobre a formação territorial de São Paulo. in Anais do Museu Paulista. São Paulo. 10/11 p.61-78, 2002.

talmente nas mãos de particulares no final do século XIX, fato que os mapas do período são incapazes de revelar.

A sobreposição de Mapa das Chácaras a um quarto mapa, datado de 1943 e levantado pela Companhia Light, revela como os acontecimentos ocorridos durante o século XIX foram determinantes para a morfologia da cidade de São Paulo. Essa sobreposição mostra como todos os loteamentos realizados na cidade respeitaram, cada um individualmente, os limites das chácaras, sítios e fazendas, adquiridos a partir da indefinição que se instituiu em meados do século XIX na capital. Essa sobreposição mostra também o poder do mercado imobiliário de São Paulo, que passou a ser centralidade, já que fica evidentemente, que se loteou e vendeu todas essas chácaras sem permitir que qualquer legislação urbanística ou planejamento interferisse nos seus interesses. O desenho de cidade que resultou desse processo é um tecido fragmentado onde cada loteamento respeitou apenas os próprios interesses individuais. Como os limites das chácaras respeitavam acidentes geográficos, como cursos d'água, fundos de vale e cumes de montanha, o que se vê é uma cidade que pouco se sensibilizou com as tentativas de ordenamento acontecidas durante anos.

Curiosamente, a cartografia, agora, faz-se presente ao revelar a importância dos fatos acontecidos nesse período, quando se evitou a todo custo o levantamento de uma planta que trouxesse clareza ao processo que estruturou o mercado imobiliário da capital.

Entretanto, a estruturação física, social e política da cidade de São Paulo a partir desses acontecimentos e de sua cartografia, relação que se buscou evidenciar até aqui, está profundamente relacionada à emergência de novas relações sociais de produção. A seguir, será aprofundado o processo que implicou essas novas relações sociais com a cartografia do período.

AUSÊNCIA NO MAPA

Mesmo não havendo um mapa circunstanciado do antigo *patrimônio do Conselho* ou do rio durante grande parte do século XIX, outros mapas de São Paulo foram levantados nesse mesmo período, principalmente no último quarto do século. Esses mapas, assim como os cadastrais, estão relacionados com a produção do espaço da cidade, mas de uma forma distinta da que vimos anteriormente. Eles são, em sua maioria, mapas turísticos, e, apesar de serem figurativos, sempre foram instrumentos eficazes na produção do espaço, que, não por acaso, hoje se constitui como espaço abstrato.

Esses mapas turísticos, diferente dos mapas cadastrais, não são ma-

pas manuscritos, são os primeiros mapas impressos e litografados da cidade de São Paulo, produzidos em grandes tiragens e destinados à ampla distribuição. Eram dirigidos a diversos segmentos da sociedade e muitas vezes, por razões comerciais, a outros estados e países. Muitos deles faziam parte de almanaques onde constavam propagandas e anúncios dos negócios empreendidos pela classe dominante de São Paulo. Negócios esses que passavam a ser cada vez mais especializados e diversificados.

Existem diversos mapas turísticos desse período, cada qual com uma característica particular de representação, aumentando ou diminuindo certos aspectos, de acordo com interesses específicos. Os três mapas analisados a seguir foram selecionados dentre outros por conterem indícios evidentes das questões que se pretende abordar nessa parte do trabalho. São eles o Mappa da Capital da Pcia. de S. Paulo de 1877, de autoria de Fernando de Albuquerque e Jules Martin; a Nova Planta da Cidade de São Paulo de 1891, realizada por Ugo Bonvicini e Victor Dubugras e a Planta da Cidade de São Paulo de 1893, também de Ugo Bonvicini.

Não por acaso, os autores desses mapas, Jules Martin³⁹, Fernando de Albuquerque⁴⁰, Hugo Bonvicini⁴¹ e Victor Dubugras⁴², além de car-

39 Jules Martin, artista gráfico e ilustrador francês, estudou na Escola de Belas Artes de Marselha. Chegou ao Brasil em 1868, no Rio de Janeiro e em 1870 instalou-se em São Paulo com uma gráfica, que em 1875, recebe a visita do Imperador D. Pedro II, passando a se chamar “Imperial Litografia”. Foi professor do Liceu de Artes e Ofícios e presidente fundador da Sociedade de Beneficência Francesa. Projetou e construiu o primeiro Viaduto do Chá, inaugurado em 1892, com a intenção de cobrar o pedágio na ligação do centro com os bairros além-Anhangabaú.

40 Fernando de Albuquerque era engenheiro civil nascido em Santos, formado em Easton, na Pensilvânia. Foi administrador da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital Samaritano. Em 1891 foi membro do Conselho de Intendência que governou a Cidade de São Paulo (PASSOS, 2009). Albuquerque é co-autor, junto a Carlos Rath, do pequeno Mappa Topográfico da Cidade de São Paulo de 1877, publicado no guia da cidade de Abílio A. S. Marques. Rath, que era engenheiro, geólogo, geógrafo e pintor nascido na Alemanha, veio ao Brasil em 1801 para realizar e dirigir diversas obras públicas, além de levantamentos cartográficos. Construiu o Cemitério da Consolação, trabalhou na Inspetoria de Obras Públicas e se ocupou intensamente na solução do problema de abastecimento de água da capital.

41 Hugo Bonvicini foi editor, cartógrafo e escritor tendo trabalhado com o grafista, litógrafo e fotógrafo V. Steidel, conhecido por ser pioneiro na produção e comercialização de cartões postais de São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro.

42 Victor Dubugras, arquiteto francês criado em Buenos Aires, mudou-se para São Paulo em 1891, onde trabalhou na carteira imobiliária do Banco União, sob a direção de Ramos de Azevedo. Também trabalhou no Departamento de Obras Públicas, o



Mappa da Capital da Pcia. de S. Paulo - 1877 - Albuquerque, Fernando de e Martin, Jules.



região do Brás em detalhe do Mappa da Capital da Pcia. de S. Paulo - 1877 - Albuquerque, Fernando de e Martin, Jules.



Nova Planta da Cidade de São Paulo - 1891 - Bonvicini, Ugo e Dubugras, Victor.



o loteamento da Vila Deodoro em detalhe da Nova Planta da Cidade de São Paulo - 1891 - Bonvicini, Ugo e Dubugras, Victor.

tógrafos, mantinham outras atividades profissionais que sempre se relacionavam com negócios urbanos⁴³, com obras públicas e com o poder público. Esse fato representa a diversidade dos negócios⁴⁴ com que a cartografia era associada no momento em que a cidade, o urbano, e a produção do espaço se tornavam um negócio lucrativo e as atividades comerciais passavam a ter um importante significado para a elite política e econômica, que, assim como se vê nesses autores, se constituía no mesmo personagem. A história dos atores desses mapas, por si só, já vincula a cartografia com os negócios urbanos e com a produção do espaço, mas não é o suficiente para explicar as implicações dessas cartas com o espaço da cidade.

Fator comum a esses mapas é recortar o centro da cidade ocultando os subúrbios da capital⁴⁵. O centro e o vetor que vai até os bairros da Consolação, Santa Cecília, Luz e Campos Elíseos aparecem sempre de

DOP, até abrir seu próprio escritório na capital no fim da década de 1890. Foi professor da Escola Politécnica de São Paulo e fundou a Sociedade de Arquitetos e o Instituto de Engenharia. Na década de 1910, trabalhou com o engenheiro Saturnino de Brito. Convidado pelo futuro presidente da república, Washington Luís, de quem era amigo, projetou a Ladeira da Memória em São Paulo e os Pousos e Monumentos da Serra de Paranapiacaba. Desenvolveu diversos projetos particulares, residenciais e comerciais, nos bairros da elite paulistana, como Vila Buarque, Higienópolis e Cerqueira César.

43 Mesmo o ramo de cartões postais, que são análogos aos mapas turísticos, operam em função da afirmação de uma certa “monumentalidade” do centro da cidade, tendo como uma de suas principais intenções, atrair negócios, investimentos e compradores para a capital.

44 Segundo Paulo Cesar Xavier Pereira, “o desenvolvimento do comércio atacadista, o número crescente de depósitos na cidade e as 547 casas comerciais varejistas, atestam a vitalidade comercial da cidade. Os bancos (8), as casas comissárias (25), as agências e companhias de seguro (4), as várias e pequenas indústrias e casas de prestação de serviços, em número tão expressivo quanto as casas varejistas, e algumas poucas fábricas de porte, davam vida à nova cidade. Especificamente em relação aos estabelecimentos de materiais de construção, havia olarias (37), carpintarias (6), casas de aparelhos de gás, água e esgotos (4), serrarias e carpintarias (4), vidraçarias (4), casas de douradores e pintores (30), estabelecimentos de pedra artificial (2) e de pedra e cantaria (2)”. (PEREIRA, 2004, p. 41-42 nota 6)

45 Pela indicação de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, observa-se que mapas como linguagem, implicam a utilização de *figuras de linguagem* como hipérboles e metáforas. No caso desses mapas turísticos, a metonímia, quando se toma a parte (centro) pelo todo (cidade). Sobre a utilização dessas figuras e a constituição do espaço abstrato lembra Lefebvre: “esta formação não pode ser compreendida senão ao se transcender as categorias correntes do “inconsciente” e do “consciente” que o emprego das metáforas, pois elas são inerentes ao discurso, portanto à consciência; nada mais “inconsciente” se a análise leva em conta o conteúdo que se manifesta pela seqüência, ao longo do uso (palavras e conceitos)”. (LEFEBVRE, 2006, p. 194)

forma privilegiada e completa, enquanto que o Braz, Moóca, Liberdade e Bela vista aparecem apenas parcialmente. Em geral, pode-se afirmar que os subúrbios, espaços da pobreza, são sempre dissimulados, representados como se fossem jardins, parques ou simplesmente aparecem em branco. Intencionalmente, o mapa ilumina algumas regiões enquanto obscurece outras.

O esforço em evidenciar o caráter imponente e monumental da cidade é especialmente nítido no Mappa da Capital da Pcia. de S. Paulo, de 1877, de autoria de Albuquerque e Martin, onde todas as edificações importantes são destacadas com ilustrações de suas fachadas enquanto grande parte da região do Braz e Moóca é transformada em um enorme jardim anexo ao centro⁴⁶.

No caso da Nova Planta da Cidade de São Paulo, de 1891, de Bonvicini e Dubugras e da Planta da Cidade de São Paulo, de 1893, de Bonvicini, as distorções ficam mais evidentes. No primeiro, o bairro de Higienópolis aparece representado fora da quadro que emoldura o mapa revelando o esforço do cartógrafo em localizar essa região no mapa. Ainda na planta de 1891, a novíssima Villa Deodoro, loteada no início da década de 1890, ao sul do centro, na Glória, aparece num quadro separado, que destaca esse empreendimento.

A Planta da Cidade de São Paulo, de 1893, aumenta a sua área de abrangência de forma que a Villa Deodoro aparece inserida no tecido da cidade mas, assim como no mapa de 1891, fora do quadro que emoldura o mapa. A rua das Palmeiras, na Santa Cecília, também sai do quadro da planta. Como no mapa de 1891, o bairro de Higienópolis é forçadamente representado. Entretanto, o caso mais notável é o da avenida Paulista, inaugurada em 1891, que provavelmente ainda pouco ocupada, aparece totalmente fora do quadro, desproporcional e fora de escala, forçando o reposicionamento das letras de localização quase para fora do papel, em um nítido esforço do cartógrafo em localizar essa avenida no mapa.

Fazer constar no mapa as localidades importantes e os novos vetores de crescimento urbano se tornava um imperativo para a cartografia, mesmo para a cartografia figurativa, justificando, inclusive, o comprometimento da qualidade da representação. O mesmo esforço não é concedido aos bairros do Braz e do Bom Retiro que permanecem

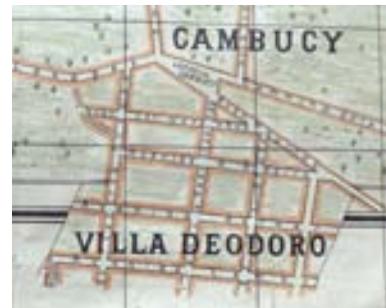
46 Essa é uma característica comum aos mapas imobiliários contemporâneos, ao ilustrar favelas ou áreas pobres próximas à novos empreendimentos como se fossem jardins ou até mesmo em branco, o que induziria a “urbanização” dessas áreas, já que áreas representadas em branco em cartas tendem a ser “ocupadas” mesmo que ali existam habitantes.



Planta da Cidade de São Paulo - 1893 - Bonvicini, Ugo



Avenida Paulista, na região da Bela Vista, no detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1893 - Bonvicini, Ugo



o loteamento da Vila Deodoro em detalhe da Planta da Cidade de São Paulo - 1893 - Bonvicini, Ugo



anúncio em publicação que inclui a Nova Planta da Cidade de São Paulo - 1891 - Bonvicini, Ugo e Dubugras, Victor.



anúncio em publicação que inclui a Nova Planta da Cidade de São Paulo - 1891 - Bonvicini, Ugo e Dubugras, Victor.

parcialmente representados e dissimulados.

Existe outra característica nesses mapas, que é uma forma de distorção muito utilizada em mapas institucionais do final do século XIX e início do século XX, que de alguma forma foi gestada nessas cartas turísticas. Trata-se da não-distinção gráfica entre áreas densamente ocupadas, como o centro da cidade, e as áreas apenas loteadas ou pouco ocupadas, como é o caso da Villa Deodoro no mapa de 1891. Essa distorção, nitidamente ideológica, faz com que loteamentos distantes, isolados do centro, pareçam unidos organicamente ao tecido da cidade, favorecendo, assim, a comercialização de lotes nessas localidades. Esse é o caso da Villa Deodoro nos mapas de 1891 e 1893, onde esses lotes são, segundo essa hipótese, literalmente, anunciados para a venda. Essa característica se tornará uma das maiores vocações da cartografia da cidade de São Paulo: colocar seus lotes no mercado.

A hipótese que guia a análise dos mapas turísticos de São Paulo do final do século XIX, indica que a valorização da monumentalidade da cidade e a dissimulação dos espaços de pobreza, nessas plantas, constituem-se em momentos importantes da destituição da cultura negra e do trabalhador livre, nacional e imigrante, como forma de sujeição do trabalho ao capital. Esse processo faz parte do conjunto de transformações introduzidas na capital pela intensificação do cultivo do café na província. Essa destituição, que se implica com a necessidade da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, foi importante para a atualização de São Paulo frente ao capitalismo internacional e se constitui no processo embrionário de industrialização⁴⁷ na cidade.

SUJEIÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL

Para se entender a hipótese da participação da cartografia no processo de sujeição do trabalho ao capital, é necessário aprofundar as transformações sociais e econômicas que a cultura do café promoveu na província de São Paulo e no país.

Segundo José de Sousa Martins, em *O Cativo da Terra*⁴⁸, tanto no regime de trabalho escravo quanto no regime de trabalho livre, a renda

47 Na análise que fez sobre a passagem do espaço social absoluto para o abstrato, Henri Lefebvre observou que “mais tarde somente, no segundo grau da abstração espacial, será a vez do Estado (o Estado dará continuidade). As cidades e seus burgueses perderão o controle do espaço ao mesmo tempo que a dominação sobre as forças produtivas que se libertam desses limites passando do capital comercial e bancário ao capitalismo industrial.” (LEFEBVRE, 2006, p. 180)

48 MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

capitalizada era a principal forma do capital.

Martins indica que quando o trabalho era escravo a terra era destituída de valor, portanto, não equivalia ao capital mesmo quando tinha um preço. A ocupação da terra era feita pela simples posse por pequenos lavradores ou pelas cartas de sesmaria, que era a forma legal de obtenção de terras por grandes fazendeiros.

As terras eram abundantes, o que fazia da aplicação de dinheiro na terra um negócio de risco, já que não existia um mercado imobiliário que garantisse algum retorno. Assim, era mais vantajoso aplicar dinheiro em escravos, já que a organização econômica da fazenda não estava diretamente vinculada à comercialização dos bens ali produzidos, mas sim à comercialização dos trabalhadores cativos⁴⁹.

“Nesse sentido, o principal capital do fazendeiro estava investido na pessoa do escravo, imobilizado como renda capitalizada, isto é, tributo antecipado ao traficante de negros com base numa probabilidade de ganho futuro. O fazendeiro comprava a capacidade do escravo criar riqueza. De fato, a terra sem trabalhadores nada representava em termos econômicos; enquanto isso, independentemente da terra, o trabalhador era um bem precioso.” (MARTINS, 1981, p. 26)

Além disso, o capital imobilizado na pessoa do escravo servia como garantia em empréstimos realizados pelos fazendeiros para a ampliação dos negócios da fazenda. Quase todo o capital envolvido na produção era proveniente das hipotecas lançadas sobre a propriedade dos escravos.

Com a proibição do tráfico, em 1850, o preço dos escravos disparou, aumentando o capital disponível aos fazendeiros. Esse fato também explicaria o avanço do café do Rio de Janeiro para os municípios paulistas próximos aos limites daquela província.

Assim, “a expansão do crédito, que aparentemente, beneficiava a produção, encerrava uma contradição: a elevação do preço do escravo incrementa a base de obtenção de empréstimos hipotecários ao mesmo tempo em que a expansão dos empreendimentos cafeeiros ficava na dependência de uma maior imobilização de capital, sob forma de renda capitalizada na pessoa do cativo. Essa situação, portanto, não be-

49 Sobre o trabalho escravo nas fazendas, explica Martins que “esse trabalho era, como sabemos, trabalho compulsório. Entretanto, o caráter compulsório do trabalho não provinha da escassez absoluta de mão-de-obra, mas do fato de que a oferta desses trabalhadores no mercado era regulada pelo comércio negreiro.” (MARTINS, 1981, p.25)

neficiava o fazendeiro, mas sim o traficante, incrementando o tributo que a produção devia pagar ao comércio”. (MARTINS, 1981, p. 28)

Com a crescente demanda por trabalhadores escravos, trazidos de outras províncias, a tendência era aumentar a imobilização dos recursos dos fazendeiros sob a forma de renda capitalizada enquanto que os tributos pagos aos traficantes aumentavam mais rapidamente que a produtividade do trabalho.

A única solução possível seria a abolição da escravatura.

É provável que isso já tinha sido previsto antes da data da proibição do tráfico, em 1850, visto que nesse mesmo ano foi promulgada a lei que incentivou o desenvolvimento de uma política de imigração⁵⁰ de colonos estrangeiros que respondesse à demanda de trabalhadores livres nas fazendas de café. (MARTINS, 1981, p. 28)

Entretanto, a ampla disponibilidade de terras devolutas por todas as partes do país, poderia constituir um grave problema, já que essas terras estavam, teoricamente, livres para serem apossadas não só por negros libertos mas também por qualquer trabalhador livre, nacional ou que viesse de outro país.⁵¹

A concessão de sesmarias, que impunha obstáculos à simples ocupação da terra, tinha sido abolida com a Independência, ficando, as terras devolutas do Império, “desprotegidas” até a promulgação da Lei de Terras, em 1850, quando foi instituído, como foi analisado anteriormente, que o acesso à terra não se daria de outra forma que não fosse a compra, o que já dificultava o acesso à propriedade da terra. A promulgação da Lei de Terras representou a formalização da propriedade

50 Segundo Paulo Cesar Xavier Pereira “a política imigratória foi forjada pelos cafeicultores de São Paulo e subvencionada pelos cofres públicos, conseguindo carrear a disponibilidade de trabalho europeu para o complexo cafeeiro” (PEREIRA, 2004, p. 39 nota 1). Segundo Lúcio Kowarick, em “Escravos, Párias e Proletários”, a “opção arquitetada pelo grande fazendeiro de café foi a importação em massa da mão-de-obra, que empobrecida na Europa, não tinha outra alternativa senão a de vender, por sinal a preços aviltantes, sua força de trabalho. [...] Na atividade cafeeira ocorreu a superexploração do trabalhador, porque a abundância da mão-de-obra, predominantemente estrangeira em certas zonas e nacional em outras, possibilitou deteriorar os salários”. (KOWARICK apud PEREIRA, 2004, p. 39 nota 1)

51 “Ainda no mesmo ano de 1850, foram adotados procedimentos legais com vistas à substituição dos trabalhadores cativos. O objetivo sugerido foi o de promover a livre imigração do exterior. Todavia, nesse ponto refletiu-se o fato de que, no Brasil, a escravidão era o principal recurso institucional para garantir aos fazendeiros uma oferta de força de trabalho compatível com a demanda de seus empreendimentos. Se a escravidão cessasse nada poderia prevenir o deslocamento dos antigos e novos trabalhadores para as terras livres da fronteira agrícola, onde poderiam tornar-se trabalhadores autônomos em suas próprias terras.” (MARTINS, 1981, p. 122)

privada da terra no Brasil.

Em 1854, todas as ocupações e títulos de sesmarias foram validados, com a regulamentação da Lei de Terras, e, a partir disso, surgiu no Brasil uma indústria de falsificação de títulos de propriedades, “sempre datados de época anterior à data da lei, registrados em cartórios oficiais, geralmente mediante suborno aos escrivães e notários” (MARTINS, 1981, p. 29).

O acesso à propriedade era, quase sempre, inacessível ao antigo escravo e ao imigrante, seja por ignorância ou por falta de recursos financeiros para despesas judiciais ou subornar autoridades. Dessa forma, “a impossibilidade de ocupação sem pagamento das terras devolutas, recriava as condições de *sujeição do trabalho* que desapareceriam com o fim do trabalho cativo”. (MARTINS, 1981, p. 29, s grifo meu)

A questão do crédito hipotecário, que antes era lastreado no capital investido no escravo, foi solucionada, em 1873, com a expansão do crédito hipotecário a todos os municípios das províncias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, “tendo como suporte a fazenda, representada sobretudo pelas plantações e pelas instalações” (MARTINS, 1981, p. 30). Isso permitiu que o escravo fosse substituído não só como trabalhador, mas também como garantia hipotecária.

Faltava resolver a questão do livre acesso às terras devolutas do Império, evitando que o trabalhador livre simplesmente tomasse posse ou comprasse alguma porção de terra, tornando-se, assim, trabalhador autônomo e proprietário, deixando o trabalho nas lavouras de café. Nesse sentido, ocorreram diversos debates, entre os grupos interessados, sobre a melhor maneira de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. A solução adotada evitou que o imigrante tivesse acesso à terra de forma imediata, devendo os colonos, conquistar a propriedade da terra através do trabalho, de forma que se condicionou o acesso à propriedade, que raramente aconteceu, ao trabalho prévio na fazenda de café.

Paulatinamente, o capital ora investido na pessoa do cativo, agora liberado, passaria a ser aplicado na propriedade fundiária.

“Combinava-se de novo, sob outras condições históricas e, portanto, de outra forma, aparentemente invertidos, os elementos de sustentação da economia colonial. A renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa. No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo como

meio para garantir a *sujeição do trabalho ao capital*, como *substituto da expropriação territorial do trabalhador e substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho.*" (MARTINS, 1981, p. 32. grifos meus)

A partir das observações de Martins, deve-se concordar com Emília Viotti quando afirma que ser liberal no começo do século XIX era uma subversão, enquanto que ser liberal na segunda metade do século XIX era uma exigência da economia.⁵²

Havia, portanto, como indica Martins, manifestado interesse, por parte dos produtores de café, em manter afastados da propriedade da terra, negros alforriados, assim como trabalhadores nacionais e imigrantes, como forma de *sujeição do trabalho*, abrindo frente para a implementação do regime de trabalho livre no país. Tal operação foi vital para o sucesso das transformações sociais e econômicas então pretendidas, e indica o fundamento para a análise da cartografia figurativa desse período, onde estaria contida a necessidade da expropriação do antigo escravo e do imigrante através da segregação espacial.

A cultura do café e as modificações na base da produção econômica da província, que implicou na abolição da escravatura e na imigração européia, introduziu transformações na cidade de São Paulo, notadamente nas formas de produção e elaboração material do espaço da cidade, onde, assim como nas lavouras, aconteceram transformações na forma de valorização do capital, passando a se concentrar, principalmente, na propriedade imobiliária.

Cabe, portanto, analisar como se deu, na cidade de São Paulo, a passagem do regime de trabalho escravo para o regime de trabalho livre, assim como a passagem do domínio da obtenção de renda através do trabalho escravo para a obtenção de renda a partir da propriedade privada da terra.

Nesse período, a cidade de São Paulo passava por um processo de modernização e intensa urbanização que a levaria para além da Colina do Tamanduateí. A expansão física e econômica da cidade foi um reflexo direto da cultura do café, que estimulou o crescimento do comércio, da indústria e do mercado financeiro na capital. Os desdobramentos do cultivo do café fizeram com que fazendeiros, empresários e funcionários do governo se instalassem na cidade. O crescimento populacional foi acompanhado pelo vertiginoso incremento da urbanização. A

52 COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à Colônia. São Paulo. Difel, 1982.

imigração, que acontecia para fomentar a produção rural, também teve forte reflexo na cidade com os imigrantes que tentavam encontrar trabalho e moradia na cidade como uma alternativa ao trabalho rural.⁵³

Como foi analisado anteriormente, a introdução da moderna propriedade da terra, com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, foi essencial para a constituição das relações capitalistas na província e na cidade de São Paulo.

Na cidade, um fator importante para a constituição dessas relações foi o assalariamento, que no decorrer da segunda metade do século XIX passou a ser mais utilizada como forma de remuneração do trabalho. (PEREIRA, 2004, p.23)

Assim como observa Paulo Cesar Xavier Pereira, ao estudar a atividade da construção na cidade, o assalariamento pode coexistir com o trabalho escravo. No caso específico da construção, em São Paulo, essa atividade foi, primordialmente, realizada por trabalho livre. A utilização do trabalho escravo pelo colonizador, como auxiliar de construção, implicou diretamente na “formação profissional do cativo”, que alcançou qualificação profissional e aperfeiçoamento. (PEREIRA, 2004, p.23)

Até a segunda metade do século XIX, o trabalho escravo era pouco relevante em São Paulo, tendo sido mais empregado com o desenvolvimento da cultura do café na província. Os escravos realizavam atividades muito diversificadas, como “escravos de eito, negros de ganho e escravos domésticos”. Entretanto, como explica Xavier Pereira, o “escravo assalariado”⁵⁴ era a modalidade de trabalho escravo que anunciava a complexidade das transformações em curso.

Assim como explanado anteriormente, o capital era aplicado na pessoa do cativo na forma de renda capitalizada. Como o dinheiro pago ao traficante era despendido com base na capacidade do escravo de gerar riqueza, o proprietário se esforçava para tornar permanente a utilização do escravo, como forma de retorno do capital investido, “por meio de seu deslocamento contínuo entre os canteiros de obras [...]”.

53 PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. São Paulo - a construção da cidade - 1872-1914. São Carlos, Rima, 2004. p. 23.

54 Como lembra Pereira, “A denominação “escravo assalariado” é uma classificação adotada pelo Recenseamento de 1872” e trata-se do “aluguel do escravo por seu proprietário. Evidentemente, o escravo não se assalaria por si mesmo, pois não é proprietário de seu trabalho. Contudo, ele é denominado assalariado porque por meio de seu desempenho no trabalho é que seu proprietário recebe um ganho periódico quando o aluga. Trata-se, de fato, de um aluguel que propicia uma renda ao proprietário. [...]” (PEREIRA, 2004, p. 26, nota 6)

O aluguel de escravos, solução que foi muito utilizada em São Paulo⁵⁵, foi responsável por aumentar a possibilidade de retorno do capital investido, mas também por introduzir uma ambiguidade na produção que colaborou com a constituição do trabalho livre.

“Durante o século XIX, à medida que ocorria a desagregação do escravismo e a dinâmica econômica interna se expandia, tornou-se comum o pagamento de salário como retribuição do trabalho, tanto do homem livre como do escravizado. Nesse sentido, a locação de cativos, assemelhada a um assalariamento, significava mais do que manter continuidade e imprimir mobilidade no uso do escravo; implicava quebrar a relação fixa do escravo e de seu senhor, caminhava em direção à negação da própria razão de ser da escravidão. O escravo de aluguel acentuava no seio do próprio escravismo as *características mercantis da força de trabalho*, expressando contradições dessa organização social.” (PEREIRA, 2004, p.28-29, grifo meu)

Assim, o uso do escravo de aluguel denunciava a proletarização do trabalhador e, embora não representasse o “assalariamento pleno e nem massivo”, tratava-se “apenas de um processo de proletarização embrionário, que tem sua importância por ser interior à economia e concomitante às primeiras levas imigrantes”. (PEREIRA, 2004, p.29)

O importante a ser considerado é que, apesar do regime de trabalho escravo ser muito distinto do regime de trabalho livre, do ponto de vista de quem comprava trabalho, seja alugando escravos ou pagando um trabalhador, não existia diferença. (PEREIRA, 2004, p.29)

Essa possibilidade de emprego do trabalho escravo, combinado com o trabalho livre, estabeleceu uma forma de controle da produção mantendo a sujeição dos escravos e reforçando a dependência dos libertos (PEREIRA, 2004, p.30-31). “Há motivo para crer que a prosperidade econômica, a partir de meados do século XIX, aliada ao alto preço do cativo, à crise da escravidão e ao crescimento das cidades, concorreu para afirmar as ocupações urbanas e para desenvolver o relacionamento entre mão-de-obra escrava, forra e livre, em que locação de escravo e alforria deveriam ter sua importância.” (PEREIRA, 2004, p.32)

É importante notar que, a partir de 1870, à alforria foi associada a

55 “Na província de São Paulo, em 1872, considerando as pessoas do sexo masculino assalariadas, a proporção de escravos correspondia a 23,5% (5.403), a de estrangeiros a apenas 8% (2.058), sendo a grande maioria dos assalariados - 68,8% - formada por trabalhadores nacionais.” (PEREIRA, 2004, p. 26)

hostilidade pela escravidão, que exerciam forte pressão para o fim da escravidão e se constituíram em elemento importante na transição do emprego do trabalho escravo para o emprego do trabalho livre.

Entendendo que a renda capitalizada é a forma dominante do capital, tanto no regime de trabalho escravo quanto no regime de trabalho livre, no meio urbano, houve também uma transição do predomínio da obtenção de renda a partir do escravo para o predomínio da renda obtida a partir da propriedade privada da terra.

O significado da propriedade do escravo se renovava, passava de uma forma tradicional de riqueza, de instrumento para realizar trabalho, para propriedade de capital, garantindo hipotecas ou rendimentos através do aluguel⁵⁶. A “locação se modernizava e se diversificava, a propriedade do escravo formalizava-a como força de trabalho, porque, do ponto de vista de quem o alugava, não se comprava o escravo, mas apenas seu trabalho. Nessa modernização e diversificação da propriedade do escravo, toda a sociedade se renovava” (PEREIRA, 2004, p.34). A propriedade da terra passava a ser considerada, cada vez mais, um patrimônio, independentemente de qualquer exploração produtiva. “Ambas as propriedades, a do escravo e a da terra, como formas de riqueza, constituíram elementos econômicos que não se originavam no processo produtivo, mas se redefiniam ao assumirem formas novas, modificando a própria relação de produção.” (PEREIRA, 2004, p.34)

Assim, como a propriedade do escravo passou a funcionar como capital, a propriedade da terra também passou a assumir essa função passando a proporcionar renda em dinheiro⁵⁷. Ou seja, como afirma Xavier Pereira, à medida que se alterou o significado econômico da propriedade da terra, concomitantemente se modificou a importância do trabalho escravo como elemento de geração de riqueza. (PEREIRA, 2004, p.37)

Nesse processo, que fundamentava a industrialização em São Paulo, com a metamorfose da propriedade e da renda, emergiu a forma de produção de moradia por encomenda, fazendo com que o interesse pela propriedade se situasse sobretudo na construção de casas para serem alugadas, diminuindo o interesse pela propriedade de escravos.

56 “Nesse contexto a proletarização embrionária, representada pelo escravo de aluguel transitou de uma renda proporcionada pela concessão do direito de uso do trabalho escravo para uma renda proporcionada pela concessão do direito de uso do trabalho escravo (seu aluguel).” (PEREIRA, 2004, p. 37)

57 “Essa passagem resultou da alteração do significado econômico das relações sociais que haviam modificado o interesse em adquirir ou manter uma ou outra propriedade: a do escravo ou a do imóvel.” (PEREIRA, 2004, p. 37)



Nas páginas ao lado: sobreposição do Mappa da Capital da Pcia. de S. Paulo - 1877 - Albuquerque, Fernando de e Martin, Jules e da Planta da Cidade de São Paulo - 1881 - Companhia Cantareira e Esgotos.

MAPA DA CAPITAL DA PÁRIA DE S. PAULO

seus Edifícios publicos, Hospedarias, Igrejas, Banha, Passagens etc

publicado por F. de A. ... em 1877



Guia N.º 1

1	Palácio do Governo	21	Teatro de São Paulo
2	Palácio do Senado	22	Teatro de São Paulo
3	Palácio do Congresso	23	Teatro de São Paulo
4	Palácio do Tribunal	24	Teatro de São Paulo
5	Palácio do Ministério	25	Teatro de São Paulo
6	Palácio do Ministério	26	Teatro de São Paulo
7	Palácio do Ministério	27	Teatro de São Paulo
8	Palácio do Ministério	28	Teatro de São Paulo
9	Palácio do Ministério	29	Teatro de São Paulo
10	Palácio do Ministério	30	Teatro de São Paulo
11	Palácio do Ministério	31	Teatro de São Paulo
12	Palácio do Ministério	32	Teatro de São Paulo
13	Palácio do Ministério	33	Teatro de São Paulo
14	Palácio do Ministério	34	Teatro de São Paulo
15	Palácio do Ministério	35	Teatro de São Paulo
16	Palácio do Ministério	36	Teatro de São Paulo
17	Palácio do Ministério	37	Teatro de São Paulo
18	Palácio do Ministério	38	Teatro de São Paulo
19	Palácio do Ministério	39	Teatro de São Paulo
20	Palácio do Ministério	40	Teatro de São Paulo

Guia N.º 2

1	Palácio do Governo	21	Teatro de São Paulo
2	Palácio do Senado	22	Teatro de São Paulo
3	Palácio do Congresso	23	Teatro de São Paulo
4	Palácio do Tribunal	24	Teatro de São Paulo
5	Palácio do Ministério	25	Teatro de São Paulo
6	Palácio do Ministério	26	Teatro de São Paulo
7	Palácio do Ministério	27	Teatro de São Paulo
8	Palácio do Ministério	28	Teatro de São Paulo
9	Palácio do Ministério	29	Teatro de São Paulo
10	Palácio do Ministério	30	Teatro de São Paulo
11	Palácio do Ministério	31	Teatro de São Paulo
12	Palácio do Ministério	32	Teatro de São Paulo
13	Palácio do Ministério	33	Teatro de São Paulo
14	Palácio do Ministério	34	Teatro de São Paulo
15	Palácio do Ministério	35	Teatro de São Paulo
16	Palácio do Ministério	36	Teatro de São Paulo
17	Palácio do Ministério	37	Teatro de São Paulo
18	Palácio do Ministério	38	Teatro de São Paulo
19	Palácio do Ministério	39	Teatro de São Paulo
20	Palácio do Ministério	40	Teatro de São Paulo

Progressivamente, com o novo significado econômico da propriedade do escravo e da terra, tornou-se mais interessante obter rendas provenientes da propriedade imobiliária. (PEREIRA, 2004, p.37)

“A discussão das transformações da propriedade e da renda serve para indicar que, nas contradições entre o escravismo e a mercantilização da economia urbana, a reprodução do capital precisava do avanço do trabalho livre como forma de superação do trabalho escravo. De tal forma que a emergência da produção de moradia por encomenda, destinada ao aluguel, ao mesmo tempo em que expressava a proletarização, abria o caminho para a reprodução do capital na construção. Do ponto de vista da necessidade do desenvolvimento capitalista da construção da cidade, metamorfosearam-se terra e trabalho.” (PEREIRA, 2004, p.37)

Além disso, continuava em vigor a necessidade de manter afastados da propriedade privada da terra os negros alforriados e a massa de trabalhadores imigrantes, como um fator necessário ao avanço da constituição do trabalhador livre. No caso da cidade de São Paulo, o impedimento ao livre acesso à propriedade das terras municipais e devolutas do Império constituiu-se ao longo do século XIX, quando as terras do antigo *patrimônio do Conselho* passaram para as mãos de particulares no processo que contou, como se viu, com a ausência da cartografia.

SEGREGAÇÃO E DISSIMULAÇÃO DOS ESPAÇOS DE POBREZA

Assim, abolição e imigração se constituíram como marcos importantes no processo de constituição do mercado de trabalho no Brasil, no final do século XIX, com a difusão do trabalho livre no meio rural e do trabalho assalariado no urbano, condições necessárias ao início da proletarização do trabalhador e ao desenvolvimento industrial capitalista. (PEREIRA, 2004, p.39)

A grande quantidade de imigrantes em São Paulo, que obrigatoriamente passavam pela *Hospedaria de Imigrantes*, evidenciava a crescente importância da cidade no contexto nacional, iniciando a sua consolidação como centro urbano e pólo distribuidor de mercadorias e mão-de-obra. Fazendeiros de café começavam a passar mais tempo na cidade para tratar de negócios financeiros e comerciais, ficando claro que o modo de vida tradicional passava a ser incompatível com as demandas exigidas na gestão da moderna empresa capitalista. Dessa forma, pode-se afirmar que o rápido crescimento industrial e urbano de São Paulo se deveu principalmente à concentração de capital e trabalho. Assim, a massa de mão-de-obra, sobretudo estrangeira, serviu ao capital

tanto na acumulação agrária quanto na acumulação industrial. (PEREIRA, 2004)

“O rápido crescimento da cidade significou ampliação do mercado de trabalho e de moradia, a irrupção de fábricas e o uso de máquinas em várias atividades industriais, refletindo a expansão da produção de mercadorias industriais. Esse afloramento do novo significava mais do que uma questão cultural criada pela mentalidade de progresso industrial; supunha, no âmago, a emergência de novas relações sociais de produção.” (PEREIRA, 2004, p.41)

Os desdobramentos e as implicações da cultura do café faziam a cidade florescer. Os fazendeiros que vinham se estabelecer na capital miravam a cultura européia, resultando, dessa prosperidade econômica, o projeto de europeização de São Paulo. Esse projeto favoreceu o trabalhador livre estrangeiro que era preferido em relação ao trabalhador nacional. Logo a Câmara Municipal começaria a estabelecer restrições às construções na região central, modelando o aspecto da cidade e restringindo o uso de sistemas construtivos tradicionais. Nas palavras de Paulo Cesar Xavier Pereira, “a velha taipa começou a ser substituída pelo tijolo”.

“Edifícios de taipa foram demolidos. No lugar da cidade antiga começou-se a construir uma nova cidade, agora toda de alvenaria. Quanto à atividade urbana, pode-se considerar que a cidade cresceu sobre si mesma, pois, inicialmente o aumento da área urbanizada não foi significativo. Na verdade, nessa mera substituição de edifícios é que se situava o segredo do incipiente crescimento urbano, por meio da renovação da Capital a partir da reconstrução da cidade sobre si mesma.” (PEREIRA, 2004, p.46)

Esse fato explica o pequeno avanço da urbanização da cidade observado na sobreposição dos dois primeiros mapas cadastrais de São Paulo, levantados nas décadas de 1840 e 1880, visto que essa “segunda fundação de São Paulo”⁵⁸, significou a construção de uma nova cidade de tijolos sobre a antiga cidade de taipa. Essa é, portanto, outra opacidade contida naqueles mapas que somente a sua sobreposição não foi capaz de revelar. Entretanto, isso confirma a hipótese de que já acontecia in-

58 A gestão de João Teodoro Xavier, entre os anos de 1872 e 1875, favoreceu a modernização das construções da capital de um modo tão forte que o período ficou conhecido como a “segunda fundação de São Paulo”. (PEREIRA, 2004, p. 42)

tensa movimentação imobiliária mesmo que os mapas cadastrais do período fossem incapazes de representá-la.

O adensamento do centro da cidade, passou a ser acompanhado pela produção imobiliária extensiva através do loteamento das chácaras e grandes terrenos e em locais mais valorizados, iniciando a ocupação das terras do antigo rocío. A massa de imigrantes era empregada na cidade e o capital⁵⁹ oriundo da produção do café era aplicado na construção de casas de aluguel e conjuntos residenciais para operários e para a classe média. A intenção era a europeização da cidade que passava por sua reconstrução. Assim, os investimentos passavam a se concentrar mais na produção imobiliária e a propriedade da terra passou a ser mais interessante que a propriedade do trabalhador cativo, agora, considerada arriscada devido a eminência da abolição da escravatura.

A formação de preços de monopólio associada a contínua expectativa de elevação dos preços dos imóveis fazia do negócio imobiliário uma atividade muito rentável. Além disso, a segurança da aplicação no mercado imobiliário também vinha do fato de que a valorização do capital aplicado na construção retorna não somente através da renda mas também através da exploração do trabalho na construção.

Segundo Paulo Cesar Xavier Pereira (2004), o aumento do valor da propriedade imobiliária, expressa na elevação dos preços de mercado, começava a combinar capitalização e valorização; “a primeira, mediante o simples aumento dos preços de mercado dos imóveis, muitas vezes especulativamente, a partir da intermediação de corretores e loteadores e a segunda, pela construção destinada ao mercado de imóveis em formação”. Essa “construção social do setor econômico da propriedade”, como denominou Xavier Pereira, teve seu impulso inicial com as construções de luxo para locação em bairros exclusivos destinados à nova burguesia. Agora, os fazendeiros “eram obrigados a residir mais tempo na cidade, junto das repartições públicas e particulares, em contato com os organismos políticos; as demoras nos domínios rurais começavam a encurtar: a casa rural perdia em austeridade o que ganhavam em

59 “[...] poucos poderiam ter sido mais claros que Henrique Raffard, nascido no Rio de Janeiro e filho do cônsul-geral da Suíça, de formação acadêmica européia e importante homem de negócios. Para ele, os “capitais paulistas conservaram-se tímidos por muitos anos e só apareciam quando garantidos por boas hipotecas a juros elevadíssimos [...]. Mas prevendo a extinção da escravidão e, conseqüentemente, a depreciação das propriedades agrícolas, e temendo a baixa de todo título particular ou público [...], os capitais paulistas atiraram-se então sobre os prédios e os terrenos da Paulicéia [...] a fim de dar emprego a seus dinheiros desocupados” (RAFFARD, H. Alguns dias na Paulicéia. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977 apud PEREIRA, 2004, p. 47)

Nas páginas ao lado: sobreposição da Planta da Cidade de São Paulo - 1893 - Bonvicini, Ugo e da Planta da Cidade de São Paulo - 1881 - Companhia Cantareira e Esgotos.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11

PLANTA da CIDADE DE SÃO PAULO

COM INDICAÇÃO DOS PRINCIPAIS EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Scale 1:50,000

1893

EGO BONVICINI

REFERÊNCIAS

- 1 Estação de São Paulo
- 2 Estação de São Paulo
- 3 Estação de São Paulo
- 4 Estação de São Paulo
- 5 Estação de São Paulo
- 6 Estação de São Paulo
- 7 Estação de São Paulo
- 8 Estação de São Paulo
- 9 Estação de São Paulo
- 10 Estação de São Paulo
- 11 Estação de São Paulo
- 12 Estação de São Paulo
- 13 Estação de São Paulo
- 14 Estação de São Paulo
- 15 Estação de São Paulo
- 16 Estação de São Paulo
- 17 Estação de São Paulo
- 18 Estação de São Paulo
- 19 Estação de São Paulo
- 20 Estação de São Paulo



PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO

EDITADA PELA
COMPANHIA CANTAREIRA E ESGOTOS

HENRY D. JOYNS W.C.C.
DESENHADO EM 1881

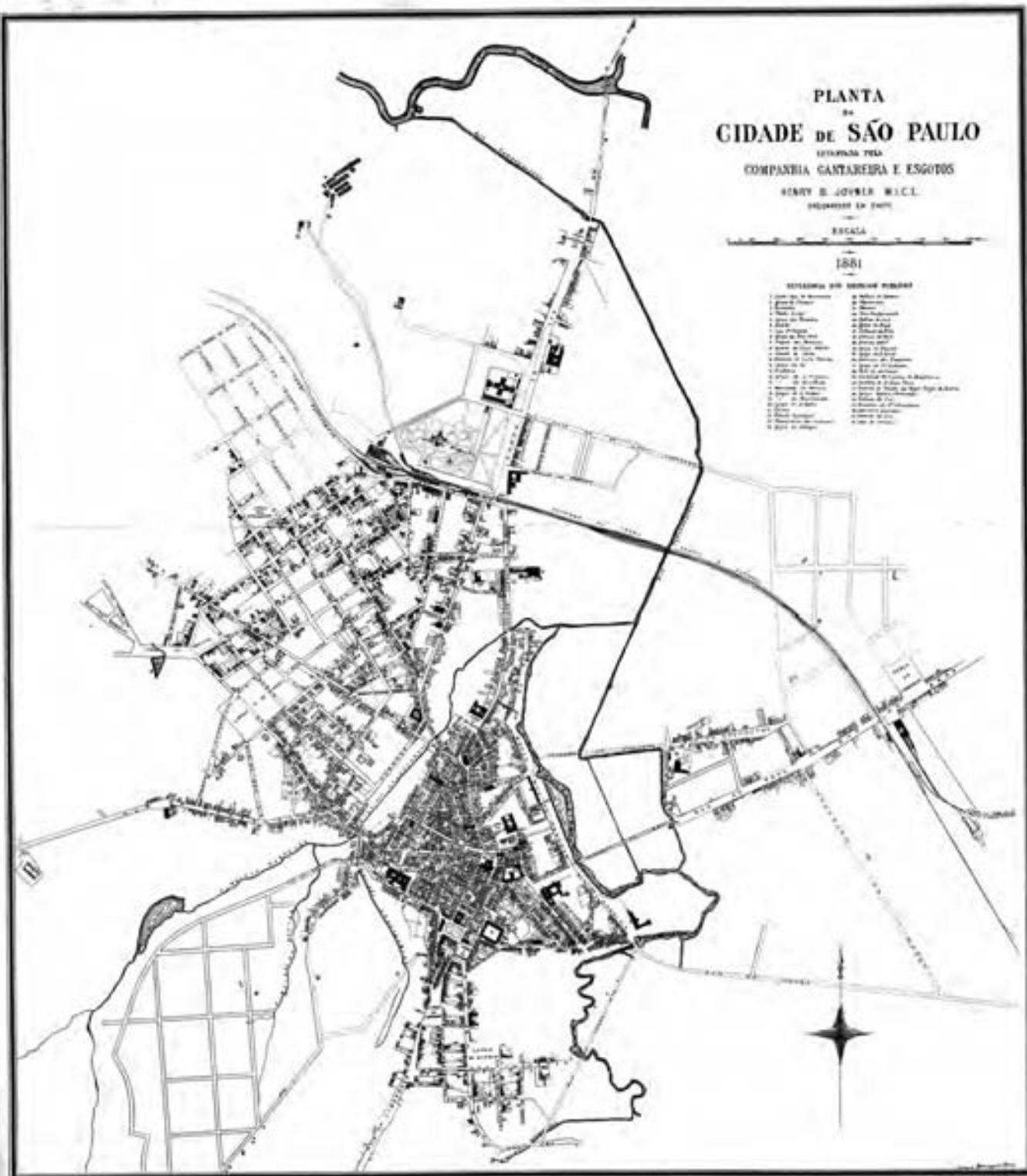
ESCALA



1881

LEGENDA DOS SÍMBOLOS USADOS

1. Rua principal	11. Igreja
2. Rua secundária	12. Cemitério
3. Rua de terra	13. Estação de trem
4. Rua de ferro	14. Estação de bondes
5. Rua de madeira	15. Estação de metrô
6. Rua de pedra	16. Estação de gás
7. Rua de cimento	17. Estação de água
8. Rua de vidro	18. Estação de luz
9. Rua de metal	19. Estação de calor
10. Rua de papel	20. Estação de frio



elegância para estadas confortáveis, mas, ao mesmo tempo, a casa da cidade passava a ser residência principal, objeto de todos os cuidados, manifestação exterior da riqueza de seu proprietário.”⁶⁰

É a partir dessa “distinção do morar” que se explica o descolamento do preço dos imóveis em relação ao custo de produção. Entretanto, é necessário lembrar que, “na verdade, essas construções, que pretendiam a monumentalidade arquitetônica e com aluguéis elevados, são apenas a face embrionária de um mercado imobiliário que engatinhava, articulado ao mercado de trabalho. Apenas quando a economia de mercado está desenvolvida é que a atividade de construção apresenta o trabalhador em sua dupla face: como produtor e como consumidor de casa.” (PEREIRA, 2004, p. 49)

Com o decorrer do século XIX, os espaços doméstico, arquitetural e urbano transformam-se⁶¹. As construções residenciais agora abrigavam famílias mais abastadas, enriquecidas com a produção do café. Os porões altos separam o interior dos olhares da rua, as vidraças substituem as janelas de tábua e permitem que a luz entre nas casas. Aparecem os recuos que, primeiramente laterais, alcançam pouco tempo depois a total independência e isolamento da edificação em relação ao lote. A sala de visitas surge para selecionar o público numa crescente oposição ao espaço da rua que se tornaria um espaço de circulação por excelência. (ROLNIK, 2003)

Segundo Rolnik, “à medida que o século XIX terminava, a alusão ao congestionamento nas estreitas ruas da capital e, tanto nas atas da Câmara Municipal como na imprensa do período, há várias menções à necessidade de disciplinar o trânsito, ordenar as ruas, regularizá-las e introduzir alguma racionalidade em um desenho considerado caótico”

60 MONBEIG, p. La croissance de la ville de São Paulo. Grenoble: Institut et Revue de Géographie Alpine, 1953 apud PEREIRA, 2004, p. 48.

61 Lefebvre, ao analisar as transformações e implicações da introdução do abstrato no espaço absoluto comenta que “a fachada e a perspectiva seguem em conjunto. A perspectiva alinha fachadas e ordena sobre as superfícies da fachada as decorações, os desenhos e as molduras; ela compõe horizontes, “fugas”, com as linhas das fachadas. [...] Quem diz fachada diz “direita” e “esquerda” (simetria) e “alto-baixo”, mas também “dianteiro-traseiro”, o que se mostra e o que não se mostra, com extensão no espaço social desta assimetria tardia nos organismos vivos, necessitada pelo ataque e pela defesa. Como não julgar pejorativamente a fachada? Considerou-se-a frequentemente de outro modo: face, rosto, percebidos como expressivos, voltados não a um espectador ideal, mas a um interlocutor presente. [...] Nesta “perspectiva” tudo é fachada. Com efeito, a perspectiva comanda o ordenamento dos elementos, as casas, os edifícios. Inversamente, estes se alinham, se agrupam, de maneira a formar uma perspectiva.” (LEFEBVRE, 2006, p. 183)

(ROLNIK, 2003, p. 31).

Os tijolos substituíam a taipa e as formas de produção e apropriação dos espaços da cidade também mudavam. Antigos edifícios coloniais desapareciam da cidade, que crescia rapidamente, alterando a estrutura urbana, aumentando a mobilidade territorial e social da população.

Vale lembrar que nesse primeiro momento o trabalhador pouco adquiriu. O mercado imobiliário se concentrou na produção de construções de luxo, passando em seguida à produção de casas de aluguel a preços altos, ficando o trabalhador “limitado ao segmento inferior do mercado, adquirindo lotes distantes ou morando em cubículos de aluguel”. (PEREIRA, 2004, p. 49)

O importante a ser considerado sobre a cartografia nesse momento é que os mapas turísticos de São Paulo, justamente omitiam os subúrbios da cidade, enfatizando a localização dos espaços que se alinhavam esteticamente com esse novo padrão de vida que se desejava outorgar à capital.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os mapas turísticos da capital, ao recortar a cidade destacando o centro e evidenciando a sua monumentalidade, intervém a favor da segregação espacial expressa na idéia de europeização do espaço urbano pretendida pela burguesia do café. Dessa forma, esses mapas alinham-se com os interesses do capital comercial e industrial, operando a dissimulação dos espaços de pobreza e dos subúrbios, o que colabora com a sujeição do trabalhador livre ao fazê-los, literalmente, “sumir do mapa” e serem deslocados do cenário que o centro da cidade se tornava. Ao menos nesses mapas ilustrativos, que atuam no campo simbólico da representação, não restava opção à classe pobre trabalhadora, a não ser permanecer escondida nos subúrbios longe do centro e fora do mapa.

CARTOGRAFIA E LEI

A rua, então lugar de uso comum, lugar da escravaria, da libertinagem e da devassidão, passaria, a partir de agora, a ser alvo da legislação urbanística, tendo como primeira manifestação o Código de Posturas de 1875, sendo revisto e ampliado em 1886.⁶²

62 Henri Lefebvre na sua análise sobre a constituição do espaço abstrato observa que “Marx e Engels mostraram, por seu lado, que não podia haver violência “pura” e absoluta, sem base econômica, sem luta de classes, sem “expressão” da classe dominante economicamente, pois o Estado não pode se estabelecer sem apelo a recursos materiais, sem objetivo se repercutindo nas forças produtivas e nas relações de produção.” (LEFEBVRE, 2006, p. 187)

“Na virada do século, o espaço público foi redefinido. Iluminado pela recém-instalada iluminação urbana a gás, redesenhado pela regularidade das fachadas e transformado em espaço de circulação exclusiva (sem a indesejável presença dos chamados profissionais das ruas), o espaço público foi redimensionado pela sociedade do café.” (ROLNIK, 2003, p. 34)

O código de 1886 definiu que a largura mínima das ruas e avenidas seria aumentada, ordenou a altura dos edifícios no alinhamento, inclusive a altura de todos os pavimentos, soalhos, portas e janelas. Regulou também as saliências das fachadas, sacadas, balcões e cornijas⁶³. Além disso, o código revelava o interesse evidente em desobstruir as ruas com a proibição de rótulas transformando a rua num cenário geométrico para “se desenrolar uma nova vida pública” (ROLNIK, 2003, p. 35). Esse código era duplamente segregador pois, além de “estetizar” as ruas, pressupunha que os futuros proprietários tivessem algum recurso financeiro sem o qual seria impossível manter uma edificação dentro das condições exigidas.

O código também intervinha nos “territórios da classe pobre trabalhadora” restringindo⁶⁴ a existência de cortiços na capital. No mesmo ano de 1886 foi promulgado o Padrão Municipal que continha um capítulo destinado aos “Cortiços, casas de operários e cubículos”.

Segundo Rolnik, as regulações contidas no Código de Posturas e no Padrão Municipal acabaram por favorecer a demarcação de um zoneamento urbano correspondente à área central da capital⁶⁵.

63 Segundo Raquel Rolnik “a largura mínima das ruas foi aumentada, passando para 16 metros, e introduziu-se a largura mínima de 25 metros para as avenidas. Também foi definida a altura dos edifícios no alinhamento: primeiro pavimento, 5 metros, segundo, 8,88, terceiro, 4,56 – o prédio podia alcançar uma altura máxima de 17 metros. As portas deviam medir 3,2 metros por 1,30 metro e as janelas 2,20 metros por 1,10 metro; o soalho devia ser construído 0,50 metro acima do nível do terreno. A dimensão das saliências também foi regulada: 0,15 metro para o embasamento, 0,30 metro para as sacadas do primeiro pavimento, 1 metro para os balcões do segundo e 1,80 metro do terceiro pavimento, 0,15 metro para cornijas, etc.” (ROLNIK, 2003, p.35)

64 Ainda segundo Raquel Rolnik, “o artigo 20 proibia a construção na capital, a não ser que ocupasse um terreno com mais de 15 metros de largura, tivesse uma separação de pelo menos 5 metros entre cada linha de cortiços; no caso de constar de uma só peça, deveria ter pelo menos 5 metros quadrados de área, janelas de no mínimo 90 centímetros, pé-direito de 4 metros e 20 centímetros de elevação em relação ao solo.” (ROLNIK, 2003, p.35)

65 Esse zoneamento da cidade pode ser observado nas plantas de São Paulo até meados da segunda década do século XX. Aparece na Planta Geral da Capital de São

A proibição desse tipo de instalação no centro, a área mais valorizada da cidade, de certa forma coibiu a presença de pobres nesse lugar que era alvo de investimentos dos chamados “Melhoramentos da Capital”. Esse tipo de intervenção constituiu uma imagem da cidade que, cada vez mais, se aproximava de um “cenário limpo e ordenado que correspondia à respeitabilidade burguesa com a qual a elite do café se identificava” (ROLNIK, 2003, p. 37).

Não por acaso, essa é a área da cidade que os mapas turísticos pretendiam valorizar, evidenciando a monumentalidade do centro e a conveniência dos bairros exclusivos. É justamente a produção desse espaço, correspondente a esse cenário “limpo e ordenado”, que a cartografia turística instrumentava.

Aqui, a legislação urbanística e a cartografia passavam a atuar conjuntamente, agindo segundo os mesmos interesses, utilizadas como instrumentos a favor da segregação espacial motivada pela intenção, por parte da classe dominante, de criar uma nova organização social.

O tema da higiene apareceu na cidade no momento em que a população passava de 64.934 em 1890 para 120.775 de habitantes em 1893. Isso também motivou essas intervenções que acabaram por produzir os subúrbios da cidade, agora marcadamente populares e operários.

Evidentemente a preocupação com a salubridade das ocupações populares não eram puramente humanistas, como fica claro na declaração de Cerqueira César, então vice-presidente da Província:

“Epidemias intensas devastaram durante os últimos meses várias localidades do Estado. [...] As epidemias que assolam o principal dos nossos portos não só perturbam o mecanismo econômico do Estado e ameaçam de sérias dificuldades a sua comunicação comercial com o exterior, mas expõe também todo o território paulista à invasão da febre amarela, dizimando a classe operária e *roubando-nos braços úteis que importamos com sacrifícios.*”⁶⁶

Paulo, de 1897, de Gomes Cardim, na Planta Geral da Cidade de São Paulo, de 1905 e de 1913, de Alexandre Mariano Cococi e Luís Frutuoso e Costa, na Planta Geral da Cidade de São Paulo, de 1914, do Instituto Geographico e Geológico e na Planta da Cidade de São Paulo, de 1916, da 2a. Seção da Diretoria de Obras e Viação. Assim como se pode ver nesses mapas, nesse período a população cresceu muito, assim com a área urbanizada. Notável também foi o crescimento do interesse e cuidado com a cartografia, passando de autores isolados para comissões e seções especializadas nesses levantamentos.

66 CESAR, Cerqueira. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do estado pelo vice-presidente do estado em exercício, 7 de abril de 1892 apud ROLNIK, 2003, p. 38. grifo meu.

Coube ao governo provincial, que encabeçava os esforços de implantar a mão-de-obra assalariada com a promoção da imigração européia, criar em 1890 o Serviço Sanitário e em 1894 o primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo.

“No século XIX, cada vez mais a preocupação com os odores fétidos da terra, da água estagnada, do lixo, cedeu terreno para os *odores da miséria*, para o fedor do pobre e da habitação infecta. Deslisamento da vigilância olfativa da natureza para o social, do exterior para o interior, que induz uma estratégia disciplinar na qual na qual desinfecção e submissão são assimilados simbolicamente: o sonho de tornar o pobre inodoro sugere a possibilidade de construir o trabalhador comportado e produtivo”.⁶⁷

Seguindo a hipótese de Corbin, a cartografia pode então ser considerada a representação da cidade que, simbolicamente, tornava a pobreza inodora, instrumento capaz de sujeitar o trabalhador, tornando-o comportado e produtivo.

As intervenções não se limitavam aos espaços de pobreza. A legislação de inspiração higienista também definia como seriam edificados os bairros residenciais exclusivos, garantindo proteção aos espaços da elite, além de segregar os espaços da pobreza. A eficácia desses instrumentos, ao “demarcar um território social preciso reside, evidentemente, no preço”. Lotes grandes e acessíveis à poucos. “A lei, ao definir que num determinado espaço pode ocorrer somente um certo padrão, opera o milagre de desenhar uma muralha invisível e, ao mesmo tempo, criar uma mercadoria exclusiva no mercado de terras e imóveis. Permite assim, um alto retorno do investimento, mesmo considerando [...] o baixíssimo rendimento do lote”. (ROLNIK, 2003, p. 47)

Segundo Raquel Rolnik, em 1879, os alemães, Glette e Nothman compraram a antiga Chácara do Campo Redondo por 100 contos de réis e abriram ali ruas largas e alamedas arborizadas. Como venderam grandes lotes apenas para famílias abastadas da capital, conseguiram como retorno das vendas cerca de 800 contos depois de vendidos. Nascia assim o Champs Elisée paulistano, “que marcou o nascimento do modelo de bairro aristocrático, exclusivamente residencial e de alta renda”. (ROLNIK, 2003, p. 46) Em 1890, o bairro de Higienópolis concentrava os palacetes mais elegantes da cidade. Logo depois, a avenida Paulista, construída por Joaquim Eugênio de Lima e inaugurada em

67 CORBIN, Alain. *Le Miasme et la Jonquille*. Paris, Aubier Montaigne, 1982. p. 168 apud ROLNIK, 2003, p. 38.



Igreja do Rosário dos Homens Pretos em fragmento do Mappa da Capital da Pcia. de S. Paulo - 1877 - Albuquerque, Fernando de e Martin, Jules.



região central em fragmento do Mappa da Capital da Pcia. de S. Paulo - 1877 - Albuquerque, Fernando de e Martin, Jules.

8 de dezembro de 1891 passa a concentrar palacetes. O fato é que em 1894, Joaquim Eugênio de Lima consegue aprovar uma lei exclusiva para a avenida Paulista, obrigando as futuras construções a obedecer a um recuo de 10 metros em relação ao alinhamento, bem como de 2 metros de cada lado. Já em 1898 “a lei municipal 355 especifica o modo de edificar nas avenidas Higienópolis e Itatiaia, exigindo recuos mínimos obrigatórios de 6 metros para jardins e arvoredos e um espaço não menor de 2 de cada lado”. (ROLNIK, 2003, p. 46)

A legislação intervinha a favor da hierarquização social, organizando a cidade a partir do centro.

Associada ao Código de Posturas de 1886 e ao Código Sanitário de 1894, que proibiam a instalação de cortiços na região central, a lei 498, de 1900, isentaria o pagamento de impostos municipais para os proprietários que construíssem vilas operárias fora do perímetro urbano e dentro das regras de salubridade.

Foi configurada uma ordem social no espaço, uma “linha imaginária”, constituída pela legislação e reforçada pelos mapas, ou seja, “para dentro, o comércio, as fábricas não incômodas e a moradia da elite; para fora, a habitação popular e tudo que cheira mal, polui e contamina⁶⁸”. (ROLNIK, 2003)

Nota-se que a intenção da lei de criar bairros exclusivos era reforçada pela cartografia, localizando esses bairros no mapa e destacando suas vantagens, como foi observado no caso da *Villa Deodoro* nos mapas de 1877, 1891 e 1893. Todas as localidades citadas no parágrafo anterior, lugares dignos de obter legislação específica, aparecem destacados nos mapas turísticos analisados. A exclusividade dessas localidades expressa na legislação urbanística da época, explica o esforço dos cartógrafos em fazer constar na Planta da Cidade de São Paulo, de 1893, a avenida Paulista e o bairro de Higienópolis, mesmo que isso implicasse o comprometimento da representação.



Família (anônima), em 1870, na foto de Militão Augusto Azevedo - Acervo do Museu Paulista

COR DO MAPA

Segundo Raquel Rolnik, haviam diversos redutos negros na cidade de São Paulo, “tais eram os Campos do Bexiga, naquele momento, Mata do Saracura, em cujo grotão se podia viver de coleta”, ou “o bairro do Ypiranga, onde havia uma olaria que apoiava fugas, ou servia de abrigo provisório para aqueles que iriam descer a serra para Santos”. Os mercados eram um ponto de concentração, como o mercadinho de São João, na baixada do Acu, onde se “abasteciam os vendedores e as negras

68 Dentre estes, “matadouros, fábricas químicas, asilos de loucos, hospitais de isolamento”. (ROLNIK, 2003, p. 48)

da nação”. Haviam outros pontos como o beco das Minas e o largo de São Gonçalo, entre outros.

As irmandades religiosas, como a de Nossa Senhora dos Remédios e a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, exerciam papel fundamental na luta contra a opressão do regime escravocrata. (ROLNIK, 2003, p. 63-64)

O desmonte do centro velho, tradicionalmente um território negro⁶⁹, se iniciou, em 1877, com a tentativa de retirada das quitandeiras do Largo do Palácio. Em 1893, surgiram conflitos devido à resistência de moradores contra a retirada de um chafariz do Largo do Rosário, como forma de forçar a instalação de água encanada nessa localidade.

Com o Plano de Melhoramentos da Capital, durante a gestão do prefeito Antonio Prado e sob a direção de Victor da Silva Freire, as intervenções se intensificaram. Foram realizadas obras de alargamento de ruas, largos e praças assim como transferências e demolições de mercados. Um dos casos mais significativos foi o da igreja e das casas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos que foram desapropriadas e demolidas sendo o largo do Rosário remodelado e rebatizado como praça Antonio Prado. Os negros da irmandade foram expulsos para fora do perímetro urbano e longe do centro, no outro lado do Anhangabaú, onde hoje está o Largo do Paissandu e onde outra igreja foi construída com o mesmo nome.

Segundo Paulo Cesar Xavier Pereira, “a cidade de São Paulo não era propriamente hostil ao negro, mas o ímpeto em transformá-la em cidade moderna impediu os paulistanos de se “orgulharem de suas tradições”, embora a cidade ainda fosse, entre os fins do século XIX e o começo do XX, substancialmente provinciana para romper com os costumes tradicionais. Mas não era apenas a cultura popular que entrava em crise, algo mais complexo acontecia” (PEREIRA, 2004, p. 50). Seguindo a argumentação de Florestan Fernandes, “não se toleravam evidências por demais notórias de comportamentos que levantassem à suspeição de que a comunidade fosse ‘atrasada’ e ‘provinciana’, cada qual saía dessa condição como podia, por meio de estímulos ou de procedimentos que trabalhavam os indivíduos em função das circunstâncias que cercassem seu envolvimento nas atividades econômicas”.⁷⁰

Sobre a expansão urbana e a espoliação do negro na cidade, Flo-

69 Conforme explica Raquel Rolnik, “se Santa Efigênia, seguido pela Sé, era o mais negro dos distritos, Brás era o mais marcadamente estrangeiro. (ROLNIK, 2003, p. 77)

70 FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. v. 1. São Paulo: Dominus Editora/EDUSP, 1965 apud PEREIRA, 2004, p. 50.

restan Fernandes lembra que esse “fenômeno foi mal percebido na ocasião, havendo quem entendesse, mesmo, que os negros, pura e simplesmente, fugiam coletivamente de São Paulo”. O fato é que, diante da concorrência européia, mesmo negros com profissão tinham remuneração inferior, já que os “serviços que oferecessem perspectivas lucrativas, mesmo que fossem modestas, [...] eram feitas por italianos, [...] os negros se viam obrigados a trabalhar em condições ‘escorchantes’”⁷¹.

O processo de exclusão social do negro atinge um ponto crítico entre 1886 e 1893, quando a população crescia com a maciça imigração italiana e incertezas políticas se estabeleciam com o fim da escravidão e o início da República. A valorização do trabalhador estrangeiro, que já era abundante na cidade, se dava simultaneamente à depreciação do nacional, que não deixava de ser incorporado, mas, evidentemente, em piores condições e remuneração (PEREIRA, 2004, p.51-52). O que deve ser salientado é que essa opção pelo estrangeiro se deveu, principalmente, à intenção, por parte da classe dominante, em criar uma nova organização social⁷², promovendo o ‘branqueamento’, e menos pela experiência urbana e industrial⁷³ prévia dos europeus. Entretanto, isso colaborou para o incremento da descrença que perdura sobre a mão-de-obra nacional, não somente negra, mas também branca e mestiça.

O que deve ser observado sobre a cartografia turística e sua relação com a espoliação do homem negro em São Paulo é que apesar de nessas plantas constarem as localidades e os redutos negros da capital, esses espaços, invariavelmente, aparecem dissimulados, ou seja, não “aparecem” de fato.

Mesmo a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, de propriedade da

71 FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. v. 1. São Paulo: Dominus Editora/EDUSP, 1965 apud PEREIRA, 2004, p. 51.

72 Segundo Paulo Cesar Xavier Pereira, “discutindo esta discriminação no mercado de trabalho, Florestan Fernandes (1965) resume a questão do negro em termos de que nem o “imigrante” substituiu o “negro” pelo mero efeito da sucessão de presenças físicas; nem o “negro” largou, sem mais esta nem aquela, suas posições na organização da economia e da sociedade brasileira. Aponta que o que estava em jogo era a alteração das bases materiais e morais do trabalho, que se tornava industrial”. (PEREIRA, 2004, p. 53 nota 25).

73 “Convém frisar que a imensa maioria das tarefas industriais não exigia habilitação, pois as fábricas, desde seus primórdios, operavam com máquinas que parcializavam os processos produtivos, necessitando à parte diminuto técnicas especializadas, mão-de-obra que não precisa ter qualquer qualificação profissional. A utilização do braço estrangeiro na indústria paulista não decorreu da melhor qualificação do imigrante, que, por sinal, só excepcionalmente trazia uma experiência industrial prévia.” (KOWARICK, L. Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987 apud PEREIRA, 2004, p. 53 nota 24).

irmandade, aparece como parte integrante do conjunto “europeizado” de monumentos da capital.

A característica mais geral dessa cartografia é representar os anseios que a elite comercial e política, tinha sobre o espaço urbano, recriando o cenário monumental e limpo que a europeização e o branqueamento em curso exigiam.

INDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

O assalariamento e a transformação da propriedade imobiliária constituíram novas relações sociais de produção e estruturaram o desenvolvimento urbano de São Paulo. Como consequência, o rápido crescimento da cidade e a ampliação do mercado imobiliário, exigiram novas formas de representação da capital.

No momento em que a industrialização ensaiava seus primeiros passos, surgiram representações cartográficas mais complexas e sistemáticas. A necessidade era representar todo o conjunto da área urbanizada em uma única folha, incluindo seus subúrbios e outros núcleos de ocupação antiga, como Pinheiros, Santana, Penha e Freguesia do Ó.

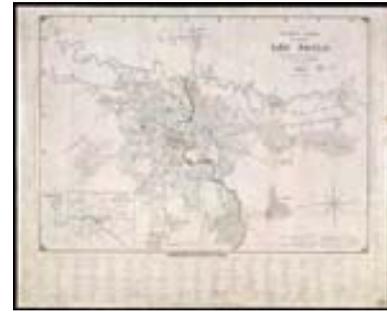
Com a proclamação da República, o caráter institucional da cartografia torna-se mais evidente, passando, os levantamentos, a ser realizados por comissões geográficas, comissões de saneamento, intendências de obras e divisões cadastrais, instituições que sempre se vinculavam ao poder público.

Evidentemente, essas transformações observáveis na cartografia estavam relacionadas ao vigoroso mercado imobiliário que se instalou na cidade e se concentrava no loteamento das chácaras dos arredores de São Paulo, nas terras do antigo rocío e também para além desse limite. O Estado, que sempre se manteve próximo à cartografia, aqui, entra para, mais uma vez, legitimar os processos em curso.

Esses mapas podem, portanto, constituir uma terceira categoria, além dos turísticos e dos cadastrais, que seriam os mapas institucionais. A Planta Geral da Capital de São Paulo, levantada em 1897, sob a direção do intendente de obras Gomes Cardim⁷⁴, é a planta que melhor representa as questões relacionadas à cartografia desse período.

Como indica Nestor Goulart Reis Filho, essa planta é a última e

74 Pedro Augusto Gomes Cardim, filho do comendador português João Pedro Gomes Cardim, formou-se em 1888 na Faculdade de Direito de São Paulo. De ideologia republicana e abolicionista, dedicou-se ao jornalismo desde a faculdade. Membro-fundador da Academia Paulista de Letras, foi deputado estadual e vereador da cidade de São Paulo, sendo, em 1897, eleito intendente da cidade, tendo sido sua obra mais relevante a construção do Cemitério do Araçá. Fundou, em 1925, a Academia de Belas Artes, atualmente chamada de Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.



Planta Geral da Capital de São Paulo - 1897 - Cardim, Gomes



Vila Gomes Cardim no detalhe da Planta Geral da Capital de São Paulo - 1897 - Cardim, Gomes

mais completa planta da cidade realizada no século XIX. O mapa representa muito bem a rápida expansão da área urbanizada acontecida na última década do século XIX, no momento em que a população passava de 65.000 habitantes, em 1890, para 240.000 habitantes em 1900. A cidade aparece dividida em cinco distritos e já alcança, ao norte, o largo de Santana. A leste, seu limite é a Vila Gomes Cardim enquanto que a oeste, o bairro da Água Branca. Ao sul, estão a Vila Clementino e o Ipiranga.

A cidade aparece com grandes espaços à sua volta representados em branco, como se fossem áreas livres à espera de ocupação. Essa característica, presente não só nesse mapa, está em consonância com os interesses do mercado imobiliário, induzindo a ocupação das áreas que, apesar de não aparecer nesse mapa, tinham proprietários devidamente registrados em cartório, como se viu anteriormente. Além disso, os espaços em branco entre um loteamento e outro, induzem a urbanização dessa área, o que pode ser percebido pela comparação entre plantas, onde as áreas em branco entre loteamentos, tendem a aparecer também loteadas nos mapas posteriores.⁷⁵

A planta guarda algumas semelhanças com os mapas turísticos, já que ao redor da planta encontra-se uma extensa lista localizando logradouros e diversos edifícios de interesse. Essa característica de “localizador” evidencia que, apesar dessa planta ter sido levantada para uso na repartição de obras do município, dirigia-se, assim como plantas turísticas, a diversos segmentos da sociedade, não permanecendo restrita à utilização do corpo técnico municipal, apesar de parecer ser técnica e por isso muito convincente.

O caráter ideológico mais evidente dessa planta está em uma distorção característica de mapas institucionais do período e que, de alguma forma, foi gestada nos mapas turísticos. Trata-se da não distinção gráfica entre áreas densamente ocupadas, como o centro da cidade, e áreas apenas loteadas ou pouco ocupadas, como é o caso da Vila Gomes Cardim nesse mapa. Essa distorção faz com que loteamentos distantes e isolados do centro, apareçam unidos organicamente ao tecido consolidado da cidade, favorecendo a comercialização dos lotes nessas localidades.

Não por acaso, esse empreendimento acontecia sobre terras que eram propriedade do próprio Gomes Cardim, autor do mapa.

75 Evidentemente, a tendência da ocupação de áreas livres entre áreas loteadas, se dá mais por características do próprio espaço que da cartografia. A cartografia, aqui, apenas induziria, mesmo que mentalmente, a ocupação das áreas representadas em branco.

As observações que Eudes Campos⁷⁶ faz sobre esse mapa são muito esclarecedoras. Segundo esse autor essa planta “parece ter sido elaborada [...] para atender mais aos interesses particulares do intendente do que ao interesse público. O que adivinhamos por trás da execução desta carta são os supostos negócios de Gomes Cardim, provavelmente preocupado em convencer eventuais compradores de que o loteamento de sua propriedade, denominado Vila Gomes Cardim, estava situado numa região já bastante desenvolvida, entre a 5.^a e a 6.^a parada da Estrada de Ferro Central do Brasil⁷⁷. Somos levados a desconfiar das intenções do intendente diante da constatação de que parte da área arruada registrada neste documento cartográfico era completamente ilusória [...].

Ao comparar essa planta com plantas posteriores, Eudes Campos verificou que, nas últimas, o tecido urbano se mostrava bem menos ocupado do que na planta de 1897. Verificou-se ainda “que o traçado viário nos subúrbios adquiriu, por vezes, uma configuração bastante diferente, fazendo-nos acreditar que a área urbanizada em 1897 era bem menos extensa do que Gomes Cardim queria fazer crer”. (CAMPOS, 2007)

O posicionamento da Vila de Gomes Cardim, ainda faz notar que o autor estava interessado em obter a ‘renda diferencial’ proporcionada pela proximidade com a Estrada de Ferro Central do Brasil, que certamente se constituía num equipamento de interesse para os seus futuros compradores.⁷⁸

Outra característica presente nesse tipo de representação é a utilização da autoridade representada pelo Estado, ou no caso desse mapa, pelo governo municipal, que faz desses mapas documentos oficiais e, portanto, confiáveis e verdadeiros. Esse foi um dos instrumentos utilizados pelo autor do mapa para, como disse Eudes Campos, “convencer eventuais compradores” se beneficiando do cargo que ocupava.

Fica evidente, portanto, que essa cartografia está fortemente relacionada aos interesses de reprodução do capital imobiliário e se implica,

76 CAMPOS, Eudes. São Paulo Antigo: Plantas da Cidade. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (20): set/out. 2008.

77 O que Eudes Campos faz, dada a seriedade dos acontecimentos, é lançar indícios do crime de peculato sobre Gomes Cardim, ao denunciar que este se beneficiou de cargo público para obter vantagens ilícitas.

78 Esse tipo de obtenção de renda, a partir do posicionamento relativo de uma área na cidade, é, na atualidade, intensamente buscada por incorporadoras e empresas imobiliárias, sendo que a cartografia relacionada a esses empreendimentos tende sempre a ‘exagerar’, como faz Cardim, sobre as conveniências daquelas localidades.

de uma forma muito evidente, com a estruturação do mercado imobiliário e a transformação do significado da propriedade privada da terra.

Entretanto, essa cartografia, de uma forma menos evidente, está relacionada com a emergência de novas relações sociais de produção decorrentes das transformações introduzidas pela cultura do café e intensificadas pelo início da industrialização.

As implicações da permanência do capital, representado pela burguesia cafeeira e as transformações no espaço da cidade corresponderam também a significativos avanços na estrutura da cidade com o estabelecimento de empresas de serviços urbanos⁷⁹. Essas empresas, financiadas por fazendeiros e empresários urbanos, davam o apoio técnico necessário ao desenvolvimento de São Paulo. “Acirrava-se, nesse momento, na luta entre pobres e ricos, pelo domínio do espaço urbano, extremando-se as condições materiais da existência urbana com distância social maior do que em tempos passados.”

Assim, “o assalariamento do trabalho e a transformação do significado da propriedade imobiliária se constituíram em processos ligados histórica e estruturalmente à constituição de relações sociais capitalistas no desenvolvimento da construção da cidade, de maneira que, nas desigualdades da modernização de São Paulo, desde o início, estão presentes tensões do desenvolvimento industrial e urbano na produção e na apropriação da cidade moderna”(PEREIRA, 2004, p.54).

Uma das condições da industrialização paulista foi a prévia expropriação dos meios de existência dos trabalhadores operada pela expansão do assalariamento⁸⁰. O mercado imobiliário, hierarquizado, definia quem ocupava qual espaço da cidade, conformando “lugares para brancos e negros, para estrangeiros e nacionais, para proletários e burgueses, ou seja, para pobres e ricos”. Portanto, é “a partir desse sentido do conflito social na construção da cidade – assumido como tensão entre o urbano e o industrial – é que se pode compreender como as transformações de São Paulo, no final do século XIX, anunciavam a

79 “...transformações no campo da arquitetura correspondiam a modificações significativas no equipamento das cidades. Transpondo uma etapa de aperfeiçoamento tecnológico, as cidades equipavam-se com redes de esgotos, de abastecimento de água, iluminação e transportes coletivos.” (REIS FILHO, N. G. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1978 apud PEREIRA, 2004, p. 54 nota 26)

80 Lefebvre lembra, ao estudar os efeitos da instituição do espaço abstrato, que “a indústria estabelecer-se-á no espaço onde as tradições comunitárias dos campos terão sido varridas, onde as instituições urbanas terão sido arruinadas pelas guerras (sem que por isso as ligações entre cidades do “sistema urbano” tenham desaparecido). Neste espaço se amontoam as riquezas das rapinas e pilhagens. Tal é o espaço industrial estatista.” (LEFEBVRE, 2006, p. 185)

materialização de um conjunto de relações sociais complexas, em que se relacionavam mercado imobiliário e mercado de trabalho” (PEREIRA, 2004, p.54).

O processo de expansão da reprodução do capital na cidade de São Paulo atinge um ponto em que capitalização e valorização se mesclam. Ou seja, envolve o valor produzido na atividade de construção e o valor contido no produto imobiliário.

Foi dentro desse contexto que, na virada do século, se deu a consolidação do mercado imobiliário na capital, quando a produção de construções passa a ocorrer predominantemente sob a forma de produção para o mercado e não mais sob a forma de produção por encomenda. Segundo Pereira, “essa consolidação do mercado imobiliário não significou apenas a adição de uma nova maneira de construir a cidade, mas, sobretudo, a renovação de antigas formas de produção de moradias, no âmbito capitalista, como, por exemplo, a produção da casa pelo próprio morador” (PEREIRA, 2004, p.83).

O mercado imobiliário consolidado passa a ser a fusão do mercado de terras, compra, venda e locação de edifícios. A tendência era a produção imobiliária se dividir entre extensiva e intensiva, o que levava a diferentes formas de determinação do preço do produto imobiliário. Assim, “na formação do preço da terra na cidade de São Paulo, pode-se verificar a tendência de que, no centro da cidade, quanto mais disputados fossem os terrenos e mais compactas as construções, preponderava o aspecto de privatização do espaço. Ao contrário, nos arrabaldes da cidade houve a tendência ao predomínio do monopólio de utilização na determinação do preço imobiliário. Esse caráter contraditório do mercado imobiliário foi traduzido no espaço da cidade, contrastando a ocupação intensiva e extensiva e articulando mecanismos de formação de preços a partir da capitalização da renda imobiliária e da capitalização da renda fundiária. (PEREIRA, 2004)

O domínio da produção para mercado tornou imperativa a necessidade de remuneração da propriedade da terra, como se essa propriedade fosse capital. Assim, alterou-se a distribuição do valor do produto imobiliário, tendendo à contraposição entre capital e trabalho. “Progressivamente, a exploração do trabalhador da construção se tornou mais profunda e a espoliação do morador mais brutal. Assim, a exploração e a espoliação focalizam o momento a partir do qual o capital, na construção, em detrimento dos trabalhadores, passou a se reproduzir em condições cada vez mais favoráveis para interesses organizados em torno da propriedade imobiliária, em detrimento dos trabalhadores” (PEREIRA, 2004, p.88).



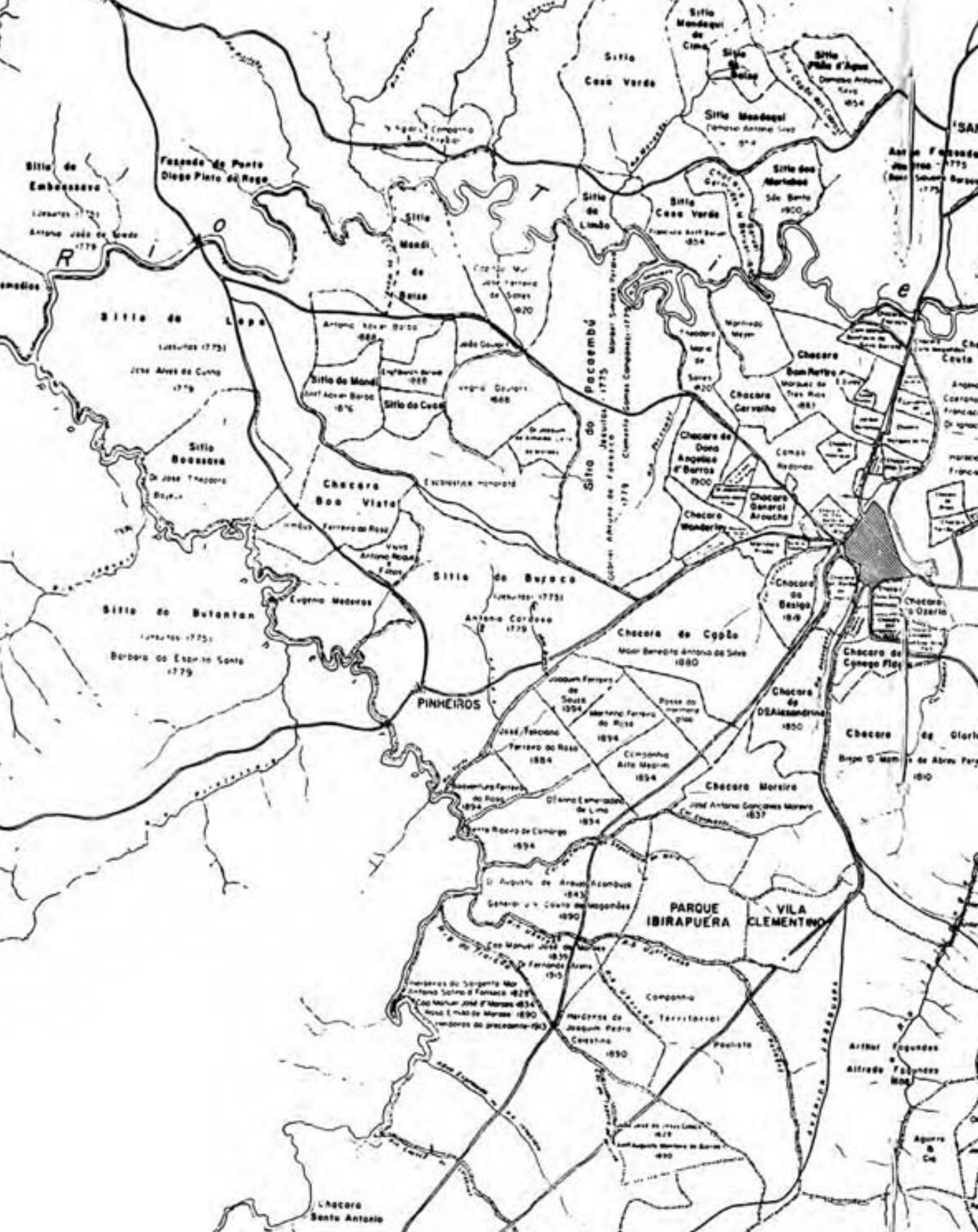
Inauguração da linha de bondes no Bom Retiro, em 12 de maio de 1900.

Em última análise, a periferia da cidade passaria a ser produzida por seus próprios moradores, sob a tutela dos empresários do mercado imobiliário. A produção industrial do espaço implicou o fenômeno do operário que produz e consome sua moradia, no processo de valorização do capital imobiliário.

São essas as novas relações sociais de produção, decorrentes da produção industrial do espaço que são observáveis nos mapas institucionais de São Paulo.

A partir disso, a tendência era a urbanização dos subúrbios através do loteamento das antigas chácaras, produzindo o espaço fragmentado e homogêneo observado nessas plantas.

Essa cartografia, ao atuar com a autoridade estatal na consolidação do mercado imobiliário como fonte de obtenção de renda e lucro, literalmente, como se viu, colocando lotes à venda, colabora decisivamente para instituir essas novas relações sociais de produção, onde o operário passa a ser produtor e consumidor do espaço.



Sítio de Embaixara

Fazenda de Ponte Diogo Pinto do Rego

Antônio João de Godoy 1779

Sítio de Lapa

Luiz Carlos 1773
José Aires de Cunha 1779

Sítio Boassara

De José Theodoro Boassara

Sítio do Butantan

Luiz Carlos 1773
Barbara do Espírito Santo 1779

Chacara Boa Vista

Ferreira de Rossi
Vivo Antonio Rossi
Ferreira

Sítio de Buraco

Luiz Carlos 1773
Antônio Cordoso 1779

PINHEIROS

Chacara de Capão

Moisê Benedito Antonio de Sales 1880

Joaquim Ferreira de Sousa 1854
José Tarciano Ferreira de Rossi 1854
Ferreira de Rossi 1854
Cezarina Aida Marim 1854

Chacara de Os Alexandrino

1850

Chacara Moreira

José Antonio Gonçalves Moreira 1837
Cezarina

PARQUE IBIRAPUERA

VILA CLEMENTINO

Diogo Augusto de Araujo Acambuz 1843
General V. C. Costa de Magalhães 1890

Cezarina Aida Marim 1854

Companhia Territorial Paulista

Mercado de Joaquim Pedro Cezarina 1890

Companhia

Paulista

Antônio Sotero de Fomaca 1824
Cap. Manuel José de Moraes 1834
José E. Macedo Moreira 1890
Membros do presidente 1913

Chacara Santa Antonio

'SA'

Ant. de Foz de Iguaçu 1775



Sobreposição da Planta Geral da Capital de São Paulo - 1897 - Cardim, Gomes e do Mapa das Chácaras.

5 6 7 8 9 10

PLANTA GERAL DA CAPITAL SÃO PAULO

Organizada sob a direção de
GOMES CARDIM
Intendente de Obras

1897

CINQUA DE JULHO



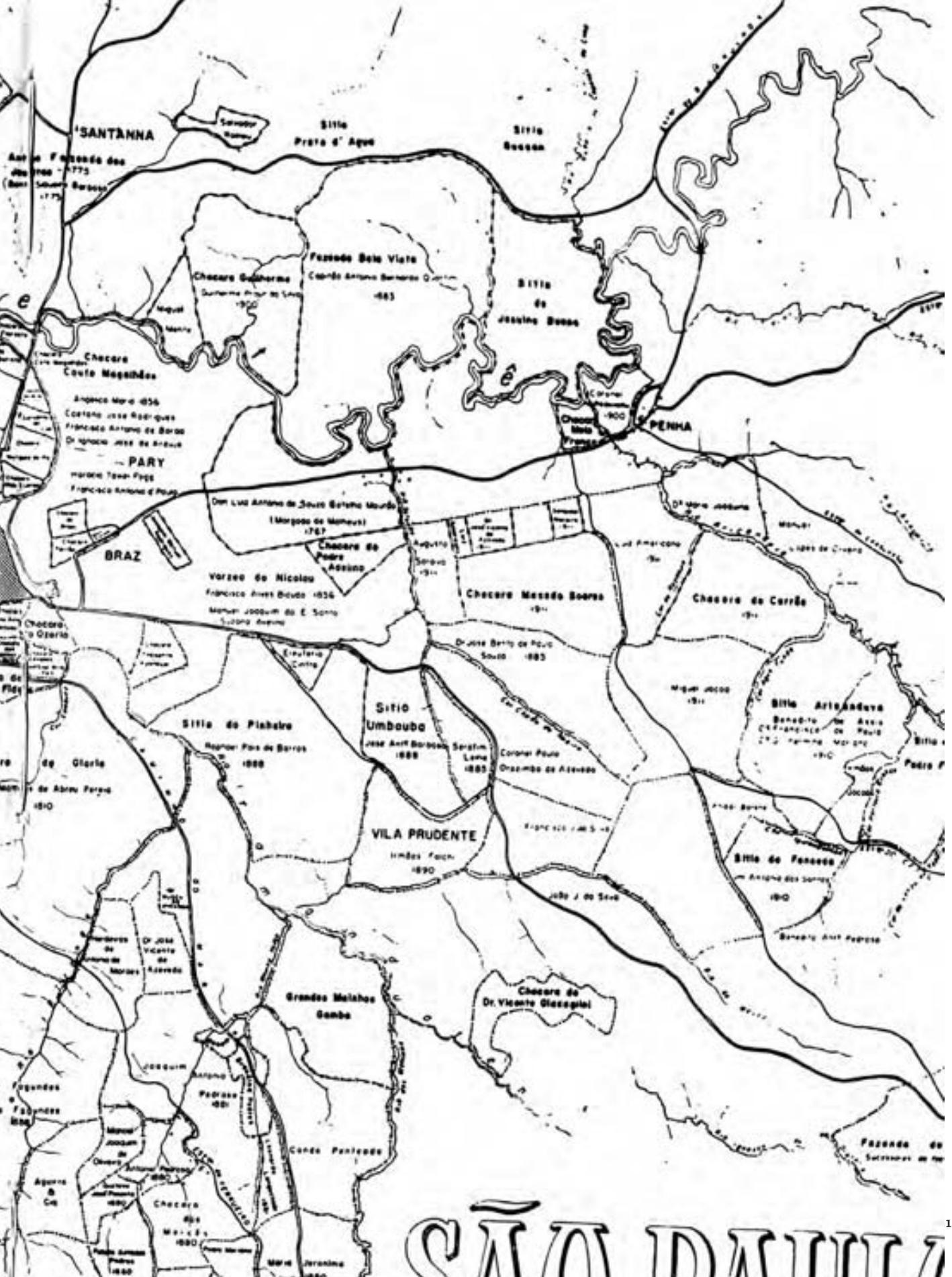
- LEGENDA
- Avenida (Cidade Velha)
 - Avenida de Honras
 - 1ª de Expansão Municipal
 - 2ª de Honra de 1897
 - 3ª de Honra de 1897 de 1897
 - 4ª de Honra de 1897 de 1897
 - 5ª de Honra de 1897 de 1897

REPRODUÇÃO DE IMPRESSÃO E VENDA A
C. & C.º Edificação Gráfica S. PAULO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
91	92	93	94	95	96	97	98	99	100

IMPRESSÃO A C.º S. Paulo, Rua dos Sapatos 97 II, 32ª e 33ª. Casa 11





SÃO PAULO

conclusão

Mapas, portanto, constroem a realidade e não simplesmente a representam. São instrumentos de produção da realidade.

Mapas não são uma representação da realidade, mas sim, *portam uma realidade*, têm uma realidade própria e não são, portanto, uma remissão a uma outra realidade.

A aparente transparência dos mapas foi histórica e socialmente construída e hoje é intencionalmente utilizada para convencer seus observadores de uma realidade que *está contida no mapa* e não fora dele. São instrumentos extremamente eficazes de persuasão e atuam justamente através dessa suposta transparência.

Dessa forma, como foi dito anteriormente, ignora-se o poder da imagem e subestima-se o poder dos mapas.

Assim como foi observado, a linguagem universal dos mapas, em si uma *abstração, imediatiza* a comunicação e apreensão dos conteúdos que, invariavelmente, parecem, para o observador, serem mais confiáveis e verdadeiros do que realmente são. Essa linguagem, como abstração, foi *concebida*, ensinada e aprendida pois, como abstração, a visão que os mapas propiciam é raramente *percebida* pela experiência do corpo no espaço, pelo *vivido*.

A história da produção do espaço da cidade de São Paulo pode ser tomada como exemplar como forma de explicitar a utilização das representações cartográficas como instrumento ideológico na produção da realidade que hoje aqui se observa. Os mapas da cidade estão profundamente relacionados com a produção das transformações quando, aparentemente, apenas registravam os reflexos dessas transformações.

Durante a segunda metade do século XIX, os mapas de São Paulo estiveram, como se viu, simultaneamente, presentes e ausentes, de acordo com a situação em que se inseriam.

Mapas cadastrais estiveram intencionalmente ausentes quando a Câmara Municipal da cidade operou a privatização das terras do *patrimônio do Conselho* numa disputa com o governo Provincial que envolveu uma imprecisão do texto da Lei de Terras sobre a destinação das terras do *rocio* da cidade. Os vereadores da cidade, também representantes da elite econômica, temiam que o registro cartográfico acabasse com a farta distribuição de terras que promoviam. Por essa razão evitaram e protelaram a execução de uma planta circunstanciada do *rocio* da cidade. A privatização das terras do *rocio* foi a base do processo de acumulação que alavancou o mercado imobiliário de São Paulo.

Mapas turísticos dissimularam os espaços de pobreza e omitiram os subúrbios da cidade enquanto enfatizavam a monumentalidade da Capital. Através dessa distorção nesses mapas “meramente” ilustrativos, operou-se a destituição da classe trabalhadora da cidade através da segregação espacial, auxiliando a substituição do trabalho escravo pelo livre assalariado através da sujeição do trabalho ao capital. Esse processo, que uniu *capital, terra e trabalho*, representou a gênese do processo de industrialização na cidade.

Mapas institucionais operaram, através da autoridade estatal neles contida, a favor dos interesses do mercado imobiliário, ao promover a integração *visual* entre a cidade e os novos loteamentos que surgiam nas terras do antigo *rocio*, reforçando a produção de moradias para o mercado, passando a periferia a ser produzida por seus próprios moradores sob a tutela dos empresários do mercado imobiliário. Esse processo significou a expansão da reprodução do capital na cidade de São Paulo e o progressivo aumento da exploração e espoliação do trabalhador.

Dentro desse contexto, ao afirmar que mapas contém uma realidade própria ao invés de se remeter a uma realidade externa, pode-se afirmar que os mapas de São Paulo, aparentemente, registravam a laicização dos espaços, quando, na realidade, estavam empenhados em legitimar os processos que levaram à laicização dos espaços da cidade.

Os mapas de São Paulo, aparentemente, registravam a propriedade privada da terra, quando na realidade estavam totalmente implicados com a promoção e legitimação dos processos que introduziram a moderna propriedade da terra na cidade e levaram à privatização de suas terras comunais.

Os mapas de São Paulo, aparentemente, ilustravam um espaço que

segregava o trabalhador negro e imigrante quando na realidade estavam empenhados na substituição do regime de trabalho escravo pelo regime de trabalho livre assalariado através da subordinação do trabalho ao capital.

Os mapas de São Paulo, aparentemente, registravam o avanço do mercado imobiliário da cidade quando na realidade estavam totalmente implicados com a legitimação dos processos que levaram à consolidação e atual onipresença desse mercado imobiliário.

A atuação dos mapas antecipa a estruturação, a produção e a reprodução do espaço.

A análise da relação da produção do espaço de São Paulo com suas representações cartográficas revelou o uso político dessas cartas na constituição de um espaço *geométrico*, ao mesmo tempo redutor, reprodutivo e homogenizante. Mostrou a instituição de um espaço *ótico* que, não por acaso, hoje, monopoliza todos os nossos sentidos. Espaço em que a visão passou a ter a primazia em relação aos demais sentidos. Revelou também a violência e brutalidade características dos espaços onde impera a racionalidade.

Portanto, os mapas de São Paulo não se limitam a representar este *espaço abstrato*, “fálico-vídeo-geométrico”, que hoje aí está. Estes mapas produzem e reproduzem esse espaço instrumental e produtivo. É justamente através dessa ambiguidade, inerente às representações cartográficas, que os mapas de São Paulo se fizeram presentes.

Assim, como indica Henri Lefebvre, dentre os efeitos dessas transformações, diretos e indiretos, está a constituição definitiva do *espaço abstrato*, entretanto, esse resultado não aparece como tal.

“No espaço, por trás dele, não há nenhuma substância desconhecida, nenhum mistério. E todavia a transparência engana, tudo se fecha: o espaço se torna armadilha. Sua armadilha consiste precisamente na sua transparência. Por consequência, há outra coisa além do jogo de reflexos e espelhos: um jogo de poder e de saber, que percebemos entrando nesse espaço depois de ter levantado a cortina.” (LEFEBVRE, 2006, p. 192)

bibliografia

- AB'SABER, Aziz Nacib. Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo. Tese de doutoramento apresentada à cadeira de Geografia do Brasil da FFCLUSP, São Paulo 1957.
- ACKERMAN, Adolph J. Billings and water power in Brazil: A short biography of Asa White Kenney Billings. Imprenta Madison: The Author, New York, American Society of Civil Engineers, 1953.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori, O lugar da Arquitetura depois dos Modernos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- ARANTES, Pedro Fiori, Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos Mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.
- ARGAN, Giulio Carlo, El Concepto del Espacio Arquitectónico desde el Barroco a Nuestros Dias. Buenos Ayres: Ed. Nueva Visión, 1973.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. A função social do arquiteto. São Paulo: Nobel, 1989.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. Caminhos da Arquitetura. São Paulo: Cosac & Naify, 1999.
- AZEVEDO, Aroldo de (org.) Associação dos Geógrafos Brasileiros, Cidade de São Paulo: estudo de geografia urbana, São Paulo: Nacional, 1958.
- BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Época da sua Reprodutibilidade Técnica in: Obras Escolhidas vol.I. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, P., Outline of a theory of practice, Barcelona: Cambridge, 1977.
- BRITO, Monica Silveira. A Participação da Iniciativa Privada na Produção do Espaço Urbano: São Paulo 1890-1911. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 2000.
- BRITO, Mônica Silveira. Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo na segunda metade do século XIX. 2007. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 2007.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva Histórica: São Paulo 1809-1950. São Paulo: FAUUSP, 2008.

- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira . O engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do Novo Mundo. In: FURTADO, Junia. (Org.). Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África. São Paulo: Anna Blume, 2008, v. , p. -.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira . Desenhando o Brasil: o Saber Cartográfico dos Cosmógrafos e Engenheiros Militares da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto. (Org.). Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: FUNDEP/UFMG, 2007, v. , p. 29-49.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira . Cartografia Militar no Brasil do Século XVIII. O engenho cientista e artista: José Custódio de Sá e Faria e a exposição à Fortaleza do Iguatemi. In: Colóquio Internacional História da Cartografia Militar (Séculos XVIII-XX), 2005. Actas do Colóquio Internacional História da Cartografia Militar (Séculos XVIII-XX). Viana do Castelo : Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2005. p. 21-45.
- CAMPOS, Eudes. São Paulo Antigo: Plantas da Cidade. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (20): set/out. 2008.
- CHAÚÍ, Marilena. O que é Ideologia, São Paulo: Brasiliense, 1980.
- COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à Colônia. São Paulo. Difel, 1982.
- DAMIANI, Amelia Luisa . A propósito do espaço e do urbano: algumas hipóteses. Cidades, Presidente Prudente, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 79-95, 2004.
- DAMIANI, Amelia Luisa . A Metrópole e a Indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. Revista Terra Livre, São Paulo, v. 15, p. 21-37, 2000.
- DEAK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). “O Processo de Urbanização no Brasil”. Edusp, São Paulo, 1999.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral, A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo 1554 - 1897. São Paulo, Annablume, 1996.
- FERRO, Sérgio. O Canteiro e o Desenho, Vicente Wissenbach, 2005.
- FERRO, Sérgio. Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac e Naify, 2006.
- FELDMAN, Sarah. Planejamento e Zoneamento: São Paulo 1947 - 1972, São Paulo: Edusp: Fapesp, 2005.
- FIX, Mariana. Parceiros da Exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FOLIN, Marino., La Ciudad del Capital y Otros Escritos, Barcelona: Gustavo Gili, 1976.
- GOMES, Maria do Carmo Andrade. Velhos mapas, novas leituras: revi-

- sitando a História da Cartografia. in GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, No. 16, p. 67-79, 2004.
- GOUVÊA, José Paulo Neves. A Urbanização de Santo Amaro e o Largo Treze de Maio. Trabalho Final de Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2004.
- HARLEY, John Brian. La Nueva Naturaleza de los Mapas: Ensayos sobre la historia de la cartografía. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo, Annablume, 2005.
- HAUG, Wolfgang Friz. Crítica da Estética da Mercadoria. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. Introdução, in MARX, Formações Econômicas Pré-Capitalistas, São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. A Estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.
- LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. prefácio da edição francesa de 1974, tradução de Jorge Hajime Oseki, mimeo, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. El Materialismo Dialético. Buenos Ayres: Pléyade, 1971.
- LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Editora Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. La Presencia y La Ausencia: Contribución a La Teoria de las Representaciones. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Malden, Massachusetts: Blackwell, 1998.
- LUFTI, Eulina P., SOCHACZEWSKI, Suzanna e JAHNEL, Teresa C. As Representações e o Possível in MARTINS, José de Souza (org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética, São Paulo: Hucitec, 1996
- MARTINELLI, Marcelo. Cartografia Temática: Caderno de mapas. São Paulo: Edusp, 2003.

- MARTINS, José de Souza (org.). Henri Lefebvre e o retorno á dialética, São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, José de Souza (org.). O cativo da terra, São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl, Manuscritos econômicos-filosóficos, São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-Capitalistas, São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias Geográficas: Espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista, São Paulo: CEBRAP/Brasiliense, 1976.
- OSEKI, Jorge H. e MAUTNER, Y.M.M., "O espaço das redes de serviços em São Paulo" p.13-20, in Sinopses 20, FAUUSP, São Paulo 1993.
- OSEKI, Jorge H., "A fluvialidade no Rio Pinheiros: um projeto de estudo", in Revista Pós n. 8 - a Pós Graduação da FAUUSP nos 500 anos do Brasil - Szmrecsanyi, M. I. (coord.), p. 171-177, São Paulo 2000.
- OSEKI, Jorge H. "Depoimento", in Revista Caramelo Extra - "Maharishi SP Tower" - p. 28-29, FAUUSP, São Paulo 1999.
- OSEKI, Jorge H. O Único e o Homogêneo na Produção do Espaço in MARTINS, José de Souza (org.). Henri Lefebvre e o retorno á dialética, São Paulo: Hucitec, 1996.
- OSEKI, Jorge H.. Pensar e Viver a Construção da Cidade: Canteiros de Desenhos de Pavimentação, Drenagem de Águas Pluviais e Redes de Esgoto em São Paulo. Tese de doutoramento, FAUUSP, São Paulo 1992.
- PASSOS, Maria Lúcia Perrone e EMÍDIO, Teresa. Desenhando São Paulo: Mapas e Literatura: 1877-1954. São Paulo, Ed. Senac São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.
- PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. São Paulo - a construção da cidade - 1872-1914. São Carlos, Rima, 2004.
- PRADO JÚNIOR, Caio, A cidade de São Paulo: geografia e história / Caio Prado Jr.. São Paulo: Brasiliense, 1998. -- (Tudo é História; 78).
- REIS FILHO, Nestor Goulart. São Paulo: Vila Cidade Metrôpole. Prefeitura de São Paulo, 2004.
- ROLNIK, Raquel. A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo, São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2003.
- SEABRA, Odette C. de L., Os Meandros dos Rios nos Meandros do Po-

- der: Tietê e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas de São Paulo. Tese de doutoramento, FFLCH-DG/USP, São Paulo 1994.
- SEABRA, Odette C. de L.. Urbanização: bairro e vida de bairro, in *Travessia São Paulo* n. 38 p. 11-17, 2000.
- SIMONI, Lúcia Noemia. O arruamento de terras e o processo de formação do espaço urbano no Município de São Paulo: 1840-1930. São Paulo, Tese de Doutorado FAUUSP, 2002
- SMITH, Neil. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano, in *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 21, pp. 15 - 31, 2007.
- SPOSATI, Aldaísa (coord.). Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo 2000: dinâmica social dos anos 90. São Paulo: Arquivos digitais, Pontifícia Universidade Católica, 2001.
- VILAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- WOOD, Denis. *The Power of Maps*. New York: The Guilford Press, 1992.

PERIÓDICOS

- DU, *Weltkarten: Eine Vermessenheit*, n.762. Zurique: Proliteris, 2005
- BAUWELT, *Stadt: Teheran*. n.167. Berlin, 2005

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)